

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CECH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGPOL

**GREGÓRIO HENRIQUE SILVA DUARTE**

**CONFLITOS, HEGEMONIA E BLOCOS DE PODER: A ATUAÇÃO DAS ELITES  
POLÍTICAS NORDESTINAS E SUAS CONFIGURAÇÕES NA SOCIEDADE CIVIL  
A PARTIR DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO(2003-2008)**

SÃO CARLOS -SP  
2024

GREGÓRIO HENRIQUE SILVA DUARTE

**CONFLITOS, HEGEMONIA E BLOCOS DE PODER: A ATUAÇÃO DAS ELITES  
POLÍTICAS NORDESTINAS E SUAS CONFIGURAÇÕES NA SOCIEDADE CIVIL  
A PARTIR DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (2003-2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Ciências Política.

Orientador: Dr. Júlio César Donadone

São Carlos-SP  
2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

Gregório Henrique Silva, Duarte

Conflitos, hegemonia e blocos no poder: : A atuação das elites políticas nordestinas e suas configurações na sociedade civil a partir da transposição do rio São Francisco (2003-2008) / Duarte Gregório Henrique Silva -- 2024.

216f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Júlio Cesar Donadone

Banca Examinadora: Thales Haddad Novaes de Andrade, Leonardo de Araújo e Mota

Bibliografia

1. Ciência Política. I. Gregório Henrique Silva, Duarte. II. Título.

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**GREGÓRIO HENRIQUE SILVA DUARTE**

**CONFLITOS, HEGEMONIA E BLOCOS DE  
PODER: A ATUAÇÃO DAS ELITES  
POLÍTICAS NORDESTINAS E SUAS  
CONFIGURAÇÕES NA SOCIEDADE CIVIL  
PARTIR DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO  
FRANCISCO (2003-2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Ciências Política.

**Orientador:**

---

**Prof. Dr. Júlio Cesar Donadone**

---

**Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar)**

---

**Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota. (UEPB)**

Ao povo brasileiro, responsável pelo financiamento desta pesquisa, a quem dedico este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a CAPES pela concessão da bolsa que financiou essa pesquisa.

Ao meu orientador, JulioDonadone, que confiou em meus estudos, estimulou e acompanhou o passo a passo no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores, Dr: Thalles Haddad e o Professor Dr: Leonardo Mota, que prontamente aceitaram participar da banca de avaliação desta dissertação. Muito obrigado. Ciente que as considerações dos estimados professores contribuirão na minha formação.

Cumprido os agradecimentos formais, dedico-me, agora, no espaço poético da dissertação, a lembrar cada pessoa que possibilitou que eu chegasse até esse momento da carreira.

Cada vez mais me convenço que é impossível obter uma conquista e não ter uma longa lista de pessoas para agradecer. Me lanço nesse movimento esperando não ser injusto e esquecer alguém.

Um dos maiores desafios que encontrei ao longo da minha trajetória é a tentativa de conciliação entre uma fé cristã –esta faz parte da minha formação por mais contraditório que seja – e o rigor científico. Portanto, agradeço a Deus, Yeshua, que com toda força energética me cuidou, guiou, acalentou e muito me ajudou nessa jornada. Gratidão.

A minha Mainha, Assunção, que não é apenas uma incentivadora, entusiasta de qualquer bobagem que eu pense ou diga, é, em última instância, a pessoa responsável por cada degrau que consigo subir na vida. Seu exemplo foi o que nunca me permitiu desistir. O seu amor, mesmo a distância, me alimentou durante toda essa jornada. O título de mestre é, antes de qualquer, um mínimo retorno que prontamente lhe dedico.

Ao meu Pai, Henrique, referência nas minhas escolhas de carreira e trajetória. Obrigado por todo apoio: material e imaterial. Nesta dissertação contém traços, escolhas e posições que sedimentei a partir do seu exemplo. Obrigado.

À Lucia Silva *in memoriam*. Tia, obrigado por todo afeto que me foi dedicado ao longo da vida. Por todas aquelas palavras de apoio e incentivo. Neste momento de alegria, não me sai da memória a cena em que escorriam lágrimas dos seus olhos quando da notícia que havia sido aprovado no mestrado. Este título,

certamente, está lhe deixando orgulhosa. Obrigado por tudo.

A Pedro Ivo, meu primo/irmão, querido, que tanto me apoiou. Ouvinte recorrente das minhas lamúrias nos momentos de solidão. Obrigado. Desde a minha saída de casa, até as minhas chegadas inesperadas, organizando toda a rapaziada para tomarmos aquela gelada, ouvir música boa – ok, nem sempre tão boas, mas são as que julgamos ser boas.

Aos outros membros da família que tão bem souberam compreender a minha ausência ao longo desses dois anos.

Lucia Tramm e Diogo, agradeço por todo apoio, material, afetivo e simbólico. Conversar com vocês me faz melhor. Obrigado.

Socorro, Wedson e Rafael, toda minha gratidão. Vocês que tanto me apoiam. Nos momentos difíceis é que sabemos quem realmente são os nossos. E, seguimos, unidos, esperando bons ventos. E virá.

Paula, Aloísio, Ana e família: obrigado por tudo que vocês fazem por mim e pelos meus. Sou feliz por tê-los em minha vida. Sem o apoio de vocês, muito certamente, não conquistaríamos tantas coisas. O meu mais sincero agradecimento a vocês.

Damasco, meu tio, obrigado por toda palavra de conforto. Pelas histórias engraçadas que me ajudam a perceber que a vida não é só a academia. Ela é real e de viés, como bem nos ensina Caetano.

Lucimar, Raíssa e Mauriceain *memoriam*: vocês são parte da minha conquista. Jamais esqueço os momentos felizes que passamos juntos. Obrigado, tio, por toda a paciência e apoio ao longo desses dois anos. Aas chamadas de vídeo tão constantes que os diga.

Enfim, família, vocês são a razão pela qual fico ansioso para voltar à PB. O sorriso, abraço e a satisfação de estar com vocês, é o que me conduz nessas longas viagens.

Pensar nos agradecimentos desta dissertação, é recordar-me de quando cheguei a São Carlos. Por isso, agradeço todo o apoio que Carol e Gabriel me deram. Sem o intermédio de vocês jamais conseguiria me estabelecer tão prontamente na cidade. Companheiros, muito obrigado.

Agradeço, também, de todo o coração a Malu. Obrigado por toda recepção. Seu apoio foi fundamental. Definidor da minha estada na cidade. Obrigado por ter aberto as portas da sua casa para que eu morasse até que me estabelecesse. O

carinho e o afeto que senti, nos dias que estive na sua casa, poucas vezes senti na minha vida.

Ilmar e Joana, meus tios, que nos momentos de solidão e sufoco me recebem em Brasília. Com vocês tenho aprendido a botar fé, na fé da moçada, como diz Gonzaguinha. Incentivadores, apoiadores e entusiastas dos estudantes da família. Minha gratidão, Tia e Tio, por todo apoio. O lugar mais próximo de casa que tenho em SP, é a casa de vocês. Tia Joana com toda alquimia na cozinha, me permite lembrar o sabor da comida de Mainha e diminuir a saudade de casa. Tio Mama, com a cerveja mais gelada do GDF, me propicia dias felizes. Jamais esqueceria do apoio de vocês.

Aos amigos queridos, Leone e Jeferson. Vocês fizeram de São Carlos o melhor lugar do mundo para mim. Sem vocês, meus amigos, eu teria desistido há muito tempo. Cada um a seu modo. Um, o sujeito mais crítico do universo, o outro, o grande conciliador. Levei um pouco de vocês para este trabalho e para a vida. Estendo os agradecimentos ao pessoal da Canta Grilo, através de Leone, que tão bem me recebem. Minha gratidão. Não posso esquecer, também, do mais novo integrante da turma, Davi. Parceiro dos melhores e piores momentos. Obrigado, meu amigo.

Aos colegas que integram o NeseFi. E abro um parêntese para agradecer novamente a JulioDonadone, para além de orientador, alguém que se tornou um amigo. Que me acolhe, escuta, incentiva e orienta. Obrigado, Julião.

Às professoras Maria do Socorro Braga e Vêra Cepeda, que tanto me ensinaram em suas aulas. Obrigado por cada leitura sugerida, crítica e incentivo. Confesso que me tornei outro aluno a partir das aulas das professoras.

Agradeço por cada palavra de apoio de Filipe, Débora e Marcão. Vocês me acolheram nos dias mais difíceis que encontrei nesse período. Estar com vocês é estar em casa. Vocês são mais que amigos queridos. É uma formatação diferente, em que vejo, em vocês a extensão da minha família. Obrigado.

Aos agentes que prontamente se dispuseram a participar da pesquisa. Agradeço a Ranieri, Kinha, Jonas e o querido Bolôlô. Sem o apoio de vocês não realizaria a pesquisa empírica. Minha gratidão.

Abro um espaço, também, para agradecer por aqueles que cuidam de mim a distância: Janio, Zuleide, Iara e Mônica. Essa vitória é nossa.

Aos amigos de sempre, no estilo de Samba da Benção do poetinha e de



Baden Powwel, peço a benção a cada um de vocês:

Gutierre, amigo de sempre, parceiro... obrigado... Obrigado, Raquel, Matheus... Zé Newton, meu amigo, muito obrigado... Artur e Gabi, parceiros antigos, muito obrigado por toda alegria em minha chegada... Mendonça, meu amigo, muito obrigado.

Ana Flávia, obrigado por tudo! Yasmin, por cada conversa nossa, que é sempre uma lição paramim, obrigado. Adal, o mais querido e engraçado de todos, obrigado. Natália, parceira antiga, amiga querida, obrigado.

Marco e Airton, parceiro novo, amigo novo, obrigado por todas as lições que vocês me passam... Obrigado!

Suelma, Aluska, Alice, Emanuel e Zamba obrigado, queridos. Cada conversa, todo copo e o repertório é nosso.

Jessyca, amiga, parceira, obrigado por tudo ao longo desses dois anos de pós-graduação!

Jackson e Ana Paula, queridos, obrigado!

Isabel, minha querida, obrigado por toda a paciência comigo! obrigado!

Alisson, Gustavo Pereira, Bob, Marcelo, Gustavo urso, Divaldo, Mayara... Obrigado meus amigos de sempre... obrigado...

*“O que eu consigo ver,  
É só um terço do problema.  
É o sistema que tem que mudar.  
Não se pode parar de lutar  
Senão não muda,  
A juventude tem que estar afim  
Tem que se unir...”*

(Alexandre Abraão, Liliane Carvalho, Carlos Duarte, Renato Peres/Charlie Brown Jr e Negra Li. “Não é Sério”)

## RESUMO

A pesquisa ora apresentada visa analisar a atuação das elites políticas nordestinas sob o contexto da transposição do Rio São Francisco e suas configurações na sociedade civil, a fim de investigar os desdobramentos políticos, econômicos e sociais da obra a partir da movimentação e atuação das elites políticas. Questões como a atualidade da indústria da seca, o conflito hídrico, as oligarquias políticas e o familismo, despontam como temáticas centrais de nossa proposta. Metodologicamente ancorados na perspectiva da teoria do conflito, buscamos, a partir da utilização das categorias analíticas: conflitos; hegemonias; e blocos no poder, investigar os conflitos no semiárido nordestino a partir da implementação do PISF. Nossa proposta de pesquisa é de natureza qualitativa, na medida em que busca qualitativamente abordar o fenômeno delimitado enquanto objeto de estudo. Os capítulos estão organizados em três seções, quando apontamos desde a busca por uma teoria das elites que nos auxilie a alcançar os objetivos traçados na pesquisa, perpassando o trajeto histórico da relação entre elites políticas e secas, até a análise do PISF.

**Palavras-chave:** elites políticas; transposição; blocos no poder; oligarquias; conflitos hídricos; transposição do Rio São Francisco.

## ABSTRACT

The research presented here aims to analyze the actions of northeastern political elites in the context of the transposition of the São Francisco River and its configurations in civil society, in order to investigate the political, economic and social developments of the work based on the movement and actions of political elites. Issues such as the current drought industry, water conflict, political oligarchies and familism emerge as central themes of our proposal. Methodologically anchored in the perspective of conflict theory, we seek, using the analytical categories: conflicts; hegemonies; and blocks in power, investigate conflicts in the semiarid northeastern region based on the implementation of the PISF. Our research proposal is qualitative in nature, as it seeks to qualitatively approach the delimited phenomenon as an object of study. The chapters are organized into three sections, ranging from the search for a theory of elites that helps us achieve the objectives outlined in the research, going through the historical path of the relationship between political elites and droughts, to the analysis of the PISF.

**Key words:** Political Elites; transposition; blocks in power; oligarchies; water conflicts; transposition of the são francisco river.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura à região Nordeste brasileira (2017)	14
Figura 2	– Delimitação do Semiárido brasileiro	77
Figura 3	– Gráfico do conflito por água no Brasil	90
Figura 4	– Bacias atendidas pelo projeto	122
Figura 5	– Eixos Norte e Leste da Transposição	123
Figura 6	– Corte do Eixo Leste	125
Figura 7	– Eixo Norte – Meta 1	127
Figura 8	– Eixo Norte – Meta 2	128
Figura 9	– Eixo Norte – Meta 3	129
Figura 10	– Eixo Leste – Metas 1 e 2	130
Figura 11	– Eixo Leste – Meta 2	131
Figura 12	– Eixo Leste – Meta 3	132
Figura 13	– Progressos da obra	135
Figura 14	– Linha do tempo que cruza a atuação política de Cássio Cunha Lima e a questão da transposição no recorte de 1989 até 2002	163
Figura 15	– Linha do tempo que cruza a atuação política de Ciro Ferreira Gomes e a questão da transposição no recorte de 1989 até 2002	165
Figura 16	– Construção do canal da transposição do Rio São Francisco, eixo leste, em 2016	188
Figura 17	– Túnel da transposição do Rio São Francisco, eixo leste, em 2017	188
Figura 18	– Canal da transposição do Rio São Francisco, eixo leste, em 2017	189
Figura 19	– Entrada da Vila Produtiva Rural Lafayette	191
Figura 20	– Praça Vila Produtiva Rural Lafayette	192
Figura 21	– Plantio na Vila	193
Figura 22	– Plantio e reserva	193

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura à região Nordeste brasileira (2017)	13
Tabela 2	– Quantidade matérias sobre a transposição e resistência na FSP	15
Tabela 3	– Conflitos por água no Nordeste	91

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Poder, influência e processo decisório conforme os métodos posicional, reputacional e decisional	49
Quadro 2 –	Cruzamento entre agentes, chefes locais e entidades	50
Quadro 3 –	Histórico da seca no Nordeste e suas consequências	77
Quadro 4 –	Disputas eleitorais no município de Campina Grande-PB entre 2004 e 2020	115
Quadro 5 –	Relação de consanguinidade direta: avós, pais e filhos	116
Quadro 6 –	Trechos II, III, IV e V do Eixo Norte da Transposição	124
Quadro 7 –	Linha do tempo da obra	135
Quadro 8 –	Supostos benefícios para o Ceará	136
Quadro 9 –	Supostos benefícios para a Paraíba	136
Quadro 10 –	Reportagens da Folha de São Paulo (1994)	138
Quadro 11 –	Reportagens da Folha de São Paulo – 1996 a 1999	143
Quadro 12 –	Reportagens da Folha de São Paulo – 2000 a 2002	148
Quadro 13 –	Reportagens da Folha de São Paulo – Governos Lula	152
Quadro 14 –	Reportagens da Folha de São Paulo – 2005 (Ciro Gomes)	155
Quadro 15 –	Reportagens da Folha de São Paulo – 2005 a 2006	158
Quadro 16 –	Reportagens 2007	160
Quadro 17 –	Reportagens 2008 – Protestos	162
Quadro 18 –	A bancada de deputados federais da Paraíba na câmara federal entre 2003-2007	164
Quadro 19 –	Senadores pela Paraíba durante o recorte (2003 – 2007)	164
Quadro 20 –	A bancada de deputados federais do Ceará na Câmara Federal entre 2003-2007	167
Quadro 21 –	Senadores pelo Ceará durante o recorte (2003 – 2007)	167
Quadro 22 –	Câmara dos deputados: Ceará e Paraíba.	171
Quadro 23 –	Discursos elencados dos senadores pelo Ceará	172
Quadro 24 –	Discursos elencados dos senadores pela Paraíba	173

## LISTA DE SIGLAS

ACMs	– Análises de Correspondências Múltipla
ASA	– Articulação Semiárido Brasileiro
CODENO	– Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF	– Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CPT	– Centro de Documentação Dom Tomás
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOCS	– Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FIAT	– Fabbrica Italiana Automobili Torino
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	– Instituto de Pesquisa Aplicada
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PE	– Pernambuco
PFL	– Partido da Frente Libreal
PIN	– Projeto de Integração Nacional
PISF	– Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional
PT	– Partido dos Trabalhadores
SUAPE	– Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA.....	13
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E O OBJETO DE ESTUDO PESQUISADO.....	15
1.3. METODOLOGIA: CAMINHOS ESCOLHIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....	16
<b>2 A EMERGÊNCIA DA TEORIA DAS ELITES: A BUSCA POR UM MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL</b> .....	21
2.1 A ESCOLA CLÁSSICA.....	22
2.1.1 <b>Por que começar conceituando elites com Pareto?</b> .....	22
2.1.2 <b>Dicotomia dominador e dominados: o que nos interessa a partir da contribuição de Mosca?</b> .....	28
2.1.3 <b>As elites e a lei de ferroem Michels: um parâmetro para a experiência brasileira?</b> .....	34
2.2A ESCOLA FRANCESA.....	40
2.2.1 <b>A contribuição bourdiesiana ao debate</b> .....	40
2.2.1.1 <i>A sugestão metodológica de Lebaron e a noção clássica de teoria das elites: uma nova versão para um problema antigo</i> .....	46
2.2.1.2 <i>O percurso de Saint-Martin desvendando a nobreza: uma alternativa metodológica necessária</i> .....	52
2.3A ESCOLA MARXISTA.....	58
2.3.1 <b>É possível encontrar teoria das elites na obra de Marx?</b> .....	58
2.3.1.1 <i>Elites e classes sociais: termos próximos, conceitos distantes</i> .....	60
2.3.1.2 <i>Elites e ideologia no pensamento marxista: o dado da coesão como ferramenta de dominação</i> .....	65
2.3.1.3 <i>Conflitos, hegemonia e blocos no poder: a utilização das categorias na análise do objeto</i> 67	
<b>3 ELITISE SECA NONORDESTE BRASILEIRO: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA.....</b>	74
3.1 SECA E SEMI-ÁRIDO, SINÔNIMOS DE NORDESTE? A REGIÃO NORDESTE COMO UMA PARTICULARIDADE BRASILEIRA.....	76
3.2. ELITES E SECA NO NORDESTE: A ÁGUA COMO RECURSO POLÍTICO E SOCIAL DOS SETORES DOMINANTES.....	92
3.3 ELITES E PODER POLÍTICO-FAMILIAR: A PARAÍBA E O CEARÁ COMO CENTRO DE NOSSO OBJETO.....	108
<b>4 ELITES E TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: UM PERCURSO SOBRE A OBRA</b> .....	119
4.1 A TRANSPOSIÇÃO A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS .....	120
4.2 A TRANSPOSIÇÃO A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA .....	137
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	168
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	198
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	201

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

Os resultados econômicos que têm sido apresentados nos últimos anos trouxeram para as ciências sociais, sobretudo para a sociologia, novos dilemas e paradigmas. Sob o intuito de investigar os desdobramentos de uma “nova” matriz econômica, instituída a partir da eleição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, e seus desdobramentos nas dinâmicas locais, desse modo elegemos como aspecto central de nosso estudo a atuação das elites políticas nordestinas.

Nesse sentido, nossa proposta está ancorada a partir de um estudo de caso: A Transposição do Rio São Francisco, buscando ênfase na relação das elites políticas<sup>1</sup>, no caso, as paraibanas, pernambucanas e cearenses e seus desdobramentos nas relações com a sociedade civil, a fim de investigar a produção e reprodução de hegemonia e de possíveis alterações nos blocos no poder.

O elemento que nos trouxe a este objeto de estudo é, em parte, constituído de dois aspectos: a atualidade do debate sobre as oligarquias e os grupos políticos dominantes no Nordeste e as suas relações com as estruturas agrárias e fundiárias; a temática da água como instrumento político<sup>2</sup> ainda é de forte alcance nos rincões do Nordeste brasileiro, uma vez que impacta diretamente as condições objetivas de vida da população, vide a tabela a seguir. E, por consequência, reinseriu o debate tanto na imprensa, quanto na sociedade civil, reconfigurando as relações políticas no Nordeste brasileiro.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura à região Nordeste brasileira (2017)

Tipos de agricultor	Estabelecimentos <sup>1</sup>		Área total		Pessoal ocupado	
	Número	%	Hectares	%	Número	%
Familiar	1.838.846	79,2	25.925.743	36,6	4.708.670	73,8
Não familiar	483.873	20,8	44.968.122	63,4	1.668.094	26,2
<b>Total</b>	<b>2.322.719</b>	<b>100,0</b>	<b>70.893.865</b>	<b>100,0</b>	<b>6.376.764</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE e Sidra, 2019

O debate referente à transposição do Rio São Francisco é histórico, nota-se

<sup>1</sup> Estamos considerando como movimento de revisão bibliográfica três escolas do pensamento político.

<sup>2</sup> A tese da governança das águas, categoria discutida em nosso segundo capítulo deste trabalho.

que na historiografia há relatos que, ainda no Brasil colonial, Dom João VI, em 1821, percebera a necessidade de transpor águas para o que hoje conhecemos como o Nordeste. Apenas em 1994, o Ministério da Integração Nacional tomou para si o dever de executar a obra, na ocasião em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. No entanto, somente em 2003 o projeto, realmente, fora levado adiante.

A transposição do Rio São Francisco é parte de uma série de políticas públicas instituídas nos referidos governos, nesse sentido escolhemos o PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco– com as bacias do Nordeste setentrional como nosso objeto, pois trata-se de um tema polêmico que, inevitavelmente, exige um movimento inicial de ampla contextualização do Programa de Aceleração do Crescimento – doravante PAC –e seus impactos na região Nordeste.

Entendemos que a inauguração do PAC é um marco da política neodesenvolvimentista nos governos do Partido dos Trabalhadores – PT. Considerando que o programa teve como um dos seus principais objetivos impulsionar o desenvolvimento local e a economia dos estados, sobretudo no Nordeste, através de obras estruturantes, a exemplo do *boom* de Suape, inauguração da indústria automotiva no Nordeste – o caso da FIAT em Goiana/PE– e do programa “Minha Casa, Minha Vida”. Orçado imediatamente no custo de R\$8,5 bilhões de reais, sendo parte integrante e a principal obra do PAC o audacioso projeto visava a captação de águas a partir de dois eixos: norte e leste.

Figura 1 – Mapa da transposição



Fonte: Arte/FolhaPress, 2022

O eixo norte, como visto na figura 1, será responsável por levar água ao sertão da Paraíba, Pernambuco, Ceará e do Rio Grande do Norte, tendo mais de 400 km de extensão. Este eixo da transposição contemplará 4 rios e 3 sub-bacias e dois açudes. No que concerne ao eixo leste serão contemplados o agreste de Pernambuco e da Paraíba, com 220 km de extensão.

A efervescência do debate sobre a transposição das águas do Rio São Francisco permeou a imprensa brasileira durante os anos de 2005 a 2008, os dados a seguir ilustram:

Tabela 2 – Quantidade matérias sobre a transposição e resistência na FSP

Ano	Quantidade de matérias sobre a transposição	Quantidade de matérias Sobre a resistência*
2005	104	54 (51,92%)
2006	12	3 (40%)
2007	85	61 (71,76%)
2008	12	4 (30%)
total	213	131 (61,50%)

Fonte: Araújo, 2012

Entre fevereiro de 2005 a janeiro de 2008, Araújo (2012) coletou os dados das matérias de opinião de intelectuais e políticos do cenário brasileiro. A pesquisadora organizou 34 artigos de personalidades como Fernando Gabeira, Ciro Gomes, Luis Nassif, Dom Tomás Balduino, Geddel Vieira Lima, Elio Gaspari. Sistematizando as opiniões expostas na Folha de São Paulo, obteve, no cômputo geral: 10 opiniões favoráveis a transposição, 20 contrárias e 04 sem posições explícitas.

## 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E O OBJETO DE ESTUDO PESQUISADO

Em síntese, indagamos: a transposição do Rio São Francisco foi a arena de movimentação e conflito de elites? Levando em consideração o processo histórico de formação econômica e social da região Nordeste e, portanto, as elites constituídas, questionamos: Como as elites contemporâneas e seus representantes no parlamento brasileiro atuaram quanto ao debate acerca da transposição do Rio São Francisco? Em que medida, os representantes das elites políticas nordestinas se posicionaram no debate da transposição? Fortaleceram, enfraqueceram ou

negligenciaram a questão da seca na região?

Outra indagação que consideramos pertinente, é: ainda existe indústria da seca no Nordeste brasileiro? Acerca deste debate ainda sobre as elites políticas, a última pergunta é: Qual a relação que se pode estabelecer entre as elites políticas históricas e as contemporâneas no semiárido nordestino?

Nos limites desta problemática, pesquisamos: nos marcos atuais, qual é a atuação dos parlamentares nordestinos no processo político brasileiro? Nossa questão de partida, é: quais os conflitos internos e externos das elites políticas nordestinas e seus desdobramentos na relação com a sociedade civil? Há interesses comuns no que concerne a transposição? Quais? Os blocos de poder dominantes na estrutura política brasileira, como se portaram diante de uma obra de tamanha magnitude como a transposição?

### 1.3. METODOLOGIA: CAMINHOS ESCOLHIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A escolha do nosso objeto de estudo se deu em função da cotidianidade do pesquisador, que, muitas vezes, se deparava regularmente com o objeto de pesquisa, ao abrir as torneiras e dela não escorrer água, fato que se comprova, inclusive, através de pesquisas realizadas pelo Instituto Água Sustentável (2022) baseado no levantamento documental da *ActionAidBrasil*, apontam para o fato de 40% da população da região sofre com a falta de água<sup>3</sup>.

Além dessa singularidade da escassez de água, o acesso à saneamento básico e à utilização dos demais recursos naturais também se colocam como campo de desafio para a população da região, não à toa os dados da Eco Nordeste (2020)<sup>4</sup> mostram que 27,6 dos nordestinos ainda sofrem com a escassez de águas e 72% da população não possui coleta de esgoto.

Com base nessa vivência, na carência do acesso à água e na reprodução dos

<sup>3</sup>Disponível em:

[https://aguaevida.org.br/?utm\\_source=googlerg&utm\\_medium=search&utm\\_campaign=rgagua&gclid=Cj0KCCQiAu62QBhC7ARIsALXijXT-7dBY0cslwE58Yb4Wc99mk1dyDNgEYIRRj4DBp6JK3eVjSkTW590aAk7-EALw\\_wcB](https://aguaevida.org.br/?utm_source=googlerg&utm_medium=search&utm_campaign=rgagua&gclid=Cj0KCCQiAu62QBhC7ARIsALXijXT-7dBY0cslwE58Yb4Wc99mk1dyDNgEYIRRj4DBp6JK3eVjSkTW590aAk7-EALw_wcB). Acesso em 15 Jan. 2023.

<sup>4</sup>Disponível em:

<https://agenciaeconordeste.com.br/no-nordeste-72-da-populacao-ainda-carece-de-coleta-de-esgoto/>. Acesso em 15 Jan. 2023.

grupos políticos locais delimitamos o tema de nosso estudo: Elites e água. Cabe destacar que nossa proposta de pesquisa está vinculada a uma noção estrutural de sociedade, em que busca considerar as múltiplas determinações da realidade como parâmetro epistêmico e analítico.

A definição que chegamos ao realizar a construção do objeto encontra-se no instrumento da crítica ao fenômeno de naturalização da falta de acesso à água, entendemos que contemporaneamente não há razoabilidade, nem justificativa que responsabilize a natureza dado o grau e nível de desenvolvimento dos aparatos tecnológicos, engenharia e de formulação de política pública que enquadre 40% da população não acessar água encanada.

Problematizamos essas noções e, para além disso, articulamos com a lógica de organização da dinâmica política no Nordeste brasileiro, sobretudo ao considerarmos que os estados da Paraíba e do Ceará, cujas principais cidades estiveram à beira do colapso hídrico, a exemplo de Fortaleza, capital cearense, atualmente com cerca de 2.6 milhões de habitantes e Campina Grande, segunda maior cidade do estado da Paraíba, hoje possui mais de 400 mil habitantes, serem dirigidas por um mesmo grupo político há anos.

Estamos tomando como base para pôr em pé nossa pesquisa, a técnica conhecida como *processtracing*. Abordagem que tem suas primeiras utilizações na década de 1970, sobretudo a partir de trabalhos no âmbito da psicologia, quando o objeto de pesquisa deste campo buscava compreender comportamentos individuais. Dessa forma, o *processtracing* ao ser assimilada pela Ciência Política, passou a ser uma técnica de pesquisa mais abrangente e permite explorar cadeias explicativas de fenômenos sociais, não apenas questões acerca de indivíduos (Bennet; Checkel, 2005).” Como aponta Collier (*apud* Lima, 2017), ao realizar o mapeamento de um determinado fenômeno, é possível um exame sistemático das evidências localizadas e a construção de um diagnóstico à luz das perguntas da pesquisa.

Na busca para delimitar o que é a abordagem do *processtracing*, (Figueiredo; Fernandes; Borba; Aguiar, 2021) diz que: “de acordo Collier (2011, p. 823), *processtracing* é uma ferramenta fundamental na pesquisa qualitativa e pode ser definido como a “investigação sistemática de evidências diagnósticas selecionadas e analisadas à luz de perguntas de pesquisa e hipóteses colocadas pelo pesquisador”.

Entendemos, pelo menos aprioristicamente, que as coincidências no

fenômeno da política servem como alerta para a observação de alguns fatores, por exemplo: reprodução política, dominação política e econômica, manutenção da estrutura social vigente.

Compreendemos que a relevância dessa pesquisa e as possíveis respostas se dão, no âmbito econômico: na tentativa de articular a obra da transposição do Rio São Francisco com a matriz econômica estabelecida durante as experiências dos governos do PT. No âmbito estrutural: na identificação de possíveis alterações nas estruturas agrárias, fundiárias e políticas no Nordeste.

Nossa pesquisa, buscou acompanhar as relações de produção e reprodução de hegemonia na política local, além de examinar alterações nos blocos no poder dominantes articulando com a atuação das elites políticas e discutindo a atualidade da indústria da seca, temática clássica nos debates historiográficos, sociológicos e políticos.

Temos como hipótese central a pré-noção de que a obra da transposição se colocou, de imediato, como única forma capaz e legítima de pôr fim a carência de acesso à água da região Nordeste, sem considerar uma série de outras ações que tinham como centralidade as políticas públicas de combate à seca. O fato de beneficiar, fundamentalmente, duas cidades cuja reprodução de grupos políticos encontra-se a décadas a frente do estado pode apontar como um processo de reconfiguração do processo de dominação.

Em se tratando de hipótese secundária entendemos, também aprioristicamente, que o conflito hídrico no Nordeste não se encerra com a possível chegada das águas na região, dado que será investigado a partir da realização de entrevistas com representantes das entidades que organizam os trabalhadores da agricultura nos municípios que foram contemplados com a chegada das águas.

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que a obra da transposição beneficiou: as empreiteiras que foram responsáveis pela construção e execução dos canais da transposição; garantiu uma reconfiguração dos grupos políticos locais; reconvertiu o valor da terra nas regiões em que não havia abastecimento de água fomentando, desse modo, uma nova forma de valor – de troca – na região e impactou a renda da terra por intermédio da estrutura de concentração fundiária local.

Para encontrarmos ou refutarmos nossa hipótese, a pesquisa propriamente dita está sintetizada a partir de algumas etapas, cuja descrição será efetuada ainda

na metodologia: a) seleção e sistematização das obras de estudo; b) análise comparativa das obras pesquisadas; c) avaliação crítica do levantamento feito; d) acesso ao arquivo de documentos públicos acerca da seca na região; e) realização das entrevistas empíricas; f) sistematização dos dados coletados; g) interpretação dos resultados e elaboração final do trabalho.

A seleção e a sistematização das obras de estudo se deram através de dois eixos delineadores do trabalho, o primeiro diz respeito a categoria chave desse trabalho: “elites”. Com base nas referências alocadas no tópico anterior, buscamos, a todo momento, entender qual literatura de elites nos servia como instrumento elucidativo da realidade local. Nesse sentido, delimitamos três movimentos verticalizadores da nossa obra, o primeiro diz respeito a noção ampliada de elites; a segunda recortada geograficamente, ou seja, elites no Nordeste; e a terceira, um pouco mais afunilada, considera a relação de elites políticas locais.

O segundo eixo norteador da pesquisa tenta, como parte integrante do nosso objeto, articular essas elites, pesquisadas anteriormente, com o referencial histórico sobre a seca na região. Entendendo que os recursos naturais, assim como os demais bens, na atual forma de organização societária estão concentrados pelos grupos sociais, nossa formulação temática, em síntese, ficou: Elites e Água no Nordeste.

O movimento de comparação das obras pesquisadas e a avaliação crítica do levantamento feito se colocam como segundo motor do trabalho, ou seja, para além do dado aparente, essencialmente, as obras em questão, como parte da literatura, são suficientes para apontar caminhos para refutação ou validação das hipóteses levantadas?

No desenvolvimento do trabalho compreendemos que só apenas com a realização das entrevistas foi possível atingir alguns objetivos delimitados ainda na problemática da dissertação.

A natureza de nossa pesquisa é qualitativa, assim realizamos entrevistas semiestruturadas. Realizamos, também, uma análise documental como fonte de revisão bibliográfica. Referente às entrevistas, de imediato, buscamos diálogos com os seguintes atores e movimentos: a) representantes paraibanos e cearenses no parlamento durante o recorte da obra (2008 a 2017); b) representantes das entidades dos comitês de bacias, tanto do Rio São Francisco quanto os das bacias receptoras; c) representantes da agricultura familiar nos dois estados; d)



representantes dos institutos do semiárido.

Os critérios de escolha dos entrevistados foram eleitos pelo grau de representatividade parlamentar e pelos vínculos com os grupos locais dirigentes, ou seja, se pertenciam ou não ao mesmo partido dos governadores e prefeitos das principais cidades dos dois estados escolhidos.

O fato é que não conseguimos obter respostas desses agentes, nesse sentido, recorreremos as fontes secundárias, a partir da utilização da análise de conteúdo integrada, como ferramenta para interpretação dos discursos proferidos pelos representantes. Para tanto, utilizamos as notas taquigráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal como fonte.

Outra saída encontrada, na impossibilidade de diálogo com as entidades, foi a repercussão midiática da obra da transposição. Utilizamos os dados presentes no acervo da Folha de São Paulo, periódico de veiculação nacional, e extraímos posicionamentos, entrevistas, artigos de opinião, dos principais agentes, a fim de compreender o posicionamento e a movimentação dos agentes. Nossa escolha se deu por entendermos que as mídias expressas podem se colocar como fonte secundária para interpretações, a partir dos editoriais, posicionamentos e comportamentos dos agentes sociais que foram procurados e não obtivemos resposta positiva para realização de entrevistas.

Quanto a escolha das entidades, elegemos aquelas que tiveram maior impacto com a obra. Referente às entidades que representam os trabalhadores rurais e, portanto, a agricultura familiar, buscamos investigar se definitivamente a transposição “matou a sede” das populações da região, saber, ainda, para quem e para onde está chegando a água da transposição. Postas essas questões, que para nós são caríssimas e centrais na análise, responderemos uma das perguntas norteadoras da pesquisa: Ainda existe indústria da seca no Nordeste?

Trabalhamos, ainda, em se tratando dos marcos quantitativos, transmitindo os dados disponibilizados pelo IBGE, IPEA, DIEESE e INCRA.

As limitações da pesquisa estão alocadas em duas dificuldades: a dificuldade de aceitação dos parlamentares em conceder entrevistas; acesso a parte do acervo da SUDENE, considerando que parte está digitalizada outra não.

## 2 A EMERGÊNCIA DA TEORIA DAS ELITES: A BUSCA POR UM MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL

Quando nos propusemos a estudar a obra da transposição e a atuação das elites políticas locais, considerando os estados da Paraíba e do Ceará<sup>1</sup>, ainda no delimitar do nosso objeto de estudo, já surge no horizonte da agenda de pesquisa a categoria chave da pesquisa: elites. No entanto, pesquisar a obra da transposição como arena de circulação e possíveis conflitos de elites requer um movimento teórico específico<sup>2</sup>.

O debate para dentro da ciência política sobre as elites políticas é histórico e por muitos teóricos da área é entendido como uma discussão clássica. Nesse movimento, o capítulo inicial dessa dissertação perseguirá um marco teórico e conceitual capaz de explicar, por intermédio da teoria das elites, as diversas perspectivas e movimentos presentes na principal obra do PAC<sup>3</sup>.

Com base na nossa problemática de pesquisa, trataremos nesse capítulo das noções teóricas de elites em três tradições do pensamento social: escola clássica do pensamento de elites que comporta os autores Pareto, Mosca e Michels; a escola francesa, considerando as contribuições dos Bourdiesianos; e, por fim, a escola marxista, com ênfase em Bottomore e Poulantzas.

Ao fim do capítulo, delimitaremos uma concepção específica de elites<sup>4</sup> para, com base em uma noção ampliada, fincadas teoricamente na síntese do levantamento bibliográfico para a utilização do marco teórico conceitual do trabalho, analisarmos as elites paraibanas e cearenses, desde o âmbito histórico, ou seja, ainda na formação do Nordeste enquanto lócus de habitação e circulação desses grupos, até o recorte da obra da transposição.

<sup>1</sup>Nosso recorte levou em consideração sobretudo o processo de formação histórico-econômica e social da região Nordeste. Seu contexto de longas estiagens e a dominação histórica dos donos de terra.

<sup>2</sup>A busca por um marco teórico e conceitual para trabalhar com uma concepção específica de elites, colocou o desafio de remontar as principais tendências que contribuíram para a consolidação do campo das elites.

<sup>3</sup>Interpretar a principal obra do Programa de Aceleração do crescimento a partir da movimentação dos atores – no nosso objeto as elites – na arena de disputa, é nosso principal objetivo no desenvolvimento dessa dissertação.

<sup>4</sup>A nossa pretensão na medida em que o texto foi se desenvolvendo estava ancorado na busca por uma teoria, ou seja, a ferramenta teórica, capaz de iluminar o objeto delimitado.

## 2.1 A ESCOLA CLÁSSICA

### 2.1.1 Por que começar conceituando elites com Pareto?

Nossa proposta de debate no capítulo introdutório reside na conceituação para utilização ou refutação das concepções clássicas acerca das elites. Nesse sentido, trabalharemos no presente tópico a partir do entendimento de Vilfredo Pareto (1964) em que buscaremos respaldo na obra de Grynszpan (1999), enfatizando o movimento de uma sociologia histórica das elites.

A emergência histórica do debate sobre as elites coincide, inclusive, com o processo de construção e consolidação das ciências sociais, sobretudo no século XIX, quando as reflexões sobre as mudanças estruturantes da sociedade moderna passaram a ganhar novos contornos, a reivindicação de uma teoria, a priori, entendida como elitismo. Com base nessa afirmativa, Grynszpan (1999, p.11), nos diz:

Em que pese às especificidades dos autores reconhecidos como seus principais formuladores — os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Seu argumento central, apresentado como descoberta científica, era o de que em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria.

A primeira noção que emerge no horizonte das discussões sobre a formulação de uma teoria das elites é exatamente a noção do elitismo, ou seja, em qualquer configuração social, mesmo que considere os pequenos grupos, há, efetivamente, uma elite que por razões diversas e plurais dirige a maioria da sociedade.

O primeiro elemento que chamamos atenção para entendermos a formulação conceitual dos autores se dá pela análise da trajetória. Com base nisso, analisemos a trajetória de Vilfredo Pareto. Cabe destacar, antes da análise da trajetória, que Grynszpan (1999), propõe o mesmo movimento, o que já antecipa a escolha teórica e metodológica da nossa obra de referência, dando ênfase a aspectos importantes na trajetória dos autores, como por exemplo: aonde estudaram? Quais suas origens? Com quem se casaram?

Vilfredo Pareto nasce em Paris em 1848, sendo filho do marquês Raffaele

Pareto, cujas origens são do norte da Itália, precisamente em Genova. Vale salientar que o pai de Vilfredo Pareto se encontrava exilado na França por participar dos movimentos nacionalistas, como o mazzinismo<sup>5</sup>, quando se casou, e dessa relação nasce Vilfredo Pareto.

Como destaca Grynszpan (1999, p.142):

Raffaele não gozava de boa situação econômica, chegando mesmo, em alguns momentos, a mostrar-se apreensivo quanto à sua capacidade de custear os estudos de Vilfredo até o final (Giacalone-Monaco, 1966:103).<sup>187</sup> Por suas origens sociais, entretanto, ele se inseria em uma rede de relações que lhe garantiu o acesso a recursos como o apoio familiar, necessários para contornar seus problemas... Mais do que ajuda econômica, apoio familiar, o que o nome aristocrático e os vínculos pessoais de Raffaele lhe propiciaram foram contatos, indicações, cartas de recomendação, meios para melhorar sua posição.

Em que pese o cenário de dificuldades financeiras, o mundo ocupado pela família Pareto, ou seja, o espaço da aristocracia, lócus onde as relações sociais, sobretudo familiares e os vínculos de amizade acabam desempenhando maior força que a própria condição econômica, emerge a concepção de mundo de Vilfredo Pareto.

Aquilo que estamos tomando como a concepção de mundo<sup>6</sup> do autor, encontra-se sistematizado através do conjunto de valores que o ser social vai adquirindo ao longo da sua trajetória. Para entendermos mais adiante a noção de Elites em Pareto – e a razão pela qual não a utilizaremos como fio condutor deste trabalho –, é fundamental destacar as influências do mazzinismo, com suas premissas religiosas, na formatação de realidade do autor.

A questão referente a uma concepção de mundo é, em nosso entendimento, ponto crucial para se pensar as influências na formatação da teoria de Elites em Pareto (1964). Destacamos esse elemento a partir do forte traço religioso do movimento, dado que aponta para alienação religiosa e o fenômeno da religião na teoria crítica. Levando em consideração que uma concepção de mundo é, portanto, um conjunto de ideias que toda pessoa constitui sobre a natureza, sociedade, relações sociais e até mesmo sobre si próprio. Isso significa que, obrigatoriamente,

<sup>5</sup>Mazzinismo ficou conhecido como o movimento de tentativa de unificação do estado-nação italiano. A alcunha do movimento se deu em função de um dos principais expoentes: Giuseppe Mazzini.

<sup>6</sup>A premissa que estamos utilizando para assentar a categoria “concepção de mundo” encontra ressonância na elucubração sugerida por Duarte(2015), em: *A importância da concepção de mundo para a educação escolar*: porque a pedagogia histórico-crítica não endossa o silêncio de Wittgenstein.

paramos para refletir sobre a ação e as influências na construção de modelos específicos?

Fundamentalmente, não. O conjunto dos seres humanos, não para obrigatoriamente para refletir quais são as origens da nossa concepção, no entanto, isso não anula a sua existência. Se considerarmos, portanto, que o espaço em que nossa concepção de mundo é formulada, por sua característica de socialização do saber sistematizado é a escola, segundo Duarte (2015). Espera-se que ocorra um salto das concepções “herdadas” para uma concepção consciente, na medida em que esta passa a ser submetida a uma dimensão crítica. No fundamento das concepções “herdadas” de mundo é que se estabelece o debate sugerido por Lowy (2008).

Ao tratarmos dessa influência determinista dos aspectos religiosos na trajetória de Pareto, entenderemos, também, a forma que a educação escolar, ou seja, as balizas da formação intelectual do autor. Nesse sentido, é importante destacar que Pareto se forma em Engenharia em 1869 pela Universidade de Turim.

Grynszpan (1999,p.144) afirma que: “[...] a economia e a sociologia de Pareto, nessa perspectiva teriam se constituído a partir da transposição dos problemas e dos métodos de investigação e de reflexão da física”. Ao considerarmos a passagem intelectual do autor, cabe salientar que as primeiras atuações profissionais na trajetória de Pareto se deram ainda nesse campo, com influência determinante da família Peruzzi, que constituía parte da aristocracia italiana.

No desenvolvimento das noções teóricas, todo esse bojo de influências, desde a concepção de mundo, as relações de amizade e os espaços frequentados, foi determinante na forma de Pareto pensar a sociedade.

Na medida em que o autor passa a discutir as diretrizes da sociedade em que está inserido é possível captar não apenas as contradições na concepção de mundo – de base liberal– mas a determinação política e intelectual que sua trajetória, vinculada a aristocracia, exerce. Como observamos na passagem a seguir de Pareto (1964, p.288-389):

As classes ricas tiveram em todos os tempos, e mesmo sob os regimes democráticos, uma influência notável sobre o governo do país. A maneira pela qual essas classes são recrutadas, quer dizer, o modo como se faz o recrutamento dos titulares das rendas é, portanto, fortemente importante na determinação dos fenômenos sociais. As qualidades que fazem o homem

vencer a luta contra as forças da natureza não são as mesmas que asseguram a vitória contra as artimanhas e as emboscadas que emprega a espoliação.

A noção que o autor parte de classes ricas<sup>7</sup> é contraditória, por considerar apenas a história como fenômeno dado, digerido e ocorrido, ou seja, não compreende que a história é síntese de processos, conflitos e disputas. Além de contraditória, por um equívoco teórico, é, ainda, vinculada a uma noção de ciência estática, isto é, não considera a dinâmica dos processos.

Quando procurar associar os titulares das rendas à determinação dos fenômenos sociais, novamente Pareto(1964) incide em um limite conceitual: a noção estática e determinista que sua posição, vinculada a aristocracia, não permite e nem pretende enxergar.

Na busca pela justificação do recrutamento dos grupos superiores, para mais a frente dar conta de sua teoria – elites, isto é, a separação entre aqueles que dominam e os que são dominados – em nosso entendimento, Pareto (1964) comete um forte equívoco: redução dos mecanismos democráticos

Afirmamos que este é o principal equívoco da concepção de Elites em Pareto (1964). Outro dado importante para a crítica da concepção do autor se dá sobretudo pelo fato do autor reproduzir, na análise política, as noções de ciência presentes na sua área de formação originária. Não como dado de reprodução mecânica, sem apropriação da realidade ou das categorias utilizadas, mas como forma de justificar a lógica de dominação.

Grynszpan (1999, p.164), coaduna da mesma noção, quando diz que “[...] desse modo, era sob a forma mesma do distanciamento, baseado na transposição do paradigma físico e na obediência a um rigoroso tratamento matemático, que se mostrava o engajamento do autor”.

O comprometimento dos valores democráticos, sobretudo pelo campo da redução da importância valorativa do fenômeno, seja no âmbito do indivíduo e até mesmo na forma de organização da sociedade, toma maior ênfase quando Pareto (1964) ao tratar da intersecção entre política e ciência, destaca. Ainda sobre a concepção de sociedade e da política em Pareto (1964, p.164):

<sup>7</sup>Quando discutirmos sob os ditames da teoria crítica, a noção de classes ricas se enreda a partir de uma série de outras categorias: burguesia, classe dominante, classe dirigente. O elemento que distingue a posição de classe, isto é, o posto ocupado pelo ser na produção, não encontra sua própria definição na léxico conceitual de “classes ricas”.

Em outros termos, da perspectiva de Pareto, e como já vimos da de Mosca também, o liberalismo, a democracia, a igualdade haviam sido, simplesmente, armas da burguesia na sua luta pelo poder, armas que havia abandonado, ato contínuo, em proveito de práticas características do Antigo Regime, as mesmas que antes condenava. À diferença de seu contemporâneo siciliano, porém, o Pareto do Cours d'économie politique via nas mazelas vividas o resultado do abandono dos princípios liberais, e não suas conseqüências lógicas, inevitáveis.

Em que pese o fundamento da crítica de Pareto (1984) e Mosca (1992), sobre o abandono da burguesia – enquanto classe revolucionária pós-revolução francesa, de seu ideário societário ter validade – enquadrar a democracia como arma de uma classe na luta pelo poder ganha centralidade na análise. Entender o fenômeno universalizado da democracia é parte do esforço metodológico de Pareto (1984), quando pressupõe que a análise dos fenômenos sociais se dá por apropriação do método lógico-experimental, atuando como uma espécie de confronto entre o mundo real objetivado e os fatos em forma de ação.

Outro elemento que é caro na obra de Pareto (1984) na citação acima referenda, é a separação, em forma dicotômica, entre verdade e utilidade, quando despreza a verdade científica, na medida em que, considerando as nuances da verdade, esta pode não contribuir com o equilíbrio social.

Feitas essas considerações, observemos como o conceito de democracia<sup>8</sup> é apenas pano de fundo, arena, símbolo estático na teoria das elites de Pareto. A centralidade da análise de sociedade e, portanto, de elites em Pareto está no deslocamento do movimento – em forma de ação– da chave conceitual, para aquilo que ele trata como derivação subjetiva.

Sobre esse movimento, recorremos ao artigo de Gimenes (2014, p.133):

Pareto aponta o discurso democrático como a mais importante derivação no mundo contemporâneo, em que o discurso teórico prega a participação de todos no poder político e a minoria governante rege a maioria, sendo a teoria da soberania popular não científica, mas socialmente útil por levar os indivíduos a acreditar na igualdade de participação no governo. Para o autor, a análise dos sentimentos a partir de diversas teorias elaboradas pelos homens ao longo da história deveria buscar elementos constantes que expressassem um estado psíquico invariável.

<sup>8</sup>Inúmeras são as definições sobre democracia no âmbito da ciência política, a que entendemos como sendo a utilizada por Pareto, reduz a categoria democracia a um substantivo, como mera formalidade, em função do cumprimento dos ritos e modelos pré-existentes.

Quando Pareto vai descrevendo, a partir dessas bases teóricas e metodológicas, que abordamos ao longo desse tópico a história política, passa a identificar, através da utilização do método lógico-experimental aspectos permanentes e descontínuos, que passa a classificar como resíduos<sup>2</sup>. Gimenes (2014, p.134) chega a descrever:

A teoria paretiana classifica os resíduos em seis classes, quais sejam: I – instinto das combinações, que são tendências dos indivíduos de relacionar ideias e coisas para estabelecer conexões explicativas entre sensações e atos e produzir teorias e doutrinas capazes de produzir ciência; II – persistência dos agregados, defesa da manutenção das teorias e justificativas produzidas pelo resíduo anterior e recusa por inovações e transformações sociais, mesmo que através do uso da força física, para a manutenção do equilíbrio social; III – necessidade de manifestar os sentimentos de atos externos, seja tal manifestação por meio de combinações ou pela exaltação religiosa; IV – resíduos em relação à sociabilidade, dentre os quais piedade, crueldade, repugnância, superioridade, inferioridade, necessidade de aprovação da coletividade e ascetismo; V – integridade do indivíduo e de suas dependências, sentimentos relacionados à alterações de equilíbrio e restauração da integridade ferida; e VI – resíduo sexual.

É com base nessas premissas que emerge a concepção de Elites em Pareto, ou seja, o jogo de combinações como tendências dos indivíduos de relacionais ideias<sup>9</sup> e coisas, a exemplo da ciência e das teorias, considerando a base de análise o indivíduo, está a síntese do pensamento de elites em Pareto.

O segundo resíduo também é elucidativo da compreensão de elites, logo a manutenção e a recusa por transformações sociais, se levadas às últimas instâncias da problematização política, explicam o domínio político, base da separação entre dominados e dominadores. Ainda a separação, a dinâmica da circulação das elites<sup>10</sup> e a busca incessante do autor pelo equilíbrio social surgem como mero traço particular, dada as condições e os arranjos políticos necessários para execução de tais ações.

A forma pela qual o autor analisa a história política a partir da ascensão da burguesia como classe social é representativa do caráter antiquado da teoria, que compreende a história como mera substituição de grupos, desconsiderando os

<sup>9</sup>Estamos considerando como a tradição do pensamento político a partir das contribuições dos intérpretes Mário Grynszpan (1999) Décio Saes, Mustafa Delican e Rosendo Bolívar Meza(2002).

<sup>10</sup>A noção de circulação de elites, aprofundada por Michels, surgirá no tópico específico, quando a movimentação desses grupos passa a ganhar centralidade nas análises da chamada teoria das elites clássicas.



contextos, conflitos, nuances e marcadores sociais. Pareto (1964, p.388) diz que a própria burguesia é um exemplo disso, uma vez que na conquista do poder, esquece das palavras de ordem que outrora proferiu, ainda para o autor “A diferença que se podia apontar ea que, agora, os antigos e ilegítimos meios de espoliação, renomeados, passaram a ser julgados legítimos pelos novos dominadores”.

### **2.1.2 Dicotomia dominador e dominados: o que nos interessa a partir da contribuição de Mosca?**

A teoria das elites, proposta por Gaetano Mosca(1992), se baseia no rompimento das utopias coletivistas e numa possível construção de uma justiça universal. Neste tópico, faremos uma imersão a partir de algumas questões norteadoras para problematizarmos a concepção de elites em Mosca.

Se ao tratarmos da trajetória de Pareto destacamos de início a sua família, Grynzspan nos diz que a respeito da família de Gaetano Mosca se tem poucas informações. Em que pese esse vácuo biográfico, destaca o Grynzspan (1999, p.67), que: “[...] de modo condizente com a percepção que se impôs de Mosca como um político digno e abnegado, seus comentadores e biógrafos têm-se limitado a caracterizar sua família como “modesta, mas honrada”.

A questão que estamos perseguindo nesse tópico, ancora-se na seguinte reflexão: se a tradição do pensamento político<sup>11</sup> tende a considerar a teoria das elites de Mosca (1968) como uma descoberta conservadora, em que medida, dada o grau e o nível de complexidade da organização social contemporânea, nos são atuais utilizar o ferramental teórico sugerido pelo autor para abordar o nosso objeto de estudo?

O fato é que a trajetória e os “novos” arranjos teóricos e metodológicos utilizados por Mosca(1968) servirão, ao menos nesse tópico, como uma espécie de guia. Cabe destacar que nosso esforço está alocado em uma revisão das proposições do autor na busca por uma concepção teórica e metodológica sobre as elites.

A região que Mosca é originário - espaço onde foi escolarizado e

<sup>11</sup>No processo de revisão bibliográfico, desenhamos como sendo a tradição desse pensamento o campo que comporta as reflexões compreendidas como premissas para o entendimento do debate contemporâneo, nesse sentido emergem os autores elencados nesse primeiro capítulo.

socializado, em um período que antecede, inclusive, ao processo de unificação do Estado – na Itália, considerada como modesta, com baixos índices de escolarização e, portanto, altos níveis de analfabetismo, permite que a lógica do “esforço” individualizado seja o cabedal necessário para mobilidade social. Destacamos a passagem de Grynzspan (1999 p.72), ao tecer sobre a trajetória de Mosca:

Vê-se assim que, embora originário de uma região eminentemente pobre, marcada por baixos níveis de alfabetização e por um acesso precário à escola, Mosca pôde chegar à universidade, depois de passar por um liceu, em um período em que a educação elementar ainda não se havia tornado obrigatória. Sua família investiu em sua educação custeando seus estudos, permitindo que não trabalhasse em seu tempo livre e estimulando-lhe o hábito da leitura.

Ainda sobre o destaque proposto por Grynzspan(1999) a respeito da jornada escolar de Mosca, identificamos, em uma passagem anterior, aquilo que seria a mobilidade social no Estado italiano após o processo de unificação. Percebemos que os níveis de escolaridade realmente eram baixos, sínteses de conjunturas específicas, traços de uma estrutura social que pouco permitia ascensão social. No entanto, observemos o que o Mosca (1925, p.296, nota1) chama de *força de vontade*<sup>12</sup> na nota que segue:

Parece não haver dúvida de que, no que tange à permeabilidade dos estratos sociais, a situação piorou. Entre a velha geração, que ascendeu antes de 1860, conhecemos muitas pessoas conspícuas, senadores, comendadores etc. que são filhos de operários. Por essa época, os estudos eram mais curtos e menos dispendiosos e com força de vontade se podia passar de operário a profissional liberal. Ora, há hoje talvez um número excessivo de advogados e médicos, entre os quais muitos estão deslocados, muitos que teriam feito melhor se tivessem seguido outro caminho, mas entre os estudantes da universidade não conhecemos um único [o grifo é de Mosca], repetimos, um único, que fosse filho de um verdadeiro operário.

O processo de unificação do Estado nação italiano, ao menos na concepção de Mosca, dificultou ainda mais a mobilidade social. Reparemos que, antes, no contexto de pré-unificação, com força de vontade, como destaca a nota acima, era possível migrar da condição de operário a profissional liberal. A afirmativa do autor nos é cara por apontar duas contradições essenciais: a primeira diz respeito à oposição aparente entre operário x profissional liberal. É fundamental apontar que o

<sup>12</sup>O que se entende por força de vontade na lógica do senso comum, é a força do desejo individualizado no sujeito, o que em nosso entendimento não serve de parâmetro para avaliação do processo político.

operário e o profissional liberal, seja no contexto pré-estado nação ou já no contexto da Itália unificada, ocupam o mesmo lócus na estrutura das classes sociais.

Quando afirmamos que ocupam o mesmo lócus da produção, não significa dizer que desempenham as mesmas funções, ou, ainda, que não exista diferenciação social nas ações laborais executadas. Mas, em última instância, o espaço que é destinado para aqueles que não possuem, ao menos nessas sociedades, as condições necessárias para desempenhar – o que tratamos como condições não se resume objetivamente a noção de que é preciso ter formação técnica, ou executar ações laborais de forma autônoma– socializar, subsidiar e reproduzir a produção, ocupam, na prática, o mesmo espaço.

A natureza do segundo equívoco na afirmativa do autorestá ao isolar a noção de sucesso e fracasso social, na medida em que Mosca (1925. p.296) afirma: “Por essa época, os estudos eram mais curtos e menos dispendiosos e com força de vontade se podia passar de operário a profissional liberal”, que o elemento propulsor da ascensão é a força de vontade, ou seja, individualiza toda a carga de ascensão ou queda social ao elemento do esforço, como se este fosse autônomo, única forma capaz para obtenção de melhores recursos.

Essa concepção nos é importante para apontar quem foi, não só no campo da trajetória escolar e política, mas ideologicamente, em qual campo se encontra as ideias de Mosca (1925), como sinaliza Grynzspan (1999, p.72-73):

É importante assinalar que a ênfase dada por Mosca à educação, bem como a associação que faz entre universidade e mobilidade social guardam relação com o peso que a escolaridade vinha assumindo entre os grupos médios e superiores, como elemento conferidor de prestígio e recurso ascensional. De modo geral, as famílias de patrimônio imobiliário menor, ou pouco significativo, que mais investiam na educação de seus filhos, preocupação que se expressava de forma freqüente inclusive em testamentos da época.

Aí está, na obra de Grynzspan (1999) o argumento que nos permite apontar que a própria ideia de Mosca (1925), conforme desprezo observado na nota anterior, também é síntese de um momento específico, entoadado por uma série de condições que foram historicamente datadas. Isto é, internalizaram, em forma de noção, e reproduziram, sob forma de síntese, a ideologia<sup>13</sup> predominante da época.

Esta é a base necessária para a resposta da questão que estamos

<sup>13</sup>Tomamos como ideologia o conjunto de valores, princípios, padrões, noções que são produzidos em uma forma específica de sociedade. Associados ao campo de uma infra-estrutura, cuja expressão em forma de síntese se expressa no patamar das idéias, por isso a noção de ideologia.

perseguindo, com um adendo fundamental: quais as influências do pensamento de Mosca? Versaremos sobre esse elo, quem é o autor da ideia e quem o influencia, para, por fim, chegarmos à síntese da ideia do tópico: é possível nos utilizarmos da concepção de elites sugeridas por Mosca?

Mosca inicia sua trajetória lecionando na universidade de Palermo, perpassando a formação acadêmica em algumas universidades na Itália e, depois, cumprindo funções técnicas e burocráticas. Sobre essas passagens, Grynzspan (1999, p.97) diz que:

É preciso acentuar que Mosca não representava um caso único. A opção pela carreira universitária, então, de maneira geral implicava um período de acumulação e de provação, sem necessariamente haver contrapartida de remuneração, o que podia significar uma extensão, por um prazo maior, da dependência familiar.

Referente à experiência como parlamentar, Albertoni (1990, p.120-122) argumenta:

Como político, Mosca chegou a ter também uma experiência ministerial, entre 1914 e 1916, os primeiros anos, portanto, da I Guerra Mundial. Tratava-se do governo de seu antigo professor Antonio Salandra, que ascendeu após a queda de Giolitti, tendo Mosca ocupado a subsecretaria para as colônias. Além disso, ele foi em 1919 nomeado senador pelo rei Vittorio Emanuele III, cargo no qual encerraria sua carreira, já em 1925.

Nesse sentido, a relação do sujeito político com o acadêmico, segundo a análise de Grynzspan (1999. 118), pode ser sintetizada a partir:

A produção intelectual de Mosca entre 1912 e 1919, seu período de maior atividade política, restringiu-se basicamente a artigos jornalísticos. Nenhum trabalho acadêmico significativo foi publicado no período. Quando, porém, ele finalmente retomou sua produção, o fez com uma marca distinta. Praticamente nenhum dos trabalhos trazia no título o termo direito, sendo todos identificados como textos de ciência política. Se até ali não havia diferença para Mosca entre ser um cientista político e ser um constitucionalista, um jurista, subordinando-se, na verdade, aquele a estes, se até 1919 sua estratégia básica era impor-se como um jurista, um constitucionalista, fazendo, no entanto, ciência política, agora sua ordem de prioridade se invertia. Ainda que não necessariamente desvinculada da faculdade de direito, mesmo que mantendo seu caráter normativo, a ciência política, para o autor, começava a se afigurar como uma disciplina específica, com uma identidade distinta da do direito público ou do direito constitucional, uma identidade na qual procurava se enquadrar, criando, ao mesmo tempo, por essa via um espaço próprio para si.

Para pensar a teoria das elites a partir de Mosca, em nosso entendimento, é necessário remontar o ponto de partida do autor, ou seja, a noção do predomínio a

partir da evolução da sociedade do elemento econômico, político e social.

Utilizando o método histórico comparado, a partir da clássica dicotomia governante e governado, a classe política emerge na discussão com campo minoritário que monopoliza os recursos do poder.

Isto é, a massa se expressa como um conjunto de indivíduos dominados e guiados por uma organização social, cujas minorias políticas exercem o papel de dominação. Para além disso, é possível ainda destacar o papel dos princípios autocráticos na obra do autor, quando trata da transmissão de autoridade, sendo, portanto, a classe política, dotada de duas tendências específicas: uma aristocrática e outra democrática.

A síntese geral da concepção de Mosca está na produção de uma lei social que apontava que toda sociedade humana se divide em uma minoria que governa e uma maioria que é governada. Perceber a teoria das elites em Mosca é negar o processo de circulação das elites, os afluxos recebidos por inúmeros grupos sociais e sobretudo, perceber a incorporação dos indivíduos em um modelo engessado.

As influências do pensamento de Mosca, no primeiro momento, como destaca Bianchi (2016, p.168), como herdeiro da *Destra Stoica*, ou seja, como influência do grupo que realizou o processo de unificação da Itália.

Expôs em suas primeiras obras uma aguda crítica, quando não uma simples recusa, de democracia parlamentar. Já nos últimos anos do século XIX essa crítica tornou-se mais matizada, e Mosca, embora permanecesse “um conservatore galantuomo”, como foi chamado certa vez por Piero Gobetti, e um adversário do sufrágio universal, dos sindicatos e do socialismo, passou a identificar-se cada vez mais com o liberalismo italiano e, mais tarde, tornou-se opositor do governo de Benito Mussolini (1883-1945).

Se a trajetória de Mosca aponta os elementos para a forma pela qual o autor coloca a sua concepção de ciência política, a sistematização metodológica também emerge como dado importante na obra do autor. Nesse sentido, a concepção metodológica de Mosca, a partir de Bianchi (2016, p.177), aponta que:

O método histórico assumiria para o estudo da política a mesma posição ocupada pelo método experimental nas ciências sociais. Do mesmo modo como este último teria permitido à física, à química e à biologia libertarem-se da astrologia, da alquimia e da teologia, o método histórico permitiria à ciência política afastar-se de modelos preconcebidos de organização social. Não apenas o impacto desses métodos sobre o conhecimento seria análogo como também seus resultados. Ambos teriam como consequência a coleta de um grande número de dados e informações capazes de permitir

o teste das hipóteses científicas.

Isto é, o caminho metodológico sugerido por Mosca condiciona o pesquisador, ou seja, o cientista político a dimensionar o olhar para as instituições, sobretudo no âmbito jurídico e administrativo. Afirmamos isso porque a busca pelo encontro das causas motivadoras das ações que o método sugere, reduz, em nosso entendimento, o fenômeno da política.

A noção de incorporação de pessoas e o fluxo de elite<sup>14</sup> já emerge no horizonte da teoria das elites de Mosca. No entanto, cabe destacar que o ponto de partida do autor é exatamente a noção do predomínio a partir da evolução da sociedade, ou seja, do elemento econômico, político e social. Nesse sentido, através do método histórico comparativo, a classe política se coloca como uma minoria que monopoliza os recursos do poder.

Na prática, trata-se do processo de dominação a partir das classes políticas e sobretudo da separação entre governantes x governados, entendendo o conjunto da população, sob a categoria *massas* como atores e indivíduos dominados. Buscamos a síntese da sua teoria das elites, a partir da nota de Gimenes (2014, 127):

Os estudos de Mosca lhe permitiram constatar que em todas as sociedades existiriam duas classes distintas de indivíduos: os governantes, que conduziram as sociedades e seriam chamados classe política ou classe dirigente, e os governados, que seriam conduzidos e chamados de massa. Assim, a classe política seria uma minoria organizada que monopolizaria os recursos de poder e os utilizaria em benefício próprio, além de exercer todas as funções políticas e utilizar seu controle para influenciar decisões políticas, enquanto a massa seria constituída por indivíduos dominados, que não dispõem da posse dos meios de governo e se constituíram em uma maioria desorganizada.

A questão que surge pós síntese da teoria de elites a partir da contribuição de Mosca (1925) gira em torno da seguinte indagação: em que medida poderíamos discutir a aplicação dessa concepção para utilização contemporânea?

Para além dessa preocupação com a utilização dos marcos teóricos e metodológicos contemporaneamente, lançamos luz nessa concepção para iluminar nosso objeto de estudo e, a partir desse movimento de revisão, entendemos que os limites encontrados na matriz metodológica não nos permitem examinar, conforme nossa proposição de estudo, a movimentação das elites políticas paraibanas e cearenses no âmbito da obra da transposição do Rio São Francisco.

<sup>14</sup>O que estamos tratando como fluxo de elite se distancia da noção de circulação de elites.

Conforme antecipado, a não utilização da teoria das elites clássica como fio condutor da pesquisa exige de nosso trabalho seguir a busca por uma concepção de elites que possibilite vislumbrar a composição dos campos, a circulação dos grupos, processos de reconversão<sup>15</sup> e o fluxo de capitais.

No tópico seguinte, encerrando a revisão teórica da concepção clássica, faremos uma breve apreciação da concepção de Robert Michels, como forma de incorporação teórica, mesmo em que pese a ciência da necessidade de superação conceitual desses autores.

### **2.1.3 As elites e a lei de ferro em Michels: um parâmetro para a experiência brasileira?**

Quando a ciência política ou a tendência associada à teoria das elites passa a considerar a perspectiva de Robert Michels como parte constitutiva da chamada teoria das elites clássica, por si já produz uma importante inferência a respeito da relevância em que a contribuição do autor conseguiu alcançar.

Se nos tópicos anteriores utilizamos um movimento mais cuidadoso e detalhista, buscando remontar e associar à trajetória do autor a formulação da sua concepção, nesse momento faremos um circuito distinto, dando maior ênfase a principal contribuição do autor que está na elaboração do círculo de ferro da oligarquia.

Em que pese a menor ênfase à trajetória de Michels, para entendermos a abordagem sugerida pelo sociólogo alemão, é fundamental apontar que em sua principal obra *Sociologia dos Partidos Políticos* (1982) está contida parte essencial de sua trajetória. Afirmamos isso em função da sua participação no Partido Social Democrata Alemão e, exatamente nessa experiência, surge o objeto de análise do autor.

A busca pela formulação da concepção de Elites se dá, ao menos na obra desse pensador, através das organizações partidárias na Europa, sobretudo a partir da experiência como militante do PSDA. As categorias chave para entender a abordagem de Michels encontra-se sintetizado em: oligarquia, partidos de massa e ainda a articulação dessas categorias com uma noção específica de democracia.

<sup>15</sup>A discussão sobre reconversões, sobretudo como campo de investigação científica, será delimitada a partir da contribuição do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Ao nos propormos a estudar a transposição do Rio São Francisco e mais especificamente a movimentação das elites políticas locais, a contribuição de Michels pode ser relevante por considerar o organismo partidário como espaço de circulação de elites, pensando a política também como o campo institucionalizado, onde elites partidárias compõem a cena local e nacional.

Sabendo das distinções dos âmbitos locais e nacionais no entorno da política, a atualidade da discussão de Michels nos serve para examinar o fluxo de elites e, mais precisamente, verificar, mesmo que não seja especificamente, o objeto deste trabalho, a movimentação dos grupos de elite na Paraíba e no Ceará, na esfera partidária.

Nesse sentido, o esforço que dedicaremos como síntese da produção de Michels encontra-se em sua obra clássica, já mencionada aqui. Acerca das organizações<sup>16</sup>, no caso do objeto do autor, os partidos, destacamos a seguinte passagem a partir de Gimeses (2014, p.136):

A referida obra se baseia num duplo eixo interpretativo: a sociologia das organizações, segundo a qual as organizações não seriam meros instrumentos a serviço dos grupos sociais, mas, quando formadas e consolidadas, capazes de gerar interesses próprios que se sobrepunham àqueles dos indivíduos que deveriam ser representados, num cenário em que existe uma minoria de governantes (oligarquia) e uma maioria de governados; e a psicologia das multidões, que explica a necessidade das massas de submissão aos chefes, já que as massas não apenas não estão preparadas para desempenhar papéis de comando como não desejam exercê-lo.

A estrutura do Nordeste agrário dispensa qualquer forma de relação bilateral entre organismos partidários e tendências de organização. A forma de ser e estar da política no cenário agrário, conforme destaca parte significativa da literatura que abordaremos no capítulo seguinte, nos adianta que a figura dos chefes locais, espaço que durante muito tempo foi ocupado pela figura dos coronéis, dialoga com a noção de submissão aos chefes, sugerida por Michels.

Ainda sobre a lógica de uma minoria de governantes, ou seja, o traço característico da constituição das oligarquias, a submissão do Estado a partir da concentração privada dos seus mecanismos, também é a tônica do Brasil agrário. No entanto, nosso enfoque está, pelo menos aprioristicamente, na tentativa de explicar a relação entre as massas e a submissão aos chefes.

Quando elegemos como tema de nossa investigação a relação entre as elites

<sup>16</sup>Uma análise voltada a sociologia dos pequenos nos auxiliaria na interpretação deste debate, buscando exatamente a movimentação interna dos atores vinculados ao processo social.



e a transposição, emergiu na cena da pesquisa, a correlação que deve ser estabelecida entre a construção social, política, econômica e simbólica desses grupos. A primeira expressão dessa relação está na subordinação das camadas populares aos seus interesses. O que surge, em sua primeira face, como agenda política e depois se reconverte em forma de dominação simbólica.

A condição de pobreza e miserabilidade das massas, institui um desenho de relação específico, profundamente marcado pelas ausências, seja da forma mais sutil de reprodução da matéria humana, a exemplo da fome, como destaca Josué de Castro(1984), em *Geografia da Fome*, seja no processo de estruturação da dominação dos chefes locais em sua relação com as massas, como relata Victor Nunes Leal (1976) em *Coronelismo, enxada e voto*.

A partir desse movimento, a primeira hipótese que surge se aproxima em partes com a afirmativa de Michels (1982) no sentido de que existe efetivamente no Nordeste agrário uma minoria governante, que ao longo dos anos passara a tomar corpo de oligarquia, mas a segunda parte da tese do autor nos distancia, na medida em que afirma a necessidade de submissão das massas.

Considerando que os objetos de estudo são distintos, Michels caminha na análise para a relação intrapartidária e suas expressões no campo democrático. O nosso objeto tem outras dimensões e encontra-se em uma relação específica: governo x sociedade civil.<sup>17</sup>

Recorrendo novamente ao trabalho de Gimenes (2014, p.137), na tentativa de aprofundar o argumento de Michels, destacamos a seguinte passagem:

Nada mais natural, aliás, pois esses chefes não podem ser substituídos imediatamente, uma vez que todos os demais membros do partido são estranhos ao mecanismo burocrático, absorvidos que são pelas suas ocupações cotidianas. Graças à competência que proporcionam em trabalhos pouco ou nada acessíveis à massa, os conhecimentos técnicos dos chefes lhes asseguram virtualmente uma imobilidade que não deixa de atentar contra os princípios da democracia.

A separação dos objetos de Michels e o de nossa pesquisa ficam evidenciados a partir dessa nota. Trouxemos essa perspectiva para destacar aquilo que o autor tomará como os princípios da democracia, o que servirá como instrumento comparativo para pensarmos a estrutura política do Nordeste no contexto de nosso recorte.

<sup>17</sup>Entendemos como sociedade civil a partir da noção de estado ampliado em Gramsci (2002)

Os mecanismos burocráticos e ainda as formas de ocupação cotidianas, que segundo Michels, absorvem os membros do partido e acabam, lá na frente, objetivando uma relação de quase fidelidade entre os membros –sob a categoria massas– e os chefes, podem ser atualizados quando do contexto singular do Nordeste.

A figura dos coronéis, detentores da terra que passam a ocupar e figurar todos os espaços de poder que são comuns ao Estado, está fundamentada em uma única relação: a expressão política do domínio econômico. O paternalismo, assistencialismo e as outras formas de utilização privada da esfera pública surgem como mero instrumento de reprodução da autoridade –ilegítima– desses senhores.

O dado da pobreza e das ausências que destacamos anteriormente, recorrendo ao célebre trabalho de Ruy Facó (1976), em *Cangaceiros e Fanáticos*, nos ilumina no sentido de propiciar uma reflexão sobre os (des)caminhos que a estrutura política, de profunda dependência aos donos da terra, possibilita nos rincões do Brasil.

Em que pese a obra de Facó (1976), trata de uma especificidade, ou seja, de como um movimento, cujo caráter fenomênico é o banditismo, pode ser apenas uma síntese de uma estrutura política vigente, mas que tem, em seu próprio interior, profundas contradições que apelam para o rompimento com essa mesma estrutura.

Nos faz repensar a afirmativa de Michels (1982), quando aborda a necessidade de dominação, como se a única saída que estivesse colocada para esses grupos que vivem à margem e sob o controle político, social e humano dos coronéis residisse na manutenção dessa relação.

Pensar pragmaticamente essas características da relação massas e chefes será nosso objeto por enquanto. Sobre tais características, Michels (1982, p. 39) afirma que

Além da indiferença política das massas e da necessidade de serem dirigidas e guiadas, um outro fator, de qualidade moral mais relevante, contribui para assegurar a supremacia dos chefes: é o reconhecimento das multidões pelas personalidades que falam e escrevem em seu nome. [...] Esses homens, que adquiriram, com frequência, uma espécie de auréola de santidade e de martírio, só pedem, em troca dos serviços prestados, uma única recompensa: o reconhecimento. Essa exigência chega, às vezes, até os anais oficiais do partido. A massa também demonstra sua gratidão com grande intensidade.

O dado que estamos perseguindo surge em forma de síntese na citação

acima, isto é, a indiferença política das massas e da necessidade de serem dirigidas. Um de nossos enfoques neste trabalho está na relação entre as elites e a sociedade civil, ou seja, em que medida a partir da obra de transposição das águas se deu as configurações dessa relação.

Aquilo que Michels vai tratar como a indiferença política das massas está alocada no campo moral, um elemento que para nós não é imprescindível para se pensar a política, tampouco é um elemento capaz de explicar uma relação tão importante, quanto a relação massas e elites.

A despeito da noção política que considera o campo moral como esfera analítica, recorreremos a um escrito nosso, quando buscamos separar epistemologicamente os campos. Nesse sentido, tomamos como moral uma concepção liberal de política, a esfera que estamos filiados, segundo Boito(2007.p.24), “[...] é aquela que concebe o processo como uma luta de ideias, valores ou de projetos”

Nesse sentido, o que está posto como mero aspecto moral, desprezo, ou até mesmo indiferença, como menciona Michels (1982), em nosso entendimento, cumpre o papel de uma agenda que tem origem nas condições materiais de existência da população, em função das precárias condições, se expressa no patamar das ideias, porque a natureza do conflito está na dimensão do acesso ou não acesso à água.

O que emerge na análise de Michels e que nos distancia profundamente da sua abordagem é o aspecto moral da avaliação política, culpabilizando e responsabilizando os atores, sem relacionar com a estrutura, perdendo de vista as nuances, as discontinuidades e sobretudo por isolar o conflito social da relação massas x elites. Nessa interpretação a configuração elites e massa é dada de forma estática e mecânica.

O argumento do autor ainda é mais radicalizado quando ingressa na natureza da dominação da relação elites x massa, e passa a interpretar o comportamento dos grupos a partir de traços psicológicos, colidindo com a noção dialética de realidade e sinalizando para a necessidade de dominação. O que reforça e legitima o discurso de dominação. De acordo com esses traços psicológicos, Perissinotto (2009, p. 88) afirma que, para Michels:

[...] se as massas têm uma necessidade inata de ter chefes, se elas se

prendem mais a espetáculos do que a discussões sérias, se elas sentem uma necessidade, também inata, de venerar o seu chefe, é evidente que, num partido político que congrega uma multidão de filiados, o discurso e a qualidade retórica são atributos essenciais para subjugar-las.

Acerca do citado Gimenes (2014, p. 138) acrescenta que “[...] outra característica negativa das massas seria seu maior apego à forma dos discursos dos chefes do que ao seu conteúdo”.

No movimento anterior, dimensionamos o objeto de Michels – os partidos políticos e suas relações internas – e a partir da natureza e da configuração dessa relação, passamos a correlacionar com a relação elites x massa<sup>18</sup> no Nordeste agrário brasileiro. Na citação alocada acima, Gimenes (2014), expande o objeto do autor e enfatiza que o partido reproduz a dinâmica da sociedade e a sociedade se expressa também dentro do partido.

Tal passagem reafirma que o movimento analítico que nos propusemos a fazer, constitui, também, o esforço semelhante que o comentador fez ao remontar a construção teórica de Michels. Uma vez expressa essa semelhança analítica, nos deteremos, já em vias de conclusão do tópico, na abordagem da concepção de democracia em Michels.

O argumento utilizado pelo autor apenas reforça a noção de que a política é um fenômeno dado, que se esgota no processo de dominação de um grupo por outro, no caso da análise citada, se encerra no limite da relação elites x massa, como trata Gimenes (2014, p.139):

Por fim, é necessário ressaltar que Michels afirmava que o exercício da administração seria também uma forma de poder e defendia ainda a democracia possível, que consistiria num regime não de autogoverno das massas, mas de como sistema que permitisse aos governados defender seus interesses e controlar as oligarquias, de modo a viabilizar a renovação lenta e segura da classe política e evitar a formação de uma aristocracia fechada e destinada à degeneração.

O fundamento do autor ao estabelecer o debate sobre a democracia se encontra com o controle das oligarquias. No entanto, a divergência que estabelecemos com a tradição desse pensamento político está na mera substituição de um grupo oligárquico por outro, ou seja, quando não está vinculado à uma

<sup>18</sup>A idéia de massa como sendo um amontoado populacional sem consciência política e social, guiada por uma elite dirigente.

perspectiva de alteração na estrutura política, a tendência, do ponto de vista histórica, é a mera transferência de grupos.

A perspectiva adotada por Michels não nos serve como guia para conduzir nossa análise, em função da debilidade teórica da noção de democracia, que só concebe uma via, em que se estabelece através de um governo autocrático, fechado. Metodologicamente o circuito das elites também não nos servirá, porque em última instância endossa a noção engessada de elites e massa.

## 2.2 A ESCOLA FRANCESA

### 2.2.1 A contribuição bourdiesiana ao debate

Ainda no início desse capítulo nos propusemos a identificar e eleger uma teoria das elites que viesse lançar luz sobre nosso objeto para, finalmente, delimitarmos a teoria e o método específico na busca por um percurso que melhor nos permitisse compreender a movimentação das elites políticas locais – nordestinas – a partir da obra da transposição.

Não custa rememorar o que já produzimos de revisão até o tópico que será desenvolvido nas próximas laudas: tergiversamos sobre a contribuição dos pensadores clássicos, Pareto (1964); Mosca (1992) e Michels (1982), percebendo a trajetória desses autores e os fundamentos do pensamento social contido nas contribuições teóricas.

Perpassamos, ainda, a contribuição da considerada teoria crítica, fincada no método do materialismo histórico e dialético, fundada por Marx e Engels. Nesse sentido, produzimos um esforço de revisão teórica e bibliográfica, ingressando e sintetizando as proposições do próprio Marx, do filósofo político italiano Antonio Gramsci (2002). Também sintetizamos as concepções presentes nas categorias analíticas: Hegemonia, Conflitos e Blocos no poder.

No que concerne aos dois movimentos iniciais de revisão, percebemos, de imediato, os limites do pensamento clássico, isto é, na medida em que não atua, teórica e metodologicamente no campo que nos permita desenvolver, em forma de pesquisa, a movimentação das elites. O que de fato nos faz desconsiderar ao menos como fio condutor de nossa pesquisa, essa perspectiva.

Já no segundo movimento<sup>19</sup>, percebemos os limites da perspectiva marxista, exatamente por adotar como premissa o conflito no interior das classes sociais. Em que pese esse limite metodológico, a perspectiva da luta de classes, nos mostra, a partir da contribuição de T. Bottomore (1965), a possibilidade de uma teoria das elites na dicotomia classe dominante x classe dominada.

No tópico que se inicia, vamos abordar a contribuição do pensamento de Pierre Bourdieu para o campo da teoria das elites, a partir de uma chave conceitual: a noção de campo, *habitus* e a movimentação das capitais na esfera social. Cabe ressaltar que as nossas proposições acerca do fenômeno pesquisado, ainda na delimitação do objeto, conforme ressaltamos ainda na introdução deste trabalho, inserem as categorias marxianas como temáticas da pesquisa.

O esboço que desenhamos permite dialogar com as categorias marxianas, mas nosso objeto exige uma teoria de elites que vislumbre como as elites procederam durante a discussão e a execução da obra da transposição do Rio São Francisco. Em função dessa especificidade, faremos a adoção da noção de campo e da movimentação de capitais em caráter de revisão bibliográfica para, por fim, elegermos a teoria e o método da pesquisa.

Diante das escolhas teóricas e metodológicas da pesquisa, faremos, ainda, a revisão do percurso proposto por Monique De Saint-Martin (2008), quando se propôs a estudar a nobreza francesa. Entendemos que o desenho de pesquisa sugerido pela autora é de grande relevância e pode, em última instância, nos apontar encaminhamentos para o desenvolvimento do nosso trabalho. Por último revisaremos a contribuição de Frederic Lebaron, quando se propõe a discutir a formação simbólica e o campo das elites.

A escolha por revisar a metodologia sugerida por Bourdieu (2005) nos permite começar a problematização a partir da forma que o próprio pensador delimitava a noção da pesquisa, como destaca Scartezini (2011 p.27): “A primeira ideia que deve ser arrolada sobre a metodologia de Bourdieu é a de apreender a pesquisa como uma atividade racional e não como uma espécie de busca mística.”

Sendo a sugestão desse processo de apropriação metodológica a forma de compreensão da ciência como parte de uma atividade racional<sup>20</sup>, uma série de

<sup>19</sup>A sistematização da teoria das elites a partir da perspectiva marxista encontra-se no tópico final deste capítulo, por razões didáticas optamos por antecipar a contribuição Bourdiesiana.

<sup>20</sup>Cabe destacar que o conceito de racionalidade que estamos utilizando encontra-se nas formulações de Max Weber, ao discutir a objetividade do conhecimento nas ciências sociais.

outros elementos vão incorporando o debate metodológico de Bourdieu, sobretudo a respeito das questões que podem enviesar a pesquisa.

Partindo de Bachelard, Bourdieu (2002), afirma que a ciência deve recusar as certezas do saber definitivo, pois esta somente poderá progredir se colocar perpetuamente em questão os princípios de suas próprias construções. Assim, para se fazer ciência seria preciso, segundo Scartezini (2011.p.28), “[...] evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico.” (BOURDIEU, 2002 p.42).

Na medida em que passamos a considerar essas afirmações de Bourdieu como premissas para o desenvolvimento da ciência e, portanto, da pesquisa, nosso objeto está imbuído de valores, em função do pesquisador que escreve este trabalho ter vivenciado a crise hídrica que assolou a região nordeste durante os últimos tempos e, sobretudo, por ter vivenciado, também com uma carga de valores e expectativas a obra da transposição do Rio São Francisco.

Em que pese entendermos a necessidade da busca pela neutralidade axiológica, como já discutiu Max Weber (2001), de forma brilhante, a sanha do pesquisador, em última instância, acaba se confundindo com o objeto. E nesse jogo o objeto passa a ingressar a vida do pesquisador. O pesquisador, como sujeito de ações sociais, também passa a perceber no objeto detalhes da sua própria trajetória.

Posto essa primeira caracterização da premissa metodológica proposta por Pierre Bourdieu, feitas as devidas ressalvas sobre os limites de enviesamento da pesquisa, buscando separar o que é científico e o que não é objeto da ciência em nossa pesquisa, a questão das categorias utilizadas pelo autor passam a se colocar no campo da nossa pesquisa como traços fundamentais.

Nosso esforço de síntese nas laudas que seguirão estará resumido na discussão das categorias analíticas: campo, *habitus* e capitais<sup>21</sup>. Entendemos que a forma que essas categorias emergem no pensamento Bourdesiano nos servirá para análise da obra da transposição e, sobretudo, como forma de compreensão da movimentação das elites. Cabe destacar que neste capítulo inicial nossa abordagem está reduzida apenas à discussão epistemológica dessas categorias. Ou seja, o que está posto nesse capítulo é a revisão bibliográfica, nos capítulos seguintes, como já

<sup>21</sup>Consideramos as noções de capitais e *habitus* e campo como sendo parte essencial para compreensão desse trabalho de pesquisa.

adiantado aqui no texto, perseguiremos o objeto com a teoria, método e categorias elegidas.

À primeira vista, a ideia de campo em Bourdieu nos aparece como uma construção que vai pouco a pouco dando o suporte prático da pesquisa, ou seja, a noção de campo vai apontando um campo relacional entre o objeto da pesquisa, a própria prática e o desenvolvimento da pesquisa. Com relação à essa formulação que estamos tratando, Scartezini (2011. p.32), diz que:

Com as noções de campo e habitus Pierre Bourdieu dá à sua metodologia de pesquisa um aparato conceitual que a torna ainda mais densa. O autor aponta que a noção de campo é uma construção que vai comandar ou orientar todas as opções práticas da pesquisa.

Essencialmente, o que a comentadora diz a respeito da noção de campo muito se aproxima com a formulação que destacamos no início do parágrafo anterior. Nesse sentido, a noção de campo são os espaços estruturados de posições, dada a condição relacional dos fenômenos sociais, onde atuam e se manifestam o mundo social. Como adiantou Bourdieu (2002. p.28) “Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: o real é relacional.”

Saint-Martin (2022, p.224), nos diz que a noção de campo passou a ser desenvolvida gradualmente por Bourdieu, na medida em que foi desenvolvendo pesquisas sobre os intelectuais, a economia, o mundo científico. Destaca, ainda, a importante releitura que o pensador francês fez de Max Weber, usando a noção relacional, como dado fundamental para o desenvolvimento da noção de campo. Nesse sentido, destaca-se:

A noção de campo foi progressivamente elaborada por Pierre Bourdieu, primeiro a partir de pesquisas sobre os intelectuais, os escritores, o mundo científico e graças à releitura de Max Weber, particularmente sobre as religiões. Essa noção (na verdade, uma metáfora emprestada da física) permitiu que apreendesse, de maneira nova e luminosa, as relações ou, melhor dizendo, as relações de forças e de dominação entre intelectuais, escritores, cientistas, juristas, religiosos e leigos assim como a solidariedade entre concorrentes e os desafios específicos de cada campo estudado.

Quando passamos a considerar essa noção de campo, estamos pensando todo o processo social de forma relacional, bem como as relações de conflito que vão intermediando o andamento dos processos. Saliendo, também, que esse processo de disputa se dá tanto no âmbito objetivo, ou seja, da disputa real entre os



agentes, quanto no âmbito subjetivo.

Na medida em que nos propusemos a discutir a noção de campo em Bourdieu, o conceito de *habitus* também vai ganhando contornos na esteira dessa discussão. Antes de abordarmos uma possível definição e articulação desses conceitos, cabe ressaltar que o processo em que a obra da transposição do Rio São Francisco se deu, pensada relacionalmente<sup>22</sup>, constitui um campo.

Saint-Martin (2022, p.225), referencia nossa afirmação anterior, quando diz:

Pensar em termos de campo é, antes de tudo, pensar relacionalmente e pensar relações de força e relações de luta e de dominação, por exemplo, entre intelectuais, entre escritores ou entre jornalistas e cientistas. A noção de campo permite pensar as relações objetivas e subjetivas entre os diferentes atores ou os diferentes grupos sociais; também permite pensar as relações entre diferentes espaços e os diferentes tipos de relações – de dominação, de concorrência e de solidariedade.

Pensar a obra da transposição a partir da noção de campo, em nossa avaliação, permite identificar do ponto de vista das relações objetivas: atores e agentes diretamente envolvidos com a obra, instituições tanto a nível da composição do Estado, quanto fora dele que passaram a ser impactadas pela magnitude da obra, personalidades que ao longo do debate foram se posicionando. Em se tratando das relações subjetivas, retomamos a atuação dos diferentes grupos sociais, que, pelo método relacional, interagem diretamente com a obra, sofrendo ou não seus impactos, além da arena de disputa que se converteu a obra em seu primeiro momento.

Conseguindo delimitar a obra da transposição a partir da noção de campo, cabe-nos, agora, a partir da contribuição de Saint-Martin (2020), articular a noção de campo e o conceito de *habitus* - a autora destaca a centralidade que essas categorias passam a assumir na produção de Bourdieu, sobretudo como ferramenta de aplicação para análises empíricas. Acerca disso, a pensadora nos diz, remontando ainda Castel (2004):

A noção de campo e o conceito de *habitus*, igualmente central na obra de Bourdieu, foram concebidos por ele para serem aplicados empiricamente e de maneira sistemática. Bourdieu sugere que é o campo e não o indivíduo que deve ser o centro das operações de pesquisa. Segundo ele, a ciência constrói os indivíduos como agentes e não como indivíduos

<sup>22</sup>O estudo que estamos nos propondo a realizar considera o método relacional como uma forma importante para interpretação das elites no nordeste brasileiro.

biológicos ou sujeitos. Como observou Robert Castel, Bourdieu desconfiava demais das ilusões da vontade para falar de atores e desconfiava demais das seduções do subjetivismo para falar do sujeito (Castel *apud* Saint-Martin, 2022, p. 225).

A maneira que os agentes vão lidando com as estruturas que também são estruturantes é a chave para pensarmos conceitualmente a síntese de *habitus* em Pierre Bourdieu(2002). A movimentação de oposição, resistência e aceitação de uma série de dispositivos que estão presentes na força do campo se constitui como sendo o próprio conceito. Ou seja, Scartezini (2011 p.35): “O *habitus* é um conjunto de conhecimentos adquiridos, são disposições incorporadas ao longo do tempo.”

O último conceito que tomaremos emprestado de Bourdieu (2002) e revisaremos nesse tópico são as noções de capitais no pensador. Trabalhando em forma de síntese, entendemos que capitais são dispositivos de/para exercício de poder, isto é, são formas culturais, econômicas e sociais, que os agentes se apropriam, se utilizam e passam a se mover no campo.

Abordando inicialmente o capital social como dispositivo de poder<sup>23</sup>, tomaremos como premissa dessa noção a rede de relações que o agente social consegue mobilizar, nesse sentido mencionamos a passagem de Bourdieu (2003, p. 67):

Na década de 80, Pierre Bourdieu definiu capital social como: “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos).

Em sendo o capital social a capacidade de aumentar o volume de capitais a partir das redes de relações que o agente é capaz de mobilizar, pensar os ditames econômicos sobre nosso objeto também requer a definição do que seria capital econômico em Bourdieu.

Pensando o capital econômico como uma variável de reprodução das posições sociais, a forma pela qual as autoras Alicia Bonamino, Fátima Alves e Creso Franco (2010, p.488), enfatizam a noção de capital econômico nos é útil para nossa análise. Nesse sentido, elas dizem:

<sup>23</sup>Trata-se de um dispositivo por incorporar a possibilidade de ativação contínua dos mecanismo de circulação de poder.

Bourdieu (1989) vê o espaço social como um campo de lutas onde os agentes (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Essas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital. O capital econômico, na forma de diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais), é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis a curto e longo prazo.

A noção de capital cultural vem a partir de outra chave, ou seja, de como o ditame da apropriação da cultura de uma determinada sociedade interfere no próprio processo de desenvolvimento do agente. E, sobretudo, de como os agentes se utilizam dessa noção de apropriação como mecanismo de poder. Segundo Bourdieu (1979, p.76), a definição de capital cultural é:

O capital cultural pode existir em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado, e sua acumulação inicial “começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural.

A totalidade<sup>24</sup> do processo social brasileiro é permeado por conflitos e disputas. Abordar esse processo é o grande desafio que está posto em nossa pesquisa. Mais precisamente a questão que nos surge é: é possível abordar os conflitos presentes na obra da transposição do Rio São Francisco pela ótica Bourdiesiana? Outra questão que permeia a discussão é: Por que a abordagem de Bourdieu é a mais adequada para dar conta de explicar todo esse processo?

Problematizar o próprio lugar de pesquisador e a pesquisa é parte do método que adotamos para este trabalho. Identificar a movimentação dos agentes, os fluxos de capitais, apropriações econômicas, teias de relações e capitais sociais é desejável para nosso objeto. Por fim, levantaremos o percurso trilhado pela pensadora Monique de Saint-Martin, quando levantou a movimentação da nobreza na França. Este percurso pode nos servir de guia para nossa pesquisa.

### *2.2.1.1 A sugestão metodológica de Lebaron e a noção clássica de teoria das elites: uma nova versão para um problema antigo*

<sup>24</sup>Totalidade como categoria epistemológica que considera as determinações da realidade, a partir da relação geral x específico.

A trajetória do intelectual Frédéric Lebaron se confunde o tempo todo com a noção metodológica que o autor sugere ao longo de sua produção acadêmica. Considerado um dos herdeiros de Bourdieu, especializou-se no desenvolvimento de um método que propiciasse a interface entre a sociologia econômica e as elites a partir de técnicas quantitativas.

A sugestão metodológica de Lebaron, conforme indica nosso título no tópico diz respeito exatamente ao uso da técnica quantitativa no exame da sociologia econômica<sup>25</sup> com ênfase na percepção de elites, o que nos é de grande relevância, haja visto o objeto de estudo dessa dissertação.

Para além das considerações teóricas e metodológicas, nos debruçaremos a partir de uma entrevista que o pesquisador concedeu aos pesquisadores Silvio Eduardo Alvarez Candido, Fernanda Veríssimo Soulé e Karina Gomes de Assis. Entrevista que foi publicada com o título *A sociologia econômica de Bourdieu*.

O que nos cabe até o presente momento é remontar a partir das contribuições teóricas que até o momento nos propusemos a abordar. Feita esta consideração, trataremos, nesse movimento, antes da incorporação da técnica quantitativa, como sugestão de Lebaron (2018), de descrever os métodos padrões na análise das elites.

Cabe considerar que estamos ancorados na obra: *Como estudar Elites*, a partir do artigo de Adriano Codato (2015), intitulado: *Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos*. Quando fomos remontando o pensamento clássico, por meio da contribuição de Michels, Pareto e Mosca, a metodologia, ou seja, a forma pela qual os autores se utilizavam para estudar elites foi a centralidade de nossa proposta.

Contemporaneamente refutamos a utilização desses métodos, como discutido no tópico anterior, exatamente por compreender que as premissas teóricas abordadas por esses autores pouco podem contribuir na nossa busca de pesquisa. Em que pese esse elemento que nos separa teórico e metodologicamente, a descrição utilizada por Codato ao tratar das metodologias clássicas é importante para nossa definição e, sobretudo, para apresentarmos, também, o salto qualitativo na sugestão metodológica de Lebaron.

<sup>25</sup>Em nosso entendimento não há separação entre o campo da sociologia econômica e a teoria das elites.

A respeito do método posicional, Codato (2015, p.16), diz:

O método posicional enfatiza que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as posições formais de mando em uma comunidade (diretorias de grandes empresas, cúpulas do Executivo, posições superiores nas organizações políticas e militares). Sua grande vantagem é identificar o maior número possível de indivíduos influentes com segurança. O livro mais representativo dessa abordagem é *The Power Elite*, de C. Wright Mills (1956). Ele trata da solidariedade dos grupos dominantes dos Estados Unidos em meados do século XX e do círculo de ferro formado pelas elites corporativas, políticas e militares.

No que diz respeito ao método decisional, Codato (2015, p.16-17), destaca:

O método decisional sustenta, por sua vez, que as pessoas com poder são aquelas capazes de tomar as decisões estratégicas para uma comunidade (ou influenciar as suas decisões mais importantes) e nem sempre se confundem com aquelas que ocupam as posições formalmente designadas como as mais relevantes. O estudo clássico aqui é o de Robert Dahl, *Who Governs?* (1961), sobre a cidade de New Haven, em Connecticut. Seu objetivo foi determinar “quem governa” uma comunidade, isto é, entre os vários grupos de pressão e de interesse (incluindo também os políticos profissionais), qual ou quais detêm influência suficiente para estabelecer suas preferências nas decisões públicas.

Referente ao método reputacional, enfatiza:

“O método reputacional foi o método usado em *Community Power Structure* por Floyd Hunter (1953), uma monografia sobre Atlanta e depois aplicado em nível nacional no livro *Top Leadership U.S.A.* (1959)<sup>3</sup>. Trata-se de um procedimento em duas etapas complementares. A primeira consiste em elaborar uma lista ampla de lideranças em uma comunidade a partir das posições formais que elas controlam em diferentes arenas decisórias (método posicional). A segunda etapa consiste em submeter essa lista a especialistas solicitando que indiquem um pequeno número daqueles que são, dentre os listados, os mais reputados, isto é, aqueles considerados como os mais influentes ou os mais poderosos. O grupo de elite seria então formado pelos que fossem mais vezes mencionados.” (Codato, 2015, p.17)

Sendo o método posicional aquele que pretende vislumbrar o poder de decisão a partir, tanto do indivíduo quanto do grupo, mas com o olhar focado para as posições formais de mando, ou seja, o exercício do poder<sup>26</sup> se dá em função da posição que o agente assume no grupo.

Percebemos após a citação de Codato (2015), que o olhar lançado pelo método adotado define a caracterização das elites – o exemplo do método decisional ilustra bem a importância da escolha. Ou seja, por intermédio do método decisional é possível lançar o olhar para identificar os indivíduos que exercem poder, isto é, aqueles “que mandam”, por definir e tomar as decisões estratégicas

<sup>26</sup>A relação dos agentes ganha maior notoriedade a partir desse método analítico.

sem obrigatoriamente ocupar posições formais.

Por fim, a referência ao método reputacional que consiste na elaboração de uma lista “com os nomes pessoais” que possivelmente caracterizem a elite e depois de uma apreciação de especialistas na área, aqueles que forem mais votados, certamente caracterizaram-se como sendo a elite possivelmente dirigente.

Para além dessas categorizações, Codato (2015) apresenta um quadro que reproduziremos a seguir, sobre como se dá, a partir de exemplos, o proceder de cada um desses métodos:

Quadro 1 – Poder, influência e processo decisório conforme os métodos posicional, reputacional e decisional

	Método posicional	Método decisional	Método reputacional
<b>Recursos de poder e influência</b>	Poder de decisão formal cujas fontes são as posições ocupadas nas organizações fundamentais da comunidade	Recursos de poder contingentes, dependentes das relações de força cambiantes entre uma pluralidade de grupos	Recursos de poder posicionais e influência política com base no prestígio pessoal socialmente reconhecido
<b>Envolvimento ativo no processo decisório</b>	Somente decisores com poder político	Atores políticos influentes, independentemente de sua autoridade formal sobre o processo de tomada de decisões	Indivíduos considerados como influentes cujas preferências são levadas em conta na tomada de decisão política
<b>Envolvimento ativo e influência política indireta no processo decisório</b>	Decisores com mandatos políticos e titulares de posições de liderança em organizações importantes		

Fonte: Adaptado de Hoffmann-Lange (2007).

Fonte: CODATO, 2015

Sendo, portanto, essa a caracterização da utilização desses métodos em um exemplo concreto de pesquisa, poderíamos, como forma de exercício de investigação científica, vislumbrar ou até mesmo desenhar nosso objeto a partir dessas bases metodológicas, como forma de exame para atingirmos os nossos objetivos de pesquisa.

A partir do método posicional perceberíamos que o poder de decisão da obra da transposição estaria nas mãos do Ministério da Integração Nacional, a partir do Plano de Integração das Bacias do São Francisco, o PISF, e sobretudo a partir da figura do ministro, na ocasião o senhor *Ciro Ferreira Gomes*<sup>27</sup> e, também, o presidente da época *Luiz Inácio Lula da Silva*.

Com relação ao poder de decisão da obra, a partir das bases do método decisional, observaríamos que a obra da transposição só pudera ser viabilizada a partir de um conjunto de relações, e da atuação de uma série de agentes que

<sup>27</sup>Derrotado nas eleições presidenciais de 2002, *Ciro Ferreira Gomes*, é nomeado Ministro da Integração Nacional em 1º de Janeiro de 2003.

exerciam poder, tanto a nível nacional, como os ministros do Meio Ambiente, Integração Nacional, Fazenda e Casal Civil até os núcleos locais.

A última hipótese, com base no método reputacional, que diz respeito aos recursos de poder, influência política com base no prestígio pessoal, certamente esvaziaria nosso objeto, dado o amplo debate que a obra da transposição gerou na sociedade brasileira, incluindo também as organizações da sociedade civil, a exemplo dos comitês de bacias, tanto das bacias receptoras quanto da bacia doadora. Ou seja, retiraríamos o elemento coletivo da discussão.

Este exercício metodológico nos chamou atenção para alguns aspectos que discutiremos a seguir, seriam, em síntese, três aspectos essenciais:

- a) A utilização tanto do método posicional, quanto do decisional abrem lacunas na especificidade do nosso objeto. Primeiro por contemplar a relação exclusivamente das elites, sem que dê ênfase e margem para a outra ponta do nosso objeto que é a relação desses grupos com a sociedade civil.
- b) Tanto o método decisional, quanto o método reputacional, isolam do espaço do conflito outras figuras que são importantes. Portanto, se considerarmos a hipótese reputacional e submetermos uma lista para especialistas tecerem a respeito de quem é a elite governamental, não contempla a especificidade regional da obra em questão.
- c) Os três métodos não consideram o elemento relacional, ou seja, o processo da obra compõe uma política pública de expansão de força produtiva - o PAC - que dialoga com setores específicos da produção alocados nos blocos de poder da sociedade brasileira. Isto é, quando pensamos em elites, com relação ao nosso objeto, não se enquadra apenas aquelas que foram a face pública da obra, mas quem ganhou e o que ganhou com a obra em questão.

Nesse sentido, pensando nosso objeto a partir do quadro que destacamos anteriormente, teríamos uma série de elementos para inserir, por exemplo:

Quadro 2– Cruzamento entre agentes, chefes locais e entidades

<b>AGENTES PÚBLICOS</b>	<b>CHEFES LOCAIS</b>	<b>ENTIDADES ORGANIZADAS</b>
-------------------------	----------------------	------------------------------

Ministério da Integração Nacional	Governadores dos estados contemplados com a obra	Comitê das Bacias receptoras
Ministério do meio ambiente	Deputados Federais dos estados contemplados com a obra	Comitê de Bacias doadora
Ministério da Fazenda	Senadores dos estados contemplados com a obra	Via Campesina

Fonte:Elaboração própria, 2023

Com base na nossa elaboração, a utilização dessa metodologia não permitiria captar as elites, em função de estarmos tratando a todo momento com instâncias do governo, a exemplo de ministérios e parlamentares. Outro dado que é relevante é o fato de a política em âmbito local não reluzir o espectro da política nacional, ou seja, haveria mais dessemelhanças do que simetrias se escolhêssemos a utilização de um desses métodos.

Colocadas essas diferenciações, retomamos a sugestão de Lebaron (2010, p. 103)

No que concerne à metodologia, a sociologia bourdieusiana privilegiou o desenvolvimento de representações geométricas, delineadas com base em análises de correspondências múltiplas. Procedimento relacional que expressa distâncias entre propriedades sociais, desenvolvido por Jean Paul Benzécri e adotado por Bourdieu por expressar polarizações entre agentes, decorrentes da distribuição desigual de recursos, sendo que tais polarizações estariam na raiz das lutas travadas para determinar os princípios dominantes de dominação.

A distribuição desigual de recursos, como destaca Bourdieu, é um dado que também nos auxilia para caracterização da obra da transposição, principalmente se colocada essa discussão em uma linha do tempo. A questão da obra foi tratada inclusive como uma discussão histórica, contendo relatos desde o início da república, com relação a ideia de transpor as águas para outras regiões.

A adoção do método, discute Lebaron (2010), se daria por meio de uma análise de correspondências múltiplas, no sentido de que este método geométrico pode possibilitar a identificação dos espaços estruturados, podendo lançar luz sobre o *habitus* comum, e, também, sobre as dessemelhanças no espaço em disputa.

Com base nisso, destacamos na contribuição de Kluger (2017, p.86):

Nessa perspectiva, a análise geométrica, correntemente perpetrada por



meio das análises de correspondências múltiplas (ACM), seria uma ferramenta de representação mais adequada ao retrato dos espaços estruturados, visto expressar polarizações objetivas que independem das interações face a face, decorrentes da distribuição desigual de recursos que estaria na raiz das lutas travadas para determinar os princípios preponderantes de dominação dominantes. Aqueles que aparecem em posições próximas no espaço criado com auxílio das ACMs teriam *habitus* comuns, ou seja, sistemas de percepção, apreciação e ação semelhantes (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 16; Lebaron, 2010; Sapiro, 2006, pp. 46-48; Nooy, 2003, p. 306).

Conforme antecipamos, a utilização de análises de correspondências múltiplas é um caminho interessante para o estudo da sociologia econômica e das elites, sobretudo por captar a movimentação em redes e apreciar ações semelhantes dos grupos.

Em que pese o dado da relevância das ACMs, nossa pesquisa se encontra estruturada a partir de três noções categoriais vinculadas à teoria crítica: conflitos, hegemonia e blocos no poder e tem, como nuance central, a movimentação das elites na arena da transposição.

Dada essa singularidade metodológica, reivindicamos como necessário o percurso bourdiesiano utilizado por Saint-Martin como exercício de revisão por nos possibilitar enxergar o movimento das reconversões e a utilização dos capitais em outros espaços

#### *2.2.1.2 O percurso de Saint-Martin desvendando a nobreza: uma alternativa metodológica necessária*

O movimento adotado por Monique de Saint-Martin ao tecer sobre o processo de reconversões e reestruturação das elites na França será neste tópico objeto de nossa reflexão. Entendemos que a forma pela qual a autora utiliza as noções conceituais de reconversão e reestruturação nos servirá para explicar a movimentação das elites no âmbito do nordeste brasileiro, sobretudo a partir da obra de transposição do Rio São Francisco.

Cabe destacar que o objeto elegido pela autora já fora bastante discutido na França, dada a condição de país desenvolvido e profundamente hierarquizado, uma observação necessária que a autora faz ainda nas notas introdutórias diz respeito aos estudos que anteriormente vinham sendo feitos no sentido de que sempre

apontavam para um recrutamento do que para um processo de formação e construção de identidades<sup>28</sup>.

Como o nosso esforço nesse tópico está no sentido de revisar, para, a partir disto esboçar uma teoria que nos sirva para alcançarmos nosso objeto, destacamos:

A observação e o estudo aprofundado das estratégias de reconversão dos membros das diferentes frações das classes dirigentes, dos seus êxitos e fracassos, da tendência para o conservadorismo ou para a inovação constituem um interessante ponto de partida na análise das transformações e das reestruturações das elites e dos poderes. Com as reconversões, encontramos-nos, com efeito, não só no centro do processo de ruptura das carreiras ou dos itinerários mais clássicos, mas também no centro do processo de desvalorização ou de reavaliação dos diversos recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos detidos pelos diferentes agentes. (Saint Martin, 1995, p.1023)

Cabe-nos inferir que a adoção do método de Saint-Martin é importante para identificar não apenas as movimentações, mas as estratégias que as elites utilizaram para reverterem seus capitais. Nesse caso, a autora lança luz para diferentes frações das classes dirigentes francesas. Essa afirmativa é relevante, porque parte da premissa que a classe dirigente não é homogênea, ou seja, não há, mesmo em que pese a unidade classe social, um único grupo que dirija e aponte as nuances da capa social.

No caso que estamos trabalhando, isto é, no recorte da transposição do Rio São Francisco, poderíamos, a grosso modo, identificar a atuação pelo menos de duas famílias que ao longo dos últimos 30 anos hegemonizaram a política tanto no estado da Paraíba, quanto no estado do Ceará, partes de nosso recorte. No entanto, identificar os grupos não é suficientemente necessário para buscar reconversões.

O fato é que a partir da eleição, hegemonia e conflitos desses dois grupos, podemos iniciar nossa investigação em torno da movimentação desses atores e sobretudo respondermos nossas questões de pesquisa. Considerando que a arena do conflito é a transposição, houve reavaliação e movimentação dos capitais desses atores no entorno de toda essa discussão que estamos realizando?

A respeito do que entendemos sobre reconversões, estamos alinhados teoricamente, ao menos nesse aspecto, com aquilo que Saint-Martin diz a respeito desse conceito. Não apenas no sentido da definição teórica, mas como se dá, em

<sup>28</sup>A forma como estamos tomando a noção de identidade, distancia-se da proposição de Chartier, vinculando identidade a representação.

forma de determinação a expressão empírica desse processo. Saint-Martin (1995, p.1024), nos diz:

As reconversões não se produzem todas, num dado momento, num mesmo sentido; assim, os patrões ou os administradores de empresas podem tentar converter a sua fortuna ou o seu património económico em notoriedade, em prestígio simbólico, enquanto outros, por exemplo, os de ascendência nobre, podem, no mesmo momento, tentar converter um nome, um título nobiliárquico (duque, conde, marquês), uma rede de relações, em capital económico. O valor e o rendimento das diferentes espécies de capital raramente são fixados de modo durável; são moeda de troca nas lutas entre os diversos grupos, e, enquanto uma certa espécie de capital, por exemplo, um título escolar, corre sempre o risco de se desvalorizar ou perder legitimidade, outra pode rapidamente valorizar-se — é o caso do capital económico ou financeiro na maioria das sociedades contemporâneas. Só a acumulação de diferentes espécies de capital garante proteção contra a desclassificação ou o declínio social.

A explicação de Saint-Martin sobre como se dá as reconversões é extremamente relevante para nossa pesquisa, entendendo que as reconversões não se dão, todas, em um mesmo momento, nem no mesmo sentido, a forma pela qual os atores aumentaram, diminuíram, reorientaram seus capitais, consegue nos fornecer uma explicação razoável para a atuação das elites nordestinas.

As elites nordestinas, diferentemente das elites francesas, não têm, por formação histórica, o caráter hierárquico da sociedade. Dado que discutiremos não como forma de distinção no capítulo seguinte, nem por intermédio de qualquer método comparado, mas como traço característico e constitutivo de sua formação enquanto classe social. Perpassar a formação desses grupos nos ajudará a entender, inclusive, se houve reconversões durante o período do nosso recorte.

Entendendo que capitais são mecanismo de influência e de expressão de poder, em que medida a obra da transposição permitiu a esses atores e grupos reconverterem capital económico, capital simbólico, capital político e capital cultural?<sup>29</sup> O nosso olhar se expande quando passamos a problematizar não apenas a atuação das elites e dos atores que compõem esse grupo, mas a própria sociedade civil, como o título do nosso trabalho já indica.

Na medida em que passamos a ponderar a atuação das elites e prováveis reconfigurações nas suas relações com a sociedade civil, principalmente a sociedade civil organizada, estamos chamando atenção para processos de

<sup>29</sup>Imaginar que a obra da transposição não alterou o poder dos grupos dominantes no nordeste é desprezar toda reflexão e contribuição do campo bourdieusiano ao debate.

reconversões dos capitais desses agentes e dos grupos que vão compondo a totalidade da sociedade local.

Quando destacamos as reconversões estamos dando ênfase ao processo de reorientação e atuação, por onde os grupos, no nosso recorte as elites, dirigem os seus mecanismos de poder. Acerca desse processo na França, sinalizamos a passagem de Saint-Martin (1995 p.1024-1025), ao tecer sobre a reconversão de capitais econômicos e culturais:

No caso das chefias de empresas ou do patronato, a reconversão do patrimônio econômico em patrimônio cultural e a transição do estatuto de empresário independente ou de patrão para o de dirigente assalariado constituíram, nomeadamente nos anos 60-80, uma estratégia que permitiu às famílias que ocupavam posições preponderantes nas classes dirigentes manter o controle das suas empresas. Estas famílias, que, antes, pouco se haviam interessado pela formação escolar, modificaram o seu comportamento e a sua prática, inclusive em relação à escola, procurando garantir aos filhos a obtenção de um diploma que lhes proporcionasse, mais tarde, o acesso a cargos de direção e a participação no lucro das empresas através de um salário. Por vezes, quando não obtinham aprovação nos concursos de acesso às grandes écoles públicas, inscreviam-se em escolas superiores privadas com prestígio.

Ao examinarmos essa movimentação nas elites políticas nordestinas, a primeira pré-noção que emerge em nossas reflexões é: a origem do capital econômico desses grupos, as bases do capital social e por último as nuances do capital cultural dos agentes locais. Ora, quando pensamos no declínio da zona do cacau<sup>1</sup> –óbvio que a partir de um exame mais minucioso e síntese de pesquisa, minimamente bibliográfica – entendemos o processo de desagregação da elite local se deu em função da dificuldade de reconversão desses grupos.

Com base nessa experiência acumulada e nos diálogos políticos existentes na região Nordeste, desenhar o percurso desses grupos se coloca como um dos desafios desse trabalho. Haja vista a tentativa de reorientação política nos pleitos que antecediam a obra da transposição, no caso da Paraíba, o arco de aliança política da família dominante transitou entre o que se tornou conveniente socialmente denominar de esquerda e direita, o que na política local assume outros – nem tão novos– contornos.

Quando da tratativa desses movimentos políticos e partidários<sup>30</sup> desses

<sup>30</sup>Em que pese os partidos políticos não ingressarem como parte do objeto dessa pesquisa, a movimentação das elites locais, envolvem também a atuação desses agentes nas organizações tanto a nível local quanto em âmbito nacional.

grupos surgirem no horizonte deste trabalho, elucidará essa pequena nota que estamos mencionando. O fato é que publicamente a política local, sobretudo no âmbito agrário, tem especificidades, certos ditames que servem como guia para o espectro nacional, quando transpostas mecanicamente para a agenda local assumem um caráter completamente distinto.

Retomando o movimento de análise do processo de reconversão das elites francesas, tentando dialogar com as proposições de Monique de Saint-Martin, esse processo na França se deu sobretudo a partir do capital social, no caso das elites nordestinas, pode-se afirmar a mesma coisa?

Em que pese a razão simplista da afirmativa que o processo de reconversão das elites na França se deu em primeiro âmbito em função do capital social, remontaremos a passagem de Saint Martin (1995, p.1029), como forma de ilustrar o argumento:

Quando nos debruçamos mais em particular sobre o estudo das estratégias, amplamente abertas, que permitem aos descendentes da nobreza reconverter em mercados profissionais muito diversos — que vão desde a banca ou a publicidade até ao mercado de arte — os recursos sociais e simbólicos disponíveis, surgem as tensões, as contradições, as recusas em que se deixam muitas vezes enredar, os compromissos que aceitam ou recusam, as probabilidades de reproduzirem, com mais ou menos transformações, a posição que ocupam e, por conseguinte, de se reclassificarem ou desclassificarem.

O processo que Saint-Martin se refere permitiu, por meio do estudo das estratégias, observar que os descendentes da nobreza reconverteram o capital social em capital econômico, ou seja, o que pode também ser um sintoma do processo que o nordeste brasileiro fora submetido.

Tratamos como sintomático porque não dá, por ora, para afirmar que as elites reconverteram capital social em capital econômico, mesmo considerando a hipótese de que nas fases de formação do território, o capital social, ou seja, os títulos e as redes de relações sociais que a aristocracia brasileira mantinha nacional e internacionalmente tenham se traduzido em forma de título de propriedade. Este é um dado que abordaremos no capítulo seguinte.

Na busca pela síntese da discussão de Saint-Martin (1995. p.1029), destacamos:

É o estudo das reconversões que permite compreender a amplitude dos movimentos de desagregação ou de reestruturação do espaço da aristocracia. Será que, ao porém em prática estratégias de reconversão e ao negociarem compromissos, os aristocratas conseguem conservar o capital simbólico que está na base do seu poder? Ou será que esse capital se dilui de alguma forma nessas movimentações?

Quando a autora menciona que é o estudo das reconversões que permite compreender a amplitude dos movimentos de desagregação do espaço da aristocracia, aí reside a nossa busca pela síntese das reconversões e pela perseguição de movimentos autônomos desses grupos, no caso brasileiros. Quais foram as estratégias adotadas por esses grupos e sobretudo, de que maneira esse processo se deu em território nacional?

É, portanto, razoável considerar que a obra da transposição, pela via das elites, é uma mera estratégia de reconversão da renda da terra, em forma de capital econômico, de renovação da estrutura fundiária? Ou, ainda, é razoável apontar que a partir de uma rede de relações e possibilidades de contatos, a obra, tão discutida e sonhada no passado, transformara-se em algo real, a partir da figura dos chefes locais, como síntese de capital social desses agentes?

O que encaminhamos na forma de revisão da contribuição de Saint-Martin (1995, p.1039), é o destaque pelas estratégias utilizadas pelos agentes e, portanto, pelos grupos, para o processo de reconversão. Essa proposição da autora é relevante porque chama atenção para os fatores que podem ou não potencializar o desenvolvimento do fenômeno:

O peso dos diferentes fatores explicativos aqui destacados varia muito consoante as situações ou as conjunturas, mas o modelo que é proposto pode contribuir para explicar outros casos de reconversão, que não apenas os dos aristocratas. É possível observar, com efeito, traços invariantes em conjunturas muito diversas e noutros grupos sociais; no entanto, em função dos grupos em estudo, das situações e das conjunturas, o sentido das reconversões varia e a configuração dos fatores a considerar não pode ser a mesma [...].

O modelo sugerido pela autora, como destaca a citação anterior, também se encontra com uma série de elementos conjunturais, que pode propiciar, ou, em alguns casos, retardar o movimento de reconversão de capitais<sup>31</sup>. O fato, é que o estudo específico das estratégias adotadas pelos grupos pode auxiliar na

<sup>31</sup>Portanto, o fluxo de capitais e a movimentação dos agentes na arena da transposição, será discutida no terceiro capítulo dessa dissertação, sob título de: Elites e transposição do rio São Francisco, a partir da problematização central como captar a atuação dos agentes na obra em questão.

identificação dos efeitos. Vejamos a próxima nota que é parte da anterior:

A partir de vários estudos de caso — estudo da reconversão de um capital relacional em cargos políticos ou no mercado de emprego, estudos da reconversão de um capital burocrático ou organizacional adquirido através das relações com o Estado em capital econômico, conversão de títulos ou de diplomas escolares em capital econômico, ausência de reconversões — deveria tornar-se possível a tentativa de elaborar progressivamente um modelo explicativo de diferentes tipos de reconversão e de reclassificação das elites (Saint-Martin, 1995, p.1039).

É, portanto, a base central do argumento teórico e metodológico de Monique de Saint-Martin. A especificidade do estudo de caso, com ênfase no estudo da reconversão de um capital relacional, seja no âmbito do capital burocrático reconvertido a partir de uma série de relações em capital econômico e principalmente a tentativa de elaboração de um modelo explicativo de reconversões.

As três que permanecem em nosso horizonte, é: a primeira diz respeito a busca por um método relacional que já adiantamos nas proposições de Pierre Bourdieu. Ou seja, como um método investigativo específico<sup>32</sup> pode propiciar a captação de um movimento exclusivo. A segunda, como sugere Saint-Martin, um modelo explicativo que dê base a compreensão de diferentes tipos de reconversão. E por último, a grande questão: como captar o fenômeno de reclassificação das elites?

Sabendo que o processo de reconversão e reclassificação<sup>33</sup> necessita de um modelo explicativo capaz de iluminar e possibilitar ao pesquisador captar esse movimento de agentes e, como, portanto, os capitais<sup>34</sup> vão se mobilizando em torno de um processo.

## 2.3 A ESCOLA MARXISTA

### 2.3.1 É possível encontrar teoria das elites na obra de Marx?

Todo escopo e arcabouço teórico da teoria marxista encontra-se articulado a partir do materialismo histórico-dialético. As outras noções que vão emergindo ao longo das formulações da teoria de Marx encontram significado e sentido quando

<sup>32</sup>A Proposição metodológica de Saint-Martin, baseada em Bourdieu, nos propicia captar o movimento dos agentes e dos capitais em um determinado processo.

<sup>33</sup>Inclusive com a ressalva analítica entre as duas noções na obra da autora

<sup>34</sup>De como também o processo pode apontar para o fenômeno da não reconversão.

investigadas à luz de um método que permita ao pesquisador identificar as contradições do processo histórico.

Nosso debate em questão procura identificar na obra de Karl Marx respaldo para discutir uma noção de teoria das elites. Sabemos que dotados de uma teoria e de um método é possível captar qualquer manifestação da realidade. Nesse sentido, não nos debruçaremos em biografar a trajetória de Marx, suas origens, história e relações. Selecionamos, ainda no título desse trabalho, três categorias de análise: conflito, hegemonia e blocos no poder.

Buscaremos, ao longo desse tópico, a associação dessas categorias na análise e para o estudo da obra da transposição a partir da movimentação das elites. Com base nessas formulações realizaremos o seguinte percurso: A concepção de classes sociais<sup>35</sup>; Ideologia; Conflitos; Hegemonia e blocos no poder.

Trataremos, de imediato, de uma noção ampliada de classes sociais, na medida em que se torna possível identificar, para dentro da relação da classe, posicionamentos e movimentações de grupos e setores. As nuances dessas movimentações se expressam na forma da ideologia e politicamente retornam para o movimento da realidade constituindo o significado social e político das três categorias centrais dessa pesquisa.

No primeiro momento, sintetizaremos, a partir de Marx e Engels, a noção de classe social, discutindo, também, a concepção formulada por Lênin, ao tratar do que significa as classes sociais e suas manifestações na realidade. Entendendo que a sociedade é composta por agrupamentos, que, dependendo da vertente teórica, pode ser compreendida como classes sociais.

Em seguida passaremos rapidamente na concepção de ideologia, que em última instância não representa o objeto central de estudo dessa dissertação, mas assume um caráter essencial no desenvolvimento do trabalho, porque dialoga com a lógica de justificação e dominação de setores específicos da sociedade em suas relações com a sociedade civil organizada. Portanto, examinar o papel da ideologia, ao menos categoricamente, é fundamental para compreensão do fenômeno que estamos examinando.

Por fim, apresentaremos a conceituação de conflito, hegemonia e blocos no poder, como campo de parâmetro de análise, na medida em que possa nos

<sup>35</sup>A separação conceitual que estamos sugerindo se dá por finalidades didáticas, sabemos que na realidade objetiva, materializada, não há separação entre conflitos, hegemonia e classes sociais.



possibilitar o exame da relação das elites locais nordestinas e a obra da transposição. Nesse sentido, tomaremos a bibliografia marxiana como fonte para discussão desses conceitos.

### 2.3.1.1 *Elites e classes sociais: termos próximos, conceitos distantes*

Problematizar as classes sociais é, antes de qualquer coisa, remontar o processo de consolidação do Estado, e, também, interpretá-lo como instância de opressão e supressão de frações da sociedade. Em que pese nas primeiras linhas delimitarmos a concepção de Estado na tradição marxista, não anula a discussão que está posta na construção do conceito.

Costumeiramente se associa a construção do Estado à origem da propriedade privada<sup>36</sup>. Dada a contribuição da tradição marxista para este debate, nos ateremos ao fato de que as classes sociais se apresentam como campo de separação dos grupos sociais.

Perpassar a discussão de quando e onde surgiram as classes sociais, definitivamente, não constitui o objeto desta pesquisa. A construção conceitual do que se entende por classes sociais, pode nos permitir captar uma concepção de elites na tradição marxista<sup>37</sup>.

Em que pese toda resignificação assumida a partir da apropriação privada da natureza, ou seja, de quando a natureza, transformada a partir da intervenção humana – processo que é mediado pelo trabalho, onde o homem transforma a natureza e transforma a si – separa os homens dos meios necessários para sua sobrevivência.

Há inclusive uma importante discussão sugerida por Meszaros (2006)<sup>38</sup> acerca do fenômeno da alienação, quando o trabalho não mais realiza o homem, dado o processo de separação advindos da propriedade privada dos fatores da produção. Ou seja, a natureza (sob a forma de terras), instância em que o homem transformava, sob mediação do trabalho, passa a pertencer a um ser. No mesmo movimento as ferramentas necessárias para execução da práxis<sup>39</sup>laboral,

<sup>36</sup>Vide o clássico escrito por Engels: A origem da família, da propriedade privada e do Estado.

<sup>37</sup>A contribuição de Bottomore na obra *Elites e Sociedade* nos auxilia a entender a dinâmica conceitual do marxismo para interpretação das elites.

<sup>38</sup>A teoria da alienação em Marx, obra em que o pensador húngaro desmonta a noção de que a alienação é um fenômeno originado nas idéias com expressão na infra-estrutura.

<sup>39</sup>Estamos considerando como práxis a noção de prática revolucionária.

anteriormente constituída pelo próprio homem, passam a pertencer a um dono que cede para execução da ação. E sobretudo o acesso ao produto do seu trabalho, isto é, aquilo que o homem, por intermédio da sua ação objetivada, extraía do trabalho o pertencimento único e exclusivamente.

Com a singularidade histórica da terra pertencer a alguém, as ferramentas estarem vinculadas aos proprietários da terra, o saldo da execução do trabalho passou a se concentrar, também, nas mãos de quem não suou.

Problematizar, portanto, a existência de uma teoria das classes sociais em Marx, perpassa a discussão do Estado e da propriedade, como citamos acima. Nesse sentido, se encontrar uma formulação que nos sirva como fonte para garantir que o pensador alemão formulou, exclusivamente, uma teoria das classes sociais, seria o ideal para por aqui encerrarmos a discussão do tópico.

O fato é que intelectuais especializados na obra do importante pensador alemão divergem bastante quando o tema é a existência de uma teoria das classes sociais na sua obra. Sintetizaremos, portanto, algumas pistas que Silva, Araújo e Pereira (2021), nos apresentam a partir de uma boa sistematização dessa celeuma em torno do marxismo.

A primeira diz respeito à noção que aqui já antecipamos, ou seja, a relação entre as classes sociais e a propriedade privada dos fatores de produção<sup>40</sup>. Nesse sentido, os comentadores apontam:

Uma das ideias existentes no seio do pensamento marxista é que, exclusive a experiência das sociedades primitivas, as demais sociedades seriam marcadas pela presença de classes sociais. Para reforçar essa ideia, frequentemente é citada a passagem do Manifesto do partido comunista em que é afirmado: “Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes” (Marx e Engels, 19--a, p. 21. S/D).

E mais:

Logo, em períodos anteriores ao capitalismo, somente as sociedades que vivenciaram o modo de produção asiático, caracterizado pela propriedade estatal não teriam passado pela experiência da estratificação social sob a forma de classes sociais” (Silva, Araújo, Pereira. 2021. p.8).

Se a célebre passagem da frase de Marx (2005) no *Manifesto do Partido Comunista*, associando à história das sociedades a história das lutas de classes nos permite inferir que a configuração histórica dos agrupamentos sociais se deu em

<sup>40</sup>Cabe, portanto, aqui distinguir propriedade privada de propriedade particular: propriedade privada como instância que produz valor – mais valia.

função da separação entre proprietários e não proprietários. Essa inferência, por si, já aponta um grupo que domina e, por isso, pode ser considerado elite e outro, presente na outra ponta, que ao não possuir seria dominado.

Essa formulação, em que pese o limite da determinação histórica, é síntese do próprio desenvolvimento da sociedade<sup>41</sup>, como destaca Marx na passagem citada acima. A estrutura da sociedade grega se desenhava nessa separação, a sociedade romana da mesma forma, a articulação das relações sociais no feudalismo seguiu a tônica separatista entre possuidores e não possuidores. No nível de desenvolvimento societário atual, a sociedade capitalista aprofundou essa relação.

Pela própria passagem mencionada já é possível identificar não apenas uma teoria das classes sociais, mas a gênese da formulação de uma concepção de elites<sup>42</sup>, sobretudo pelos traços de separação entre os grupos organizados na sociedade.

De todo modo, a formulação posta por Marx (2005), no *Manifesto Comunista*, se associa ao campo do possuir. O que não é tão diferente do nosso objeto de estudo. Não estamos com isso buscando a categorização das classes sociais na obra da transposição<sup>43</sup>, o fato é que estamos associando a separação entre possuidores e não possuidores aos marcos contemporâneos, quando a obra da transposição e a história da relação entre elites e seca no nordeste brasileiro permeia toda essa discussão.

O que possibilita, portanto, demarcar a propriedade privada dos modos de produção, que no contexto do nordeste agrário se assenta na estrutura agrária e na concentração das terras, detendo, dessa forma, todo o processo produtivo. O que já aponta, com base na experiência concreta, empírica, a possibilidade de articulação entre a gênese conceitual de teoria das classes sociais com vista à noção de elites<sup>44</sup> para o marxismo e nosso objeto de estudo.

“De qualquer modo, a “linha demarcatória” das classes sociais encontra-se

<sup>41</sup>Quando tomamos o desenvolvimento da sociedade, consideramos as relações sociais de classe ao longo da história da humanidade.

<sup>42</sup>Entendendo elite como um setor agrupado em um modelo societário.

<sup>43</sup>Consideramos desnecessário aprofundar essa discussão, em função de explicitarmos, já no capítulo seguinte, a transposição como arena de conflito entre os grupos pertencentes a elite no Brasil.

<sup>44</sup>No segundo capítulo desta dissertação trabalharemos a relação histórica entre elites e seca no nordeste brasileiro.

claramente explicitada: a propriedade dos meios de produção. É esta propriedade que se encontra crescentemente concentrada em mãos de grupos que se opõem aos que trabalham para outrem que delimita os grandes agrupamentos denominados classes sociais. Então, segundo este critério, capitalistas e proprietários de terra são agrupáveis na categoria dos proprietários dos meios de produção e, portanto, integrantes de um mesmo grupo de interesse, ainda que existam conflitos internos de interesses aos integrantes desta categoria, relativamente aos que se veem forçados a assalariar-se” (Silva; Araújo; Pereira, 2021. p. 11-12)

Entendendo e imaginando que não há homogeneidade nas relações humanas, apontar que uma classe social é homogênea beira a infantilidade. Equívoco teórico que pretendemos superar, para explicitarmos as relações interclasses, ou seja, os conflitos, interesses, aproximações e distanciamentos dos grupos alocados no interior das classes sociais, trabalharemos com a noção de blocos no poder<sup>45</sup>.

Nesse sentido, se a noção conceitual de classe social está vinculada à propriedade privada, significa dizer que nos marcos da sociedade capitalista, a posição que o ser social passa a assumir, no que diz respeito às classes sociais, está condicionada ao lugar que ele ocupa na esteira da produção.

Sendo a contradição essencial do capitalismo a produção da riqueza como campo de construção coletiva e a apropriação desse bem privada, a separação antagônica e dicotômica entre os grupos se dá também não apenas no campo da propriedade, mas encontra sua expressão política e social na separação das classes.

Portanto, a ideia estática de classe social, como baliza que sustenta dicotomias, assume um novo contorno. Veremos adiante.

Nesse sentido, as classes sociais não surgem do nada, nem assumem um caráter de pequena consequência da apropriação privada dos bens, mas constituem-se como sendo o elemento que vai dinamizar as relações no âmbito da sociedade, encorpando uma natureza de conflito específico: o conflito de classes. Com base nisso, Marx<sup>46</sup> percebe esse movimento e apoiados em Silva, Araujo e Pereira (2021, p.21), destacamos:

Em Marx, as classes sociais são produto notadamente políticos e sociais de

<sup>45</sup>A partir de Pouantzas (1980).

<sup>46</sup>Mattos (2007, p. 34), diz que: “Em seu bojo surgiriam justamente aquelas perspectivas de interpretação da realidade social defendidas por Marx e Engels, desde a década de 1840, que reforçariam o emprego das categorias de análise e das auto-representações associadas à classe entre os trabalhadores europeus da época.”

formações econômicas concretas. Marx deixou claro que a forma social (histórica) dos proprietários feudais (senhores feudais e eclesiásticos) se “contrapunham” aos servos, vassalos. Essa forma concreta de manifestação de classe ou de estamentos de classes foi superada, negada pela ascensão do modo de produção capitalista. Neste novo modo de produção os antagonismos e contradições de toda natureza entre os agrupamentos sociais estariam mais acirrados entre os capitalistas burgueses donos dos meios e instrumentos de produção e os trabalhadores proprietários da mercadoria força de trabalho.

Em sendo a tradição marxista que percebe esse movimento, conforme destaca Mattos (2007)<sup>47</sup>, e garante às ciências sociais uma forma específica para tratar o conceito e formula o debate sobre as classes sociais, buscaremos a expressão política, a partir da contribuição de Lenin, um dos intérpretes da obra de Marx, em forma de síntese, para sistematizar, trazendo para o concreto o que são as classes sociais e como elas atuam no escopo da sociedade capitalista.

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e formulam em sua maior parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social(Lenin, s.d., p. 504).

A força motriz da sociedade será, portanto, o grande grupo de homens e mulheres que vão se diferenciando pela posição que passam a ocupar na produção. Ou seja, o fenômeno do conflito está alocado em um campo específico da sociedade: as classes sociais.

Diante disso, lançamos luz para uma noção específica: como se dá as relações internas nas classes, sabendo que a natureza existente no conflito é o antagonismo entre as classes sociais existentes.

Após delimitarmos classes sociais como sendo uma unidade dialética em que o sujeito ingressa por uma condição social, nascendo detentor dos fatores de produção ou na posição antagônica a esse setor, nos debruçaremos para entendermos a relação existente entre uma classe social específica: a classe dominante e o conjunto valorativo de uma sociedade: a ideologia.

Reiteramos a importância de realizar essa discussão em função do debate

<sup>47</sup> *Ibidem* “é a partir das propostas de Marx e Engels, formuladas na década de 1840, que as ciências sociais passaram a incorporar a classe ao seu arsenal analítico e, mesmo quando divergindo do marxismo, nele tiveram o interlocutor e a referência central no debate sobre o uso do conceito.”

que será realizado no capítulo seguinte, quando buscaremos compreender o processo de dominação das elites no nordeste brasileiro e o contexto de secas e estiagens.

### *2.3.1.2 Elites e ideologia no pensamento marxista: o dado da coesão como ferramenta de dominação*

A relação das elites e a produção das ideias dominantes foram por um momento objeto de preocupação política e científica na obra de Marx. As ideias como instrumento de representação de uma realidade específica, também como conjunto de valores, perpassam todo o debate da filosofia moderna.

É possível ainda encontrar na esteira da tradição marxiana uma série de autores<sup>48</sup> que se propuseram a aprofundar a investigação social e política acerca da produção das ideias. A batalha das ideias<sup>49</sup> ganhou imensa significação para o campo marxista ao longo do século XIX e XX.

Pretendemos abordar essa questão em um tópico exclusivo por considerar fundamental o dado da ideologia como liga capaz de explicar a relação das elites nordestinas com a sociedade civil, ainda em sua constituição como elite, perpassando a formatação política engendrada no sistema dos coronéis e contemporaneamente assumindo-se na figura dos chefes locais.

Para discussão do conceito de ideologia, de forma breve, realizaremos dois movimentos: a) a definição teórica da infra e superestrutura no marxismo; b) o conceito de ideologia para Marx e a tradição marxiana<sup>50</sup>.

A primeira noção de infraestrutura e superestrutura que aparece para nós é aquela com base na contribuição de Louis Althusser<sup>51</sup>.

Quando consideramos a concepção Althusseriana acerca da infraestrutura e da superestrutura, estamos de acordo com a proposição de Marx nesse debate. Na medida em que a superestrutura passaria a ser composta por instâncias capazes de atuarem nas consciências dos sujeitos e a infraestrutura<sup>52</sup> como base material que possibilita o percurso dialético entre infra (base) e superestrutura (ideia) em

<sup>48</sup>Lukacs, ManheinMeszaros.

<sup>49</sup>Alusão a obra de Konder (2009) "O marxismo na batalha das idéias"

<sup>50</sup>Estamos trabalhando com a separação conceitual de categorias marxistas e categorias marxianas

<sup>51</sup>Aparelhos ideológicos do Estado.

<sup>52</sup>A discussão de infraestrutura e superestrutura no marxismo permeia toda a tradição, inclusive Gramsci, ao tratar sobre a hegemonia, está ancorado nessa delimitação formulada por Marx.

movimento.

Com base nisso, Althusser (1970, p.25-26), nos diz:

[...] Marx ,concebe a estrutura de qualquer sociedade como constituída pelos níveis ou instâncias, articulados por uma determinação específica: a infraestrutura ou base económica (unidade das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura que comporta em si mesma dois níveis ou instâncias: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política, etc.).

Então, na lógica posta por esses autores, a base econômica – garantia de sustentação e reprodução da vida material – se relaciona dialeticamente com outras instâncias ou níveis, em que a ideologia vai se configurando como sendo parte constitutiva dessa relação.

O processo de trabalho, que não se isola dessa relação, segundo Lukacs(2010)<sup>53</sup>, se dá a partir de uma série de objetivações da realidade. Nesse sentido, a compreensão de que o elemento que nos distingue dos demais animais, ou seja, o atributo da racionalidade é o dado que permite ao homem ser o senhor e dono da produção e reprodução da sua matéria, por sua atividade criadora, se ressignifica quando em contato com a singularidade da propriedade privada e com os aparelhos que dinamizam a vida social e coletiva nos ditames do capitalismo.

Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica destas realidades que, é Claro,necessitará de ser examinada pormenorizadamente, posta à prova, ratificada e reelaborada. Com todas as reservas que esta exigência implica, podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes (Althusser, 1970. p.43).

Nesse sentido, são considerados, por Althusser, como aparelho de reprodução<sup>54</sup> da ideologia dominante do Estado a escola, igreja, família, organização sindical, imprensa. Enfim, os veículos de comunicação de massa<sup>55</sup> internalizam e reproduzem a ideologia dominante, constituindo, desse modo, aquilo que o pensador francês, Louis Althusser denomina como sendo os aparelhos ideológicos do Estado.

Efetuada a separação entre as instâncias da superestrutura e da

<sup>53</sup>Rerefência encontrada na ontologia do ser social.

<sup>54</sup>Tratamos como instrumento de reprodução e propagação.

<sup>55</sup>Alusão a escola de Frankfurt.

infraestrutura, a noção de ideologia em Marx, com base em Althusser (1970. p.69), a “[...] ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social.”

Se consideramos que a articulação entre base material e estrutura ideológica se manifestam no concreto, destacamos a hipótese de que as ideias são meras sínteses dos desdobramentos das ideias<sup>56</sup>.

Portanto, Althusser (1970. p.77) diz que “[...] a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência [...]”. No sentido de uma falsa consciência da realidade. A realidade sendo alienada, as ideias dominantes dessa realidade também são alienadas.

Alienação no sentido que Meszaros (2006) explicitou e tratamos acima, uma vez que não é a consciência quem atribui significado ao ser, mas como cita Marx na ideologia alemã, é o mundo social, o ser em suas relações, quem produz sua consciência. Nesse sentido, a concepção que trataremos como ideologia está em Althusser (1970. p.83), quando afirma “[...] a ideologia tem uma existência material”. É a existência material da ideologia no Nordeste agrário brasileiro que encontraremos para explicitar a relação das elites e a obra da transposição.

### *2.3.1.3 Conflitos, hegemonia e blocos no poder: a utilização das categorias na análise do objeto*

Nosso esforço, neste momento, será para fundamentar a formação sócio-histórica brasileira e, a partir dessa, articular as categorias analíticas: Conflito, Hegemonia e Blocos de poder<sup>57</sup> no teórico político Antonio Gramsci (2002, p.41-42) defende:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima dessa esfera. No entanto, essas condições são concebidas e apresentadas como a força motriz de uma ampliação universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. Isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma

<sup>56</sup>Marx, ao discutir com Feuebarch e Hegel, na Ideologia Alemã, refuta a noção idealista de realidade.

<sup>57</sup>Realizaremos a discussão das três categorias primeiro em Gramsci, associando as noções de Poulantzas e Bottomore.



contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios esses em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo.

Sendo o Estado em Gramsci um instrumento de opressão e de dominação de classe, a relação que se estabelece é a partir de dois grupos: os subordinados e os dominantes. Trata-se da mesma separação que Marx (2011) estabelece entre proletários e burgueses, ou seja, a relação da sociedade civil é instituída, para Gramsci, a partir do conflito entre dominantes e dominados. O conflito é compreendido pela tradição do pensamento marxiano como motor das relações sociais.

No entanto, no caso brasileiro há questões subjetivas no interior do conflito. Para conceituarmos essa especificidade recorreremos a Gramsci (2002, p.59), quando conceituará como Hegemonia: “A função precisamente organizativas e conectivas da relação que o dominante exerce em toda sociedade é aquela ‘domínio direto’ ou de comando que, se expressa no Estado e no governo jurídico”.

O que consideramos como o fundamento central da nossa abordagem analítica encontra-se articulado nas categorias: Hegemonia, Conflitos, Dependência, sub imperialismo, Elites Políticas e blocos no poder.

Em linhas gerais, entendemos o Estado como um instrumento originário e organizativo da sociedade dirigido por uma classe específica – no caso a burguesia– cuja tarefa se expressa na manutenção do domínio econômico e político de uma determinada fração da sociedade.

Compreendendo que a noção de blocos no poder não é uma categoria usualmente utilizada na sociologia, sobretudo pelo fato do próprio teórico não ter conceituado blocos de poder, mas, para nós, blocos de poder é: a expressão da relação – no patamar do conflito– entre o bloco histórico<sup>58</sup> e a dinâmica produtiva de um determinado sistema. Sendo, portanto, bloco histórico “[...] a unidade entre natureza e espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (Gramsci, 2000, p. 26.). Ou seja, bloco de poder é, para nós, a expressão política do conflito entre estrutura e superestrutura.

Recorrendo ao conceito estabelecido por Poulantzas (1980), buscando diálogos entre o autor e Gramsci, bloco no poder é, em última instância, formatado

<sup>58</sup>Há, ainda, portanto a necessidade de distinguir bloco histórico e blocos no poder.

pelas classes e suas frações que ocupam o lócus da dominação da luta política de classes. Portanto, nosso enfoque será na relação (Centro de poder x poder real) a partir das elites políticas cearenses e paraibanas. Com base na literatura de Poulantzas, articulado com o conceito de hegemonia, bloco no poder se explicita a partir de:

As relações entre os Estados são delineadas a partir da posição hierárquica em que cada um deles se coloca no sistema internacional. Em outras palavras, depende do grau de acumulação de capital de cada nação e também do conteúdo e da dinâmica do bloco no poder que lhe é inerente. Consequentemente, o posicionamento de "comando" de um determinado país... (Pinto; Balanco. 2014. p.53)

No caso brasileiro, em sua formação dependente e associada, as estruturas agrárias representam parte significativa desse caráter. Para tanto, recorremos a Fernandes (1968): o capitalismo brasileiro se constitui a partir da emergência da dependência e, sendo, portanto, subordinado às potências internacionais. Neste caso, a emergência da dependência é, sem dúvida, a principal contradição do Estado brasileiro.

Com base nessa problemática central proposta por Fernandes (1968), utilizamo-nos das categorias imperialismo, dependência e hegemonia para compreender aquilo que há de geral na matriz econômica adotada pelos governos petistas e a obra da transposição do Rio São Francisco: a frente neodesenvolvimentista.<sup>59</sup>

A primeira noção de hegemonia sugerida por Gramsci surge de um debate com Lênin, quando o filósofo político italiano atribui ao revolucionário russo a utilização da categoria a partir da discussão sobre a ditadura do proletariado, no sentido de que para Lênin a ideia de hegemonia se dava em função das dificuldades em torno da conquista do poder nas sociedades capitalistas. Nesse sentido, Lênin discutira hegemonia como sendo uma força coercitiva<sup>60</sup>.

O salto para superação teórica e metodológica no conceito de hegemonia sugerido por Antônio Gramsci se dá a partir da ampliação do conceito. Na perspectiva que aponta para a importância da formação de uma classe dirigente<sup>61</sup> que se ancore através do consentimento, em sua relação com as massas

<sup>59</sup>Estamos tratando a frente neodesenvolvimentista a partir de Boito Jr (2018).

<sup>60</sup>A hegemonia, como força coercitiva, opera no mesmo sentido que Aulthsser destaca os aparelhos ideológicos do Estado.

<sup>61</sup>Cabe destacar que a proposição de ambos autores acerca da construção de classe dirigente, se separa da noção de elites, uma vez que o debate está posto na dimensão da construção de uma

e não apenas pela utilização do caráter coercitivo das relações de classe.

A grande ruptura conceitual acerca da noção de hegemonia em Lênin e Gramsci se deu pela preocupação do italiano em formular os aspectos culturais e ideológicos das relações de classe. Locus, portanto, onde se operacionaliza a hegemonia, enquanto Lênin se ateu a expressão política do conceito.

Alves (2010, p.74), nos diz que a hegemonia pode ser entendida como:

Apesar dessa diferença fundamental, Gramsci tenta dar continuidade à noção de hegemonia leninista a partir do princípio teórico-prático que, segundo ele, foi a grande contribuição de Lênin à filosofia da práxis, na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. Deste modo, a consolidação de um aparato hegemônico remete à necessidade de unificação entre teoria e prática, à formulação de uma nova concepção do mundo.

O processo de conservação da unidade ideológica e cultural, permite a operacionalização da hegemonia. E é exatamente com essa tradição, ou seja, conservada a unidade ideológica e cultural, que tomaremos a noção de hegemonia em Gramsci.

A proposição de blocos no poder, como ferramenta teórica, sugerida a partir de Poulantzas (1980)<sup>62</sup>, toma como elemento central para entendimento da análise a proposição do Estado e seus desdobramentos, sobretudo no processo de acumulação capitalista. Ou seja, interpretar a noção de bloco no poder requer, como base estrutural para compreensão analítica do fenômeno, a posição e o caráter que o Estado passa a assumir na sociedade capitalista.

Discutimos acima, ao tratar sobre o processo de constituição das classes sociais, na busca por uma teoria das classes sociais para recortamos o debate das elites em Marx, o caráter que o Estado se expressa nos ditames da lógica do capital. A noção de supressão de uma classe pela outra nas vias do Estado, sem a noção de bloco no poder, se torna uma interpretação abstrata, distante da realidade objetiva. Com base na sistematização de Pinto e Blanco (2014, p.45), utilizaremos o texto dos autores para explicar o que se entende por blocos no poder.

Portanto, é preciso compreender a forma de dominação no *locus* da luta política de classe (Estado), que vai muito além da perspectiva binária entre os segmentos dominantes e dominados, já que uma formação social

classe revolucionária, ponderando o processo de ruptura com a ordem econômica, política e social estabelecida.

<sup>62</sup>A sistematização que estamos trabalhando desse conceito encontra-se na obra Poulantzas, em que pese Gramsci também ter uma concepção sobre o conceito.

implica a existência de várias classes e frações de classe que estão em constante luta. Para tanto, faz-se necessário utilizar o objeto (concreto-real) bloco no poder para tentar iluminar a especificidade material do Estado que é dada pelas especificidades históricas das lutas políticas das frações das classes dominantes.

Poulantzas (1980), ainda afirmará que os blocos no poder se explicitam a partir de combinações exclusivas, por exemplo: a) a relação dentro do Estado entre sociedade civil e sociedade política; b) a pluralidade das frações de classe a partir da formação histórica territorial; c) pelo campo da luta política entre frações distintas de classe.

Poulantzas (1977) assim definiu o bloco no poder: uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista. Sendo assim, o conceito de bloco no poder está arrolado ao nível político na medida em que recobre o campo das práticas políticas de classe, refletindo o conjunto das instâncias, das mediações e dos níveis da luta de classes numa determinada conjuntura histórica de uma formação social (Pinto; Balanco, 2014. p.46)

Nesse sentido, a lógica teórica de blocos no poder, sugerida a partir de Poulantzas, destaca o papel que o Estado desempenha, no sentido categorial, na medida em que o processo de acumulação da sociedade capitalista deslocou a função do Estado, ao mesmo tempo que a noção de bloco no poder<sup>63</sup> se coloca como arena do conflito e da luta política entre as frações de classe pertencentes ao sistema capitalista de produção.

Quando iniciamos a discussão deste tópico problematizando as categorias hegemonia e blocos no poder, a visão sobre a teoria do conflito<sup>64</sup> veio se aproximando da realidade objetiva. Portanto, ao delimitarmos o objeto de estudo desse trabalho, ainda na sua gênese, entendíamos, já naquele momento, que o processo de luta política na sociedade brasileira perpassava uma dominação, em sua forma coercitiva, que encontrava ressonância na cultura e retornava para o âmbito político a partir do que se entende por Hegemonia.

Nesse sentido, a natureza do conflito estruturado em uma sociedade de base agrária, como se deu, ao menos historicamente, a relação entre elites e seca na região Nordeste, exige de nós uma conceituação, ao menos no campo da teoria

<sup>63</sup>Pinto; Balanco (2014. p.46) "...Com isso, no nível concreto-real, o bloco no poder acaba assumindo uma função equivalente ao conceito de forma de Estado..."

<sup>64</sup>Uma das alcunhas para a teoria marxista, tendo em vista que toma o conflito social como locomotiva do processo.

marxista, do que se entende por elites.

Para atingirmos essa finalidade, recorreremos a contribuição de T.Bottomore (1965)<sup>65</sup>. Quando o autor toma como noção de elite.

Na visão de Bottomore, a noção de elite política ou governante é que melhor explicaria o poder nos processos políticos contemporâneos isso o leva a considerar a noção de classe dominante um tanto quanto problemática para esse intento. Aqui nos defrontamos com uma das teses caras à teoria das elites, segundo a qual as classes ou elites governantes são aquelas que detêm poder político, enquanto as classes dominantes detêm poder econômico(Martuscelli, 2009. p.259).

A separação entre poder econômico e poder político executada na análise de Bottomore é limitante, no sentido de que o argumento que o autor utiliza dissocia campos indissociáveis no capitalismo: política e economia, como esferas de poder.

Bottomore sustenta, assim, que as noções de elite ou de classe dominante referem-se a aspectos distintos da vida social e a diferentes sociedades, levando-o a indicar que, com a ajuda dessas noções, é possível: (...) distinguir entre sociedades nas quais exista uma classe dominante e ao mesmo tempo elites que representem aspectos particulares de seus interesses, sociedades em que não exista uma classe dominante, mas uma elite política que baseie seu poder no controle da administração ou da força militar, e não na posse ou herança em si; e sociedades nas quais exista uma multiplicidade de elites entre as quais não se consiga distinguir nenhum grupo coeso ou duradouro de indivíduos ou famílias poderosas (Bottomore*apud*Martuscelli, 2009. p.260).

Em nossa análise esse é o limite do elitismo<sup>66</sup>, cuja base encontra-se na contradição essencial da formulação de Bottomore.

Diante do que foi discutido nesse primeiro capítulo, perseguimos a todo momento uma teoria das elites, com um método específico que nos permitisse interpretar a obra da transposição do Rio São Francisco a partir da movimentação das elites.

Identificamos, ainda na teoria clássica, os limites nas proposições de Pareto e Mosca, sobretudo a partir da redução dos instrumentos democráticos e da perspectiva de elite na dicotomia de dominador x dominado.

Refutamos essa concepção teórica por compreender que o processo político brasileiro é mais amplo do que a dicotomia daqueles que dominam entre aqueles

<sup>65</sup>Bottomore se apropria das discussões de Miliband (1972); Poulantzas (1977).

<sup>66</sup>Consideramos, também, o esforço de Ralph Miliband, nas formulações em: *“O estado na sociedade capitalista”*.

que são dominados.<sup>67</sup>

A partir do momento que captamos esses limites no movimento de revisão teórica do trabalho, avançamos para a contribuição do campo bourdieiano ao debate. Entendendo que a perspectiva da escola francesa<sup>68</sup> nos permitisse enxergar a movimentação das elites nordestinas na arena da transposição.

Captamos que as noções de campo, *habitus* e capitais, sobretudo nas formulações do próprio Bourdieu, nos auxilia a interpretar a transposição. Embora nos limites, na outra ponta, na percepção das discussões acerca da ótica conceitual de hegemonia, conflitos e blocos no poder.

O percurso realizado por Saint-Martin ao desvendar a nobreza francesa, lançando luz para o processo de reconversões, é de grande valia para a nossa pesquisa, uma vez que nos possibilita replicar o modelo analítico para, a partir da história das elites nordestinas, compreender sua atuação na obra em questão.

A perspectiva da escola marxista nos mostrou que a classe não é uma unidade homogênea, ou seja, em que pese a existência de uma elite, a lógica plural desse grupo se choca com qualquer perspectiva que entenda esse setor da sociedade como campo unitário.

E é exatamente a partir do conflito entre essas elites que pensamos a obra da transposição. No movimento que a teoria marxista nos cede a noção de blocos no poder como lócus do conflito entre esses grupos alocados no Estado, nos limita, também, por não captar a movimentação dos capitais e as práticas de reconversão.

Reivindicamos ao longo do capítulo a emergência de uma teoria das elites capaz de nos auxiliar, metodologicamente, no movimento de captação do conflito na arena da transposição.

Nesse sentido, com base nessa revisão teórica, metodológica e bibliográfica, discutiremos, no próximo capítulo, a relação entre Elites e Seca no Nordeste, chamando os agentes para as disputas no campo da transposição.

<sup>67</sup>A própria noção de classe social já antecipa a discussão proposta por esses autores.

<sup>68</sup>Nesse sentido tomamos como contribuição da escola francesa as proposições de Lebaron, Bourdieu e Saint-Martin.

### **3 ELITES E SECA NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA**

A história do Brasil e a história do Nordeste se parecem tanto por questões comuns quanto por questões dissonantes. No capítulo que se inicia trataremos da relação histórica entre Elites e Seca no Nordeste brasileiro. Nosso intuito ao propor essa discussão está em captar o movimento de construção histórica e formação do Nordeste, perpassando a delimitação de espacialidade do semiárido, debatendo a noção de seca para chegar até o conceito de indústria e o histórico da seca até a construção da proposta do PISF, com a transposição do Rio São Francisco.

O processo de construção histórico do que entendemos contemporaneamente por Nordeste perpassa, como primeiro escopo de debate, o processo de povoamento da região.

No entanto, nesse capítulo estabeleceremos três tópicos como forma de organização e execução da nossa proposta. Em nosso entendimento é preciso perpassar o histórico, desde a noção conceitual de semiárido, como primeira frente para entendimento da noção de Seca, portanto será o primeiro tópico deste capítulo. No segundo tópico dialogaremos a partir da relação entre Seca e Elites, ou seja, como, a partir dos quadros e da história, se deram a relação entre grupos políticos dominantes e Seca no Brasil. E, por último, a solução entendida pelos Ministério da Integração, por intermédio do PISF, com o dado da discussão sobre a transposição.

Nesse sentido, quando recorremos a discussão referente à separação geográfica da espacialidade, ponderando as limitações temporais de cada momento que a região vivenciou, não perdemos do horizonte a natureza do sistema político e econômico que o Brasil, como campo da periferia do sistema global de produção, passa a assumir ao longo de sua própria trajetória. É fundamental apontar esses elementos, no sentido de que pensar as frentes desse capítulo, em sua singularidade, como está posta a separação pelos tópicos no parágrafo anterior, nos auxilia a atingir nosso recorte.

Cabe destacar que a discussão histórica sobre a formação e a constituição do nordeste enquanto locus de habitação e socialização também se farão presentes nesse capítulo, seja no processo de resistência indígena que, pouco a pouco, foi formulando a noção de “sertão” e, que lá na ponta, constituíram um complexo econômico. Ou, ainda, a partir da contribuição de teóricos, remontaremos o espaço

que o Nordeste ocupa no âmbito do capitalismo brasileiro.

Estamos esclarecendo percurso que trilharemos ainda nas notas introdutórias do capítulo, como ferramenta de auxílio para o leitor, na medida em que o texto se encontra estruturado nos tópicos que fizemos alusão acima e, também, por entender que a seca é um dado da natureza, mas as consequências e a convivência com o fenômeno natural são de responsabilidade das políticas públicas que, por sua vez, assume uma forma e um caráter específico, seja na sua condicionante histórica, seja, também, na formatação e na sensibilidade dos governos que dirigem o Estado.

Cabe destacar que toda essa discussão que estamos trazendo para esse capítulo é de perfil histórico, na medida em que por intermédio do recurso histórico buscaremos posicionar as elites dirigentes da região. Entendendo que desde o processo de resistência indígena até as frentes emergenciais nos anos 1970, as elites sofreram reconversões em grande escala, até assumirem a configuração contemporânea, ocupando os espaços do Estado e, por vezes, dirigindo o mesmo.

Com relação a discussão das categorias que realizaremos ao longo desse capítulo, trataremos da noção de Seca, semiárido e Nordeste, em primeira instância. Discutiremos como se construiu histórico-economicamente o Nordeste, porque a forma de entendermos o argumento em torno da necessidade da obra da transposição paira em torno dessa discussão. Também, discutiremos o conceito de indústria da seca, quando nos propomos no tópico segundo a realizar o debate entre as relações que podem ser percebidas entre elites e seca.

Ancorados teoricamente nas contribuições de Francisco de Oliveira (1981), Lúcia Guerra (1993), Eliete Gurjão (1994) e Roberto Marinho (2006), realizaremos esse percurso como forma para atingirmos nossas categorias centrais no trabalho: conflitos, hegemonia e blocos no poder.

A noção que buscamos encontrar nesse capítulo esteve exatamente na utilização das categorias conflitos, hegemonias e blocos no poder, ao longo da história da região a partir do recorte da seca, ou seja, como os grupos vinculados as elites, mascararam o conflito agrário e hídrico, reforçaram sua hegemonia por intermédio da indústria da seca e foram, pouco a pouco, reorientando as noções das frações atuantes nos blocos no poder.

Outra fonte importante para o desenvolvimento deste capítulo encontra-se na tese de Jaqueline Guimarães Santos (2020), quando a pesquisadora se propõe a



discutir as injustiças em torno do projeto da transposição do Rio São Francisco. Mencionamos, inclusive, sua obra, como fio condutor deste capítulo, exatamente por conseguir captar o elemento do conflito em torno da obra, e, também, por lançar luz para um campo que julgamos importantíssimo, como a ecologia política. Além do debate em torno da questão da água no semiárido brasileiro.

Em forma de síntese introduziremos o conceito de nordeste, perpassaremos a construção histórica do campo, considerando da delimitação do semiárido, até o histórico das secas. Como dito anteriormente, muito mais no campo da menção e da historicidade, do que da profunda discussão sobre essas temáticas.

### 3.1 SECA E SEMI-ÁRIDO, SINÔNIMOS DE NORDESTE? A REGIÃO NORDESTE COMO UMA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Quando pensamos nas regiões semiáridas, como o próprio nome já indica, a noção de aridez, em função do clima, emerge como primeira noção que nos brinda ao imaginar as características da região. O grande dado que singulariza o semiárido brasileiro são os baixos índices de precipitação pluviométrica. O Plano de Ação de combates à desertificação das Nações Unidas de 1977 definiu a noção de aridez que lá na frente se convertera em semiárido.

Roberto Marinho Alves da Silva (2006), diz, em sua tese de doutorado, que em 2005 o Ministério da Integração Nacional atualizou a área de abrangência oficial do semiárido no Brasil. O que nos é importante nessa nova delimitação são os critérios técnicos que foram utilizados para definir as áreas. A primeira diz respeito as médias anuais de precipitação pluviométrica, ou seja, inferior a 800 mm. A segunda aponta para um índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico e o terceiro versa sobre o risco de seca maior que 60%.

Acerca da região semiárida no Nordeste brasileiro, Da Silva (2006), nos mostra:

Figura 2 – Delimitação do Semiárido brasileiro



Fonte: Brasil, 2005

Portanto, a delimitação que se tem acerca do semiárido brasileiro, conforme figura extraída da tese de doutorado de Silva (2006), nos indica que a área que nosso objeto, do ponto de vista espacial ocupa, está contemplada como parte integrante do semiárido brasileiro.

Referente as principais secas que ao longo da história do semiárido no Nordeste assolou toda a população, nos baseamos no estudo Medeiros *et al* (2013), com um quadro que bem expressa o histórico e as consequências dessas maiores.

Quadro 3– Histórico da seca no Nordeste e suas consequências

PERÍODO	PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS
1723 até 1727	A seca registrada neste período é intensificada por uma grande peste atingindo a capitania de Pernambuco. De acordo com o historiador Frei Vicente do Salvador, foram numerosos os grupos de indígenas que, foragidos pelas serras, avançaram sobre as

	fazendas.
1744-1745	Neste período, a seca atinge toda população, dizimando também o gado.
1776-1768	A seca foi intensificada pelo grande surto de varíola, iniciado no ano anterior e que se prolongaria até 1778, provocando um alto índice de mortalidade. Perdas enormes de gados. Os flagelados foram reunidos em povoações nas margens dos rios, em determinação da Corte Portuguesa.
1808-1809	A seca neste período é mais amena, atinge apenas Pernambuco, na região do São Francisco, onde 500 morreram por falta de comida.
1824-1825	Mais um período de intensa seca, intensificada pela varíola, foram vários os números de flagelos, gerando muitas mortes na região nordestina. Os campos ficaram esterilizados e a fome chegou até os engenhos de cana-de-açúcar.
1879-1887	Esse período foi marcante, uma das maiores e graves secas atingiu todo o Nordeste. O Ceará, por exemplo, tinha na época uma população de 800 mil habitantes. Destes, 120 mil (ou 15%) migraram para a Amazônia e 68 mil pessoas foram para outros estados.
1888-1889	Grandes secas atingiram toda a população. As lavouras da Paraíba e Pernambuco foram destruídas e as vilas abandonadas.
1903-1904	Grande êxodo rural, milhares de nordestinos, vítimas das secas, abandonam a região. Passou a constar na Lei de Orçamento da República uma parcela destinada às obras contra as secas. Criaram-se três comissões para analisar o problema das secas nordestinas.
1914-1915	Neste período, uma grande seca atingiu toda a região semiárida nordestina
1919-1921	Houve intensificação do êxodo rural em decorrência de grandes secas (com grandes proporções no sertão pernambucano). A imprensa, a opinião pública e o Congresso Nacional exigiram a atuação do governo. Foi criada, em 1920, a Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis do Nordeste Brasileiro, mantida com 2% da

	receita tributária anual da União, além de outros recursos. Mas efetivamente, nada foi feito para amenizar o drama das secas.
1970	Criação das frentes de emergências. Uma alternativa para 1,8 milhões de pessoas, em decorrência das grandes secas que atingiram todo o Nordeste.
1979-1984	A mais prolonga e abrangente seca da história do Nordeste. Atingiu toda a região, deixando um rastro de miséria e fome em todos os Estados. No período, não se colheu lavoura numa área de quase 1,5 milhões de km <sup>2</sup> . Só no Ceará foi registrada mais de uma centena de saques, quando legiões de trabalhadores famintos invadiram cidades e arrancaram alimentos à força em feiras-livres ou armazéns. Segundo dados da SUDENE, entre 1979/1984, morreram na região 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças, por fome e enfermidades derivadas da desnutrição. Pesquisa da UNESCO apontou que 62% das crianças nordestinas, de 0 a 5 anos, na zona rural, viviam em estado de desnutrição aguda.
1988	Neste período, uma seca muito intensa atingiu toda população, precisamente, no final do mês de abril. População faminta, promovendo saques a depósitos de alimentos e feiras livres, animais morrendo e lavouras perdidas. Com exceção do Maranhão, todos os outros estados do Nordeste foram atingidos, numa totalidade de cerca de cinco milhões de pessoas afetadas. Esta seca estava prevista há mais de um ano, em decorrência do fenômeno El Niño, mas, como das vezes anteriores, nada foi feito para amenizar os efeitos da catástrofe.

Fonte: Medeiros *et al.*, 2013

Não nos cabe, aqui e agora, fazer uma avaliação e remontar o passo a passo de toda a história da seca na região Nordeste, no entanto, daremos ênfase a forma como o fenômeno da seca passa a ser interpretado pelas forças do Estado. Este dado, lá na ponta, explicará, por exemplo, a necessidade da obra da transposição.

Discutir os impactos da seca, como já apontamos no quadro anterior, é, também, parte do objeto deste trabalho, sobretudo por nos propomos a realizar a

discussão sobre a atualidade da indústria da seca. Se, a partir da obra da transposição de águas, pôs-se fim ao lucro a partir da escassez da água.

Outro destaque importante é a respeito da seca de 2011 a 2013, considerada a maior seca dos últimos 50 anos. No entanto, a seca de 2011 a 2013 é singular, porque mesmo diante desse fenômeno, não ocorreu saques em feiras, isso em função das políticas públicas de convivência com a seca e com o semiárido.

Em nosso entendimento, o que está posto, contemporaneamente no semiárido é uma disputa de projeto de desenvolvimento que encontrou ressonância a partir da obra da transposição. Ou seja, a lógica de convivência com o semiárido é permeada por uma política econômica que se expressa a partir de uma série de políticas públicas que possibilitam as condições materiais de sobrevivência para a população dessa região.

Trabalhamos com essa tese, inclusive, do ponto de vista da história. A nossa abordagem com relação ao fenômeno em questão encontra-se amparada em Silva (2006) e perpassa toda política de construção de combate à seca. Desde o DNOCS, PIN, CODENO, CODEVASF, OPENO, ASA e SUDENE.

O aparato organizado pelo Estado para enfrentar o fenômeno da seca foi se aperfeiçoando ao longo dos anos, esse é um dado indiscutível, sobretudo na forma de tecnologia, mas quando mitigamos esse debate e submetemos ao crivo da literatura mais contemporânea, emergem contradições que não podem passar despercebidas na contribuição desse trabalho. O fato de a obra da transposição romper com a escassez de águas coloca em xeque um elemento essencial na lógica de dominação de alguns setores econômicos e políticos.

Como forma de rebuscar o argumento que levantamos a pouco, trabalharemos em duas vertentes para constatar o que estamos reivindicando como sendo causa desse fenômeno. A primeira vertente, levantaremos do ponto de vista histórico a estrutura de classes sociais e política nos contextos de grandes secas e a segunda verificaremos a atuação do Estado, através de políticas públicas, como forma de enfrentamento ao fenômeno da seca.

As notas que se tem a respeito das secas no século XVIII e XIX ancoram-se ainda no debate a respeito do processo de povoamento da região, sob a lógica de uma estrutura de classes precária, no sentido da distinção de colônia de

povoamento<sup>1</sup>, cujas bases são profundamente agrárias

Nos anos de 1930, a composição política já assume um outro tipo de configuração, aí nos cabe o recorte que buscamos quando delimitamos o objeto de nossa pesquisa. Em que medida, a lógica política dos coronéis influenciou, a indústria da seca?

A partir da pesquisa de Gurjão (1994), *Morte e vida das oligarquias paraibanas*, percebemos a configuração da política no estado da Paraíba. A autora, ao se dirigir a esse período da história, sobretudo no pós 1930, trata como a *República dos coronéis*.

A composição das classes sociais nesse desenho de Nordeste é agrária, como forma de manutenção da própria estrutura agrária, fincada no trabalho por vezes remunerado, por outras ocasiões semi-servil, sem que se tenha a presença da figura dos meeiros<sup>1</sup>, por exemplo.

Então, a forma de ser e de estar, da presença da atividade produtiva se dava pela lógica dos coronéis, cuja referência de Leal (1976, p.19), em *Coronelismo, enxada e voto*, entende o coronelismo como “[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”.

As bases para se pensar o coronelismo discutiremos no tópico seguinte, quando articularemos a seca com as elites políticas locais, o que é, também, uma forma de posicionar as elites e debater o objeto dessa dissertação. O que adiantamos, com base na concepção de Leal (1976), é que essencialmente o coronelismo é uma relação de compromisso, mascarada pela lógica dos proveitos, ou seja, o coronel, por intermédio do poder público exerce uma relação de troca de favores com a população que aponta, inclusive, já a decadência da estrutura política, por intermédio dos chefes locais.

O que nos serve como referência para essa discussão é a forma/valor da água como instrumento de sobrevivência e fator de desenvolvimento econômico e social. Portanto, a relação entre as elites nordestinas e a água, como dito anteriormente, será discutida no próximo tópico.

Na seca dos anos de 1970, criou-se as frentes de emergência, em que o

<sup>1</sup>Há um longo debate na tradição da historiografia brasileira a respeito do processo de colonização, no sentido se é possível caracterizar o referido processo histórico como colônia de exploração ou povoamento. Nesse sentido, estamos ancorados a partir de Florestan Fernandes, ao tecer sobre o processo de colonização, em *Revolução Burguesa no Brasil* (2005).

poder público passou a assumir, por intermédio de uma política de desenvolvimento, mecanismos de enfrentamento à seca. Cabe ressaltar que a figura dos interventores se colocava como reconfigurações dos tradicionais coronéis que marcaram a política nacional no início do século XX.

Cabe-nos discutir a concepção de desenvolvimento que permeou todo o século XX assumindo o caráter público a partir da organização das frentes de emergência.

Silva (2006, p.29), nos diz:

Verifica-se que a proposta do “combate à seca e aos seus efeitos”, que predominou durante quase todo o século XX, está atualmente em crise, tendo em vista que os seus fundamentos negam os princípios da sustentabilidade. A matriz de pensamento relacionada à modernização econômica e tecnológica, vem renovando seus discursos, incorporando a questão ambiental e uma maior atenção ao social, interpretando a sustentabilidade como sendo a durabilidade do desenvolvimento com base na eficiência tecnológica e na racionalidade produtiva. Da mesma forma, o chamado “pensamento crítico” sobre o Semiárido permanece e se renova na atualidade, interpretando a sustentabilidade como sendo a necessária e possível “convivência com o Semi-árido”.

Quando discutimos a opção de desenvolvimento por intermédio de políticas governamentais, estamos chamando atenção para as etapas do desenvolvimento na região do semiárido, isto é, mesmo diante da conjuntura de escassez de águas, através dos baixos índices de precipitação pluviométrica, desde o período colonial se tem ações no sentido de ocupação da região e em seguida desenvolver economicamente o semiárido.

Podemos tratar, então, de três momentos históricos em que a política governamental intervém no semiárido a partir de ações concretas para promoção do desenvolvimento. No primeiro momento, ainda nos ditames coloniais, a consolidação do complexo sertanejo como forma de promoção de desenvolvimento. A partir da metade do século XX chega-se ao entendimento da necessidade de uma modernização econômica, na medida em que a seca era combatida por de ações emergenciais e já no final do século XX com um novo marco para o desenvolvimento regional.

Portanto, as políticas públicas, sobretudo a partir do final do século XIX e no século XX tomaram como deliberação de enfrentamento a seca, o que Silva (2006) a partir de Pompeu Sobrinho (1982), argumenta como sendo a principal está na

açudagem<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a açudagem vista como a alternativa principal para enfrentamento da seca, produz no Nordeste brasileiro o fenômeno, por intermédio de desenvolvimento do governo, a construção das barragens, açudes e poços, nas propriedades rurais de médio e grande porte.

Portanto, o acesso da forma/valor a água está, fundamentalmente, concentrado nas propriedades rurais, potencializando o poderio político desses grupos. Aqui reside a origem do que perseguíamos no capítulo inicial ao delimitarmos uma concepção e um método para identificarmos as elites políticas e econômicas nordestinas. O poderio desses grupos está diretamente associado ao controle da água em suas propriedades.

Recorreremos no tópico seguinte, quando afunilaremos nossa análise para a relação histórica entre elites e seca no Nordeste, para a contribuição de Francisco de Oliveira (1981), quando aponta que esse processo iniciado no século XX, que se caracterizava pela beneficiavam exclusivamente um setor da oligarquia nordestina.

Nesse caso, a política de enfrentamento a seca, instituída ainda no império, foi determinante durante todo esse momento da história e definiu, em forma de acesso a água o processo de configuração da estrutura agrária no Nordeste. Se na distribuição da terra ainda no processo de colonização tem-se o marco dos possuidores e não possuidores da terra, a questão hídrica delimita outro marco no nordeste brasileiro.

Sabendo que a política não se separa nesse caso da questão da água, e, considerando a força das oligarquias nordestinas, o fato da construção da açudagem e a lógica de enfrentamento a seca ter como principal forma de enfrentamento esse mecanismo, a construção das barragens e açudes nas propriedades desses senhores, reverteram o próprio valor que a terra possuía.

Não é estranho, nem tampouco distante relacionar que o poder político e o poder econômico estão imbricados nesses marcos, seja nesse contexto de nordeste imperial, ou até mesmo na forma mais recente, dada a formulação da ideia do que seria o DNOCS e a sua atuação durante os anos de 1950.

A questão que permeia todo esse debate, é: para quem serviu a construção

<sup>2</sup>Pompeu sobrinho, em história das secas, argumenta que a solução hidráulica pensada pelas ações governamentais ainda no século XIX enxergavam que a intervenção humana, dotada de todas as suas capacidades, seria capaz de modificar as condições naturais como forma de solucionar diretamente os impactos da seca.



dos açudes e quem passou a controlar e acessar o recurso da água nesse contexto.

Não precisa ser dos mais espertos para perceber que a definição de Leal (1976) sobre a configuração e o serviço que prestava os coronéis assume um caráter empírico a partir desse momento. Não estamos com isso tentando afirmar que na fase anterior a açudagem não houvesse a figura do coronel nem a troca de serviços, estamos apenas considerando que a partir deste marco, há, efetivamente, um fortalecimento desse setor alocado nos blocos no poder na estrutura agrária nordestina, possibilitando, portanto, a produção de uma hegemonia sobre o acesso ou não à água.

Do ponto de vista político não é distante a aproximação feita por Leal (1976), quando descreve a relação do coronelismo sobretudo nas fazendas de café no estado de São Paulo, com a oligarquia algodoeira, no Nordeste brasileiro, como destaca Francisco de Oliveira (1981). O fato é que o modelo de dominação executado por esses setores encontra ressonância na estrutura da sociedade. O que, objetivamente encontra-se no domínio dos fatores de produção. Seja no âmbito da terra, e no âmbito do acesso à água.

A singularidade do acesso à água no Nordeste brasileiro é um dado que possibilita a reconversão do valor da terra, ou seja, se dentro da propriedade fundiária possuir açude e barragem que possibilite irrigação, o valor de troca desta propriedade é completamente distinto das outras propriedades que não detenham esse bem de uso.

Essa afirmativa, por mais óbvia que aparente ser, produz o fenômeno que distingue o valor da terra e explica o poder econômico e político nessa região. Se pensarmos, do ponto de vista da política local, o fenômeno do voto de cabresto<sup>3</sup>, está fincado na hegemonia social do dono da propriedade rural.

O movimento de hegemonia social se dá, em nosso entendimento, em função da relação de subordinação e de profunda dependência entre os trabalhadores, portanto, não detentores da terra e com acesso restrito aos recursos naturais, e o proprietário, que executa as ações políticas e econômicas por intermédio da posse da propriedade rural, conseguindo, inclusive, muitas vezes, definir a agenda de políticas públicas por expandir seu capital.

Nesse sentido, a trinca pensada por Leal (1976), como forma de explicação

<sup>3</sup>Prática política comum aos coronéis, quando subordinavam o voto dos trabalhadores da sua propriedade ao seu interesse particular

para manutenção do poder político do coronel sobre os trabalhadores, se dá pelo caráter assistencialista/paternalista das relações, pela via da condição econômica ou até como traço de extensão de uma certa tradição que ao longo dos tempos foi construída. Como questiona Tom Zé, na canção “Senhor cidadão”, “com quantos kg de medo se faz uma tradição?”.

A máxima levantada pelo poeta brasileiro é intrínseca a condição econômica, mesmo diante desse cenário de concentração, com essas notas de associação entre a estrutura agrária e a lógica política, nossa intenção ao discutir esses aspectos está no esforço de desmistificar os sinônimos: seca, Nordeste e miséria.

A causa da condição de miséria e profundo empobrecimento das populações no semiárido nordestino durante esse recorte que estamos abordando se dá em função da concentração fundiária e o não acesso aos recursos naturais. Não se trata de um problema de ordem natural, mas política.

Trataremos de abordar, por ora, a relação da forma/valor da água e recortaremos, ainda nesse tópico a perspectiva que diz respeito a uma ecologia política, o que desmonta todo o pensamento que se converteu em política pública durante esse período histórico e que na prática renovou a estrutura agrária, por intermédio da açudagem.

Feitas estas considerações e o debate sobre o valor da água para estrutura agrária, discutiremos, do ponto de vista objetivo bem como subjetivo, o processo relacional entre seca e elites. Perpassando a principal via dessa relação que é a indústria da seca, ou seja, a existência da seca é um mecanismo de obtenção de lucro. E quem lucra com esse processo? Como lucra? Será o que discutiremos a seguir.

A primeira compreensão que devemos partir para analisarmos a forma/valor da água é a própria discussão sobre a relação metabólica sociedade e natureza. Ora, o espaço onde se desenha o campo da discussão da obra da transposição tem como dado essencial do debate a intervenção humana na natureza, inclusive ponderando a noção que se tem sobre a natureza.

Cabe-nos ponderar que a natureza não é um campo aberto, cuja matriz aparente seja uma abstração em que a neutralidade da análise permeia todo o espaço. Esta é uma concepção que retira o elemento político e social da discussão sobre ambiente e natureza. Feita esta ressalva, trabalhamos com a noção que a natureza e o ambiente é síntese de conflitos e disputas.

Estamos de acordo com a noção que Santos (2020,p.20), trabalha, quando aponta que a natureza não é um ente uno, externo às relações sociais, mas é permeada por sentidos socioculturais e produto também de interesses diferenciados dos vários atores que, em seu processo de reprodução social, confrontam, em determinados momentos, diferentes formas de se relacionar com a natureza, com projetos de uso e significação.

Então é com base nessa concepção que a forma/valor da água assume um caráter específico, tal qual outras mercadorias que integram o sistema de produção global. Em uma ponta, com o dado da mercantilização, a água assume um valor de troca poderoso, na outra ponta o valor de uso, posta a singularidade da escassez de água, atribui um novo valor –sob forma de troca – a água nessa região.

A discussão da escassez de água perpassou a história da região Nordeste, sobretudo no Nordeste setentrional, composto pelos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, em que mais de 80% desses territórios encontram-se em espaços do semiárido. No espaço em que predominantemente a água é escassa, novos contornos econômicos, políticos e sociais são arranjados para a superação dos dilemas.

Consideremos, também, a afirmativa de Santos (2020, p.21), quando destaca a centralidade do sistema-mundo que vivemos, “[...] em que o capital necessariamente privatiza, mercantiliza, monetiza e comercializa todos os aspectos da natureza”, por isso as “relações sociais de produção, acesso e controle sobre os recursos, e as relações de poder enraizadas figuram centrais” (Watts, 2015, p. 32).

A nossa abordagem de discussão sobre a transposição do Rio São Francisco, sobretudo a análise que estamos realizando está vinculada ao campo da ecologia política, tendência analítica que supera a noção de que os conflitos ambientais e ecológicos são dotados de neutralidade e não perpassam relações de conflitos políticos e sociais.

A questão da ecologia política<sup>4</sup> é central na avaliação de nossa pesquisa porque é quem vai atribuir o significado dos capitais presentes em toda a política pública. Quem negocia, a partir de quais condições negocia, o papel dos agentes, enfim, toda uma rede de relações deriva desse campo de abordagem.

A associação dos recursos naturais aos ditames do capital não é uma mera

<sup>4</sup> Santos(2020) define a ecologia política como sendo: “importante campo de estudos que emergiu na década de 1970, em contraposição à abordagem apolítica das questões ambientais convencionais e cujas preocupações centrais são os grupos sociais marginais e questões de justiça social”.

alternativa argumentativa para vincular uma matriz teórica a um problema de pesquisa, mas ao contrário, é o poder de definir quem usa o recurso natural, como usa e para que usa. Na prática é o poder de arbitrar sobre quem tem a prerrogativa para uso e exploração desses recursos.

Em nosso estudo, destacamos esse poder de arbítrio sobre os recursos naturais a partir da questão da água, ou seja, vimos no breve histórico realizado nesse capítulo que em um momento da história dada a condição de estiagem e escassez de água a alternativa vista pelo poder público para superação do problema era a açudagem, logo essa política – e o poder de arbítrio da construção desses açudes – se deu exatamente nas médias e grandes propriedades rurais.

Ou seja, a articulação entre o sistema-mundo, o mundo do capitalismo e sua singularidade de reduzir todas as instâncias da vida coletiva à condição de mercadoria, se expressa, na concreticidade, em um exemplo como o da açudagem. É o dono da propriedade rural, por intermédio de uma benesse do Estado, quem passa a arbitrar o acesso ou não acesso à água.

Pensemos a partir das balizas de Ioris (2018), Santos (2020) sobre o papel que a água assume em nossa sociedade:

A água aqui é, portanto, compreendida como uma substância complexa, híbrida, que permeia e sustenta o metabolismo perpétuo entre as sociedades e o resto da natureza (IORIS, 2018), ou seja, tudo circula em torno da água. O acesso, o uso e a distribuição dela é uma luta diária para muitas pessoas, é foco de muita competição, imerso em diversas formas de embates e conflitos políticos e econômicos, por isso constitui uma questão sociopolítica e natural, afetando, de modo desigual, os diversos atores sociais (Swyngedouw, 2004a). (Santos, 2020, p.21)

Afirmar que o conflito hídrico é um campo esvaziado de luta política ou descolado da luta pelas condições materiais de existência é uma tolice, a água não só é essa substância oriunda da natureza, mas é um campo que se apresenta como condição sinequanon para reprodução da própria matéria orgânica da humanidade.

A água entendida como recurso oriundo da natureza tem essa especificidade, ou seja, é condição para manutenção da matéria orgânica do ser social, logo, nos marcos da sociedade burguesa, a mercadoria água ganha uma outra conotação. É exatamente esse novo contorno assumido pela água na sociedade da mercadoria que dá significado e sentido a forma pela qual as elites se relacionam com essa ferramenta.

Fundamentamos essa afirmativa a partir da obra de Marx, quando o

pensador lança luz para o processo de acumulação primitiva<sup>5</sup> e sintetiza destacando que o todo o processo da nascente sociedade capitalista industrial se deu com base na expropriação, que na prática reorientou a relação entre homens e natureza.

Santos (2020), é bastante enfática ao tratar das interações metabólicas entre natureza e sociedade, para a autora esse processo é histórico, mas ganha um novo sentido na sociedade capitalista. Em um primeiro momento a autora rebusca o argumento para apontar que “a natureza ou “metabolismo universal da natureza” foi expropriado sempre que possível pelo sistema capitalista emergente, reduzido a meros recursos que podiam ser explorados (Foster; Clarck, 2020).”

Cabe uma breve explicação para o que Foster (2005), Santos (2020) e Ioris(2018), com base na ecologia política e situando a discussão sobre a relação natureza e sociedade a partir da tradição do marxismo entende como ruptura metabólica. Esse conceito é central, porque explicará o esforço, no sentido da análise, para o surgimento do PISF. A respeito dessa noção conceitual, confessamos que é uma categoria que não conhecíamos quando formulamos o projeto de pesquisa, com o acúmulo para elaboração dessa dissertação outras categorias foram ingressando e nos auxiliando a desvendar o mapa da discussão teórica/conceitual.

Como tivemos contato com essa categoria a partir do trabalho de Santos (2020), destacamos algumas passagens que a autora vai aproximando essa categoria da realidade, considerando a centralidade da sociedade capitalista. No sentido de que a utilização da categoria se dá como o momento em que a relação homem x natureza que pré-sociedade capitalista se dava de forma natural e espontânea, com os marcos do processo de expropriação e mercantilização dos recursos naturais, essa relação passa a ser regulada pelas leis do mercado.

De uma perspectiva mais ampla, isso significa uma reconfiguração da organização societal, caracterizada por relações de dominação, exploração, subjugação e concentração, de modo que a lógica societal se inverte e se transfigura, criando um novo sistema de metabolismo societal estruturado pelo capital. Nesse contexto, a natureza, necessariamente, é compreendida como “uma grande reserva de valores de uso potenciais que podem ser usados direta ou indiretamente (por meio de tecnologia) na produção e na realização de valores das mercadorias (Santos *apud* Harvey, 2016, p. 232).” (Santos, 2020. P.67-68)

Ainda referente a utilização desse conceito, pensar o acesso à água no

<sup>5</sup>Também entendida como acumulação originária, capítulo 23 do Livro I do Capital. Em que o autor explica o processo de gênese do capitalismo industrial.

Nordeste brasileiro, na região semiárida, significa reconsiderar toda noção de valor de uso.

Entendemos que uma questão é a perspectiva ampliada de dinâmica do sistema capitalista, com ênfase ao período que Harvey e Foster, ao fundamentar a partir de Marx essas relações, estão justificando o processo que os recursos naturais, no nosso recorte a água, estão inseridos.

Outra questão é o momento atual, os marcos mais contemporâneos em que os mesmos recursos naturais permanecem inseridos. Portanto, as balizas utilizadas nessa primeira referência que discutem a ruptura metabólica nos servem, sobretudo para indicar que a relação homem x natureza que antes se dava de forma espontânea, assume um caráter mercantilizado a partir da ascensão do capitalismo industrial.

Sabemos, ainda, que tantas foram as fases do capitalismo: industrial, monopolista de Estado e contemporaneamente essa literatura sociológica compreende como a face da financeirização do capital. Importante salientar que o processo de financeirização do capitalismo não se dá apenas no âmbito da economia, em que pese ser a sua gênese –financeira – o campo da economia, mas atinge todos os âmbitos da vida social e coletiva.

Exatamente por essa singularidade, discutir o PISF, sua atuação e seus redesenhos, perpassa uma faceta da etapa financeira do capitalismo: o neoliberalismo. Ou o que poderíamos interpretar como a agenda neoliberal. Não vamos, portanto, discutir o que é neoliberalismo em seus marcos econômicos, mas de como essa agenda neoliberal atinge os recursos naturais e reinsere a atualidade do uso e acesso aos bens de uso para o conjunto das sociedades.

Com base nesse campo, destacamos a contribuição de Ioris (2013), na medida em que o pensador realizou um estudo de caso sobre a neoliberalização das águas no Peru<sup>6</sup>, articulando, mais uma vez, a utilização e o acesso aos recursos naturais com o sistema de produção e suas nuances contemporâneas.

Com relação a esse debate, Ioris utiliza balizas que nos servem para interpretamos o caso da transposição. E para isso elencamos o que consideramos como as balizas do pensamento do autor para transportamos as categorias a fim de análise no caso brasileiro.

<sup>6</sup> Estamos baseados no texto de Antonio Ioris, cujo título é: *The Adaptive Nature of the Neoliberal State and the State-led Neoliberalisation of Nature: Unpacking the Political Economy of Water in Lima, Peru*. (2013).

A primeira noção que precisamos trabalhar é o fato de que contemporaneamente todos os conflitos que orbitam em torno da questão dos recursos hídricos são sínteses do processo de apropriação dos bens uso/consumo comuns.

A segunda noção, destaca Santos (2020,p.72): “Entretanto, tais debates ocultam os objetivos reais dos projetos de neoliberalização da água e as comunidades que, de fato, sofrem com o acesso desigual ou a negação ao acesso da água.” A autora diz, ainda, que os objetivos dos projetos de neoliberalização da água é aprofundar a lógica de mercantilização e direcionar a água para atividade produtiva de grandes empresas. Destaca, ainda, o caso do Peru, quando o processo se deu pela articulação de três características do projeto: o ramo técnico, econômico e político.

Problematizando as balizas do PISF, as características técnicas, econômicas e políticas da obra, podem, ser consideradas como um primeiro passo para efetivar o processo de neoliberalização da água em espaços de escassez hídrica?

Ou mais, trazendo para o nosso recorte, é parte do projeto das elites políticas e econômicas locais, neoliberalizar e financeirizar o acesso a água no território semiárido?

Para avançarmos na nossa discussão, abordaremos no tópico seguinte a relação estreita entre Elites e Água no Nordeste para entendermos se há pistas, do ponto de vista da história, que nos permita tratar essas questões levantadas como hipóteses de nossa pesquisa.

Um passo atrás para entendermos essa relação Elites e água, se dá a partir da costura quantitativa, para isso levantaremos dois gráficos que apontam como está, contemporaneamente, o conflito hídrico no Brasil. Cabe destacar que esses dados são contemporâneos e nosso recorte no próximo tópico se dá através do levantamento histórico, mas já nos permite identificar alguns aspectos do presente que tem origem no passado.

Figura3 – Gráfico do conflito por água no Brasil



Fonte: Silva, 2020

Se na cena a nível nacional nos anos de 2018 e 2019 atingimos o ápice de conflitos por água no Brasil, o Nordeste como espaço histórico de escassez de água, também atingiu seu momento mais conflituoso, conforme os dados colhidos a partir da contribuição de Sandra Maria Batista Silveira e Maria das Graças e Silva<sup>7</sup>.

Tabela 3 – Conflitos por água no Nordeste

ESTADO	ANO											
	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	C*	FE**	C*	FE**	C*	FE**	C*	FE**	C*	FE**	C*	FE**
Alagoas	-	-	2	66	2	120	1	0	-	-	1	350
Bahia	8	720	21	259	26	5819	27	2687	24	3851	56	10767
Ceará	4	524	4	465	1	45	2	244	3	410	-	-
Maranhão	8	610	-	-	4	25	5	0	8	1632	-	-
Paraíba	2	1133	3	1300	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	5	493	5	892	8	3400	9	6110	-	-	6	2115
Piauí	1	400	-	-	-	-	2	304	1	10	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	1	1200	1	1003	-	-	1	1003	-	-
Sergipe	-	-	1	0	-	-	-	-	5	545	-	-
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>3880</b>	<b>37</b>	<b>4182</b>	<b>42</b>	<b>10412</b>	<b>46</b>	<b>9345</b>	<b>42</b>	<b>7451</b>	<b>63</b>	<b>13232</b>

Fonte: Silveira e Silva, 2019

Em que pese a ausência de dados significativos sobre os dados a partir de 2014 na Paraíba, chamamos atenção para o que as autoras argumentam sobre esse momento, exatamente porque no estado vizinho, em Pernambuco, segundo lugar no número de conflitos, com exatos 33 conflitos registrados e contabilizados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, tiveram pouco mais de

<sup>7</sup>Dados recolhidos do artigo: Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo (2019).



13 mil famílias atingidas pelos conflitos.

O destaque para a região do estado da Bahia se dá em função da sua extensão territorial e pela expansão do agronegócio no Sudoeste<sup>8</sup> do estado. O que reafirma a concepção de neoliberalização da água, ou seja, o projeto neoliberal tem exatamente com a intenção de transferir grandes volumes de água para o desenvolvimento de algumas empresas, dada aí a raiz do conflito na Bahia.

O fato é que tanto o conflito hídrico quanto o conflito da terra sempre foi efervescente no estado da Bahia. Os dados ilustram o desenho dessa relação e principalmente o número de famílias que são atingidas por essa disputa, a partir da negação do acesso a água

Feita a abordagem quantitativa, elucidando a partir dos dados os conflitos e o acesso a água no Nordeste, lançamos agora a segunda parte desse capítulo. A relação entre elites e água no nordeste brasileiro.

### 3.2. ELITES E SECA NO NORDESTE: A ÁGUA COMO RECURSO POLÍTICO E SOCIAL DOS SETORES DOMINANTES

Conforme discutimos previamente a relação elites e seca no Nordeste é um dado histórico, visto a partir dessa dinâmica iremos nesse tópico lançar luz para a caracterização desses grupos de elite no Nordeste que dominaram os recursos hídricos e passaram a converter o acesso a água como instrumento de manutenção da dominação política bem como econômica.

Para fundamentarmos nossas análises nesse tópico utilizaremos como fio condutor a obra de Oliveira (1981), quando o autor discute a atuação da SUDENE<sup>9</sup>, remontando a trajetória histórica da região Nordeste e apontando como a lógica do desenvolvimentismo passa a incorporar a própria dinâmica de reprodução do capital naquela localidade.

Essencialmente a discussão está centrada na relação Estado x sociedade civil, no entanto utilizaremos as noções conceituais e históricas presentes na obra para caracterizar uma forma específica de controle do acesso a água, a partir da atuação de um segmento pertencente a estrutura de classes no Nordeste: a oligarquia algodoeira-pecuária.

<sup>8</sup>O sudoeste da Bahia é composto por cerca de 20 cidades, tendo como principal cidade o município de Vitória da Conquista.

<sup>9</sup>Superintendência de do Desenvolvimento do Nordeste.

Cabe ressaltar que a divisão do ponto de vista da história econômica e social do Nordeste está separada a partir de dois campos: o primeiro diz respeito ao Nordeste açucareiro, cuja classe dominante está vinculada aos engenhos e a um tipo de produção e a outra está presente no mesmo setor que é oligarquia agrária mas que não é propriamente açucareira.

Essa distinção precisa ser apontada para abordar inclusive a forma de trabalho que os grupos sociais desempenhavam nesse momento da história,

A tese central de Oliveira (1981, p.45), para argumentar a relação desses setores encontra-se presente na seguinte passagem:

[...] deve-se anotar, de passagem, que o possível caráter autárquico das unidades produtoras de açúcar é, até certo ponto, um resultado das crises cíclicas da produção, derivadas das flutuações internacionais e, no limite, a própria "região" do açúcar recria formas de acumulação primitiva.

Logo depreende-se que a produção e a reprodução da economia dos engenhos se ancoravam nas flutuações internacionais, visto o dado da exportação como forma de manutenção da estrutura agrária vigente.

Nesse sentido, o processo de expansão da oligarquia algodoeira-pecuarista se dá, dentro da perspectiva do conflito e da luta de classes, a partir do processo de decadência da estrutura do engenho, cujas origens da economia do açúcar passaram a se concentrar ainda monocultura da cana da região Nordeste.

Acerca da relação entre esses dois segmentos do Nordeste agrário, Oliveira (1981, p.46), nos diz:

A monocultura exclusivista da cana-de-açúcar já havia começado, antes dessa decadência/subordinação, a dar lugar à formação, em suas franjas, de uma economia semicamponesa, voltada para o abastecimento de gêneros alimentícios da própria "região" açucareira. A lei de reprodução dessa economia semicamponesa era determinada basicamente pelas suas relações com a "região" açucareira, e seu mecanismo de reprodução baseava-se na produção de sua própria subsistência que era, na essência, parte dos fundos de acumulação da própria economia da "região" açucareira. O "Nordeste" agrário não-açucareiro começará a ser redefinido completamente pela entrada em cena de outro ator: o algodão. Como seqüela da Revolução Industrial.

Quando discutimos a relação próxima entre a região açucareira, ou seja, a região dos engenhos e o setor vinculado a agropecuária, significa dizer que por um momento esses dois modelos de produção coexistiram na região Nordeste. Essa

elite agrária que tem origem na monocultura da cana, ainda nos modelos dos plantios, cuja origem se dá na disputa e na resistência dos indígenas no solo nordestino, passa a disputar a hegemonia política com outro setor, o pecuarista.

Tratar da pecuária no semiárido brasileiro é um campo delicado, e em última instância, não é objeto desse trabalho de dissertação, isto é, não nos debruçaremos nas singularidades dessa atividade na região, mas o que se deve notar, sob o prisma da história, é que o modelo de economia regional baseado no açúcar entra em declínio.

Sob a égide do capitalismo entendemos que as crises são cíclicas e em seu próprio fundamento de crise há a possibilidade de superação. Assim analisa Caio Prado Junior, em *História Econômica do Brasil*, quando trata dos processos de sobreposição dos modelos agrícolas no Brasil. No desenvolvimento dessa análise Oliveira (1981, p.45), argumenta que

[...] a "região" do açúcar recriou formas de acumulação mesclando a atividade de produção do açúcar e as chamadas "culturas de subsistência" como resultado de sua subordinação aos esquemas de reprodução do capital vigentes na "região" do café.

Nesse sentido, essa relação produziu a oligarquia algodoeira-pecuária. O algodão, como discutido acima, integra uma forma de produção específica, o que trouxe para o nordeste, sobretudo para a cidade de Campina Grande<sup>10</sup> – um dos lócus de nosso recorte de pesquisa –, uma forma específica de desenvolvimento.

A entrada em cena da elite algodoeira reconverte a relação econômica e política da elite agrária açucareira. O dado da exportação e os afluxos que a cidade de Campina Grande passa a receber nesse momento da história vão gerenciando o capital social e econômico desses grupos.

Não à toa a formatação de elites políticas no estado da Paraíba e mais precisamente no município de Campina Grande é bastante singular. Dedicaremos um momento específico desse trabalho exatamente para mapear e posicionar as elites na Paraíba, dado que é fundamental para a investigação e desenvolvimento desse trabalho. O processo do familismo<sup>11</sup> e a construção histórica dos grupos políticos no estado desembocam na obra da transposição, o que constitui, inclusive,

<sup>10</sup>Localizada no agreste do estado da Paraíba, Campina Grande chegou a ser apelidada de Liverpool brasileira, dada a importância da economia do algodão para a cidade.

<sup>11</sup>Estamos tomando como familismo o fenômeno da aproximação entre Estado e família. Trata-se de uma categoria muito usual na literatura da Ciência Política.

a chave de análise nesse trabalho

Nesse tópico específico, estamos tratando as origens históricas das elites no Nordeste e suas relações com a seca, o nosso esforço está em remontá-las histórico e analiticamente apontando como o Estado tornou-se subordinado aos interesses desses grupos por um momento da história, e por fim caracterizaremos quem era a oligarquia algodoeira na região.

Com base nisso, destaca-se a atuação política, sob forma das oligarquias desse setor da elite nordestina, a partir da seguinte passagem:

Funda-se o Brasil oligárquico sob a determinação férrea dessa subordinação, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. E, politicamente, toma formas distintas: no Segundo Império será um Estado unitário, e na República Velha será uma federação oligárquica, com a "política dos governadores", sob a égide da coligação "café-com-leite" substituindo o chamado Poder Moderador. Tal reiteração da sustentação do café e do controle da escala internacional das mercadorias café e algodão abortará a emergência do modo de produção de mercadorias no país, no sentido de fazer avançar a divisão social do trabalho no rumo da indústria. São seus agentes internos, na "região " do café, os "barões" paulistas, e na "região" do algodão-pecuária, os "coronéis(Oliveira, 1981. p.49)

E é com base na fundação desse Brasil oligárquico, com os barões do café para o Sul, e os coronéis para o Norte, que se ancora a discussão entre elites e seca. São esses senhores, os coronéis, cuja caracterização faremos mais adianta a partir da literatura específica que estabelecem uma forma específica de relação com o Estado e com a população.

As balizas que utilizaremos como parâmetros para análise, pós identificação das elites e sua relação com a água a partir da figura do coronel, se darão em três movimentos: a) atuação dos órgãos públicos nas políticas de combate à seca; b) o fenômeno da açudagem; e c) a captura do Estado por esses setores.

Precisaríamos, por fins didáticos, realizar uma discussão sobre o fenômeno do coronelismo. O que nos dedicaremos após aprofundarmos esses movimentos citados.

Acerca da relação das elites com os órgãos públicos nas políticas de combate à seca, destacamos alguns pontos. O primeiro seria a atuação do DNOCS – Departamento nacional de obras contra as secas, que teve sua primeira forma de organização como IFOCS<sup>12</sup>.

A forma pela qual foi pensado um departamento que dedicasse esforços na

<sup>12</sup>Inspetoria Federal de Obras contra as secas.

formulação de políticas públicas que promovessem o combate à seca e propiciasse o desenvolvimento regional é entendido por uma série de autores como uma ação louvável, dado que possibilitou inclusive o surgimento da SUDENE.

Os três movimentos que nos dedicaremos nesse momento podem ser sintetizados a partir de algumas notas que lançaremos mais adiante, mas que dizem, em outras palavras, que a formulação dos órgãos de combate à seca são relativamente interessantes, em que pese não existir alinhamento entre a política econômica e social da região e o conhecimento técnico sobre o semiárido, o que significa, na prática, que conseguiu-se a partir desses órgãos produzir um razoável conhecimento nos mais variados campos de pesquisa<sup>13</sup>. Oliveira (1981, p.50), já nos diz que mesmo em que pese esse avanço relatado acima:

Não se avançou nada, porém, em termos do entendimento e desvendamento de sua estrutura socioeconômica; interessa notar, de passagem, que o melhor pessoal científico da antiga IFOCS e depois do DNOCS quase sempre esteve em oposição à política de obras executadas pelo Departamento.

E é exatamente em função dessa falta de entendimento sobre a estrutura socioeconômica do Nordeste que podemos explorar a forma pela qual foi executada as ações de enfrentamento a seca. Casos interessantíssimos surgiram nesse momento, dois fenômenos em especial: a construção das barragens e as açudagens.

A literatura que busca abordar a relação entre os órgãos de enfrentamento a seca e as elites locais, a elite algodoeira-pecuária, destacam algumas peculiaridades dessa relação, observemos o que descreve Francisco de Oliveira sobre a política de enfrentamento à seca na região Nordeste a partir da construção de barragens e açudagens:

A IFOCS e depois o DNOCS orientaram sua ação para a construção de barragens, que represassem água para os períodos de seca; para a perfuração de poços, ali onde não havia rios para represar; para a construção de barragens que visassem a propiciar uma agricultura irrigada; para a construção de estradas de rodagem no interior da zona semi-árida; e finalmente para a elaboração de estudos ecológicos num sentido amplo, geológicos, botânicos, pedológicos, hidrológicos, que lhes fornecessem o necessário acervo de conhecimento para a adoção das técnicas mais adequadas para a expansão agropecuária no trópico semi-árido. (OLIVEIRA 1981, p.53)

<sup>13</sup>Destaca-se esforços para atuação de engenheiros, botânicos, agrônomos, pedologistas, geólogos e hidrólogos, conforme assinala Oliveira (1981, p. 50).

Visto em senso comum não nos parece ser algo inaceitável uma forma de enfrentar a seca a partir da construção de açudes e barragens, observadas dessa maneira é minimamente razoável imaginar que o armazenamento de água é uma forma compreensível para enfrentar longos períodos de estiagem.

Por mais que a história tenha comprovado que a construção das barragens, conforme a estratégia do DNOCS/IFOCs tenha sido um fracasso, uma vez que o projeto era a construção de barragens que irrigassem as bacias para agricultura, o equívoco do “planejamento” do departamento se deu em função do desconhecimento da ecologia local, ou seja, as barragens, no primeiro momento, foram construídas em bacias não irrigáveis.

O dado é que na estrutura de classes do Nordeste agrário a construção das barragens e dos açudes ganham um contorno singular, observemos esta passagem:

O DNOCS dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas "culturas de subsistência" de várzeas, assim chamadas as ribeiras das barragens(Oliveira, 1981, p.54).

Retomemos a premissa que está contida na introdução desse trabalho: Para quem serve a água no Nordeste? Encontramos rapidamente a resposta a partir do ponto de vista da história. A forma pela qual o Estado brasileiro, por intermédio do Órgão de combate à seca, encontrou para solucionar a questão da seca, foi através da construção de barragens nas médias e grandes propriedades rurais.

A questão que emerge no horizonte, é: como explicar esse fenômeno? Essa questão responderemos a partir do terceiro movimento que sugerimos na lauda anterior. É exatamente o cruzamento entre o Estado e a oligarquia algodoeira-pecuária na região Nordeste. A força do coronel se dava, também, na forma de subordinar as ações do Estado aos seus interesses particulares.

Oliveira (1981, p.54) é categórico ao afirmar que a relação Estado e Oligarquia se dava a partir:

O investimento do DNOCS reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do "fundo de acumulação" próprio dessa estrutura, representado pelas "culturas de subsistência" dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sítiantes. O caso da perfuração

de poços é semelhante: mediante acordos com os grandes proprietários, o DNOC S perfurou para encontrar água, que se destinava sobretudo à sustentação dos rebanhos. Não há, que a literatura registre, casos de poços públicos perfurados pelo DNOC S em todo o sertão nordestino, a não ser em algumas cidades, para fins de abastecimento d'água potável.

Então estamos tratando do processo de reconversão do valor da propriedade fundiária e da apropriação particular de um bem de uso/consumo que é a água, a partir da concentração desse recurso por um grupo específico: uma oligarquia.

O caso da atuação do DNOCS no Ceará<sup>14</sup> é emblemático, parte da literatura inclusive afirma que tratar do DNOCS e oligarquia no Ceará é praticamente sinônimo, dado o grau e o nível de subordinação e aparelhamento do departamento no local. O fato é que a atuação do órgão público fortaleceu o poderio dos coronéis.

E é dessa figura, que permeia toda essa discussão que nos dedicaremos a explicitar a sua forma de atuação no nordeste brasileiro.

Até aqui tratamos da relação entre elites e seca, dada a condição histórica do poderio desses grupos – a partir da figura do coronel – convertendo o poder econômico e social a partir da subordinação dos órgãos públicos, reconvertendo o valor da sua propriedade fundiária, designando o uso da água para a pecuária e sobretudo arbitrando sobre o acesso a água.

O próximo movimento de análise será a partir da figura do coronel, porque para nossa análise ele é a face pública, encarnada e responsável pelos discursos, aparelhamentos, estratégias e formas de manutenção e reprodução da dominação nesses espaços.

É, também, a partir dessa relação da oligarquia algodoeira-pecuária que toma forma a indústria da seca, categoria que também será discutida nesse capítulo.

Por mais que em alguns momentos a bibliografia aparente estar separada, a exemplo da forma pela qual estamos utilizando as categorias elegidas como centrais na análise desse objeto, como indústria da seca, coronelismo e elites, entendemos que essas questões caminham alinhadas no movimento da realidade, a separação é didática e metodológica, mas tratar da oligarquia algodoeira-pecuarista, é caracterizar e posicionar a elite agrária nordestina na história. Apontar que o agente dessa oligarquia era o coronel, também é parte desse processo. E a

<sup>14</sup>Oliveira (1981, p.56) ao tratar da atuação do DNOCS no estado do Ceará, estado que não houve elite açucareira, nos diz que as primeiras grandes obras do órgão se deram no estado do Ceará e o controle do órgão passou a ser capturado pela elite (algodoeira-pecuarista) a ponto de: “tornou-se completamente indistinta a linha divisória entre DNOC S e a mesma oligarquia. Falar do DNOC S no Ceará, era o mesmo que falar da oligarquia e vice-versa.”

consequência desse fenômeno é a indústria da seca. Esse é o dado essencial do debate.

Posta a singularidade da ascensão de uma elite algodoeira-pecuária no Nordeste brasileiro, cuja face pública se expressa a partir da figura do coronel, discorreremos sobre a forma de ser/estar, em sua manifestação política, do fenômeno do coronelismo. Abordando, fundamentalmente, as causas do fenômeno e seus desdobramentos no âmbito político.

Problematizar a figura do coronel e o fenômeno político do coronelismo<sup>15</sup> é um dado comum nas ciências sociais e na historiografia.

Nesse sentido, elencamos as seguintes questões como centrais para síntese do debate: De que forma pode ser concebido o conceito de coronelismo? Como se dá a relação entre as estruturas agrárias e sua manifestação na política local? Quais elementos tipificam o sistema coronelista?

Estamos de acordo com a concepção de coronelismo sugerida por Leal (1976, p.20), quando entende o fenômeno “[...] como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo”.

Leal (1976), apontará que aquilo que tipifica o sistema coronelista é a condição de dependência do eleitorado. Posta a conjuntura de um país de base agrária, embora com lampejos de industrialização, a grande parcela da população residia em municípios de bases rurais, com alto índice de analfabetismo, condições de vida assentadas na mais profunda miséria e violência. Esses elementos expressam-se como sínteses da concentração fundiária e justificam, em última instância, o poderio eleitoral dos coronéis.

Algumas características dessa relação vão emergindo no debate, e quando nos deparamos com a realidade do nordeste agrário, em que as relações assumem novos contornos, o sistema de compromissos que é constituído a partir da relação de dependência da população e a provisão dos serviços –que são obrigações do Estado – através dos coronéis propiciam um tipo de relação específica.

As categorias que Leal (1976), utiliza para explicitar essas relações são: filhotismo e mandonismo.

A validade dessas categorias, dado o período do recorte que o autor está trabalhando é parte constitutiva da relação semi-servil construída no Nordeste

<sup>15</sup>As referências que utilizaremos para explicar o coronelismo encontram-se em Leal (1976), Malveira (1985), Janotti (1986)



agrário. Tipicamente por concentrar e subordinar o Estado aos seus interesses, a forma de conversão da alma dos sujeitos aos mandos e desmandos dos coronéis se dá em função da atuação dessas duas categorias.

Essencialmente o filhotismo seria, contemporaneamente, o apadrinhamento político e social do coronel para com a população. O mandonismo é a sua negação dialética, ou seja, o rigor da lei para aqueles que não são apadrinhados.

Pensando as balizas da transposição do Rio São Francisco e do Nordeste contemporâneo, o fenômeno do coronelismo não desapareceu, houve, em nosso entendimento, um modelo de reconversão da prática.

Tratamos de categorizar como reconversão, com base na literatura francesa, sobretudo as contribuições bourdieusianas, porque a forma que o fenômeno assume contemporaneamente é distinta do fenômeno clássico, no entanto, o conteúdo de subordinação e dependência das populações para com a figura do coronel/gestor contemporâneo é a mesma.

Entendemos que este dado que estamos destacando se coloca com um dos resultados de nossa investigação, não nos cabe aqui e agora realizar essa discussão. Nos debruçaremos com maior fôlego nessa temática no próximo capítulo, a partir da coleta de uma série de dados, sobretudo através da realização de entrevistas que realizaremos com agentes locais.

O fato é que a concentração fundiária, conforme destaca Leal em sua obra, através dos dados contidos no recenseamento de 1940 explicitam a influência política dos fazendeiros como mecanismo da liderança local, sobretudo avaliando os aspectos da distribuição da propriedade e da composição das classes na sociedade rural brasileira.

Esse dado para nossa análise é fundamental, pois só entenderemos a atuação e as causas da indústria da seca a partir dessa relação.

Os dados nos mostram que os pequenos proprietários, aqueles que possuem propriedades de até 50 hectares são, do ponto de vista populacional, a grande parcela do campesinato brasileiro, mas, fundamentalmente, detém a menor parcela de área rural no país. Portanto, Leal conclui do debate acerca das estruturas de classes e da concentração fundiária a profunda situação de dependência dessa parcela significativa da população, cuja manifestação política se dá através do voto de cabresto, posta a centralidade da figura do coronel. Esses será, portanto, o elemento que legitima o coronel, articulado à falta de espírito público dos chefes

locais.

Quando se pensa na esfera pública e a atuação dos coronéis nesse campo, a abordagem de Oliveira (1981) já denuncia a subordinação do Estado e dos seus mecanismos ao poderio dos coronéis, Leal (1976), traz outras nuances para esse debate. Sobretudo ao tratar do caso dos fazendeiros paulistas<sup>16</sup>, referente ao sistema de compromissos com o governo estadual, o autor inicia a discussão destacando que é a defasagem do poder público no país que contribui para a preservação *status quo* dos coronéis.

Enfatiza, ainda, o sistema de reciprocidade nas relações entre os governos estaduais e os municípios, na medida em que os chefes locais sinalizam apoio ao governismo. Deriva dessa condição o debate sobre a autonomia municipal e o coronelismo, destacando-se a dicotomia entre a falta de autonomia legal dos municípios e a ampla autonomia extralegal. A falta de autonomia dialoga com as condições de pequenas arrecadações dos municípios e a autonomia extralegal como a carta-branca assinada pelos governos estaduais como forma de compromisso com os coronéis.

Entendemos, ainda, que o coronelismo como um fenômeno de maior complexidade, sobretudo sendo o seu lócus os municípios do interior de maior predominância rural, o dado do isolamento das regiões é condição *sinequa non* para o desenvolvimento da prática e do sistema coronelista.

Fato que explica, também, a maneira pela qual o coronelismo no nordeste brasileiro foi a tônica até a metade do século XX. A condição de isolamento e distanciamento, associadas a ausência de políticas públicas, o analfabetismo contribuiu fortemente para a expansão desse fenômeno.

O que propicia uma discussão que consideramos interessantes, a partir da obra de Facó<sup>17</sup>, quando denuncia que é a própria estrutura agrária quem é responsável pela produção de fenômenos como o cangaço. Diante da condição de profunda miséria e ausência de alternativas, o que está posto como possibilidade para as populações que sofrem com a seca e com a inexistência do poder público é o campo da crença, por intermédio da fé, ou o banditismo, por intermédio do cangaço.

Quando problematizamos a relação dos coronéis com a sociedade civil,

<sup>16</sup>Cabe destacar que a análise de Leal em sua obra não é fundamentalmente sobre o coronelismo no nordeste, mas se trata dos casos dos barões do café no estado de São Paulo.

<sup>17</sup>Cangaceiros e fanáticos: gêneses e lutas (1976).

vemos a força do filhotismo, na medida em que se entende essa característica como consequência da desorganização do serviço público, se dá com a prática de benesses aos apadrinhados e agregados.

A denúncia, presente na obra de Oliveira (1981), acerca da apropriação dos coronéis dos açudes e das barragens construídas pelo DNOCS como forma de enfrentamento a seca na região, dialogam muitíssimo bem com a categoria filhotismo, uma vez que o acesso a água na região Nordeste estava concentrada nas mãos dos coronéis e aqueles que vivessem subordinados as ordens desses sujeitos acessariam a água.

E é exatamente na ausência do Estado, na falta de estradas, escolas, postos de saúde, que a relação de compromisso entre o coronel e a população se ancora. Ou seja, a base de sustentação da estrutura do coronelismo é a ausência do Estado. E quando o Estado se apresenta, por intermédio do capital econômico, político e social, os coronéis passam a subordinar a atuação dos órgãos governamentais a seus interesses privados.

A prática, portanto, do paternalismo ganha centralidade nesse momento da conjuntura, emergindo, inclusive, como uma ética especial, em função da debilidade dos serviços públicos, o que lá na ponta passa a ser convertida em forma de votos, uma vez que o sistema de compromissos já se encontra muito bem articulado.

Em linhas gerais, a discussão posta por Leal (1976) que estamos tratando toma a noção de que aparência do coronelismo esconde um fenômeno de maior complexidade. Em função de pensarmos sempre esse fenômeno como sendo característicos de espaços agrários, mas no caso do nordeste, cuja origem está presente no campo, mas desemboca nas cidades de grande e médio porte<sup>18</sup>

Ou seja, o fenômeno é originário nos municípios rurais, fundamentalmente os de espaços predominantemente rurais, mas com o fortalecimento dos grupos políticos o fenômeno conseguiu se expandir e passou a controlar a política nacional, sobretudo na República Velha.

A causa essencial do fenômeno, como tratamos anteriormente dialoga com a estrutura de produção, ou seja, com as bases agrárias, posto o movimento de concentração fundiária, mas, como dado aparente, entendemos também que o isolamento dessas regiões como condição para o desenvolvimento do fenômeno. O

<sup>18</sup>Vide a contribuição de Gurjão (1985), quando toma como objeto de análise a morte e a vida das oligarquias no estado da Paraíba.

isolamento, não apenas geográfico, mas como espaço de ausência de atuação do poder público.

O fosso existente entre as necessidades básicas da população e a ausência do Estado é a prerrogativa para atuação dos coronéis, ou seja, esse vácuo é ocupado pelo coronelismo, isto é, trata-se de uma forma de incursão do poder privado no domínio político.

Mas, em essência, o coronelismo é a decadência de um modelo político específico, seja na forma de execução de um poder privado, ou até mesmo como uma maneira encontrada pelas elites agrárias, – sobretudo as nordestinas –, de coexistirem e reverterem seus capitais.

Com base nisso, afirmamos que a oligarquia algodoeira-pecuária coexistiu e sacramentou um sistema político cuja base residia no compromisso entre o poder desses sujeitos – portanto poder privado – e uma formatação de Estado capenga, dependente, associado e subordinado aos interesses de grupos privados.

Na prática a base de sustentação do coronelismo não é, fundamentalmente, a legislação eleitoral, como alguns campos da tradição do pensamento consideram, mas em nossa análise é a própria a estrutura agrária. Uma vez que o coronelismo se sustenta nas bases da decadência de uma estrutura capenga.

Em síntese a relação se dá de forma dialética: a estrutura agrária produz o fenômeno do coronelismo, assim como produz cangaceiros e fanáticos e o coronelismo, como fenômeno político e social, tem por compromisso – com a manutenção do seu próprio capital –, conservar a estrutura que o colocou naquela posição.

Se o fenômeno político do coronelismo se ancora na estrutura agrária para sua origem e tem por compromisso mantê-la, inclusive para permanecer movimentando seus capitais, o acesso à água é mais um componente que aprimora o poderio desses grupos e coloca as populações em uma posição de subserviência para acessar esse bem.

Em que pese a discussão está articulada a partir das noções clássicas dos fenômenos, conforme adiantamos, pensamos que as bases dessas relações gerenciais permanecem no Nordeste brasileiro. Em função de não ter ocorrido a desconcentração da propriedade fundiária, ou seja, manteve-se a estrutura que produzira o coronelismo, contemporaneamente, o que encontramos naquele espaço?

O fato é que a escassez de águas na região do semiárido e toda estrutura muito bem montada e aparelhada, produziu um fenômeno social que a obra da transposição do Rio São Francisco tenta erradicar: a indústria da seca.

A tese de indústria da seca<sup>19</sup> pode ser compreendida a partir de seu duplo caráter: o processo de dominação das elites e oligarquias agrárias e os longos períodos de estiagem no Nordeste brasileiro.

A maneira que o conceito foi operacionalizado ao longo da historiografia brasileira, tem como unidade analítica a formatação do exercício do poder a partir das relações políticas no Nordeste agrário. A dinâmica da estiagem e a ausência de políticas públicas efetivas no combate à seca, propiciaram uma forma exclusiva de lucrar e capitanear votos baseados na seca: a indústria da seca.

Quando em 1877<sup>20</sup>, o Estado passa a entender a seca como um problema nacional, porque até então o fenômeno da seca era compreendido apenas como um dilema da região Nordeste. O Estado começa a enfrentar o problema no âmbito nacional. No entanto, é a partir da intervenção do poder público a nível nacional que os coronéis reconvertem seus capitais e produzem a indústria da seca.

A seca, portanto, é vista por esse setor da oligarquia agrária nordestina como um negócio<sup>21</sup>.

E trata-se de um negócio profundamente lucrativo, porque a política das açudagens delimitada pelo DNOCS como ferramenta de enfrentamento a seca, reconvertiu o valor da terra na propriedade fundiária dos coronéis; a intervenção da União no enfrentamento a estiagem destinando recursos para o chefe local, – na prática subordinado aos interesses dos coronéis– também fortaleciam a própria estrutura carcomida.

Quando tratamos conceitualmente da indústria da seca parece algo distante, que apenas compôs, por uma fase, a história econômica e política da região Nordeste. O que é uma percepção equivocada sobre o fenômeno.

Contemporaneamente existe indústria da seca organizada na região Nordeste? Essa é uma das questões norteadoras desse trabalho de dissertação.

<sup>19</sup>Estamos considerando a o conceito de Indústria da Seca a partir de Ferreira (1993).

<sup>20</sup>Esse período foi marcante, uma das maiores e graves secas atingiu todo o Nordeste, propiciando um grande fluxo migratório da região.

<sup>21</sup>Furtado (1998, p.25) é categórico ao afirmar que havia fortunas na Paraíba advindas da indústria da seca: “Como já disse, há a indústria da seca, gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio. Na Paraíba, por exemplo, havia as fortunas feitas pela seca;”

Posta a dinâmica da estiagem, os novos formatos de enfrentamento a seca e as políticas de convivência com o semiárido, ainda existe indústria da seca? Ou ainda poderíamos reorientar a indagação: a seca ainda é lucrativa para os setores dominantes da política e da economia nordestina?

Sabemos que o processo de apropriação política e econômica exercido pelas oligarquias agrárias no Nordeste, sobretudo a oligarquia algodoeira-pecuária foram as causas econômicas e políticas – obviamente que associado aos períodos de estiagem –, da formatação da indústria da seca.

Oliveira (1981), ao tecer sobre o exercício do poder político das oligarquias agrárias e sua relação com o Estado/União e a nível local, utiliza a noção de Estado capturado<sup>22</sup>.

Fazendo uso das categorias mais clássicas da Ciência Política, seria o processo de execução patrimonialista associada ao clientelismo, a forma do exercício da autoridade da oligarquia agrária. (Silva, 2006, p.201), diz que a utilização das categorias explica o fato:

[...] o patrimonialismo e o clientelismo, combinados à violência ativa do coronelismo, são características fundamentais dos processos políticos “restritos” que predominaram historicamente na formulação e execução das políticas governamentais no Semiárido brasileiro.

As noções conservadoras do patrimonialismo, sobretudo no seu formato de apropriação privada das esferas públicas, tornaram-se a tônica da política oligárquica no Nordeste e, com o esgotamento das relações sob essa forma de organização política, renovou-se, dado que discutiremos mais adiante, a partir da relação entre Elites e familismo.<sup>23</sup>

Nesse sentido, a indústria da seca é uma expressão do aparelhamento do Estado sob domínio das oligarquias políticas locais, em contextos de seca e de miserabilização das massas.

É uma forma que as elites locais encontraram de tornar a seca um instrumento de lucro. Lucro no âmbito econômico e na outra ponta, uma maneira de “institucionalizar” a dominação, por intermédio do voto de cabresto.

Nesse sentido, a noção de Indústria da seca surge:

<sup>22</sup>É exatamente o movimento de subordinação do Estado aos interesses dos Coronéis e dos proprietários de Terra.

<sup>23</sup>Tomaremos como noção central o caso da política familista no estado da Paraíba.

O termo foi utilizado pelo jornalista Antônio Callado, do Jornal Correio da Manhã, que visitou a região em 1959, constatando que as máquinas e equipamentos do Dnocs eram utilizados diretamente pelos fazendeiros em suas terras, que as obras de emergência eram pré-financiadas por comerciantes que cobravam juros escorchantes dos trabalhadores das frentes de trabalho, que os reservatórios de água construídos com recursos públicos eram cercados e controlados por grandes proprietários (Silva, 2006, p.203)

Cabe destacar que estamos trabalhando em um recorte quando pensado a partir das teorias das elites e da própria historiografia nordestina, de um momento em que as oligarquias agrárias eram fortíssimas nos rincões do Brasil. A temporalidade é espaçada, uma vez que o fenômeno do coronelismo foi assumindo diversos contornos ao longo da história, o dado central é que a noção de indústria da seca emerge em 1959, mas a prática já acontecia antes inclusive do jornalista Antonio Callado cunhar a categoria como forma de explicação para aquilo que a população vivenciava.

A grande crítica que pode ser feita não é exclusivamente a indústria da seca, mas as suas causas: as estruturas agrárias e a concentração do poder econômico e político pelos proprietários de terra, cuja face pública é a figura do coronel. Ou seja, a indústria da seca é uma expressão de uma forma de ser e estar da política local.

A crítica contra a política do combate à seca é principalmente a crítica da exploração política da miséria nos períodos de seca. As ações assistenciais emergenciais eram apenas uma das variáveis do problema, tendo em vista que o volume de recursos enviados emergencialmente dependia de um certo “grau da calamidade”, do quantitativo da população flagelada, da redução dos reservatórios de água para consumo humano. Josué de Castro (1968) em sua atuação parlamentar denunciava esse mecanismo de uso político da seca, quando os governantes se encontravam diante de situações desesperadoras, ampliando o tom dramático da seca para obterem mais recursos (Silva, 2006. p.204).

A própria literatura nacional, principalmente o movimento regionalista<sup>24</sup>, por intermédio da ficção, ou por vezes, a literatura como instrumento que testemunha a história, relata a política oligárquica e seus desdobramentos para com as populações.

Alguns clássicos da literatura nacional denunciam o processo de miséria e as consequências da seca nos rincões do Brasil. É o caso de *Vidas Secas*<sup>25</sup> de Graciliano Ramos, quando imigrar passa a ser a única forma de sobrevivência. Ou

<sup>24</sup>Entende-se por movimento regionalista na literatura o manifesto que entendia a necessidade de rediscutir a cultura regional, no caso nordestina.

<sup>25</sup>Publicado oficialmente no ano de 1938.

até mesmo o esgotamento do Nordeste açucareiro, presente na obra de José Lins do Rêgo.

Um destaque importante que precisa ser feito diz respeito a noção de natureza que está colocada como parte da indústria da seca, se anteriormente remontamos a relação sociedade x natureza a partir de uma perspectiva que aponta os seres humanos como parte da natureza, em que em um momento da história da atividade humana, os homens passam a intervir –mediado pelo trabalho – e transformar a natureza, transformando, portanto, a si próprio.

A noção de natureza socializada<sup>26</sup> indica que as mudanças na relação quase dicotômica entre sociedade x natureza, nos marcos da modernidade, modificaram os cenários conceituais, ou seja, se a perspectiva que se tinha sobre a natureza como campo separado, agora passa a ser ocupada com a noção de socialização.

Então perpassar a noção de que a natureza é um campo de disputa e, é, também, síntese de uma série de determinações do mundo objetivo, capaz, inclusive de reconfigurar o espaço social.

Nesse sentido, a base social e política da indústria da seca está fincada na prática de duas ações: clientelismo e o patrimonialismo. Mas, também, está associada a um processo de subordinação dos recursos naturais a um grupo social: as elites.

E a natureza, como campo reconfigurado, socializado, passa a ser subordinada, também, por essas características. O clientelismo e o patrimonialismo invadem as fronteiras dos sertões e se expressam através das negociatas das águas.

Com isso estamos afirmando que o exercício fundante da indústria da seca reside na conciliação entre o poderio econômico e político das oligarquias agrárias nordestinas, sob uso de práticas clientelistas e patrimonialistas.

Ainda com a atuação do Estado, nesse caso, Silva (2006, p.266), nos diz:

As formas de intervenção governamental no Semi-árido, na sua vertente emergencial e na prioridade quase exclusiva da solução hidráulica para combater a seca. Essas políticas atendiam as necessidades do complexo econômico sertanejo, reproduzindo as estruturas locais de dominação. A crítica formulada sobre a “indústria da seca” expressa um posicionamento ético, denunciando a exploração política da miséria e a apropriação privada dos recursos públicos pelas oligarquias sertanejas.

<sup>26</sup>Categoria proposta por Giddens, comentada por Torres (2010).



E é a forma pela qual o governo passa a intervir no semiárido, ou seja, a maneira pela qual os grupos políticos alocados nos blocos no poder dominantes na região, perpetuam-se e mantêm as mais variadas formas de dominação com relação aos outros grupos presentes.

A chave conceitual para compreender a estrutura interna da oligarquia agrária nordestina tem como premissa analítica a relação entre elites e familismo.

### 3.3 ELITES E PODER POLÍTICO-FAMILIAR: A PARAÍBA E O CEARÁ COMO CENTRO DE NOSSO OBJETO

O que Silva (2006), está tratando ao abordar as estruturas locais de dominação é a expressão política e econômica que já mencionamos anteriormente. No entanto, o dado alarmante dessa discussão é como a política local no Nordeste brasileiro é, historicamente, uma relação de famílias. Ao fim e ao cabo, antes de recortarmos o debate para o caso da transposição, abordaremos o familismo e as elites: como um traço particular da política nordestina.

Monteiro (2016), destaca que no debate posto na ordem do dia das ciências sociais, sobretudo na ciência política, a discussão em torno das estruturas familiares e de parentesco foi negligenciada ao longo dos anos. Na medida em que nos dispomos a debater a política nordestina, a questão referente ao familismo ganha centralidade na discussão.

A partir da contribuição de Monteiro (2016)<sup>27</sup> percebemos que a literatura que se propõe, contemporaneamente, a discutir essa temática, considera a questão do parentesco como sendo um traço essencial para a análise e compreensão no que concerne ao estudo das elites políticas.

Nesse sentido, Monteiro (2016.p.21), ao tecer sobre a política local e as nuances que essa singularidade propicia no nordeste brasileiro, diz que “Tornou-se um tanto quanto “natural” os quadros políticos serem constituídos a partir das famílias políticas, como se estas fossem construídas e constituídas por meio de transmissão biológica<sup>28</sup>.”

Essa afirmativa de Monteiro, nos é muito cara, por sintetizar parte do nosso

<sup>27</sup>A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. 2016. Editora: Liberars.

<sup>28</sup>Cabe destaque para a profunda confusão analítica no lócus da política agrária: não há separação entre parentesco e poder.

objeto: uma vez que delimitamos a atuação das elites políticas nordestinas a partir dos casos do estado da Paraíba e do Ceará. Esses atores que se colocaram, na obra da transposição, como líderes políticos, pertencem as elites políticas locais.

O primeiro esforço que realizaremos antes de discutirmos no próximo capítulo a relação entre as elites e a transposição<sup>29</sup> será o de conceituar a familismo e estabelecer as devidas relações entre o conceito de familismo, sua articulação com o conceito de elites e seus desdobramentos na política local.

Paralelamente realizaremos uma breve incursão sobre a trajetória das elites políticas na Paraíba e no Ceará, nossa proposição, ao menos nesse capítulo, está muito mais preocupada em colocar os atores em cena, do que abordar e analisar como esses atores<sup>30</sup> se portaram diante do referido processo.

Do ponto de vista histórico, inúmeros autores argumentam que a dinâmica de reprodução na política local é diferenciada da própria reprodução em âmbito nacional. Alguns, inclusive, reivindicam a noção de que esse dado constituía mais força e fundamento durante a primeira república<sup>31</sup>.

A nossa escolha em investigar a relação das elites a partir da estrutura de parentesco, ou seja, por intermédio das famílias, se deu em função da não separação entre herança material e simbólica na estrutura econômica, social e política do nordeste agrário<sup>32</sup>.

Quando utilizamos a dinâmica das estruturas familiares como campos que organizam a política local, estamos entendendo grupo familiar como:

O grupo familiar existe enquanto criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes. Os interesses dos grupos familiares são múltiplos. Numa ordem societária capitalista, a ampliação do capital econômico se torna um dos interesses centrais. E o capital político-familiar é um desses capitais que se converte em capital econômico. É a esfera da política um dos espaços nos quais a família torna-se estratégica no sentido de ampliação dos capitais: político, econômico e familiar(Monteiro, 2016. p.21)

A lógica da construção das famílias na sociedade capitalista<sup>33</sup>, em nosso

<sup>29</sup>Título do terceiro capítulo: Elites e transposição: quando os atores entram na cena.

<sup>30</sup>Estamos trabalhando com a categoria "atores" por considerar que a análise de trajetória requer a utilização desse conceito.

<sup>31</sup>Argumento de Gláucio Soares (2001) em: *A democracia interrompida*.

<sup>32</sup>A noção que trabalhamos de nordeste agrário não se remete apenas ao dado histórico de construção do território nordestino, em seu processo de ocupação, desde as plantantios, até o ciclo do algodão, mas tem sua fundamentação na contemporaneidade, em função da manutenção da concentração agrária no país e especialmente na região.

<sup>33</sup>Fundamentamos essa conceituação a partir da obra de Engels: A origem da família, da propriedade privada e do estado. Em que a monogamia emerge como forma de organização societária e

entendimento, perpassa primeiro: a instância de reprodução da propriedade privada, por intermédio dos matrimônios em caráter monogâmico; segunda instância, também, de reprodução ideológica, sendo a família a primeira instituição no âmbito da reprodução dos valores ideológicos.

Nesse sentido, a forma de ser e estar, da organização das famílias na sociedade capitalista tem um contorno específico: cumprimento do ciclo reprodução do capital e a manutenção da ordem do capital concentrada em poucas mãos.

O argumento que estamos utilizando é expandido por Monteiro (2016)<sup>34</sup>, na medida em que, com o desenvolvimento das sociedades, as posses também passaram a ser dinamizadas, o que não significa que tenha ocorrido um processo de desconcentração da propriedade rural no caso brasileiro. Mas, outras famílias, também proprietárias, passaram a utilizar os matrimônios e a própria estrutura familiar como instrumento de reconversão.

É nessa esteira conceitual que nos propomos a apresentar a trajetória de duas famílias que já se constituíam como elites políticas no Nordeste e atuaram no caso da transposição do Rio São Francisco.

Em uma ponta, a frente do estado da Paraíba, se tem a trajetória da família Cunha Lima e na outra ponta, no estado do Ceará, a família Ferreira Gomes.

Quando nos dispusemos a posicionar as elites políticas locais nos estados da Paraíba e do Ceará, estamos chamando para a arena da transposição do Rio São Francisco a atuação desses grupos, considerando as falas, ações, posicionamentos, interesses e conflitos. A proposição que levantamos como objeto de estudo dessa dissertação reside na relação entre a atuação desses grupos – tendo a transposição como marco delimitador- e seus desdobramentos na sociedade civil.

É nesse movimento que tentamos captar a noção da estrutura familiar como força de exercício da política, no âmbito local, em seus marcos contemporâneos, a partir da formulação e execução de políticas públicas<sup>35</sup>.

Nesse sentido, pensar a estrutura familiar na política em um grau tão complexo de desenvolvimento das sociedades, requer a utilização da noção

separação dos clãs como dado da garantia da reprodução da propriedade privada.

<sup>34</sup>Quando aborda o conceito de redes para explicitar os vínculos entre as famílias no estado da Paraíba.

<sup>35</sup>Tal exercício analítico também pode ser utilizado na avaliação dessas relações e as execuções das mais variadas políticas públicas.

conceitual de redes. Monteiro (2016, p.22) define como sendo:

O conceito de rede e o reconhecimento das suas capacidades descritivas e explicativas ultrapassam os limites das ciências sociais e estendem cada vez mais a outros domínios. Porém, pouco tem sido os estudos sobre a política brasileira, que atribuem centralidade analítica à “palavra de ordem” família e pensam-na a partir da lógica de constituição das redes. A sociedade contemporânea se constitui como uma rede social complexa, em que os agentes estabelecem relações cotidianas através de simultâneos processos de interação que vão desde as interações nas redes sociais, perpassando pelas redes que estabelecem no mercado financeiro.

O nível de interação entre as famílias não nos interessa como dado central para obtenção dos objetivos traçados na pesquisa, mas não desaparecem do nosso horizonte, possíveis diálogos políticos entre essas famílias. Não estamos com isso afirmando que há, diretamente, uma relação entre esses dois grupos. Mas, no entanto, desconfiamos, nos parâmetros científicos, como marco de pesquisa, que há interesses comuns<sup>36</sup> entre os grupos.

Com base na conceituação apresentada acerca do familismo e da teoria das redes, aquelas noções discutidas anteriormente sobre a lógica política da estrutura coronelista<sup>37</sup>, em que considera a tradição como uma das vertentes para manutenção da dominação, assume um novo contorno: a reprodução da estrutura social e política.

Observaremos e testaremos nosso argumento a partir de uma breve incursão na trajetória política da família Cunha Lima, no estado da Paraíba.

O que buscaremos a partir da trajetória dos grupos familiares encontra-se sintetizado em Monteiro (2016, p. 26), quando aponta o “[...] capital político-familiar como um distintivo e material que se transmite pelo “nome da família” e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar.”

Nesse sentido, pensar a ascensão dos grupos citados acima requer uma caracterização do capital político familiar<sup>38</sup>. Com base nisso, Monteiro (2016, p.26) chama atenção para:

É uma espécie de capital simbólico que se constitui a partir da herança material e simbólica do grupo familiar. Consiste em um distintivo que se

<sup>36</sup>Nos utilizamos da noção de blocos no poder para produzir essa afirmativa, no sentido de que ambas famílias ocupam o mesmo espaço nos blocos no poder atuantes a frente do estado.

<sup>37</sup>Essencialmente a discussão das três categorias: Mandonismo, filhotismo e clientelismo

<sup>38</sup>A unificação da categoria capital político/familiar se distingue da categoria que sintetizamos no primeiro capítulo, quando tomamos capital como agencia e mecanismo de poder. Aqui, no caso, trata-se do mecanismo de poder lançado a partir do nome da família.

transforma em patrimônio simbólico que sutilmente se transmite de forma legítima no espaço social para os herdeiros -que podem ser parentes consaguíneos ou não, desde que pertençam e sejam legitimados pelo grupo familiar, a partir de uma identidade construída historicamente pelo grupo. Funciona como mecanismo de diferenciação, processo legítimo de conhecimento e reconhecimento dos agentes nas posições ocupadas no espaço político.

No caso que estamos abordando, a trajetória do grupo político é tão importante quanto a da família, levando em consideração que em momentos específicos da jornada política outras famílias passam a incorporar o grupo das famílias que são nosso objeto, constituindo uma nova elite, dentro da elite.

Trata-se, então, de um movimento bastante singular: composição de um grupo constituído por segmentos distintos da elite local. Alguns vieram pela via agrária, outros pelo comércio. Alguns emergiram através de herança política de grupos elitistas decadentes.

O espectro da política local propicia movimentos únicos<sup>39</sup>, sobretudo quando há disputas internas entre as elites. Embora, a clássica ideia da aliança entre as oligarquias para manutenção da dominação, tenha sido facilmente identificada nesse processo.

Não nos aprofundaremos na história política dos estados que compõem nosso objeto, levantaremos, conforme proposição no objeto do trabalho, a trajetória dos grupos que constituem nosso recorte. Como? Quando? E a partir de que surgiram?<sup>40</sup>. E, mais, o que ficara conservado, do processo de origem dessas famílias, na política atual desses estados e municípios?

Pensar a trajetória política do grupo Cunha Lima no estado da Paraíba, requer uma breve apresentação de Argemiro Figueiredo<sup>41</sup>, responsável, em última instância, pela reestruturação das oligarquias no estado, foi o sujeito que permitiu, ainda nos anos de 1930, em seu governo a frente do estado da Paraíba, o aparelhamento do Estado a partir das famílias.

O grupo político da família Cunha Lima passa a frequentar os espaços de poder no estado da Paraíba a partir desse momento da história. Trata-se do início

<sup>39</sup>A singularidade da política local, sobretudo no nordeste brasileiro, permite vislumbrar alguns conceitos clássicos, como a união de grupos oligárquicos, defendendo-se de uma ameaça comum. Caso que ocorreu em alguns pleitos municipais em Campina Grande, na Paraíba.

<sup>40</sup>Nosso recorte compreende exatamente o momento em que as famílias obtinham imensa visibilidade: uma em âmbito nacional e a outra a nível regional.

<sup>41</sup>Foi inserido no campo político através da figura de João Pessoa. Foi eleito governador constitucional em 1934. Monteiro (2016. P.45), diz que: "Herdeiro do coronel Salvyno Figueiredo, embora dissidente do seu pai, tornou-se um dos políticos fundamentais para a recomposição e reestruturação das famílias políticas e oligárquicas do estado.

do processo de cooptação do estado através das famílias possuidoras de terras e outros bens na região central do estado.

A importância de Argemiro Figueiredo na narrativa que estamos construindo assume grande centralidade, sobretudo a partir de duas razões: a) abre espaço para o domínio das famílias, permitindo com que as lideranças da república velha<sup>42</sup> retomassem espaço no espectro político local; b) é o responsável, no limiar da questão, pela inserção da família Cunha Lima no âmbito da política local.

Monteiro (2016.p.46) acerca de Figueiredo, explana:

Argemiro Figueiredo enquanto agente situado no pólo dominante do campo político, reconstrói as oligarquias por meio das relações que estabelecem com as famílias que controlam as microrregiões do Estado, as regiões controladas pelos “chefes políticos”, “coronéis”. Para cada microrregião existiam famílias políticas que controlavam os “currais eleitorais”. Em Campina Grande, encontravam-se os “Figueiredo - Vital Rêgo”. No sertão, encontravam-se as famílias “Maia”, “Mariz”, “Nóbrega”, “Mota”, “Gadelha”, “Pires”. No Cariri os “Gaudêncio” e “Brito”. No litoral, os “Ribeiro-Coutinho” e os “Veloso Borges”. No Brejo, os “Targinos”, “Lucena”, “Bezerra” e “Cunha Lima”. Essas eram as principais famílias políticas que atuavam e controlavam os principais cargos e empregos possibilitados pelo Estado da Paraíba, no período governado pelo interventor Argemiro de Figueiredo.

Se a disputa política no estado da Paraíba se dava em função da cooptação dos recursos econômicos por intermédio das famílias, tratamos de mapear, em que posição geográfica<sup>43</sup> encontrava-se o grupo que é parte integrante do nosso objeto.

O dado que nos interessa, feito o mapeamento das famílias do estado a partir de Monteiro (2016) é a trajetória política da família Cunha Lima e seus desdobramentos no âmbito da política local.

Essa forma de ser e estar da política paraibana que tem nas famílias e nos grupos oligárquicos se reformula no período da ditadura civil-militar entre 1964 e 1985. Trata-se de um processo de reformulação conservando o dado essencial que as caracteriza, ou seja, mantendo as principais famílias como cerne da política estadual.

O processo político de abertura pós ditadura é dotado de singularidades a nível nacional<sup>44</sup>, no entanto, na Paraíba, mudaram-se os partidos, as siglas, iniciou-

<sup>42</sup>A formulação produzida por Gurjão (1994) lança luz para o processo de ascensão e declínio das estruturas coronelistas na Paraíba durante o recorte mencionado.

<sup>43</sup>A delimitação da posição geográfica aonde a família exercia controle e era originária, é fundamental para atribuir o valor da terra. O caso dos Cunha Lima, em que as propriedades estavam alocadas na região do Brejo, singulariza-se por serem terras produtivas.

<sup>44</sup>Seja na tese, que virou lema: transição lenta e gradual. Seja no processo de reorganização dos Partidos.

se o pluripartidarismo, mas a essência da política, ficara conservada.

Com o processo de construção do pluripartidarismo ocorreu na Paraíba uma acomodação das famílias políticas tradicionais tanto no PMDB como no PDS. O que só ratifica a tese de que, antes mesmos dos agentes estarem engajados com a ideologia ou mesmo o programa do partido, querem espaços para controlar o partido em suas regiões e dominar o reduto eleitoral” (Monteiro, 2016. p.53)

Vejamos na nota a seguir como as siglas partidárias não tem força nenhuma em uma lógica política que desconsidera programa partidário, ideologias, concepções de mundoetc. O fato é que a política permaneceu a disputa entre famílias: dado que se arrasta desde a república velha e veremos mais adiante que permanece contemporaneamente.

Antonio Vital do Rêgo, por exemplo, que este na ARENA e depois no MDB, na segunda metade da década de 60, ingressou no PDS no início da década de 1980 e disputou a prefeitura Campina Grande em 1982, tendo como opositor Ronaldo Cunha Lima, irmão do então senador Ivandro Cunha Lima, presidente do MDB de Campina Grande(Monteiro, 2016, p.54).

A trajetória da família Cunha Lima pode ser contada a partir de um traço único<sup>45</sup>, sobretudo se considerarmos exclusivamente a ramificação da família através da linha de Ronaldo Cunha Lima.

É importante destacar que trabalharemos, nesse momento, destacando a disputa política da família “Vital do Rêgo” e a família “Cunha Lima”, cuja “primeira” disputa em pleitos municipais se deu nos anos de 1960.

A trajetória das duas famílias é relevante por algumas motivações: a) ambas se reivindicavam herdeiras políticas de Argemiro de Figueiredo; b) a movimentação dos agentes detentores de capital econômico e social no estado se mobilizavam em torno dessa disputa; c) contemporaneamente, permanece, na cidade de Campina Grande, a disputa entre essas duas famílias.

Em forma de síntese chamaremos atenção para alguns aspectos que nos permitirão uma melhor compreensão sobre essas famílias:

Monteiro (2016.p.46) acerca de Figueiredo, explana:

Antonio Vital do Rêgo e Ronaldo Cunha Lima. O primeiro, sobrinho de Argemiro de Figueiredo; e o segundo herdeiro do patrimônio partidário que foi controlado por Argemiro na região da Borborema onde está situado o município de Campina Grande.

<sup>45</sup>Delimitamos como traço único porque a ramificação da família, ao menos nesse momento do trabalho não nos interessa. Detalharemos a trajetória da família a partir de Ronaldo Cunha Lima.

Se a família Vital do Rego deriva de um laço de parentesco com Argemiro de Figueiredo – e aqui cabe um destaque nas eleições de 1949, quando Argemiro declara apoio ao Major Veneziano Vital do Rêgo, na ocasião seu cunhado.

A família Cunha Lima, Monteiro (2016.p.56) “[...] por sua vez é herdeira do Cel. Cunha Lima, atuante no município de Areia, no Brejo Paraibano e de Demóstenes Cunha Lima”. Nesse sentido, a trajetória das famílias nos mostra duas questões fundamentais: as duas famílias são herdeiras de capital político.

A primeira veio pela via do parentesco com a principal liderança local – Argemiro de Figueiredo; a segunda veio das terras do Brejo, no entanto, só encontra respaldo para e se insere na política já no município de Campina Grande<sup>46</sup>.

A força dessas famílias sobretudo no município de Campina Grande<sup>47</sup> se perpetua até os dias atuais, as disputas para prefeitura do município nos últimos 20 anos, repetiram a tônica que vem sendo construída desde os anos 1960.

Para exemplificar o nosso argumento, destacamos as candidaturas a partir das eleições de 2004:

Quadro 4–Disputas eleitorais no município de Campina Grande-PB entre 2004 e 2020

PERÍODO	CANDIDATOS	VINCULOS COM AS FAMÍLIAS	PARTIDOS	PERCENTUAL OBTIDO
2004 a 2008	Rômulo Gouveia; Veneziano Vital do Rêgo	Candidato aliado e apoiado pela família Cunha Lima; Membro da família Vital do Rêgo	PSDB/ PMDB	Rômulo Gouveia: 49.81%  Veneziano Vital do Rêgo:50.19%
2008 a 2012	Veneziano Vital do Rêgo; Rômulo Gouveia	Candidato aliado e apoiado pela família Cunha Lima; Membro da família Vital do Rêgo	PSDB/ PMDB	Veneziano Vital do Rêgo: 51.52%; Rômulo Gouveia:48.48%
2012 a 2016	Romero Rodrigues; Tatiana Medeiros.	Considerado um dos principais aliados da família Cunha Lima; Escolhida pela família Vital do Rêgo para seguir o projeto	PSDB; PMDB	Romero Rodrigues: 59.14%  Tatiana Medeiros: 40.86%

<sup>46</sup>Monteiro (2016.p.56) “O chamado grupo Cunha Lima não se constitui sob o comando do Cel. João Cunha Lima, mas a partir da inserção do grupo familiar na cidade de Campina Grande, respaldado por Argemiro de Figueiredo e o empresário Newton Rique.”

<sup>47</sup>O atual prefeito do município é Bruno Cunha Lima. Vencedor do pleito em 2020, credenciando mandato até 2024.



		da família que dirigia o município desde as eleições de 2004.		
2016 a 2020	Romero Rodrigues; Veneziano Vital do Rêgo	Uma vez eleito nas eleições de 2012, seguia alinhado com a família Cunha Lima; Representante da família Vital do Rêgo	PSDB; PMDB	Romero Rodrigues: 62.85%  Veneziano Vital do Rêgo: 24.34%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE, 2023

O pleito municipal mais recente trouxe com protagonismo as candidaturas de Bruno Cunha Lima<sup>48</sup> (vencedor das eleições) e Ana Cláudia Vital<sup>49</sup>, esposa de Veneziano Vital do Rêgo. Nesse sentido, ilustramos como a disputa entre as duas famílias, que vão ampliando seus arcos de aliança e movimentando novos atores para cena da disputa política, são a tônica da disputa política no âmbito local, no caso do estado da Paraíba.

Nesse sentido, a trajetória das famílias, ambas associadas a Argemiro de Figueiredo, vão se reconfigurando ao longo dos anos.

Vejamos na tabela a seguir:

Quadro 5 – Relação de consanguinidade direta: avós, pais e filhos

RONALDO CUNHA LIMA	Vereador em Campina Grande; (1960) Deputado estadual; Prefeito de Campina Grande (1983-1989); Governador do estado da Paraíba (1991/1994); Senador da república (1995/2002) e Deputado Federal.(2002 – 2006)
CÁSSIO CUNHA LIMA	Deputado federal constituinte (1986); Prefeito de Campina Grande (1988); Superintendente da SUDENE (1992 a 1994). Deputado Federal (1994); Prefeito de Campina Grande (1996); Prefeito de Campina Grande (2000). Governador do estado da Paraíba <sup>50</sup> (2002-2007); Senador da República (2010- 2018)

<sup>48</sup>Bruno Cunha Lima, diferentemente das outras candidaturas elencadas acima, não veio pelo PSDB, candidatou-se pelo PSD, obtendo 54,58% (111.526 votos) sagrando-se prefeito eleito já no primeiro turno.

<sup>49</sup>Se anteriormente a família Vital do Rêgo encontrava respaldo via PMDB para as suas candidaturas, o pleito de 2020 trouxe a candidata Ana Claudia pelo PODEMOS. Obtendo 21.69% (44.313 votos), ficando em 2º lugar na corrida, em um total de 5 candidatas.

<sup>50</sup>Na reeleição para governador do Estado, houve um imbróglio na justiça, tendo seu mandato cassado no dia 30 de julho de 2007.

PEDRO CUNHA LIMA	Deputado Federal (2015,2023)e candidato a Governador do estado(2022)
------------------	--

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Monteiro, 2016

Nesse sentido, a trajetória da família Cunha se inicia quando Monteiro (2016. p.71-72) detalha a linha familiar que Ronaldo José Cunha Lima é originário:

É “neto de João Cunha Lima (Deputado Estadual) e Maria José da Cunha Lima. Filho de Demóstenes da Cunha Lima e de Francisca Bandeira Moura de Cunha. (Nenzinha) Nenzinha é filha de donos de Engenho – Engenho da Barra na região de Guarabira. Demostenes, seu pai, agente fiscal do Estado. Demostenes também foi prefeito em Araruna por designação, em 1937, do então interventor do Estado, Argemiro de Figueiredo.

Essas são, portanto, as origens da família Cunha Lima: filhos de donos de engenho, que lá na frente passaram a ocupar espaço na burocracia do Estado. Nosso recorte em questão contempla o período em que a família dirigiu o Estado da Paraíba, nos anos de 2003 a 2008.

Nossa delimitação com relação a trajetória da família se deu até o momento para caracterizarmos esses grupos como elites políticas. Com base na descrição que realizamos até o momento, assentado na concepção de elites formulada no primeiro capítulo, depreendemos que a trajetória da família Cunha Lima concentra: poder econômico e poder político, protagonizando as disputas políticas locais.

O caso da família Ferreira Gomes no Ceará se destoa da família Cunha Lima na Paraíba. Se a primeira emergiu como herdeira política das oligarquias e dos grupos dominantes vinculados a Figueiredo, a trajetória da família Cearense é distinta<sup>51</sup>.

Nesse sentido, posicionaremos a família Ferreira Gomes a partir dos dois principais expoentes: Ciro Ferreira Gomes e Cid Gomes.

A nossa escolha em questão se dá muito mais em função do grande alcance nacional que os dois líderes locais atingiram e sobretudo por Ciro Gomes ter sido nomeado Ministro da Integração Nacional, cuja incumbência para a pasta era a de realizar a transposição do Rio São Francisco.

A primeira característica que nos faz quebrar o elo do título coronelista para esses atores é a linha tênue entre comunicação e política. Afirmarmos isso em

<sup>51</sup>Inclusive há um longo debate em torno do período em que Ciro Gomes governou o Estado do Ceará, sendo a ele e a Tarso Jereissati atribuídas as responsabilidades por desmontar a estrutura coronelista no estado.

função das elites políticas nordestinas, possuírem sistemas de mídia nos seus respectivos estados, dado que os Ferreira Gomes nunca obtiveram<sup>52</sup>.

O fato é que aqueles elementos que permitem caracterizar um grupo político como coronelista ou oligarca, não encontra ressonância na trajetória dos Ferreiras Gomes.

Observemos os traços da família:

[...] Os filhos de José Euclides Ferreira Gomes e Maria José Santos Ferreira Gomes; optou-se por esse recorte para um melhor direcionamento da pesquisa, e também por aqui serem suficientes para ilustrar a idéia proposta. José Euclides e Maria José tiveram cinco filhos: Ciro, Lúcio, Cid, Lia e Ivo. Todos com nível superior, e três, em especial, mais intrinsecamente envolvidos com a política eleitoral. Lia é médica e até o momento não ocupou nenhum cargo público eleito por meio do voto, assim como seu irmão Lúcio que ocupa cargos públicos de confiança, não eletivos.” (Cajazeiras; Vasconcelos; Neto, 2019 p.43):

Nesse sentido, a trajetória dos Ferreiras Gomes, sobretudo a do Ciro Gomes, se dá primeiro pela formação educacional: formou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará. (Cajazeiras; Vasconcelos; Neto, 2019 p.43): “Começou participando da campanha eleitoral do pai pela prefeitura do Sobral, e depois integrou o movimento estudantil, participando do Habeas-Corpus-Um grupo universitário, de esquerda católica.”

É somente a partir desse movimento que Ciro Gomes ingressa na política.

Completamente diferente de outras famílias que encontramos na política nordestina, que repassam, em forma de herança, a força econômica e política dos grupos que representam.

O fato é que aquilo que nos chama atenção pode ser encontrado na figura do Ciro Gomes<sup>53</sup>, a partir de sua atuação como ministro da integração nacional e os posicionamentos do grupo político cearense em torno da obra em questão.

Nosso objetivo, portanto, nesse capítulo, encontrou-se na busca por posicionar, ao nível da história, a relação entre as elites e a seca no Nordeste.

<sup>52</sup>Cajazeiras; Vasconcelos; Neto (2019 p.40): “A família Sarney detém o maior jornal impresso do estado, além da TV...” e mais. “...Fator semelhante ocorre na Bahia, ambiente politicamente dominado pela família Magalhães...” “...No Rio Grande do Norte, o poder encontra-se dividido entre dois grandes grupos(...) A família Alves e a família Maia...” “...Em Sergipe, a oligarquia Franco domina os dois principais canais de Tv...”

<sup>53</sup>Dado que discutiremos no terceiro capítulo, quando as Elites entram em cena no escopo da obra da transposição.



#### 4. ELITES E TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: UM PERCURSO SOBRE A OBRA

Nossa proposta com relação à discussão do nesse capítulo consistenabusca em articular a relação entre as elites políticas que caracterizamos no capítulo anterior e a obra da transposição do Rio São Francisco. Entendemos que será necessário trilhar um caminho até alcançarmos nosso objeto de estudo no referido capítulo

O processo de construção desse capítulo está alicerçadoem três aspectos da obra da transposição: a) a transposição a partir dos documentos oficiais<sup>1</sup> e da academia<sup>2</sup>; b) a transposição pela via das elites: narrativas e discursos<sup>3</sup> em torno da obra e c) a transposição a partir dos atingidos: as vozes silenciadas na obra.

O esforço na construção da narrativa de como, onde, porquê se deu a obra, surgirá já nas primeiras laudas deste capítulo. Nosso intuito, produzindo esse exercício, está em situar as causas e o próprio movimento histórico de proposição do debate através do Projeto de integração das bacias do São Francisco(PISF)

Já no segundo tópico dialogaremos a partir da relação entre as elites e o projeto sintetizado no PISF, ou seja, como, através dos documentos oficiais, é possível, além de caracterizar e posicionar as elites no âmbito da obra, já articulá-los com nosso objetivo de pesquisa.

Por último, buscaremos a partir da realização de entrevistas com os atores sociais que foram diretamente atingidos, além de um levantamento bibliográfico, interpretar a transposição através das vozes que foram silenciadas durante todo esse processo de conflito hídrico.

Todo o movimento de análise que realizamos até o presente momento, ponderando uma teoria das elites que nos permitisse alçar a relação entre os grupos políticos nordestinos e a obra da transposição, o percurso de uma relação histórica entre os grupos dominantes e a seca, primeiro pelo fenômeno da estiagem, depois como ferramenta para reprodução das elites dirigentes, encontra-se diluído, em forma de síntese, nas proposições teóricas e metodológicas deste capítulo.

<sup>1</sup> Tomaremos como fonte primária para análise os documentos do projeto PISF, a partir das análises do IPEA e do BNDSS.

<sup>2</sup> Usaremos como referência para trilhar esse percurso a contribuição de Santos (2020).

<sup>3</sup> O que estamos considerando como narrativas e discursos permeia, nesse primeiro momento, os discursos oficiais em torno da obra.

Cabe destacar que a discussão que estamos propondo neste capítulo já se constitui como o primeiro movimento que dialoga com os resultados obtidos na pesquisa. Em que pese a pesquisa ainda se encontra em andamento.

#### 4.1 A TRANSPOSIÇÃO A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

O primeiro movimento que realizaremos com relação ao debate em questão já se encontra presente nas próprias informações obtidas no site do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional<sup>4</sup>.

A informação repassada pelo Ministério, diz: “O projeto de Integração do Rio São Francisco levará água para 12 milhões de pessoas nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Serão contemplados cerca de 390 municípios”. A lista de municípios beneficiados também se encontra disponível nas informações cedidas<sup>5</sup> pelo órgão. O fato é que a obra foi pouco a pouco sendo construída, levando alguns anos desde a formulação do projeto original, o PISF, até todo o processo de debate público, audiências, chegando ao processo licitatório e o início das obras.

Como apontado já na introdução deste trabalho, a obra da transposição caracteriza-se a partir da construção de dois eixos, com canais, que levarão as águas para os estados acima citados.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/mudanca-em-sua-vida>. Acesso em 18 dez. 2023.

<sup>5</sup> Há um destaque na lista dos municípios beneficiados: “Nesta lista optou-se por focar no benefício direto proporcionado ao saneamento, ou seja, apenas nos sistemas de abastecimento público municipais que, fisicamente, têm a possibilidade de receber a água aduzida pelo Projeto, com ou sem a utilização de infraestruturas associadas. Para deixar claro, benefício DIRETO, para o propósito dessa lista, NÃO significa necessariamente uma captação nos canais do PISF, significa, na verdade, a possibilidade de água aduzida chegar até o abastecimento público do município em questão. Dessa forma, Fortaleza e Campina Grande, por exemplo, são considerados municípios beneficiados diretamente porque a água entregue do PISF pode chegar até seus sistemas de captação, mesmo que antes precise percorrer os rios Jaguaribe e Paraíba e ser armazenada nos reservatórios do Castanhão e Boqueirão, respectivamente. Foram consideradas também como beneficiadas, sedes municipais que hoje não possuem captação em um manancial ou infraestrutura conectados hidricamente ao PISF, mas que estão localizadas até 6 km desses locais. Isso foi feito porque em situação de estresse hídrico é relativamente simples implantar sistemas que levem água aduzida pelo Projeto até elas. Por outro lado, não foram incluídos automaticamente os municípios que estão no curso de rios que recebem água do PISF, mas que estão mais afastados dos portais. Para que essas cidades sejam integradas à lista elas devem ser indicados pelos estados, pois a avaliação sobre a factibilidade de atendimento a essas locais depende do planejamento estadual. Por fim, é importante ter em mente que a composição dessa lista é dinâmica e deve se alterar continuamente para incorporar atualizações de dados, modificações de cronogramas de infraestruturas e outros aprimoramentos do Sistema”

Diante disso, apresentamos a linha do tempo da obra, extraída do site do Ministério da Integração Nacional<sup>6</sup>. Ainda a respeito da elaboração da obra, a comissão estabelecida no Senado Federal acerca dela, na ocasião do ápice do debate com relação a obra em questão, noticiava em portal:

[...] o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do governo federal destinado a assegurar oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de cidades da região semi-árida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A integração do rio São Francisco às bacias dos rios temporários do semi-árido se dará com a retirada contínua de 26,4 metros cúbicos de água por segundo, o equivalente a 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1.850 metros cúbicos de água por segundo) no trecho do rio onde se dará a captação [...](Brasil, 2008, s/p).

Cabe ainda um passo atrás para entendermos o que estava colocado em torno da obra, visto a discussão histórica, conforme apresentado ao longo desta pesquisa, mas que, em última instância, vale ressaltar que durante a década de 1990, foram constituídas comissões para se pensar a condição do Rio São Francisco<sup>7</sup>, tendo como presidente o então Senador da república, Renan Calheiros (PMDB). Segundo a agência Senado, em edição do dia 04/09/1995, destaca-se a seguinte passagem:

A partir da próxima semana, a Comissão Especial do Vale do São Francisco, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), passa a debater os problemas ligados ao meio ambiente e recuperação ambiental, depois de ter examinado em detalhe, no decorrer de 10 reuniões, questões ligadas a irrigação pública e privada, aproveitamento do cerrado, comercialização da produção, programas governamentais, geração de energia, política de financiamento, transporte hidroviário e articulação intermodal na área de cinco estados abrangida pela bacia do rio transnordestino (Brasil, 1995, s/p).

Esta comissão foi constituída por membros de cinco partidos, o nosso corte em questão, problematizando a relação entre elites políticas nordestinas e a obra da transposição do Rio São Francisco. Destaca-se, para além dos grupos em geral, a atuação de duas famílias. No entanto, a nível de catalogação dos dados<sup>8</sup>, nos é muito caro a participação do senador Renan Calheiros, figura histórica na política nacional, que tem sua base eleitoral no estado de Alagoas, e a presença, em forma de suplência, do então Senador Paraibano Ney Suassuna.

<sup>6</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/transposicao-sao-francisco>. Acesso em 22 nov.2023.

<sup>7</sup> Comissão especial do vale do São Francisco. (CODEVASF).

<sup>8</sup> Destaca-se, também, a participação dos Senadores: Roberto Freire (Cidadania); Fernando Bezerra e Renan Calheiros (PMDB); Waldeck Ornelas e José Alves (PFL); Beni Veras (PSDB).

A discussão nos é cara, sobretudo por contemplar, mesmo em que pese a temporalidade do recorte distinta da nossa, a relação entre grupos e/ou famílias políticas tradicionais da região nordeste e a questão hídrica na região. O caso da obra da transposição, conforme chamamos atenção, perpassa não apenas a discussão nos anos de 1990, mas um debate definitivamente histórico.

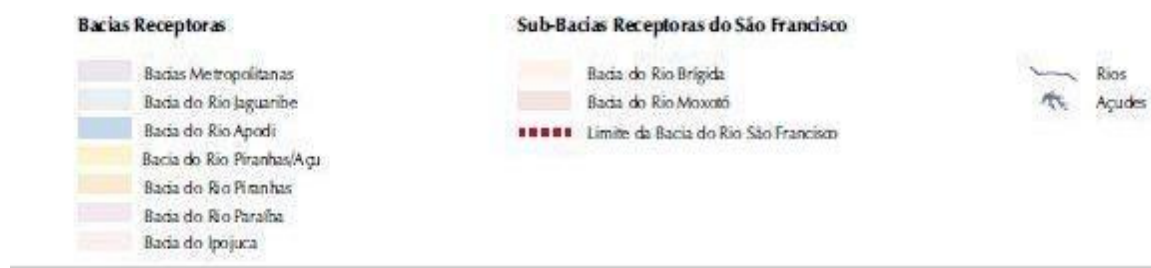
Nesse sentido, naquilo que concerne a operacionalização da obra, consideramos a contribuição de (Vanderlei, 2017)<sup>9</sup> quando se debruça a respeito exatamente dos aspectos operacionais da obra da transposição, discutindo os aspectos da engenharia da obra, perpassando a atuação das empresas que auxiliaram no desenvolvimento da obra em questão. Com base na sistematização dos dados da ENGECORPS – HARZA – 2012, a pesquisadora nos mostra figuras importantes para compreensão da magnitude da obra da transposição, que replicaremos neste trabalho.

Figura 4– Bacias atendidas pelo projeto



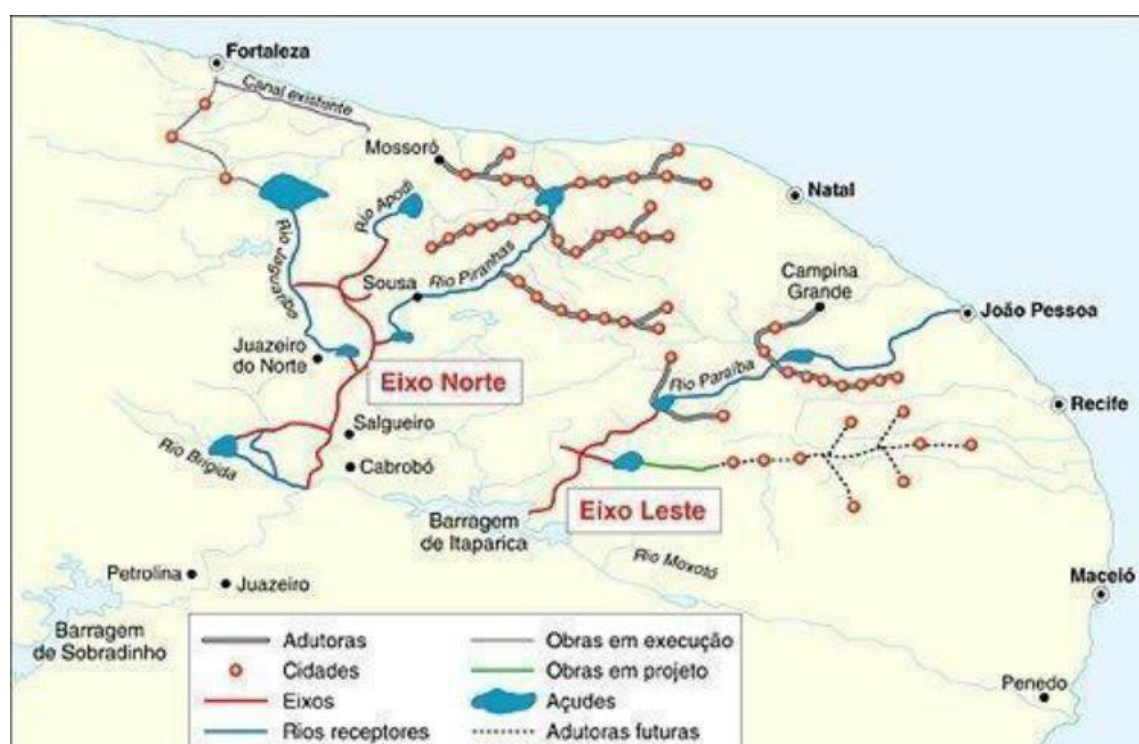
<sup>9</sup> A pesquisa de Ana Beatriz Gomes Vanderlei (2017), intitulada: “ASPECTOS OPERACIONAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”, se configura como sendo Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de engenharia Civil, no departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UFPB. Dado que nos serviu como referência para pensarmos e replicarmos algumas imagens que apontam para a operacionalização da obra da transposição.





Fonte: ENGEORPS/HARZA, 2012

Figura 5 – Eixos Norte e Leste da Transposição



Fonte: Ecodebate. 2021<sup>10</sup>

A respeito do eixo norte, cabe ressaltar que a proposta da obra contempla, conforme descrição na imagem acima, cinco trechos de obras. O processo, segundo os documentos, se daria a partir da captação de águas no próprio Rio São Francisco. O primeiro trecho, é considerado a parte fundamental da obra, em função de contemplar as principais estações de bombeamento.

Tem início no Rio São Francisco na cota 325 e eleva a água até aproximadamente a cota 494, vencendo um desnível de 169 m, ao longo de 141 km de canais, reservatórios, aquedutos, túneis e tubulações. Esse trecho, também chamado de trecho comum, transfere água para todos os outros trechos. Desenvolve-se basicamente no Estado de Pernambuco,

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/08/10/eixo-leste-da-transposicao-do-rio-sao-francisco-as-aguas-nao-estao-chegando-ao-seu-destino-final/>. Acesso em: 11 abril 2023.

passando próximo da cidade Salgueiro, com término no reservatório de Jatí, nas imediações da cidade de Jatí, já no Estado do Ceará(Vanderlei. p.26. 2017).

Pensando a engenharia da obra a partir da maneira pela qual a transposição de águas se daria, baseada em pelo menos quatro aspectos que contemplasse fundamental a função social da obra, a barragem produzida, o reservatório alocado para chegada das águas e a localização, considerando a nuance da região semiárida no nordeste brasileiro. A tabela a seguir expõe essas noções na obra a partir do eixo norte.

Quadro 6 – Trechos II, III, IV e V do Eixo Norte da Transposição

TRECHO	FUNÇÃO	BARRAGEM	LOCALIZAÇÃO	RESERVATÓRIO
TRECHO II	ATENDIMENTO A BACIA DO RIO PIRANHAS	BARRAGEM RESERVATÓRIO DE JATI	JATÍ – CEARÁ	RESERVATÓRIO DE CUCAS
TRECHO III	ATENDIMENTO A BACIA DO RIO JAGUARIBE	RESERVATÓRIO DE CUCAS	FORTALEZA – CEARÁ	RESERVATÓRIO SANTA HELENA
TRECHO IV	ATENDIMENTO A BACIA DO RIO APODI	PARTE DO RESERVATÓRIO SANTA HELENA	RIO GRANDE DO NORTE	FINALIZA-SE NO AÇUDE ANGICOS
TRECHO V <sup>11</sup>	ATENDE A BACIA DO RIO BRÍGIDA	PARTE DO AÇUDE ANGICOS	INICIA-SE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	AÇUDE DE CHAPÉU E ENTREMONTES

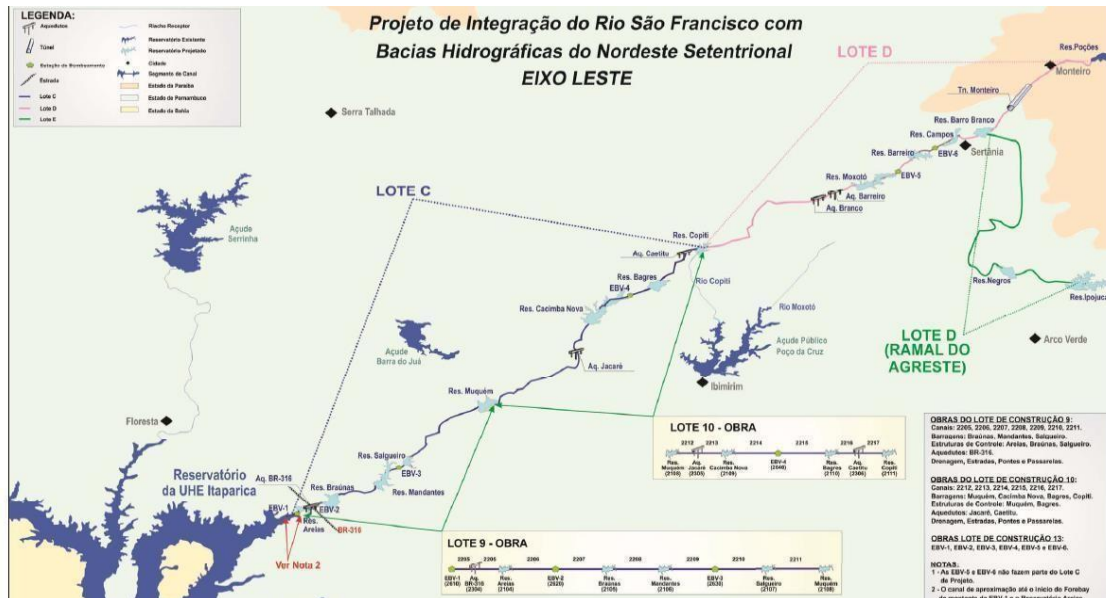
Fonte: Elaboração própria.

A respeito do eixo leste, conforme expõe a figura a seguir, perpassa a região de Floresta, no estado de Pernambuco, desembocando no canal do estado da Paraíba, quando chega até o município de Monteiro, localizado no Cariri Ocidental do estado–território marcado por conflitos hídricos, dada a circunstância de

<sup>11</sup> Ainda, segundo Vanderlei 2017 p. 27: “O último trecho, Trecho V, Começa no reservatório de Mangueira do Trecho I, no Estado de Pernambuco, e atende a bacia do Rio Brígida e as demandas difusas ao longo do traçado. Atravessa o território do Estado de Pernambuco até os açudes existentes Chapéu e Entremontes. Possui ainda uma estação de bombeamento para elevar a água em aproximadamente 13 m, de modo a atingir cotas suficientes para a transferência de água para os açudes existentes”

escassez de águas. Cabe ressaltar que parte significativa da pesquisa empírica realizada neste trabalho deu-se nessa localidade.

Figura 6 – Corte do Eixo Leste



Fonte: ENGEORPS/HARZA, 2012

A respeito do Eixo Leste, destaca-se alguns pontos centrais:

- Foi projetada para dar suporte às regiões semiáridas do estado da Paraíba e de Pernambuco;
- Captações dentro das bacias para dar suporte à obra;
- Tem aproximadamente 200 km de extensão;
- Vai do município de Floresta no Estado de Pernambuco;
- Desemboca no reservatório Poções, no município de Monteiro no Estado da Paraíba.

A questão em torno do acesso à água na região do eixo leste da obra da transposição do Rio São Francisco é de suma importância para a compreensão do nosso objeto de estudo. Pensando a partir da ótica dos municípios que estiveram historicamente à beira do colapso hídrico, sendo, Campina Grande, no estado da Paraíba a cidade de maior envergadura nesse processo, tendo, inclusive, do ponto de vista da sua história política, uma profunda ligação com as elites políticas e econômicas da região, o que garante uma maior ênfase para o nosso objeto de pesquisa.

Nossa proposta aqui, ainda em sintonia com a colaboração de Vanderlei (2017), está em articular a engenharia da obra com a ciência política, considerando os agentes empresariais que perpassaram a consultoria e a execução da obra.

Ainda referente à engenharia do eixo leste, (Vanderlei, 2017, p.41), nos diz:

O sistema adutor do Eixo Leste é formado por um conjunto de obras hidráulicas estrategicamente distribuídas ao longo do seu desenvolvimento, de acordo com as condicionantes topográficas e geotécnicas regionais, cujas funções específicas e interativas asseguram o transporte de vazões pré-definidas desde a captação no rio São Francisco até os portais de entrega de água aos locais de aproveitamento.

Outro aspecto interessante a respeito da engenharia da obra está diretamente ligado à construção e/ou viabilização das barragens, entendendo que a projeção das estações elevatórias, isto é, construídas para se sobreporem aos empecilhos naturais da obra, a exemplo de transcurtos e obstáculos na passagem das águas, garantindo que chegue água de forma intermitente às bacias receptoras<sup>12</sup>.

Um dado que abordaremos ainda neste capítulo, especificamente na discussão da obra da transposição a partir dos documentos públicos, encontra-se na relação de consultoria e execução da obra, perpassando os agentes empresariais diretamente responsáveis pela construção e aparelhagem da transposição do Rio São Francisco.

Pensar nos limites da obra da transposição diz respeito diretamente à relação da parceria público privado nos limites da institucionalidade brasileira.

Especificando a relação entre as empresas responsáveis pela execução da obra, valores pagos e trechos construídos, o Sumário Executivo – Projeto Integração do Rio São Francisco de Abril de 2016, nos mostra, a partir do eixo norte a Meta 1,2,3N:

#### **EIXO NORTE – EMPRESAS CONTRATADAS**

- ✓ CONSÓRCIO CCASF- CARIOCA/ SA PAULISTA/ SERVENG
- ✓ MENDES JUNIOR TRADING E ENG. S A
- ✓ CONSTRUTORA SERVENG CILVISAN S.A
- ✓ CONSTRUCAP/ FERREIRA GUEDES/ TONIOLO BUSNELLO
- ✓ CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A

<sup>12</sup> A bacia receptora que abastece a região de Campina Grande, encontra-se no açude de Boqueirão, localizado no município de Boqueirão/PB, responsável pelo abastecimento de água para mais de 500 mil pessoas.

## EIXO LESTE – EMPRESAS CONTRATADAS

- ✓ S.A PAULISTA e SOMAGUE
- ✓ S.A PAULISTA/FBS

Figura 7– Eixo Norte – Meta 1



Fonte: Sumário Executivo. Abril – 2016. p. 5

Figura 8– Eixo Norte – Meta 2

## EIXO NORTE: META 2N

### Execução das Obras Civas:

CONTRATOS	Mobilização	Valor do contrato e Valor medido*	Execução física de obras civis
CONTRATO Nº 45/2012 CONSTRUTORA SERVENG CIVILSAN S.A.	1.795 trabalhadores 772 equipamentos	R\$ 589,8 R\$ 541,3 (91,8%)	79,9%

\*Valores em milhões. Valor Medido sem reajuste e percentual de execução financeira.

### Destaques:

**Reservatório Jati:** Prossegue a execução do aterro do núcleo e espaldares no dique. Em andamento enrocamento no canal de fuga e concretagem na bacia de dissipação.

**Ponte CE-153:** Concluída a concretagem dos guarda rodas do vão esquerdo e muros alas.

**Canal entre Jati e Atalho:** Em execução revestimento com enrocamento da área dos córregos Sabonete e Jardim.

**Reservatório Atalho:** Em andamento escavações do túnel da tomada de água e adequação da estrutura de dissipação.

**Reservatório Porcos:** Vertedouro concluído. Em andamento o aterro, transição e enrocamento.

**Reservatório Cana Brava:** Continua em execução aterro.

**Reservatório Cipó:** Em execução o aterro.



Reservatório Jati – vista do dique e maciço



Ponte CE-153.



Escavação do túnel da tomada de água do Res. Atalho



Reservatório Porcos



Estrutura de controle Res. Porcos.



Reservatório Cipó



Reservatório Cana Brava

Fonte: Sumário Executivo. Abril – 2016.p.7

Figura 9– Eixo Norte – Meta 3



Fonte: Sumário Executivo. Abril – 2016,p.8

Figura 10– Eixo Leste – Metas 1 e 2





Figura 11 –Eixo Leste– Meta 2

## EIXO LESTE: META 2L

### Execução das Obras Civas:

CONTRATOS	Mobilização	Valor do contrato e Valor medido*	Execução física de obras civis
<b>Contrato nº 47/2013</b> (execução das obras da META 1L e parte da META 2L) - S.A. Paulista e Somague	1.221 trabalhadores	R\$ 477,6	1L 99,4%
	647 equipamentos	R\$ 348,3 (72,9%)	2L 85,8%
<b>Contrato nº 58/2013</b> (execução das obras de parte da META 2L e da Meta 3L) - S.A Paulista/FBS	1.643 trabalhadores	R\$ 736,7	2L 85,8%
	860 equipamentos	R\$ 371,0 (50,4%)	3L 61,3%

\*Valores em milhões. Valor Medido sem reajuste e percentual de execução financeira.

### Destaques:

**Canal entre Res. Braúnas e Res. Mandantes:** Concluído concretagem do canal. Em andamento execução de muretas e limpeza do canal.

**Reservatório Mandantes:** Concluído. Em andamento cobertura da casa de comando.

**Estação de bombeamento EBV-3:** Concretagem dos pilares e lajes do edifício e no forebay de jusante e caixa de desagüe .

**Reservatório Salgueiro:** Vertedouro concluído. Em andamento finalização do aterro do maciço.

**Canal entre Res. Salgueiro e Muquém:** Em execução bueiros ao longo do segmento e terraplanagem para conformação de canal.

**Reservatório Muquém:** Concluído.

**Aqueduto Jacaré:** Conclusão de vigas e lajes em 60% da estrutura e concretado 50% das paredes.

**Reservatório Cacimba Nova:** concluído.



Estação de Bombeamento EBV-3



Reservatório Salgueiro



Reservatório Mandantes.



Segmento de Canal entre Reservatório Braúnas e Mandantes



Segmento de canal entre reservatório Mandantes e EBV-3



Aqueduto Jacaré.

Fonte: Sumário Executivo. Abril – 2016, p.10

Figura 12– Eixo Leste – Meta 3



Fonte: Sumário Executivo. Abril – 2016, p.12

Com relação ao consórcio operador do PISF<sup>13</sup>, se caracteriza como sendo um campo de suporte para a operacionalização da obra, sendo composta por três empresas. O processo de contratação deu-se a partir da CODEVASF, no sentido de apresentar uma alternativa no tocante à prestação de serviços no que diz respeito a manutenção da estrutura da obra da transposição do Rio São Francisco.

Diante dessa exposição com relação às empresas contratadas, a maneira pela qual se deu todo o processo de operacionalização das obras a partir dos documentos produzidos pelos órgãos do governo, considerando todo aspecto técnico e até mesmo operacional, nosso debate se concentrará, ao menos nesse momento, no planejamento da obra.

Perpassando uma linha do tempo da obra da transposição, incluindo os debates que apontavam as melhorias para as populações dos estados da Paraíba e do Ceará, entendemos a importância de considerar esse aspecto em função do cruzamento entre as nuances técnicas e operacionais e os discursos de legitimação da obra.

O fato é que a partir da obra da transposição, se reelabora todo um conjunto de discussões a respeito da questão hídrica no Nordeste. Dando ênfase a temas caríssimos na cotidianidade do povo nordestino, a exemplo do acesso à água<sup>14</sup>, poderio da terra<sup>15</sup>, agricultura familiar<sup>16</sup>.

A despeito da linha do tempo da obra da transposição, destacamos três períodos importantíssimos:

<sup>13</sup> “Magna/ Vector/JPW, é a unidade de desenvolvimento do estágio, a sede da empresa situa-se na Rua Dom Pedro II nº 331, CEP 90550-142, São João, Porto Alegre - RIO Grande do Sul. O local do estágio situa-se canteiro de obras do Rio da Barra, 56600-000, Sertânia – Pernambuco”. (Rosendo, p.11,2021)

<sup>14</sup> Enfatizamos no capítulo anterior a relação estabelecida entre a política clássica dos coronéis e a questão hídrica no nordeste. Desde as operações do DNOCS, até a política de açudagem.

<sup>15</sup> Outro fenômeno interessante para pensarmos os impactos da obra da transposição do rio São Francisco na região Nordeste reside exatamente no conceito de poderio da terra. Em que pese não se tratar do nosso recorte neste trabalho, o valor de uso e de troca da terra, quando esta possui acesso a água, passa a ser reconvertido. Há, inclusive, discussões a respeito de um fortalecimento das estruturas agrárias e fundiárias na região semiárida que considera a hipótese de reconversão de valores da mercadoria terra na localidade.

<sup>16</sup> Quando trabalhamos com a noção de agricultura familiar, não estamos sobrepondo o desenvolvimento do conceito de poderio da terra, nem de estruturas agrárias. Pensando o processo de expansão do agronegócio no nordeste, sobretudo no MATOPIBA, que compõe-se ainda no sudoeste da Bahia, a possibilidade de coexistência entre a esfera da agro-indústria e da agricultura familiar é baixíssima, verifica-se isso a partir dos dados apresentados no capítulo anterior a respeito dos conflitos por água nos Estados nordestinos.

- a) 2007 – Processo de licitação da obra;
- b) 2011/2012- renegociação com as construtoras<sup>17</sup>;
- c) 2021- início dos testes no CAC.

Quadro 7 – Linha do tempo da obra

<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>
2007	Licitação da obra com o projeto básico
2008	Início das obras, com promessa de conclusão em 2012
2009/2011	Detalhamento do projeto executivo. Novos serviços fundamentais
2011/2012	Contratos renegociados com construtoras em alguns casos adicionais acima de 25%
2014	As obras estavam em atividades, inclusive os trechos que precisaram ser relicitados. Um novo prazo de conclusão foi prometido: até 2015
2015	A nova promessa de conclusão não foi cumprida mais uma vez
2017	Início da pré- operação do Eixo Leste do Projeto
2018	Mais atraso porque estruturas apresentaram problemas e precisaram ser paralisadas
2019	Início da gestão atual, reparos e serviços complementares em estruturas danificadas; Retorno da operação no Dique 1217 e Negreiros
2019/2020	Gestão atual: Investimentos em manutenção das estruturas danificadas para que as águas pudessem chegar até os estados beneficiados
2020	Rompimento do conduto forçado da barragem de Jati, no Ceará
2021	Início dos testes do Cinturão das águas do Ceará e conclusão do último trecho do eixo norte do projeto

Fonte: Brasil, 2023<sup>18</sup>

Cabe ressaltar que o percurso político da obra da transposição atravessou quatro governos federais: a discussão inicial se deu a partir do primeiro governo

<sup>17</sup> Dado que aponta num acréscimo de até 25% nos valores dos contratos.

<sup>18</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/transposicao-sao-francisco>. Acesso em 12 jan. 2023.

Lula, ainda no ano de 2003, sobretudo a partir da nomeação de **Ciro Gomes**<sup>19</sup> como ministro da integração nacional. Perpassou o Governo Dilma Rousseff (2010-2016), o período que Michel Temer esteve à frente do governo (2016-2018) até o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022).

A informação repassada pelo Ministério através do seu site é de que em 2021 os dois eixos da transposição estavam concluídos, conforme mostra a imagem a seguir:

Figura 13 – Progressos da obra



Fonte: Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional

Nesse sentido, entendemos que a obra ainda não está finalizada, o que não significa dizer que cessou o conflito hídrico<sup>20</sup> na região.

Os eixos que bombearão as águas para os municípios, conforme delimitação acima, mostram que no tocante ao processo de execução da obra, desde as primeiras linhas apresentadas na linha do tempo que trilhamos a partir dos dados do próprio ministério, terminaram em 2021.

Com base nisso, entende-se, em certo sentido, que a transposição é uma obra concluída, tendo, portanto, seu início no ano de 2007 e a conclusão total da obra no ano de 2021, totalizando um intervalo de 14 anos para planejamento e execução – mesmo que parcial – da obra.

Conforme explicitamos anteriormente, extraímos do site do ministério a seguinte informação, que diz respeito à extensão da obra, a partir dos dois eixos:

O empreendimento hídrico é composto por dois eixos de transferência de água: Norte, com 260 quilômetros de extensão; e Leste, com 217 quilômetros. As estruturas captam a água do Rio São Francisco, no interior de Pernambuco, para abastecer adutoras e ramais que vão perenizar rios e açudes existentes na região. Ao longo dos dois eixos - Norte e Leste -, 294 comunidades rurais também serão beneficiadas. Com apoio financeiro da União, os governos estaduais vão construir sistemas de distribuição de água para contemplar os 78 mil habitantes nessas localidades (Brasil, 2020, s/p).

<sup>19</sup> Tomamos a nomeação de **Ciro Gomes** como primeiro marco para execução da obra da transposição.

<sup>20</sup> Entendemos que esse debate surgirá mais a frente, já como resultado de nossa pesquisa. No momento, estamos tomando esse dado como resultado parcial.

A promessa de parceria com os governos estaduais é ainda um campo controverso com relação a execução da obra, assim como algumas comunidades que foram diretamente atingidas pela construção dos canais.

Para além disso, a obra também previa uma série de benefícios para as populações dos estados contemplados com a obra, a partir do projeto são eles:

Com relação ao estado do Ceará, segue o quadro abaixo.

Quadro 8 – Supostos benefícios para o Ceará

<p>“Aumento da garantia da oferta hídrica proporcionada pelos maiores reservatórios estaduais (Castanhão, Orós e Banabuiú), que operados de forma integrada com os açudes Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião fornecem água para os diversos usos da maior parte da população das Bacias do Jaguaribe e Metropolitanas, 5 milhões de habitantes de 56 municípios;</p>
<p>“Redução do conflito existente entre a Bacia do Jaguaribe e as Bacias Metropolitanas em função do progressivo aumento das transferências de água para o abastecimento da região metropolitana de Fortaleza;”</p>
<p>“Melhor e mais justa distribuição espacial da água ofertada pelos açudes Orós e Banabuiú, beneficiando populações do Sertão Cearense. Com o Projeto de Integração do São Francisco estes reservatórios estariam aliviados do atendimento de parte das demandas do Médio e Baixo Jaguaribe e da região metropolitana de Fortaleza;”</p>
<p>“Aumento da disponibilidade do Rio Salgado para estabelecer uma fonte hídrica permanente para o abastecimento da segunda região mais povoada do Estado, o Cariri Cearense, com cerca de 500 mil habitantes.”</p>

Fonte: Brasil, 2023<sup>21</sup>

Já em relação à Paraíba, o quadro abaixo.

Quadro 9 – Supostos benefícios para a Paraíba

<p>“Aumento da garantia da oferta hídrica proporcionada pelos maiores reservatórios estaduais (Epitácio Pessoa, Acauã, Engenheiro Ávidos, Coremas e Mãe D'água) responsáveis pelo suprimento de água para os diversos usos da maior parte da população das Bacias do Paraíba e Piranhas;”</p>
<p>“Redução dos conflitos existentes na Bacia do Piranhas-Açu, entre usuários de água deste Estado e do Rio Grande do Norte e entre os usos internos do próprio Estado;”</p>
<p>“Redução dos conflitos existentes na Bacia do Paraíba, fundamentalmente sobre as águas do Açude Epitácio Pessoa, insuficientes para os seus diversos usos e tendo como umas das consequências o estrangulamento do desenvolvimento socioeconômico de Campina Grande, um dos maiores centros urbanos do interior do Nordeste, com cerca de 400 mil habitantes;”</p>
<p>“Melhor e mais justa distribuição espacial da água ofertada pelos açudes Coremas e Mãe D'Água, beneficiando populações da região do Piancó, uma vez que com o Projeto de Integração do São Francisco estes reservatórios estariam aliviados do atendimento de demandas dos trechos do Rio Piranhas, situados à jusante destes reservatórios;”</p>

<sup>21</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/mudanca-em-sua-vida>. 12 jan. 2023.

“Abastecimento seguro para 127 municípios, 2,5 milhões de pessoas, por meio do aumento da garantia da oferta de água dos açudes Epitácio Pessoa, Acauã, Engenheiro Ávidos, Coremas e Mãe D’água, da perenização permanente de todos os trechos dos Rios Paraíba e Piranhas, em associação com uma rede de adutoras já implantada há alguns anos.”

Fonte: Brasil, 2023<sup>22</sup>

Com a obra da transposição, inúmeras promessas de uma série de benefícios foram feitas às populações. Nesse sentido, a partir da nossa pesquisa de campo - que se iniciou após o exame de qualificação - e, por meio dos discursos das populações<sup>23</sup> atingidas diretamente pela obra, comprovaremos se foram, de fato, beneficiadas com a obra, o que está posto, a partir dos documentos disponíveis com relação ao PISF, encontra-se sintetizado neste capítulo.

O exame que realizaremos, com relação à uma possível avaliação dessas políticas não é essencialmente o objeto de estudo dessa pesquisa, mas em que pese essa singularidade, essa questão não sai do nosso horizonte.

A percepção a partir da representação midiática a despeito da obra emergirá na seção seguinte deste capítulo, como instrumento de comparação entre a proposição da transposição a partir dos documentos, da mídia e o entendimento dos pesquisadores do campo a respeito da obra.

#### 4.2 A TRANSPOSIÇÃO A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA

No presente tópico, nos propomos a realizar uma breve incursão a respeito da representação midiática no que se refere à obra da transposição do Rio São Francisco. A nossa escolha com relação à operacionalização dos dados coletados se deu a partir de três critérios, os quais julgamos serem essenciais para o entendimento da questão. A primeira se coloca nas dimensões espaciais, isto é, escolhemos reportagens do Jornal Folha de São Paulo, por ter alcance nacional; e dois jornais que têm alcance local: Jornal da Paraíba e Jornal o Povo, no Ceará. O segundo critério de escolha se dá com relação aos períodos das reportagens, ou seja, está no âmbito histórico, sobretudo por afirmarmos, já nas sessões anteriores,

<sup>22</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/mudanca-em-sua-vida>. 12 jan. 2023.

<sup>23</sup> Tópico inicial do capítulo resultados e discussões desta dissertação.

que este é realmente um debate que perpassa a história da república. O terceiro está vinculado ao conteúdo das reportagens, em que buscamos retratar as disputas políticas em torno da obra e os vínculos empresariais.

De imediato apresentamos um quadro com as reportagens extraídas do Jornal Folha de São Paulo, cujo alcance é nacional e que tem dados disponíveis na internet. Nesse sentido, elencamos 4 reportagens ainda dos anos de 1990<sup>24</sup>, ponderando a relação da transposição – na cena política nacional– e as eleições presidenciais deste referido ano.

Quadro 10 – Reportagens da Folha de São Paulo (1994)

<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Objeto da reportagem</b>
<b>“As águas vão rolar”</b>	22 de Junho de 1994	Reflexão a partir de três questões centrais
<b>“Nordeste já assiste a campanha”</b>	24 de Julho de 1994	Campanha do então presidente do BNB, junto a empresários para execução da obra.
<b>“FHC critica projeto do rio São Francisco”</b>	06 de Agosto de 1994	Desorganização do governo federal no sentido de combate à seca.
<b>“Verba eleitoreira é estratégia de Itamar”</b>	15 de Agosto de 1994	Obra da transposição como estratégia eleitoral para a campanha de FHC.

Fonte: Folha de São Paulo, 1994

Conforme antecipamos ainda na introdução e na delimitação do nosso objeto, a obra da transposição é histórica. Nosso primeiro esforço nesse tópico está na articulação do argumento da história e as movimentações políticas da obra. Nesse sentido, destacamos a reportagem da Folha de São de Paulo de 22 de Junho de

<sup>24</sup> Em que pese não ser o próprio recorte da pesquisa que trabalhamos, dar um passo atrás e observar a representação midiática da possível obra da transposição do rio São Francisco ainda na década de 1990, nos permite observar aspectos que são caríssimas a essa pesquisa, a exemplo da movimentação das elites no parlamento, a relação com os empresários e as eleições presidenciais de 1994.



1994, ainda sob governo Itamar Franco<sup>25</sup>. O destaque se dá para o objeto da matéria que, naquela ocasião, chamava atenção para três questões essenciais.

### **“As águas vão rolar”:**

A única coisa de que se sabe com certeza é que os beneficiários imediatos serão os mesmos de sempre: grandes empreiteiras, fabricantes de equipamentos de grande porte, especuladores em geral e proprietários de terras. Assim, em vez de estudos que em curto tempo integrariam ao debate a sociedade civil, prefere-se a pressa alucinada na compra de equipamentos e contratação de obras que importarão dispêndios muito expressivos. Com todas as consequências de fazer isso às vésperas de uma eleição, o que certamente será apenas uma enorme coincidência(Cavalcanti Filho, 1994, s/p).

Percebe-se que a discussão que estava posta nos anos de 1990 com relação à obra da transposição já anunciava a lógica que destacamos nas políticas de combate à seca formuladas pelo DNOCS. O vácuo entre a ausência de política pública efetiva no combate à escassez da água na região Nordeste, bem como a estrutura política fincada no amplo domínio das oligarquias políticas e no mandonismo<sup>26</sup> dos coronéis, soavam como sendo a tônica. Para além disso, um dos nossos objetos desenhados na problematização da pesquisa reside na relação entre água e votos, ou seja, contemporaneamente a água ainda é um recurso de troca de votos? Na reportagem citada acima é possível perceber que a percepção nacional com relação a transposição cancelava, na ocasião, as preocupações desta pesquisa.

Atentemos para a reportagem do dia 24 de Julho de 1994, quando se destaca a participação do empresariado na obra:

### **“Nordeste já assiste a campanha”:**

O presidente do Banco do Nordeste, João Melo, disse que já iniciou contatos com bancos europeus para a obtenção dos US\$ 600 milhões necessários para a primeira etapa do projeto de transposição das águas do São Francisco. Para a liberação das verbas, segundo Melo, os bancos exigiram estudos de viabilidade técnica e econômica e de impacto ambiental. Segundo Melo, o BNB deverá contar com a ajuda do Banco do Brasil na tarefa de captação dos US\$ 2 bilhões necessários para a execução de todo o projeto. O empresário cearense Francisco Deusimar Queiroz, 47, está coletando assinaturas de apoio ao projeto de transposição de águas do São Francisco. Dono da rede de farmácias Pague Menos, com 77

<sup>25</sup> Assume em 1992 e consegue fazer sucessão indicando Fernando Henrique Cardoso como candidatura do governo para Presidência da república no pleito de 1994.

<sup>26</sup> Categoria cunhada por Leal 1972, a respeito das relações oriundas do sistema coronelista.

estabelecimentos no Ceará e Rio Grande do Norte, Queiroz lançou a campanha "Águas do São Francisco, um milhão de amigos (Mota; Francisco, 1994, s/p).

Já na reportagem do dia 24 de julho, trouxemos a referência de pelo menos dois aspectos que são importantes e dialogam com nosso objeto. O primeiro está na articulação entre a esfera pública e o empresariado da época. Vejamos a tentativa do então presidente do BNB – o Banco do Nordeste– no esforço de conseguir recursos internacionais para a viabilidade da obra, fator esse que demonstra um esforço de diálogo entre uma elite local, com aspirações nacionais, mas tentando estabelecer redes internacionais. O fato é que não dá para considerar, ainda neste momento, o jogo do grupo empresarial em sua relação com as instâncias públicas, na vertente de uma elite internacionalizada<sup>27</sup>.

No que se refere a reportagem do dia 06 de Agosto de 1994, chamamos a atenção para o posicionamento do então ministro Fernando Henrique Cardoso, que assumia uma posição bastante crítica com relação à obra. Na primeira passagem é válido ressaltar que o “homem do governo Itamar” atacava publicamente o projeto da transposição e reclamava de uma desorganização do governo no que concerne ao planejamento de obras públicas.

A respeito disso:

Ele atacou o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. Ele criticou a falta de planejamento do governo: "A mim horroriza o número de projetos começados e não terminados. Eu acho criminoso que se façam sempre novos projetos e não se termine os que estão em marcha". A Folha mostrou que o governo tem 23 obras de construção de açudes paralisadas ou atrasadas no Nordeste. Precisaria de US\$ 512 milhões para concluí-las, mas vai gastar US\$ 2 bilhões na transposição de águas do São Francisco. Fernando Henrique criticou a tomada de decisões sem planejamento, mas motivada por questões políticas: "É preciso ter uma noção global para saber se aquela obra é melhor do que essa. Ou então é pressão política (Mota; Francisco, 1994, s/p).

Na ocasião, já candidato oficializado pelo PSDB para a disputa do pleito presidencial, o então presidenciável, em que pese o reconhecimento da necessidade da obra, argumentava no sentido de ampliar políticas públicas, sem que diretamente fosse necessário a realização da obra da transposição. O fato é que na medida em que foi passando o tempo, a posição de FHC também foi se

<sup>27</sup> Estamos considerando Elites internacionalizadas a partir do corte oriundo do processo de financeirização do capital. O que em nosso entendimento não é o caso do relato que trouxemos anteriormente.

modificando. Nem por bondade, nem por caridade, mas por entender que a água ainda era um recurso estratégico, não só no sentido do desenvolvimento, mas também na evolução eleitoral<sup>28</sup>.

### **“FHC critica projeto do rio São Francisco”:**

O candidato do PSDB disse que, "se não se vê o conjunto, qualquer obra pode ser boa ou ruim". Ele disse que a transposição de águas é uma obra "necessária", mas que tem de ser feita "pensando no conjunto". A estratégia tem duplo objetivo: reforçar uma imagem positiva do próprio Itamar Franco no final de seu mandato com combate à miséria e, ao mesmo tempo, ajudar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à Presidência. A Folha revelou ontem que, nos repasses a fundo perdido, o governo gastou entre o início de junho e o dia 11 deste mês R\$ 126,3 milhões contra apenas R\$ 30,35 milhões nos cinco primeiros meses do ano. O dinheiro está indo para gastos eleitoreiros, que vão de compra de ambulâncias, ônibus escolares e pavimentação de ruas até pequenas obras, como pontes e estradas. O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, para combater a seca no Nordeste, é outro projeto que se insere na estratégia palaciana." (VAZ, 1994, s/p)

Ainda nos anos 1990, se tinha um projeto já pensado, conforme reporta a Folha de São Paulo em 17 de Agosto de 1994. A estrutura do projeto da época não é diferente da lógica do projeto que foi implementado a partir do início dos anos 2000. O corte na região considerada como nordeste setentrional, que corresponde a região do semiárido nordestino, já era contemplado nesta proposta.

### **“O que é o projeto”:**

O projeto de transposição do São Francisco prevê o bombeamento das águas do rio para a construção de 220 km de canais de irrigação em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O projeto inicial, abandonado pelo presidente Itamar Franco, envolvia recursos equivalentes ao custo de construção da usina nuclear de Angra 1, no Rio. A idéia era aproveitar o curso natural de rios temporários no Nordeste, o que possibilitaria, segundo o Ministério da Integração Regional, fazer até 2.400 km de canais permanentes. Itamar deu sinal verde para projeto de US\$ 600 milhões, dos quais US\$ 280 milhões seriam gastos este ano (Folha de São Paulo, 1994).

<sup>28</sup> A noção que estamos tomando como evolução eleitoral, diz respeito ao processo dos recursos naturais sendo utilizados como instrumentos de troca de votos. Dado que passa a ser problematizado por parte da população a partir das discussões em torno da obra da transposição do rio São Francisco.

A cena política da metade dos anos de 1990 é permeada de atores vinculados ao PSDB, dado que é explicado pelo resultado eleitoral do partido, nas eleições presidenciais de 1994. Cabe aqui um destaque importantíssimo para a entrevista concedida pelo governador eleito do Ceará Tasso Jereissati – sucessor de Ciro Gomes- a respeito da relação da transposição com os grupos políticos. É importante assinalar que Tasso, assim como Ciro Gomes despontavam como os líderes políticos – a nível regional – da época, que haviam colocado “fim” na política clientelista e coronelista do Ceará.

“Agência Folha - O sr. defende que o governo de FHC banque o projeto de transposição das águas do rio São Francisco? Jereissati - Essa questão não deve ser discutida de forma passional, mas de maneira racional. A transposição é uma dessas formas. Acho que existe uma distorção muito grande na imprensa nacional na discussão desta obra. Eu acredito que este projeto é viável, mas que deve ser feito de uma maneira transparente e negociada. Se, na discussão, o Brasil entender que esta não é uma das soluções para o problema da seca, que se aponte outra alternativa.” (Mota, 1994, s/p.)

Outro dado interessante está na disputa entre as elites políticas de estados diferentes no Nordeste brasileiro. Vejamos o que reporta a Folha de São Paulo no dia 22 de outubro de 1994, quando se discutia a composição do governo FHC, a partir da aliança a nível nacional com o Partido da Frente Liberal – PFL, tendo como principal expoente a nível tanto local, quanto nacional, Antônio Carlos Magalhães.

#### **“Jereissati vai defender projeto do São Francisco junto a governo FHC”:**

O tucano Tasso Jereissati, governador eleito do Ceará, vai trabalhar junto ao governo FHC pela realização do polêmico projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Tasso acredita que essa é a única alternativa para resolver o problema da seca nos Estados que têm raros e pequenos rios perenes. “Ou se leva água para a região seca, ou se retira a população de lá”, diz o futuro governador.

O projeto tem, entretanto, a oposição do ex-governador da Bahia Antonio Carlos Magalhães, agora senador eleito pelo PFL, integrante da coligação que apoiou Fernando Henrique Cardoso (Sardenberg, 1994, s/p.)

É fundamental perceber o jogo que está posto a partir do que pode ser considerada como uma elite tradicional, no caso a família Magalhães, obtendo o amplo domínio político e associado às elites econômicas da Bahia, em choque com

um grupo que— no parlamento e no executivo – se colocavam como aliança tática, mas na política no nível local –regional– tinham interesses completamente diferentes.

Nos cabe, para explicar essa passagem, uma discussão realizada por (Kerbauy, 2000), dotada de singularidades, dado que o processo de modernização conservadora reestruturou ao longo do processo político brasileiro a relação do poder político no âmbito local. O destaque central da tese da autora, e que nos serve de guia para reflexão, é o fato que explicita o fim do sistema coronelista, mas com a preservação do tradicionalismo e do clientelismo.

Conforme conceitua Arruda; Kerbauy(2016): “[...] o poder oligárquico não é pensado sem o controle familiar, e mesmo que a unidade de análise seja o município, não são articuladas as intermediações entre o local, o estadual e o nacional.” Nesse sentido, recorreremos ao debate formulado por Figueiredo e Limongi, 1999, que, ao se debruçar sobre o jogo institucional, apontam para as bases do presidencialismo de coalizão, reorientando, dessa forma, a relação entre executivo e legislativo. Entendendo o processo político no âmbito local, a partir dos municípios, coadunamos com o esforço teórico promovido por Carreirão e Kinzo, 2004 ao tecerem sobre o processo de escolha dos candidatos e a preferência partidária.

Com base nessa literatura, exemplificamos os casos da Paraíba e do Ceará, quando a relação entre a água – a partir da transposição do Rio São Francisco– e a política passam a reorganizar o debate político na região. Aqui nos cabe um novo corte no debate político, a partir do governo FHC, em 1995.

Quadro 11 – Reportagens da Folha de São Paulo – 1996 a 1999

Título da matéria	Data de publicação	Objeto da reportagem
-------------------	--------------------	----------------------

“FHC vai investir R\$ 500 mi em obras do São Francisco”	28 de Março de 1996	Mudança do posicionamento no executivo federal a respeito da obra;
“Promessa de campanha da reeleição”	11 de Maio de 1998	A água retoma a sua posição de instrumentos de votos;
“Açude que abastece Campina Grande, segunda maior cidade do Estado, está secando; lata de água custa R\$ 1”	26 de Dezembro de 1998	Denúncia a partir das elites políticas locais;
“O São Francisco foi posto à venda pelo governo federal, atendendo aos ditames do sistema financeiro internacional”	20 de Maio de 1999	Denúncia de privatização das águas.

Fonte: elaboração própria

O destaque que fizemos a partir das reportagens datadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) retratam campos que consideramos centrais no desenvolvimento da nossa análise. Desde a mudança de posição do antes ministro, agora presidente FHC, numa tentativa de captação de votos a partir da questão da seca no nordeste brasileiro, até o discurso inflamado do então Prefeito de Campina Grande – Cássio Cunha Lima– a respeito da crise de abastecimento de água na região. Vejamos a mudança de discurso de Fernando Henrique Cardoso a respeito da obra no ano de 1996:

#### “FHC contrário, muda de posição em 1996”:

Fernando Henrique Cardoso inicialmente era contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, aprovado pelo então presidente Itamar Franco em 13 de julho de 1994. "A mim horroriza o número de projetos começados e não terminados", disse Fernando Henrique no dia 5 de agosto de 1994: "Eu acho criminoso que se façam sempre novos projetos e não se terminem os que estão em marcha". O então candidato a presidente criticou a falta de planejamento do governo. Segundo FHC, a transposição das águas era uma "obra necessária", mas que precisava ser feita "pensando no conjunto". "É preciso ter uma noção global para saber se aquela obra é melhor do que essa -ou então é pressão política", declarou. No dia 12 de agosto, porém, após uma reunião com Itamar, Fernando Henrique passou a defender o projeto.

O projeto de transposição do rio São Francisco prevê o bombeamento de águas do rio para quatro Estados: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. O empreendimento foi anunciado em abril de 1994 pelo então ministro da Integração Regional, Aluizio Alves. Seu custo é estimado em US\$ 2,1

bilhões (o equivalente ao da usina nuclear de Angra 1) (Folha de São Paulo, 1996, s/p)

A mudança de opinião e de posição da época do presidente Fernando Henrique Cardoso desembocou uma alteração do projeto pensado ainda no governo Itamar Franco, fazendo com que Fernando Henrique Cardoso a anunciar um investimento de 500 milhões de reais no esforço de retomar as obras do projeto de transposição do rio São Francisco.

### **“Presidente decide retomar projeto de transposição das águas de rio”:**

“O presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia amanhã, durante viagem ao Nordeste, a retomada do polêmico projeto de transposição das águas do rio São Francisco, com investimentos de R\$500 milhões nos próximos quatro anos. Na prática, o projeto ganhou versão mais modesta. O custo de R\$1 bilhão, previsto pelo governo Itamar Franco, caiu pela metade. A nova versão pode até reduzir a participação de empreiteiras -as obras poderão ser executadas integralmente por batalhões de engenharia do Exército. Isso reduziria o preço para cerca de R\$300 milhões. A Secretaria Especial de Políticas Regionais está refazendo o projeto inicial. O anúncio da retomada das obras do São Francisco acontece no momento em que o presidente, de olho na reeleição, decidiu dar mais atenção ao Nordeste.” (Mossri; Santiago, 1996, s/p)

A temática do acesso à água no Nordeste, conforme vem sendo discutido ao longo desta dissertação, é de forte alcance na região, em todos os sentidos, desde a reprodução da matéria orgânica, até a dimensão simbólica. Quando as elites dirigentes se apropriam desses elementos e passam a utilizá-la como sendo um instrumento para troca de votos, percebe-se o alcance que a temática encontra na região, de modo a expressar-se, em muitos casos, como promessa de campanha. Fernando Henrique Cardoso utiliza esse recurso em Maio de 1998, conforme destaca a reportagem a seguir:

### **“Promessa de campanha da reeleição: Obra, orçada em R\$ 1,5 bi, integrava programa de 94 e devia ser concluída neste ano; estudos iniciais serão refeitos”:**

O presidente Fernando Henrique Cardoso promete agora iniciar as obras da transposição das águas do São Francisco no início do próximo ano, segundo informou sua assessoria de imprensa na última sexta-feira. As obras, no valor de R\$1,5 bilhão, deverão estar concluídas em quatro anos.

O mandato de FHC termina em 31 de dezembro. Na realidade, é uma promessa de campanha, caso obtenha o segundo mandato nas eleições de outubro.

A transposição do São Francisco já era uma promessa de campanha de FHC em 94. Como presidente, repetiu a promessa em várias visitas ao Nordeste. Mas o projeto nunca saiu da gaveta do governo(Neri, 1998, s/p).

O debate do acesso à água na região nordeste, sobretudo a partir da escassez que se desenvolveu no final dos anos 1990, culminando no colapso de abastecimento de água na região, principalmente no município de Campina Grande, fez com que um dos principais atores políticos da região, Cássio Cunha Lima, na ocasião prefeito do município, fosse a público chamar atenção para dois aspectos: a atuação da indústria da seca e cobrar a obra da transposição do governo federal:

**“Açude que abastece Campina Grande, segunda maior cidade do Estado, está secando; lata de água custa R\$ 1”:**

Às vésperas do século 21, a Paraíba vive um drama medieval: a falta de água para consumo humano. As secas prolongadas e a ausência de gerenciamento dos recursos hídricos têm provocado um colapso no abastecimento de água em algumas regiões do Estado. A estiagem de 1998 agravou a situação. Em Campina Grande, segunda maior cidade da Paraíba, com 500 mil habitantes, está havendo racionamento de água. De 48 em 48 horas, determinados bairros da cidade ficam desabastecidos(Folha de São Paulo, 1998, s/p).

A respeito de todo esse processo, é fundamental reiterar que a preocupação do então prefeito da cidade fundamentava-se em dois aspectos: o produtivo, chancelando a posição dos “industriais” da região, apontando os custos da escassez de água e cobrando a obra da transposição a todo custo.

A situação é gravíssima e quem paga o pato são os mais pobres. Os mais abastados fazem uma cisterna. As indústrias sofrem porque têm de pagar um custo adicional. A única solução seria a transposição do rio São Francisco”, diz o prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima (PMDB) (Folha de São Paulo, 1998, s/p).

A política de construção de cisternas acabou ganhando maior ênfase nos anos seguintes<sup>29</sup>, o que se apresentava como sendo uma solução parcial para o problema. No entanto, no período do recorte que a reportagem aponta, a política de cisternas passava a léguas de distância de uma solução efetiva para a população mais carente. Nesse sentido, a saída viável para solução da crise hídrica na região se dava apenas pela obra da transposição.

Exatamente a partir dessa necessidade o discurso de Arraes veiculado na Folha de São Paulo apresenta um corte interessantíssimo, por compreender parte

<sup>29</sup>Trataremos no capítulo seguinte a política de cisternas implementadas nos governos do Partido dos Trabalhadores



totalizante do recorte desta pesquisa: crise hídrica, política de governo e financeirização.

Vejamos a denúncia de Miguel Arraes em Maio de 1999.

**“O São Francisco foi posto à venda pelo governo federal, atendendo aos ditames do sistema financeiro internacional”:**

O rio São Francisco, dito "da integração nacional", foi posto à venda pelo governo federal, atendendo aos ditames do sistema financeiro internacional. Será uma venda disfarçada, numa transação em que o bem que aparece como objeto de alienação é o controle acionário da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco). Mas, como alertam há anos pessoas de todas as latitudes técnicas e políticas, a Chesf não existe sem o São Francisco. Portanto não se pode vender a empresa sem dar, como peso morto, o "grande rio". Em maio de 1995, o presidente foi alertado sobre essa situação pelo governo de Pernambuco. A nós parecia despropositado transferir para a iniciativa privada um sistema hidrelétrico tão complexo, considerando principalmente que sua essência é a água cada vez mais escassa do rio, ameaçado de extinção nos próximos 50 anos, segundo estudos do próprio governo. A água do São Francisco não é usada apenas para gerar energia; há muitos outros usos, inclusive potenciais, que vão da navegação à irrigação, passando pela pesca e pela exploração turística. Nada mudou na posição do governo. Salvo pequenos recuos táticos, forçados por uma pressão política impulsionada pela opinião pública (infelizmente, ainda mal informada), o processo segue seu curso (Arraes, 1999, s/p).

A forma de ser e de estar do capitalismo na periferia do sistema de produção corrobora com uma lógica da possibilidade de coexistência entre as esferas públicas e privadas. Tal discussão, a título de aparência, parece destoar do recorte deste trabalho de dissertação. No entanto, quando observado a partir do viés essencial do fenômeno, nos permite afirmar que a operacionalização dos recursos públicos, nessa dinâmica do sistema, serve como instrumento para um maior enriquecimento dos setores internacionalizados<sup>30</sup>.

A troca entre a operacionalização da obra da transposição do Rio São Francisco e parte do controle acionário de uma estatal de grande envergadura como a CHESF<sup>31</sup>, antecipava, na ocasião, um debate que se coloca na ordem do dia da política internacional: política energética.

<sup>30</sup> A denúncia feita por Arraes aponta exatamente esse fenômeno: o destino dos recursos públicos para concentração dos setores privados, cada vez mais internacionalizados a partir do marco da globalização.

<sup>31</sup> Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Além de parte do controle acionário, a denúncia de Miguel Arraes aponta, também, para a entrega do rio como parte do “pagamento”. Fator esse que desloca o objeto da nossa discussão, formatando uma nova configuração em todo o debate. Ora, se antes o acesso à água era controlada pelas elites locais, sobretudo a partir das figuras dos coronéis e dos mandatários da região, com o dado da globalização e o processo de financeirização das economias globais, o controle dos recursos naturais passa a pertencer às grandes companhias internacionais. Temos, aqui, portanto, um novo marco geopolítico percebido a partir da obra da transposição: o corte financeiro e o domínio dos recursos naturais.

Entre 2000 e as eleições presidenciais de 2002, a quantas andava a transposição:

Quadro 12 –Reportagens da Folha de São Paulo – 2000 a 2002

<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Objeto da reportagem</b>
<b>“FHC quer transposição de rio no NE”</b>	14 de Janeiro de 2000	Governo endurece com relação a necessidade da obra;
<b>“A transposição do São Francisco é viável?”</b>	11 de Março de 2000	Opiniões contrárias mostravam baixa vazão do rio;
<b>“Transposição do São Francisco será feita com dinheiro da venda da Chesf”</b>	09 de Junho de 2000	Articulações entre o empresariado e a política de privatizações como solução para a questão hídrica no nordeste;
<b>“FHC desiste de transpor o rio São Francisco”</b>	24 de Dezembro de 2002	Governo abre mão da obra da transposição.

Fonte: elaboração própria

No corte que aqui estamos propondo, destaca-se o período da transição do governo FHC para o governo Lula, considerando a temática da obra da transposição do Rio São Francisco como o cerne da questão. Além disso, é importante observarmos a desistência do ex-presidente do Partido da Social Democracia Brasileira em realizar a obra da transposição, ainda em Julho de 2001, dando margem a críticas para as nuances da obra. Ainda a respeito da transposição:

#### **“FHC quer transposição de rio no NE”:**

O presidente Fernando Henrique Cardoso deu ontem o aval para que o Ministério da Integração Nacional comece o trabalho de convencimento dos líderes políticos contrários ao projeto de transposição das águas do rio São

Francisco. O projeto, que busca minimizar a falta de água no semi-árido do Nordeste, está estimado em US\$ 3 bilhões. "Todos sabem de que lado o meu coração bate, nesse tema. Vamos ter de enfrentar, com muita coragem, a questão hídrica do Nordeste", afirmou Fernando Henrique Cardoso, sem citar, no entanto, a que projeto se referia (Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 2000).

Mesmo com o apelo para o campo sentimental, afirmando de que lado batia o coração para garantir a realização da obra como forma de enfrentamento à crise hídrica no Nordeste, o debate público a respeito da transposição apontava contradições profundas, inclusive dizendo respeito à viabilidade da obra. Considerando as comissões parlamentares instituídas para pensar a obra, a reportagem da Folha de São Paulo de março de 2000, dizia que não havia água suficiente para transpor:

**“A transposição do São Francisco é viável? NÃO. Não há água suficiente”:**

A comissão da Câmara que examina a transposição do São Francisco realizou, até agora, diversas e proveitosas audiências. Curiosamente, nem os que defendem a "transposição" se empenharam em demonstrar sua viabilidade hídrica. E os números básicos apontam na direção oposta. A vazão média do São Francisco é de 2.800 m<sup>3</sup>/segundo. A mínima garantida para produção de energia elétrica é de 2.060 m<sup>3</sup>/segundo. A quantidade que se perde com a evaporação chega a 200 m<sup>3</sup>/segundo. Outros 200 m<sup>3</sup>/segundo são usados em projetos de irrigação. O sistema, conta, pois, com apenas 340 m<sup>3</sup>/segundo para "outros usos". Só a área da bacia do São Francisco potencialmente irrigável é de 3 milhões de hectares, sendo que o último plano de desenvolvimento do vale do São Francisco a reduz para 2,5 milhões de hectares. O índice de cálculo aceito para irrigação nesses casos é de meio litro por segundo por hectare, o que significa que a irrigação prevista para os 2,5 milhões ou 3 milhões de hectares demandaria 1.250 m<sup>3</sup>/segundo ou 1.500 m<sup>3</sup>/segundo. A água disponível nas condições atuais é, assim, um quinto da necessária à irrigação da área prevista na própria bacia (Lima, 2000, s/p).

Em meio a todo esse debate, caminhava a passos largos nos governos do Social-democrata Fernando Henrique Cardoso o movimento de privatizações das estatais brasileiras. Nesse período, a denúncia antes levantada por Arraes, ganhava novos contornos a partir da venda da Chesf como ente financiador da obra da transposição:

**“Transposição do São Francisco será feita com dinheiro da venda da Chesf”:**

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou nesta sexta-feira (9) que irá utilizar o dinheiro arrecadado na venda da Chesf (Centrais Hidrelétricas do São Francisco), ainda sem data definida, para financiar o projeto de transposição do rio São Francisco. FHC detalhou ainda que o governo pretende promover uma transposição dupla do São Francisco. No

primeiro passo, ele irá transpor as águas do rio do Sono (afluente do rio Tocantins) para o rio Preto, na Bahia. O presidente não antecipou quanto o governo pretende arrecadar com a privatização da Chesf. De acordo com o Ministério da Integração Nacional, as duas transposições precisam de pelo menos R\$ 4,1 bilhões e levariam cerca de sete anos até a conclusão (Folha de São Paulo, 200, s/p).

Uma forte contradição é possível ser observada e destacada na própria fala do ex-presidente, quando colocava a venda da CHESF como um horizonte para resolução da crise hídrica na região:

Segundo FHC, a medida é "um horizonte de expectativas positivas para o Nordeste". "Nós nos preocupamos em realmente enfrentar a redenção do Nordeste em termos de água e de começarmos a fazer o resgate da dívida social que o Brasil tem com essa região do país", disse ele após explicar o projeto de transposição do São Francisco. FHC considera que a obra de transposição do rio do Sono não é muito difícil de ser realizada, pois "nem é preciso um canal muito comprido". A venda da Chesf deixará de lado apenas as duas represas que pertencem à empresa, Sobradinho e Itaparica, consideradas estratégicas para a irrigação da região Nordeste. FHC explicou que isso será feito porque o Senado deverá aprovar em breve a criação da ANA (Agência Nacional das Águas), que será responsável por toda a política do setor. A manutenção das duas represas sob controle estatal também agrada políticos nordestinos, que temiam o uso excessivo da água pelas usinas e o consequente desabastecimento da região (Folha de São Paulo, 2000, s/p).

Em que pese todo o discurso do presidente da época em tornar concreto o projeto de transpor as águas do Rio São Francisco, o fato é que a transposição não saiu do papel naquele momento.

Mesmo com o argumento que a venda da CHESF financiaria o projeto de transposição, o que se conseguiu ao longo do governo FHC com relação a obra da transposição foi apenas recolocar o debate na ordem do dia e efetivamente não se cumpriu as promessas da campanha do PSDBista.

Destacamos a reportagem da Folha de São Paulo do dia 29 de Julho de 2001, quando FHC desiste oficialmente da obra da transposição.

### **“FHC desiste de transpor o rio São Francisco”:**

O presidente Fernando Henrique Cardoso desistiu de realizar a transposição do rio São Francisco, uma das suas promessas eleitorais das campanhas de 1994 e 1998. A decisão foi comunicada a assessores e parlamentares... Oficialmente, a obra, orçada em R\$ 3 bilhões, só não começou porque aguarda há dez meses a autorização do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). A construção continua incluída no Avanço Brasil, o programa de obras do governo federal, e tem R\$ 200 milhões previstos no Orçamento deste ano.

Mas, na prática, a transposição não sairá do papel. Planejado e adiado desde o reinado de d. Pedro 2º, o projeto de transposição previa a construção de uma espécie de rio artificial que levaria, por canais de irrigação, as águas da bacia do São Francisco na divisa entre Pernambuco e Bahia para o próprio Pernambuco, além de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (Traumann, 2001, s/p).

Cabe destacar que segundo a apuração da Folha na época, manter a obra no radar do governo naquele período era apenas uma farsa para preservar a bancada dos estados nordestinos alinhadas com o governo federal.

Na prática o que foi dito e articulado<sup>32</sup> pelo governo com relação a desistência da obra:

Na realidade, o governo vai substituí-lo por um plano de incentivo à agricultura familiar e ao plantio de árvores nas margens do rio São Francisco, orçado em R\$ 70 milhões. A maior parte das margens do rio sofre com desmatamento e assoreamento. O dinheiro já foi liberado para o Ministério da Integração Nacional, mas é disputado também pelo Ministério do Meio Ambiente. Nos últimos três anos, estudos de engenharia, viabilidade técnica, impacto ambiental e audiências públicas sobre a obra consumiram cerca de R\$ 4 milhões (Traumann, 2001, s/p).

Um dos argumentos para a desistência da obra foi:

Na assessoria do Planalto, são enumerados outros quatro motivos para descartar a transposição. O primeiro é circunstancial. Segundo o próprio relatório de impacto ambiental encomendado pela Integração Nacional, a obra pode derrubar em até 10% a produção de energia da Chesf (a central hidrelétrica que utiliza as águas do rio) entre os reservatórios de Itaparica e Xingó. Seria um efeito colateral politicamente indefensável em tempos de racionamento de energia (Traumann, 2001, s/p).

Utilizou-se, ainda, um argumento sob o viés político:

Outra causa é política: o último grande defensor da idéia no governo, Fernando Bezerra (PTB-RN), foi defenestrado em maio do ministério da Integração. Seu substituto, Ramez Tebet (PMDB-MS), não tem interesse no projeto nem base eleitoral no Nordeste. Além disso, a construção tem oposição dos políticos da Bahia, Sergipe e Alagoas \_os Estados de onde a água sairia para chegar a Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (Folha de São Paulo 29 de Julho de 2001).

Outro motivo apresentado pelo governo:

O terceiro motivo foram os seguidos adiamentos do projeto no governo FHC. Mesmo se as obras comessem amanhã, em ritmo acelerado, dificilmente FHC conseguiria inaugurar ainda como presidente o primeiro

<sup>32</sup> Retrataríamos outra passagem da mesma matéria veiculada: "**Agora não dá**" Nas conversas, o presidente usou como razão a atual seca no Nordeste, que reduziu a vazão do São Francisco para os níveis mais baixos dos últimos 30 anos..." (Folha de São Paulo 29 de Julho de 2001)

dos seis trechos da transposição. Os assessores palacianos informaram que seria contraproducente o governo iniciar uma obra tão gigantesca sem saber se teria apoio do próximo presidente. Por último, FHC disse nas conversas que o governo não tem dinheiro. Os R\$ 3 bilhões estimados para a transposição equivalem ao orçamento anual da Eletrobrás. Os defensores da transposição argumentam que o governo federal gastou R\$ 850 milhões para combater os efeitos da seca de 1999 (Traumann, 2001, s/p).

Todo o processo de debate da transposição que permeou o governo FHC, em nosso entendimento, aponta para o cruzamento de alguns fenômenos que estavam na ordem do dia daquele período histórico. De início, a defasagem do debate em torno do que seria a obra da transposição, na tentativa de reaproveitar o projeto pensado ainda durante o governo Itamar Franco, perpassando a agenda de privatizações que foi implementada durante os anos 1990<sup>33</sup>.

O corte a partir das nuances da financeirização, sobretudo a competitividade sistêmica colocadas a partir da globalização, permitindo investimentos sobre os recursos naturais.

E, por último, o limite do proselitismo em torno do sofrimento da população nordestina, sendo, na prática, mero recurso discursivo do governo federal, para manter a bancada dos deputados e senadores do Nordeste, alinhados com a posição da executiva.

Durante os governos Lula, destacamos:

Quadro 13– Reportagens da Folha de São Paulo – Governos Lula

<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Objeto da reportagem</b>
<b>“Lula usa transposição do São Francisco para conseguir apoio dos nordestinos”.</b>	01 de Maio de 2003	A utilização da obra e da pauta hídrica como ferramenta de troca de apoio;
<b>“Lula assina decreto para transposição de águas no semi-árido”</b>	08 de Julho de 2003	A efetivação da obra: agora vai;
<b>“Ciro pede apoio de Sarney para transposição do São Francisco”</b>	21 de Setembro de 2004	Articulação entre as elites nordestinas para a realização das obras;
<b>“Projeto para rio São Francisco revive divergências políticas”</b>	02 de Setembro de 2004	Disputas em torno da obra.

<sup>33</sup> Vejamos, também, como se articula a reforma do Estado, pensada no governo FHC, com a obra da transposição do rio São Francisco.

Fonte: elaboração própria

**“Lula usa transposição do São Francisco para conseguir apoio dos nordestinos”:**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode ter dividido a bancada nordestina quanto à reforma tributária. Os deputados e senadores, que estavam unidos nas reivindicações, poderão ter divergências depois que Lula anunciou que fará a transposição de águas para o semi-árido nordestino. Ele não disse que a transposição ocorrerá no rio São Francisco ou no Tocantins. Entre os Estados da região, o Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte são os maiores defensores do projeto. Já a Bahia, Alagoas e Sergipe têm se posicionado contra. Pernambuco, único Estado que seria ao mesmo tempo doador e receptor de águas do São Francisco, tem divergências internas (Mignone, 2003, s/p).

A temática da água perpassa todo o governo Lula, conforme adiantado já na introdução desta dissertação. A efervescência do debate se dá nos cortes que coincidem com os governos do Partido dos Trabalhadores, culminando, inclusive, em greve de fome por parte de membros da igreja católica. Nosso enfoque aqui, ficará contido apenas nas principais notícias, buscando a relação entre as elites e a obra da transposição, além de reportarmos os artigos de opinião.

A respeito do decreto que viabiliza a transposição, destacamos:

**“Lula assina decreto para transposição de águas no semi-árido”:**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou hoje que assinou um decreto para viabilizar a transposição de águas de rios para irrigação do semi-árido nordestino. O coordenador do projeto será o vice-presidente José de Alencar.

"Eu acabo de fazer um decreto nomeando o meu querido José de Alencar para coordenar um grupo de trabalho para fazer definitivamente a transposição das águas para o Nordeste brasileiro. Não vamos discutir se vai ser do rio São Francisco (Galvão, 2003, s/p).

Entender a força e o peso do decreto que viabiliza a transposição do Rio São Francisco, significa, em última instância, o aval presidencial para a realização da obra em questão. Acompanhamos, ao longo desse trabalho, as idas e vindas da obra, seja ainda nos discursos dos ex-presidentes, nas intenções do empresariado, ou até mesmo no grito daqueles que sofrem com a escassez de águas na região.

Nesse sentido, o dia 08 de julho de 2003, coloca-se como um dia histórico, em função da assinatura do decreto que viabilizaria a obra de transposição de águas. Na esteira de todo esse processo, o ministro responsável pela execução da obra, Ciro Gomes, reúne-se com o então presidente do Senado Federal, José Sarney e pede o seu apoio:

### **“Ciro pede apoio de Sarney para transposição do São Francisco”:**

O presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AM), elogiou nesta terça-feira a proposta do governo para a transposição das águas do rio São Francisco. Sarney recebeu o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que pediu o seu apoio ao projeto. Ciro aproveitou seu encontro com Sarney para pedir ainda a intermediação do presidente do Senado para uma aprovação rápida, naquela Casa, dos projetos que recriam a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), aprovados no final de agosto pela Câmara. Os projetos preocupam o governo porque não houve acordo, até o momento, sobre as fontes de financiamento da Sudam e Sudene. Da forma como foram aprovados na Câmara, as propostas não prevêm uma fonte de financiamento fixo para os órgãos. (Folha de São Paulo, 2004, s/p)

É possível compreender o movimento de aproximação entre os grupos tradicionais do Nordeste a partir da obra da transposição, entendendo que os interesses, por mais difusos que aparentem ser, a prática acaba diluindo os elementos gerais, permitindo o entendimento a partir de um campo específico: governança das águas.

Utilizamos essa categoria a partir de dois aspectos que julgamos centrais para o entendimento da questão do acesso à água na região nordeste, sobretudo em momentos de crise hídrica: a) a apropriação das elites a partir dos recursos naturais; b) a utilização gerencial, a partir da concepção de controle, a respeito do acesso a água na região nordeste.

Retoma-se a polêmica em torno da obra:

### **“Projeto para rio São Francisco revive divergências políticas”:**

O anúncio da verba recorde para a transposição das águas do São Francisco reacendeu velha divergência entre os políticos do Nordeste a respeito do tema. Em linhas gerais, os parlamentares que representam Estados e áreas próximas ao curso do São Francisco são contra a transposição. Os demais são a favor. A corrente contrária diz que o mais urgente é a revitalização do rio, com a recuperação da mata ciliar (vegetação que se desenvolve ao longo do curso dos rios), o desassoreamento e a revitalização de nascentes e afluentes (Folha de São Paulo, 2004, s/p).

Cabe destacar, ainda, que a polêmica construída em torno da obra da transposição reitera pelo menos dois momentos da vida pública brasileira: a disputa entre as elites, no sentido favorável ou contrário à realização da obra; e os



possíveis desdobramentos políticos, sociais e ecológicos da transposição das águas.

Por um momento, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores a frente do Estado Brasileiro, rediscutiu-se a obra, sob direção do então Ministro Ciro Gomes, e a revitalização do Rio São Francisco passou a ser considerada como uma espécie de etapa para a realização da obra, conforme noticiado acima.

O ano de 2005, segundo notícias extraídas da Folha de São Paulo, tem na figura do Ministro Ciro Gomes um destaque principal, quando vem a público fazer a defesa da necessidade da obra e pelos desentendimentos a partir deste debate. Vejamos:

Quadro 14 - Reportagens da Folha de São Paulo – 2005 (Ciro Gomes)

<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Objeto da reportagem</b>
<b>“Água para todos”</b>	20 de Fevereiro de 2005	Defesa do acesso universal à água;
<b>“A quem serve a transposição?”</b>	20 de Fevereiro de 2005	Uma questão no campo da ética: a quem interessa a transposição?
<b>“Ciro vai à TV defender projeto do São Francisco e critica governo FHC”</b>	13 de Março de 2005	O Ministro Ciro Gomes vai a público, na TV, defender o projeto da transposição;
<b>“Queime no rabo de quem tiver de queimar”, diz Ciro”</b>	18 de Julho de 2005	Esquenta o debate sobre a transposição e Ministro é incisivo na defesa da obra:

Fonte: elaboração própria

### **“Água para todos”:**

O Projeto de Integração da Bacia do São Francisco às Bacias dos rios intermitentes do Nordeste Setentrional tem um claro e importante objetivo: dar segurança hídrica a uma população de 12 milhões de pessoas e permitir o desenvolvimento social e econômico da região. O projeto pretende captar continuamente, para o consumo humano e animal, 26 m<sup>3</sup>/s, ou seja, 1% da água que o rio joga no mar. Quando, e só quando, a barragem de Sobradinho (a jusante da qual a captação será feita) estiver cheia ou vertendo, o volume captado poderá alcançar até 114m<sup>3</sup>/s, ou seja, 2,5% do que vai para o oceano. A água será levada por dois canais um na direção norte, outro na direção leste até os açudes estratégicos já existentes em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, a partir dos quais e por rede de adutoras já construídas ou em construção ela abastecerá pequenas, médias e grandes cidades daqueles Estados. O projeto não terá qualquer impacto ambiental negativo acima ou abaixo da barragem de Sobradinh (Brito, 2005, s/p).

A reportagem veiculada pela Folha na edição do dia 20 de fevereiro de 2005, remete ao objetivo central da obra da transposição: a garantia da segurança hídrica para as populações da região nordeste. A defesa feita, explícita na reportagem, estabelece uma contradição, quando aponta que não haverá nenhum impacto ambiental negativo.

Chamamos atenção para esse fato em função de outros argumentos apresentados ao longo desse processo da transposição, que apontavam possíveis impactos negativos, desde o âmbito social até os impactos ambientais.

Destacamos a seguinte reflexão:

### **“A quem serve a transposição?”:**

É compreensível que em um país de dimensões tão grandiosas, no contexto da tropicalidade, surjam muitas idéias e propostas incompletas para atenuar ou procurar resolver problemas de regiões críticas. Entretanto, é impossível tolerar propostas demagógicas de pseudotécnicos não preparados para prever os múltiplos impactos sociais, econômicos e ecológicos de projetos teimosamente enfatizados. Tem faltado a eventuais membros do primeiro escalão dos governos qualquer compromisso com planificação metódica e integrativa, baseada em bons conhecimentos sobre o mundo real de uma sociedade prenhe de desigualdades. Nesse sentido, bons projetos são todos aqueles que possam atender às expectativas de todas as classes sociais regionais, de modo equilibrado e justo, longe de favorecer apenas alguns especuladores contumazes. Pessoalmente, estou cansado de ouvir propostas ocasionais, mal pensadas, dirigidas a altas lideranças governamentais. Nas discussões que ora se travam sobre a questão da transposição de águas do São Francisco para o setor norte do Nordeste Seco, existem alguns argumentos tão fantasiosos e mentirosos que merecem ser corrigidos em primeiro lugar. Referimo-nos ao fato de que a transposição das águas resolveria os grandes problemas sociais existentes na região semi-árida do Brasil. Trata-se de um argumento completamente infeliz lançado por alguém que sabe de antemão que os brasileiros extra-nordestinos desconhecem a realidade dos espaços físicos, sociais, ecológicos e políticos do grande Nordeste do país, onde se encontra a região semi-árida mais povoada do mundo. O Nordeste Seco, delimitado pelo espaço até onde se estendem as caatingas e os rios intermitentes, sazonários e exoreicos (que chegam ao mar), abrange um espaço fisiográfico socioambiental da ordem de 750.000 quilômetros quadrados, enquanto a área que pretensamente receberá grandes benefícios abrange dois projetos lineares que somam apenas alguns milhares de quilômetros nas bacias do rio Jaguaribe (Ceará) e Piranhas/Açu, no Rio Grande do Norte (Ab'Sáber, 2005, s/p).

Reproduzimos a matéria publicada no dia 20 de fevereiro de 2005 com o intuito de apresentar um dos argumentos que permearam toda a discussão da obra da transposição. Na ocasião, muito se falava a respeito dos interesses colocados em torno da execução da obra da transposição. Sobretudo no sentido de entender se a melhor escolha da ocasião seria transpor águas.

Em meio a esse contexto de discussão, o ministro vai a pública fazer a defesa da necessidade da obra:

**“Ciro vai à TV defender projeto do São Francisco e critica governo FHC”:**

O ministro Ciro Gomes (Integração Nacional) fez um pronunciamento em rede nacional de televisão na noite deste domingo para defender o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Também aproveitou a ocasião para atacar a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ao falar sobre o custo da obra, de R\$ 4,5 bilhões. "Ora, se levarmos em conta que nas últimas duas secas o governo anterior ao do presidente Lula gastou cerca de R\$ 4 bilhões em medidas paliativas que não resolvem nada, toda essa obra será paga com o custo de apenas duas secas", disse. Ciro afirmou ainda que a idéia do projeto é antiga, mas que um dos fatores que ele "nunca saiu do papel" foi a falta de vontade política (Folha de São Paulo, 2005, s/p).

E foi incisivo, quando vaiado na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em 2005, em sua base eleitoral: Fortaleza.

**“Queime no rabo de quem tiver de queimar”, diz Ciro”:**

Entre vaias e aplausos, o ministro Ciro Gomes (Integração Nacional) participou da abertura da Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em Fortaleza, protagonizando bate-bocas em defesa do governo Lula e do projeto de transposição do rio São Francisco. "Que nós temos que perseguir a safadeza, punir etc., vamos lá, queime no rabo de quem tiver de queimar, mas não vamos generalizar, porque senão os progressistas do Brasil de verdade vão estar fazendo um serviço para uma direita que chafurdou na lama a vida inteira e que agora quer vir nos ensinar ética", afirmou em sua palestra. Ciro falou, pela manhã, a uma platéia de estudantes, pesquisadores, políticos e técnicos envolvidos na defesa ou na crítica do projeto de integração de bacias do rio São Francisco, a chamada transposição. Em sua fala sobre o projeto, o ministro não deixou de dar estocadas irônicas em adversários políticos. "Eu vejo muito pouca boa intenção num certo PFL, que está muito agressivo com esse assunto [a transposição]. Eu não acredito, francamente, que meu querido amigo senador Antonio Carlos Magalhães esteja preocupado com a questão ambiental do São Francisco. Só na tortura e no pau-de-arara [eu acreditaria]", disse. "Se me botar no choque elétrico, eu não acredito que meu amigo João Alves, meu eleitor, governador de Sergipe, esteja honestamente preocupado com a ecologia, eu não acredito", afirmou Ciro. Os dois pefelistas citados são os principais nomes contrários à transposição. A palestra ganhou ares de assembléia estudantil, com gritaria, vaias e aplausos a todo momento. Ciro protagonizou mais de uma vez bate-bocas com professores e técnicos que se opõem à transposição. Primeiro, irritou-se bastante quando questionado sobre possíveis desvios no processo de licitação da obra, já em andamento. "Sou funcionário público, sou funcionário público, e estou aqui porque acho que tenho de prestar contas", gritou ele em sua resposta. "Se houver problemas, mande por carta, porque senão gente séria não vai mais governar o Brasil, quem tem pudor não vai mais querer fazer isso, não." Um grupo de estudantes com camisetas do PSTU não deixou o ministro em paz até que ele fosse embora. Enquanto gritavam "fora Ciro", "mensalão" e outras frases contra a corrupção no governo, logo após a palestra, Ciro respondia com "ACM, ACM", aos risos (Fernandes, 2005, s/p).

A fala do ministro Ciro Gomes, veiculada no dia 18 de Julho de 2005 é sintomática da época: discussões acaloradas marcaram o primeiro governo Lula<sup>34</sup>. No período que reportaremos a seguir, perceberemos a onda de protestos contrários que marcam a obra da transposição.

Destaca-se a participação e a greve de fome do Bispo Dom Luís Flávio Cappio<sup>35</sup>, em protesto contra a obra da transposição. O Bispo realizou duas greves de fome: em outubro de 2005 o Bispo passou 11 dias em greve. E em 2007, a nova greve durou 24 dias.

Feito este levantamento de reportagens, durante o período que consideramos o ápice das discussões e que nos permite realizar uma análise a partir da representação midiática, passaremos pelos anos de 2006 a 2008, apenas mencionando as principais reportagens, a partir dos quadros montados. Destacaremos, assim, algumas reportagens que temos como dado central.

Os anos de 2006 a 2008, estarão representados apenas a partir do quadro que segue:

Quadro 15 –Reportagens da Folha de São Paulo – 2005 a 2006

<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Objeto da reportagem</b>
<b>“Ciro vira "curinga" do presidente para 2006”</b>	21 de dezembro de 2005	Ministro surge como possível candidato à presidência ou vice nas próximas eleições;
<b>“Ciro Gomes volta ao cenário político após deixar ministério em março”</b>	24 de Junho de 2006	Após atuação a frente do ministério, encampando a obra da transposição, ex ministro é nome forte do governo;
<b>“Transposição divide governadores eleitos”</b>	07 de Novembro de 2006	Posições divergentes a respeito da obra da transposição pós eleições estaduais;

<sup>34</sup> É nesta ceara que emerge as denúncias do escândalo de corrupção que ficara conhecido como o Mensalão.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL235364-5601,00-BISPO+ENCERRA+GREVE+DE+FOME+CONTRA+TRANSPOSICAO.html>

<b>“Crise da água pode afetar 41 milhões no semi-árido”</b>	06 de Dezembro de 2006	Crise hídrica se aprofunda no nordeste brasileiro.
---	------------------------	--

Fonte: elaboração própria

O ano de 2006 pode ser entendido, no que tange a obra da transposição, a partir de quatro movimento específicos:

- a) Ainda no final do ano de 2005, a Folha de São Paulo veiculou uma reportagem que chamava atenção para o fato de que o Ministro surge como possível candidato à presidência ou vice nas próximas eleições, que ocorreriam no ano de 2006;
- b) No meio do ano, com as candidaturas preparadas e com o nome de Lula com fortes possibilidades de reeleição, veiculou-se, no dia 24 de Junho, uma matéria que teve como objeto a importante atuação de Ciro Gomes frente do ministério da integração nacional, encampando a obra da transposição, de modo que o nome do ex ministro era forte no governo;
- c) As eleições estaduais, conforme notícia de 07 de novembro de 2006, construíram posições divergentes a respeito da obra da transposição. Entendendo que nem todos os governadores eleitos naquele pleito eram favoráveis à obra da transposição do Rio São Francisco;
- d) Enquanto o debate se estabelecia nos espaços públicos, a crise de água chegava a afetar mais de 40 milhões de pessoas no semi-árido nordestino.

A linha do tempo de matérias veiculadas pela Folha de São Paulo em 2006, nos mostra aspectos importantes para a composição deste trabalho. Vejamos a seguir:

Em nossa análise, a atuação do ministro Ciro Gomes, como agente central no desenvolvimento do projeto e nos debates públicos, promovendo a defesa da obra da transposição, aparece, já neste tópico, como sintoma de um de nossos resultados de pesquisa: a atuação como agente local, teve lastros a nível nacional.

O que implica dizer, que a noção de elite política local, em caráter regional, a partir de uma pauta que se inicia como discussão local, ganha centralidade na agenda de debate nacional e alça o político do Ceará como agente a nível

nacional. Cabe ressaltar que a noção de agente que estamos trabalhando, encontra-se baseada a partir da contribuição de Yves Dezalay<sup>36</sup>.

O ano de 2007 tem também suas singularidades, sobretudo a partir dos protestos contrários à obra. Abordaremos a seguir.

Referente a 2007: Destaca-se, primeiro, a onda de protestos em torno da obra

Quadro 16 –Reportagens 2007

<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Objeto da reportagem</b>
<b>“ONGs tentam derrubar liminar e impedir obra de transposição do São Francisco”</b>	09 de Fevereiro de 2007	Entidades da sociedade civil se organizam para impedimento da obra da transposição;
<b>“Movimentos protestam contra transposição do rio São Francisco”</b>	13 de Março de 2007	Mobilizações populares são a tônica dos protestos contrários à transposição;
<b>“Trabalhadores ocupam área de obras de transposição do São Francisco”</b>	26 de junho de 2007	Condições de trabalho e obra da transposição;
<b>“Área irrigada é disputada por MST e empresas”</b>	18 de novembro de 2007	Disputa por terras marcam a obra da transposição.

Fonte: elaboração própria

Conforme mencionado anteriormente, o ano de 2007 implode com uma série de protestos acerca da efetivação da obra da transposição das águas.

Destacamos as reportagens acima por considerar fundamental para a abordagem do nosso objeto em questão quatro aspectos:

- a) Os conflitos, desde a perspectiva da disputa no âmbito político e social até a questão da disputa de narrativas;
- b) A força que as Organizações Não Governamentais obtiveram nesse período, mobilizando setores da população para protestar contrariamente à transposição;

<sup>36</sup>Dezalay, Yves. “Vendre du droit em (ré-)inventant de l’Etat: strategieconstitutionnelles et promotion de l’expertisejuridiquedanslechamp Du pouvoir., 2007.

- c) A unidade contraditória entre a noção de política pública como bem-estar social e as condições de trabalho impostas para os operários da obra;
- d) Disputa por terra, como vertente ainda central, na luta política no nordeste brasileiro.

Para além disso, destacamos a reportagem da Folha de São Paulo do dia 14 de março de 2007, que chamava atenção para a participação apenas de empreiteiras brasileiras<sup>37</sup> na obra.

***Só empreiteiras brasileiras podem participar de edital do São Francisco: São Paulo, quarta-feira, 14 de março de 2007:***

Um aviso discreto publicado no "Diário Oficial" da União formalizou ontem o início do maior negócio do governo Lula, restrito a empreiteiras nacionais. Elas disputarão concorrência de R\$ 3,3 bilhões para executar obras da transposição do rio São Francisco. O projeto prevê a construção de mais de 700 quilômetros de canais de concreto para levar uma parcela das águas do rio a quatro Estados do Nordeste: Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. As obras foram divididas em 14 lotes. O valor da licitação não tem precedente no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem entre os demais investimentos previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Até 2010, estão estimados gastos de R\$ 6,5 bilhões no projeto. Além das obras de engenharia, a cifra inclui gastos com projetos executivos, supervisão e gerenciamento das obras, além da compra de bombas (Salomon, 2007, s/p).

**A respeito das empreiteiras:**

O edital exclui empreiteiras estrangeiras do negócio. Empreiteiras nacionais têm até 9 de maio para apresentar suas propostas. Os lotes de obras têm valores estimados entre R\$ 136 milhões e R\$ 287 milhões. No conjunto, as obras deverão custar R\$ 3,267 bilhões. Uma única empreiteira poderá vencer todos os lotes em que a transposição foi dividida.

Excluídos os projetos executivos, licitados separadamente, o edital lançado ontem é semelhante ao divulgado em 2005. Em seguida, várias ações paralisaram o projeto na Justiça. No segundo dia de manifestação contra a transposição em Brasília, cerca de 600 ativistas participaram de protesto em frente ao Palácio do Planalto. Eles caminharam aproximadamente 4 km na tentativa de agendar audiências com ministros e com o presidente Lula (Salomon, 2007, s/p).

<sup>37</sup> Cabe uma ressalva, como forma de instrumentalização do debate, a noção que a ciência política vinculada ao campo da teoria crítica, toma como setores alocados da burguesia interna. Sobretudo a partir da conceituação de Boito Jr (2016), quando aponta o favorecimento obtidos por esse setor da burguesia interna, a partir do marco da política macro econômica adotada nos governos do Partido dos Trabalhadores

Aqui observamos dois fenômenos: o fortalecimento e o privilégio - internos - a produção, vinculados à construção civil, o que demonstra o caráter nacional, em todos os sentidos da obra da transposição.

Outro aspecto, conforme demonstrado na seção anterior deste capítulo, é a fratura da obra em lotes. O fato é que a narrativa construída em torno da obra foi uma, mas a execução perpassou outros caminhos. Dado que detalharemos no capítulo seguinte.

Quadro 17 – Reportagens 2008 - Protestos

<b>Título da matéria</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Objeto da reportagem</b>
<b>“Participantes de debate sobre transposição do São Francisco batem boca no Senado”</b>	14 de Fevereiro de 2008	Audiência sobre a transposição é marcada por fortes embates;
<b>“Atores vão ao Senado para criticar transposição do rio São Francisco”</b>	14 de fevereiro de 2008	Artistas se reúnem a outros agentes e protestam contra a realização da obra;
<b>“Ciro bate boca com Leticia Sabatella ao defender transposição do São Francisco”</b>	14 de fevereiro de 2008	Discussões acaloradas marcam audiência da transposição;
<b>“PSOL vai ao STF pedir suspensão da transposição do São Francisco”</b>	24 de Julho de 2008	Partido de oposição ingressa no STF pedindo a suspensão da obra.

Fonte: elaboração própria

O ano de 2008, assim como o de 2007, caracterizou-se pelos protestos contrários à execução da obra da transposição.

Destacamos a participação de diversos segmentos da sociedade civil no debate em torno da obra, tendo como ápice a atuação de atrizes e atores conhecidos na cena artística e cultural brasileira, em audiência pública realizada no senado federal, ainda no início de 2008.



Outro ponto bem polêmico, é a discussão entre o então ex ministro Ciro Gomes e a atriz Letícia Sabatella. Na ocasião, conforme fora veiculado pela Folha de São Paulo, o ex ministro foi bastante incisivo na defesa da obra da transposição.

Posto esse cenário, nos dedicaremos a posicionar as elites, para encaminharmos, a segunda parte dos nossos resultados da pesquisa.

#### 4.2 A TRANSPOSIÇÃO PELA VIA DAS ELITES: NARRATIVAS E DISCURSOS EM TORNO DA OBRA

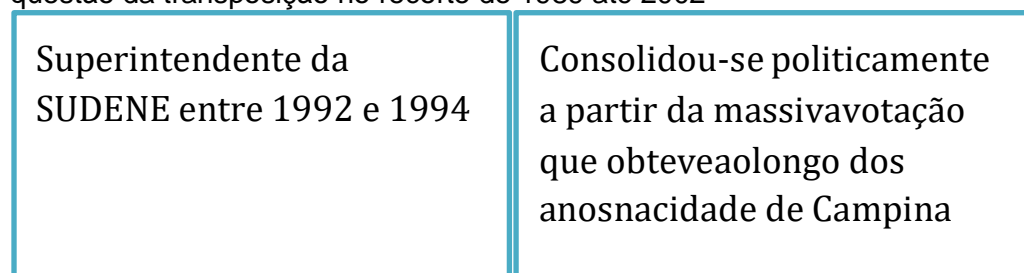
Abordaremos neste tópico a posição em que se encontravam as duas famílias<sup>38</sup> que são objetos de nosso estudo. Cabe ainda considerar que nesse tópico apenas nos posicionaremos a partir da delimitação desses atores no campo social em que a transposição se apresenta como a arena dos conflitos.

Com relação a elite política paraibana, já discutida e apresentada no capítulo anterior, desde os primeiros meandros de sua construção enquanto família, até como se colocaram, ao longo dos anos, como uma elite política constituída, apontaremos aqui a posição que ocupavam os membros da família no recorte da obra da transposição.

Trabalharemos, ao menos nesse primeiro momento, a partir da trajetória de Cássio Cunha Lima<sup>39</sup>, levando em consideração os aspectos de sua trajetória que propiciavam sua caracterização enquanto elite política e que o aproximava da obra da transposição do Rio São Francisco.

É importante ressaltar que tomaremos a trajetória desse ator social, sem perder de vista a dinâmica da política familiar - aspecto relevante para compreensão da política naquela região.

Figura 14 –Linha do tempo que cruza a atuação política de Cássio Cunha Lima e a questão da transposição no recorte de 1989 até 2002



<sup>38</sup>Ferreira Gomes no Ceará e Cunha Lima na Paraíba

<sup>39</sup>Na ocasião, governador do Estado da Paraíba

### ENTRE 2002 E 2018

Governador do Estado da Paraíba eleito no pleito de 2002	Durante o recorte da execução da obra da transposição era Senador da república e líder do PSDB
--	--

Fonte: Elaboração própria, 2023

Herdeiro político do pai<sup>40</sup>, Cássio se elege como deputado constituinte, em sua primeira candidatura. Encontra destaque regional a partir desse momento histórico na democracia brasileira. Passado esse período, candidata-se a prefeitura de Campina Grande, espaço no estado em que sua família se estabelece e tem maior percentual de votos historicamente.

O primeiro aspecto que nos permite aproximar Cássio Cunha Lima é a sua passagem enquanto superintendente da SUDENE, deu-se no período de 1992 a 1994, em âmbito nacional, a partir do governo Itamar Franco. É durante esse período que o político se aproxima da questão referente ao desenvolvimento regional e principalmente as formas de enfrentamento a seca.

O ano de 2002 é fundamental na trajetória do ator, em função de sua eleição para governo do Estado da Paraíba. Sobretudo por uma aliança<sup>41</sup> que considerava outras elites do estado, a exemplo da família Lucena<sup>42</sup>.

Passado o período que governou o Estado, em 2010, lança-se candidato ao senado federal, vencendo as eleições naquele pleito.

A trajetória de Cássio Cunha Lima como senador, também o aproxima da obra da transposição, a frente trataremos dessa questão, a partir dos posicionamentos do ator, no senador da república, com relação a obra.

O fato é que o arco de alianças do governador do Estado em 2003 a 2006, na câmara e no senado<sup>43</sup>, era constituído por:

<sup>40</sup>Ronaldo Cunha Lima

<sup>41</sup>A coligação que elegeu Cunha Lima como governador do estado era composta por: PSDB, PFL, PSD, PV, PST, PRTB. “Por amor a Paraíba”

<sup>42</sup>Surge como vice na coligação, a partir de Lauremila Lucena, esposa de Cícero Lucena (Atual prefeito de João Pessoa, capital do Estado)

<sup>43</sup>O levantamento dos parlamentares paraibanos e cearenses nesse momento da história é importante, porque levantaremos os discursos desses grupos a partir dos anais das casas, para entendimento das posições desses grupos com relação a obra da transposição.

Quadro 18 – A bancada de deputados federais da Paraíba na câmara federal entre 2003-2007

Adauto Pereira (PFL-PB)	Armando Abílio (PTB-PB)
Benjamim Maranhão (PMDB-PB)	Carlos Dunga (PTB-PB)
Damião Feliciano (PP-PB)	Domiciano Cabral (PSDB-PB)
Enivaldo Ribeiro (PP-PB)	Inaldo Leitão (PR-PB)
Lúcia Braga (PMDB-PB)	Luiz Couto (PT-PB)
Marcondes Gadelha (PSB-PB)	Philemon Rodrigues (PTB-PB)
Ricardo Rique (PR-PB)	Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB)
Wellington Roberto (PR-PB)	Wilson Santiago (PMDB-PB)

Fonte: Câmara Federal<sup>44</sup>

Quadro 19 – Senadores pela Paraíba durante o recorte (2003 – 2007)

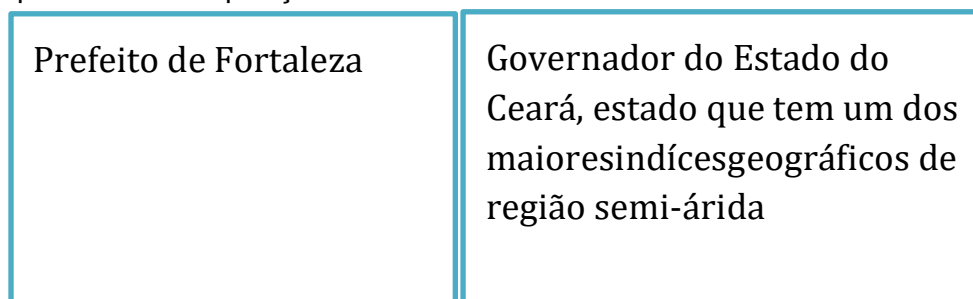
Efraim Morais	PFL	PB	2003 – 2011
José Maranhão	MDB	PB	2003 – 2011
Ney Suassuna	MDB	PB	1999 – 2007

Fonte: Senado<sup>45</sup>

Um dado importante para percebermos a força política da família Cunha Lima na Paraíba é o fato de Cássio Cunha Lima ser eleito governador, seu pai Ronaldo Cunha Lima, ter sido eleito Deputado Federal e o candidato a senador por sua coligação, Efraim Morais, também ter sido eleito. O posicionamento desses grupos durante (2003 a 2007) está orientado dessa forma: Governo do Estado, representante na Câmara Federal e Senado Federal.

A trajetória de Ciro Gomes é distinta da família Cunha Lima, mesmo em que pese ter tido o pai como prefeito de Sobral, Ciro Gomes trilhou voos mais altos, vejamos a linha do tempo que cruza a atuação política de Ciro Gomes com a questão da transposição<sup>46</sup>.

Figura 15 – Linha do tempo que cruza a atuação política de Ciro Ferreira Gomes e a questão da transposição no recorte de 1989 até 2002



<sup>44</sup> Disponível em: Disponível: (<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=PB&legislatura=52&>). Acesso em 11 fev. 2023

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/52/por-uf>. Acesso em 11 fev. 2023

<sup>46</sup> Tomar a indicação de Ciro Gomes para o Ministério da Integração Nacional é apenas mais um dado que o interliga com a escassez de águas no nordeste brasileiro.

Responsável pela  
construção do “Canal do  
Trabalhador”

**ENTRE 2002 E 2018**

Escolhido para ocupar a  
chefia do Ministério da  
Integração Nacional

Fonte: Elaboração própria

A eleição de Ciro Gomes para prefeitura de Fortaleza<sup>47</sup>, a partir de sua aproximação política com Tasso Jereissati, uma das principais lideranças políticas do Ceará, cabe ressaltar que Jereissati<sup>48</sup>, até então, despontava como liderança a partir de seu trabalho a frente do CIC.

Na medida em que foi alcançando maior destaque a frente da prefeitura de Fortaleza, Ciro Gomes se lança candidato ao governo do estado do Ceará, nas eleições de 1989, vencendo o pleito.

Um dos grandes marcos da gestão de Ciro Gomes a frente do estado do Ceará é a construção do canal do trabalhador<sup>49</sup>, em função da crise hídrica que já dava sinais de aparição no Ceará no início dos anos 1990<sup>50</sup>.

A relação que podemos estabelecer entre a trajetória de Ciro Gomes e a questão hídrica no nordeste brasileiro tem início exatamente a partir da obra de construção do canal do trabalhador, entre julho e dezembro de 1993.

A forma pela qual Ciro Gomes chega ao Ministério da Integração Nacional se

<sup>47</sup>A literatura específica trata a vitória de Ciro Gomes nas eleições de 1988, como um novo marco na política do Ceará.

<sup>48</sup>Filho de Carlos Jereissati, foi Deputado Federal (1955-1963) e Senador (1963)

<sup>49</sup>Segundo a Royal construções, empresa responsável pela construção do canal, o canal é: “O Canal do Trabalhador é um canal artificial do estado do Ceará construído em 1993 durante o governo de Ciro Gomes e tem 113 km de extensão. O canal capta águas do rio Jaguaribe provenientes do Açude Orós, despejando-as no Açude Pacajus, garantindo o abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza.” Disponível: <http://www.royalconstrucoes.com.br/index.php/canal-do-trabalhador/>

<sup>50</sup>Considerando a posição geográfica do Estado do Ceará, caracteriza-se como sendo um dos Estados cujo índice de territórios semi-árido mais extensos do país.

dá a partir da vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito de 2002, em que o então ministro disputou, obtendo 11.97% (10.170.882) de votos.

Em âmbito local, a disputa para governo do Ceará, no recorte que estamos pesquisando, protagonizou a corrida eleitoral entre Lúcio Alcantra (PSDB) e José Airton Cirilo (PT). Sendo Alcantra eleito com 50.04% (1.765.726) votos.

O arco de alianças do então presidenciável Ciro Gomes apoiou o Lúcio Alcantra, um dado interessante para percebermos a disputa política no âmbito local é o conflito que se cria dentro do Partido dos Trabalhadores, naquele momento, com a possível indicação de Ciro Gomes para algum ministério<sup>51</sup>.

O fato é que a aliança de Ciro Gomes a nível local, não o impediu de assumir o Ministério da integração nacional, sendo, portanto, o quadro responsável para execução da obra da transposição do Rio São Francisco.

Vejam os a correlação de forças a partir do quadro de parlamentares eleitos para câmara dos deputados e senado pelo estado do Ceará no ano de 2002.

Quadro 20 – A bancada de deputados federais do Ceará na Câmara Federal entre 2003-2007

Almeida Jesus (PR-CE)	André Figueiredo (PDT-CE)
Aníbal Gomes (PMDB-CE)	Antenor Napolini (PSDB-CE)
Antonio Cambraia (PSDB-CE)	Ariosto Holanda (PSB-CE)
Arnon Bezerra (PTB-CE)	Bismarck Maia (PSDB-CE)
Eunício Oliveira (PMDB-CE)	Gonzaga Mota (PSDB-CE)
Gorete Pereira* (PR-CE) suplente que exerceu mandato	Inácio Arruda (PCdoB-CE)
João Alfredo (PSOL-CE)	José Linhares (PP-CE)
José Pimentel (PT-CE)	Leo Alcantara (PSDB-CE)
Leônidas Cristino (PPS-CE)	Manoel Salviano (PSDB-CE)
Marcelo Teixeira (PSDB-CE)	Mauro Benevides (PMDB-CE)
Moroni Torgan (PFL-CE)	Pastor Pedro Ribeiro (PMDB-CE)
Pinheiro Landim (SPART-CE)	Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE)
Roberto Pessoa (PL-CE)	Romel Feijó (PTB-CE)
Vicente Arruda (PSDB-CE)	Zé Gerardo (PMDB-CE)

Fonte: Câmara Federal<sup>52</sup>

Quadro 21 – Senadores pelo Ceará durante o recorte (2003 – 2007)

Patrícia Saboya	PSB	CE	2003 – 2011
Tasso Jereissati	PSDB	CE	2003 – 2011

<sup>51</sup>A folha de São Paulo, do dia 07 de Dezembro de 2002, estampou a reportagem: PT do Ceará veta Ciro no governo Lula: “O candidato derrotado do PT ao governo do Ceará, José Airton Cirilo, afirmou ontem que vai “declarar guerra” à direção nacional do partido caso se confirme a indicação de Ciro Gomes (PPS) a algum ministério”. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0712200206.htm>

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=PB&legislatura=52&..> Acesso 11 jan. 2023

Luiz Pontes	PSDB	CE	1999 – 2007
-------------	------	----	-------------

Fonte: Senado<sup>53</sup>

Nossa pretensão ao posicionar os atores, tomando como base os dois principais grupos políticos que compõe nosso recorte, ao menos até esse momento do trabalho, encontrou ressonância a partir dos caminhos que esses atores percorreram para a chegada nos espaços que analisaremos mais adiante.

Buscando as aproximações e distanciamentos com o espectro político local, sem perder de vista o âmbito nacional: contexto do primeiro governo Lula (2003-2006).

A forma pela qual analisaremos essas relações se encontrarão mais a frente no próximo capítulo.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Iniciamos o capítulo de resultados e discussões mencionando a discussão formulada no capítulo anterior, em que trouxemos, por intermédio da representação midiática os posicionamentos centrais das elites políticas locais. Colocamos essas referências em função de inúmeras tentativas de contato para entrevistas com esses setores e sempre obtivemos o silêncio como resposta.

Por considerar essa nuance, trataremos o capítulo de resultados e discussões a partir de três frentes gerais: os discursos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados dos representantes paraibanos e cearenses, sob o intuito de compreender o posicionamento e a movimentação desses agentes; trataremos, a partir de entrevistas realizadas com agentes diretamente impactados com a obra da transposição, ou seja, desde representantes de associações de moradores de vilas atingidas com a obra, perpassando os famosos “pipeiros”, pesquisadores da área da seca, políticos locais e moradores das principais cidades atingidas. Confrontando a literatura mais contemporânea do tema. Por fim, realizaremos nossas análises de todos os dados construídos a partir do nosso objeto.

O esforço, pelo menos no movimento de análise dos posicionamentos das lideranças políticas, se dará a partir da transcrição dos discursos, seguido das análises a partir da utilização da análise de conteúdo integrada, que explicaremos

<sup>53</sup>Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/52/por-uf>  
Acesso 11 fev. 2023

mais adiante.

Tomaremos, de imediato, dois blocos centrais, a partir dos discursos dos deputados, tanto do Ceará, quanto da Paraíba, após os senadores.

O que se entende por análise de conteúdo integrada, em linhas gerais, é uma opção metodológica quando se busca, no sentido de objetivar, uma análise que considere os dados oriundos do campo da comunicação<sup>54</sup>. Quando se busca dados de jornais, como o nosso caso, e cabe considerar que a nossa primeira escolha era a realização de entrevistas com os grupos considerados elites, ou, que ocupem, no espaço político, instâncias representativas, não obtendo êxito, reorientamos a captura dos nossos dados.

Buscamos proceder, ao longo desta dissertação, com o trabalho de natureza qualitativa, em função do nosso objeto e da teoria elegida para ser o fio condutor desta pesquisa exigir um método desse aporte, qualificando as entrevistas semiestruturadas como fonte primária para obtenção dos dados.

Em não conseguindo diálogos com esse setor, buscamos as fontes secundárias, a fim de captar a movimentação/atuação desses grupos, considerando os posicionamentos oficiais, a partir de entrevistas, reportagens e discursos proferidos na câmara dos deputados e no senado federal durante o período de nosso recorte.

Abrimos exceções, é bem verdade, quando do período datado do recorte, por uma razão específica: a obra da transposição perdurou mais de uma década<sup>55</sup>. Esta especificidade nos abriu campos de pesquisa que julgamos centrais para obtenção dos dados que apresentaremos a seguir. Estando, ainda, a obra em andamento, os impactos estão, em uma ponta, na ordem do dia, e na outra, em que pese o atraso da obra já caracterizar um resultado e/ou impacto, há uma expectativa a respeito de como será a vida com a transposição a pleno vapor.

Se em uma ponta do grupo das chamadas elites não conseguimos contato, não podemos dizer o mesmo dos populares. As populações diretamente atingidas com a obra, muito bem nos receberam, conversaram, dialogaram, contaram histórias. Como parte do registro, e aqui, com todo cuidado peço licença para relatar uma prosa, inspirado pelas longas histórias que registrei ao longo dos dois anos de

<sup>54</sup> É parte do nosso objeto a análise dos conteúdos obtidos nas reportagens extraídas do Jornal Folha de São Paulo.

<sup>55</sup> E ainda não se tem como uma obra concluída, conforme relatamos em entrevistas com as populações diretamente atingidas com a obra.

pesquisa e de toda imersão que a pesquisa de campo nos proporciona, vi, ouvi e vivi, em parte, o cotidiano dessas populações.

Também, pudera, como se diz no popular, tenho lugar de fala: afinal, a pesquisa é parte de nós e nós somos também a pesquisa. Sendo nordestino, paraibano autêntico – não sei se existe paraibano que não seja autêntico, talvez tenha cunhado essa categoria agora –, a água da transposição chegou a cidade que sou filho legítimo, me refiro a Campina Grande – PB. Esse dado, por ora, resumiria a pesquisa? Penso que não. E explicarei melhor na medida em que for apontando os dados e relatando todo o processo que me apropriei durante a pesquisa.

Ouvi, no cariri paraibano e no próprio estado do Ceará, e aqui vem a prosa que ensaiei nos parágrafos anteriores: “O maior bem que nós temos é a água. Isso é uma riqueza.” Essa frase, devidamente citada, pode ser atribuída a cada um dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa. E aqui, com toda ética necessária e exigida na pesquisa, elenco as ocupações desses brasileiros entrevistados: agricultor, agricultor familiar, pedreiro, vigilante, pipeiro – motoristas de carro pipa –, criador de animais, professores, políticos.

A água, como recurso natural, é um bem móvel, diferentemente da terra, a característica da água é o fato de conseguir ser transportada, essa singularidade já conferiria a esse bem uma outra longa pesquisa, óbvio, como discutimos no capítulo 2 desta dissertação, o valor de uso da terra, passa a ser reconfigurado, sobretudo em território semiárido, a partir da segurança hídrica.

Para além da noção econômica, no âmbito do valor, tanto de uso, quanto de troca, desse bem natural, que sob o sistema capitalista assume um caráter mercantilizado, para as populações semiáridas, acesso à água significa acesso à vida. A própria sobrevivência. Não à toa, vi, os olhos de agricultores e agricultoras, marejarem, quando perguntados a sensação que tiveram quando abriram as torneiras e a água, que jamais havia sido encanada na região – e aqui falo da região do Cariri Paraibano, precisamente em uma vila, próxima a Monteiro/PB – “escorria” pelas mãos, “irrigando” sonhos e a própria vida dessas pessoas.

A água, para essas pessoas, significa vida.

Dito isto, encerrando a passagem cronista da análise dos dados, anunciamos que a análise dos dados será feita a partir da busca pela obtenção de resposta de três questões que permearam toda essa pesquisa: O que é/foi a obra da transposição?; O que mudou com a transposição?; Quem são os responsáveis pela



obra?

O mesmo conteúdo dessas perguntas encontra-se presente na introdução desta dissertação, ainda no desenho do objeto, em que pese estarem, do ponto de vista da forma, a fim da obtenção dessas respostas no formato das entrevistas<sup>56</sup> formuladas de maneira distinta.

Nesse sentido, faremos o seguinte trajeto no capítulo que se inicia: definiremos a técnica que utilizamos como ferramenta para análise, a análise de conteúdo integrada. Em seguida posicionaremos as elites. Após a identificação desses grupos, confrontaremos os discursos proferidos nas reportagens, notas taquigráficas da câmara federal e do senado, com os dados obtidos nas entrevistas. A fim de responder as questões levantadas ao longo deste trabalho.

O que estamos tomando como sendo referência para análise de conteúdo integrada, é a noção produzida por Bardin (1977), quando aborda que a natureza do método está na descrição e na análise do conjunto de informações.

A escolha da análise de conteúdo integrada como ferramenta metodológica para nossa pesquisa, se deu pelo suporte que o método nos dá para reinterpretar as informações produzidas pelos discursos, sobretudo a partir dos significados intrínsecos a cada signo linguístico.

Aproveitamos e fazemos uso da noção produzida por Bardin (1977), a respeito do proceder do pesquisador a partir do método de análise elegido:

[...] o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (Bardin, 1977, p. 39).

Nesse sentido utilizaremos, conforme mencionado anteriormente, as reportagens e os discursos extraídos das notas taquigráficas do parlamento brasileiro, como ferramenta para nossa análise, nos limites do método que apresentamos por ora.

Quadro 22 – Câmara dos deputados: Ceará e Paraíba.

Deputado	Partido	Estado	Objeto	Atuação	Vínculos	Ano
João Alfredo	PSOL	Ceará	Crítica a obra da transposição	Grupo de oposição nacional e	Não pertencente as elites	04/10/2005

<sup>56</sup> Realizamos entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos diretamente atingidos com a obra da transposição e o roteiro consta nos anexos deste trabalho.

				local	locais	
Chico Lopes	PCdoB	Ceará	Apelo a obra da transposição	Grupo de situação local e nacional	Base aliada do então governador Cid Gomes	06/12/2011
Mauro Benevides	PMDB	Ceará	Investimentos na obra e na transnordestina	Grupo de situação local e nacional	Base aliada de Ciro Gomes	24/02/2012
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	Ceará	Crítica a demora e os custos da obra	Grupo de Oposição nacional e local	Não pertencente a base aliada nacional e local	04/07/2013
Efraim Filho	DEM	Paraíba	Defesa da urgência da obra da transposição	Grupo de oposição local e nacional	Aliado histórico da principal família da política paraibana	01/11/2012
Nilda Gondim	PMDB	Paraíba	Assinatura de novo contrato da transposição	Grupo de situação local e nacional	Parte integrante de uma família política tradicional da Paraíba.	27/08/2013

Fonte: Elaboração própria.

A despeito dos deputados e deputadas federais pelos estados da Paraíba e do Ceará, cabe-nos acrescentar que alguns pertencem as famílias tradicionais dos estados. Como os casos de Efraim Filho e Nilda Gondim<sup>57</sup>.

Os discursos dos parlamentares serão transcritos a partir de fragmentos que debatam diretamente com a temática da transposição. Antes disso, apresentaremos o quadro de senadores pelos dois estados.

Quadro 23 – Discursos elencados dos senadores pelo Ceará

Senador	Partido	Estado	Objeto	Atuação	Vínculos	Ano
Tasso Jereissati	PSDB	Ceará	Parecer do andamento da obra; 100 anos do DNOCS e as políticas de	Grupo de oposição nacional	Aliado histórico de Ciro Gomes, porém oposição ao governo	04/09/2003 28/10/2009

<sup>57</sup> Ambos não constam no mapeamento que realizamos anteriormente a respeito das elites e famílias políticas tradicionais. Mas Efraim Filho, vem com o parentesco direto de Efraim Moraes, figura que aparecerá como senador pelo próprio estado da Paraíba. O caso da Deputada Nilda Gondim, mãe de Veneziano Vital do Rêgo e Vital do Rêgo, ambos políticos que foram mencionados no capítulo anterior.

			combate a seca.		federal	
Patrícia Saboya Gomes	PPS	Ceará	93 anos do DNOCS e a política de combate a seca	Grupo de oposição nacional	Base de apoio dos grupos locais	21/10/2003
Luiz Pontes	PSDB	Ceará	Crítica ao governo federal pela demora da obra	Grupo de oposição local e nacional	Não pertencente aos grupos locais	23/05/2006
Inácio Arruda	PcdoB	Ceará	Evocação a obra da transposição.	Grupo de situação nacional e local	Pertencente a base aliada nacional e local	19/06/2007
Eunício Oliveira	PMDB	Ceará	Defesa do projeto e discussão da importância do Cinturão de águas do Ceará	Grupo de situação nacional	Aliado do governo federal	11/10/2011

Fonte: Elaboração própria

O caso dos senadores pelo estado do Ceará é sintomático da própria configuração política do país no recorte que estamos trabalhando. Destacamos, sobretudo, a atuação de Tasso Jereissati<sup>58</sup>.

Com relação aos discursos proferidos pelos senadores, buscaremos ênfase nas falas do Senador Tasso Jereissati, por expressar o alinhamento do PSDB e significar um grupo político tradicional a nível local.

#### Quadro 24—Discursos elencados dos senadores pela Paraíba

Senador	Partido	Estado	Objeto	Atuação	Vínculos	Ano
Ney Suassuna	PMDB	Paraíba	Defesa da transposição e cobrança para velocidade das obras.	Grupo de situação nacional	Aliado do governo federal e opositor do governo estadual;	23/06/2003
						28/08/2003
						13/04/2005
						25/04/2005
						16/05/2005
Efraim Morais	PFL	Paraíba	Defesa da transposição do	Grupo de oposição	Base de apoio dos	07/10/2005

<sup>58</sup> Conforme apresentamos no capítulo anterior, Tasso Jereissati (PSDB) é uma figura importantíssima em todo o debate da transposição. Por razões singulares, seja pelo fato de ter participado ativamente do debate da transposição do rio São Francisco ainda durante o governo Itamar, perpassando as experiências dos governos FHC; Seja pelo vínculo político estreito, por boa parte do tempo, com Ciro Gomes.

			Rio São Francisco	nacional	grupos locais	
Roberto Cavalcanti	PRB	Paraíba	Mudança do edital da transposição do Rio São Francisco	Grupo de apoio local e nacional	Não pertencente aos grupos locais	06/11/2006
Cícero Lucena	PSDB	Paraíba	Defesa da transposição e relatos da seca na Paraíba	Grupo de situação local e oposição nacional	Pertencente a base aliada local.	06/07/2007
Cássio Cunha Lima	PSDB	Paraíba	Discussão sobre o fenômeno da seca;  Comissão especial para acompanhamento das obras do São Francisco;  Impactos da seca na região nordeste;  Atrasos na obra do São Francisco e corte do programa dos carros-pipas.	Grupo de oposição nacional	Pertencente a família tradicional do estado da Paraíba.	21/03/2012 21/11/2012 27/11/2012 13/05/2015

Fonte: Elaboração própria

Em se tratando das análises e das transcrições dos discursos, iniciamos apresentando a fala do deputado João Alfredo (2023):

“Ao contrário do que a propaganda oficial diz, a transposição não resolve o problema da seca no Nordeste. No nosso caso, efetivamente, ela beneficiará a cidade de Fortaleza e, muito mais, o Complexo Portuário do Pecém. Calcula-se, de forma honesta e não propagandística, que apenas 5% da região do semi-árido será beneficiada, a um custo de 3,4 bilhões de reais. Com 1 bilhão de reais, o Governo construiria, no Nordeste, 1 milhão de cisternas de placa e aí, sim, resolveria o problema da sede do nordestino que está espalhado pelo sertão e que não será beneficiado por esses canais”.<sup>59</sup>

O fundamento da crítica feita pelo deputado, em nosso entendimento, tem

<sup>59</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=272.3.52.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:20&sgFaseSessao=PE&Data=04/10/2005&txApelido=JO%C3%83O%20ALFREDO,%20PSOL-CE&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:20&txEtapa=>

algumas contradições, em que pese não ser uma crítica “ruim”, se assim podemos classificar. O que entendemos e colhemos dos dados, é que a transposição não resolveu o problema da seca, aí a necessidade de se distinguir, conceitualmente, a noção de seca.

A seca podemos separar a partir de duas noções conceituais: inicialmente como um fenômeno social, e como um fenômeno climático. A estiagem prolongada, que chamamos popularmente de seca, é um fenômeno climático. No entanto, o fenômeno social, ou seja, a crise econômica social advinda do fenômeno climático está em outro âmbito da discussão. O fato, é que só “seca”, enquanto fenômeno social, existe por causa de uma estrutura econômica e social não preparada para as longas estiagens.

A fala do deputado, no sentido da ampliação dos programas de cisternas, é contraditória. Vejamos também o que nos disse um pesquisador da área, quando questionado sobre a transposição:

“Então, como as águas da transposição não chegam nas casas da zona rural via encanamento, adutora, ela só tem uma forma de chegar que é via carro pipa. E o carro pipa é controlado pelas elites locais, então veja, a água da transposição acentuou essa dependência do carro pipa” (05/01/2023).

A noção posta na fala do deputado, reforça dois fenômenos fortíssimos no Nordeste brasileiro: a indústria do carro-pipa e a força das elites políticas locais, por uma razão específica, como nos disse o pesquisador da temática:

“Na medida em que entra governo e sai governo e não tem um programa de saneamento básico das comunidades rurais do semi árido, elas ficam dependendo do carro pipa. O programa 1 milhão de cisternas não resolve esse problema, bota a cisterna lá, constrói, mas a água quem leva é o prefeito.” (05/01/2023)

Na prática o controle da água permanece nas mãos dos grupos de elite locais:

“Precisa ter um programa que leve a água independente do prefeito, vereador, político local, que é saneamento básico, uma empresa pública que leve aquela água e cobre uma taxa e a pessoa crie um vínculo coletivo com uma empresa pública. E não uma empresa ligada a um político circunstancial, como é hoje a indústria do carro pipa”.

O deputado João Alfredo:

“É preciso que essa questão seja debatida por toda a sociedade, com honestidade, e que não se use o discurso de que 12 milhões de pessoas vão ser beneficiadas, porque isso não é verdade. Não se pode somar a população do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, porque ela não vai ser beneficiada como um todo. Serão beneficiadas as Capitais, como Natal, no Rio Grande do Norte, uma parte do Vale do Açu e algumas cidades, como Campina Grande, mas não todo o Nordeste. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, segundo estudos, 70% dessa água é para irrigação de área não urbana, 26% para o meio urbano e apenas 4% para a outra parte”.<sup>60</sup>

Nos remete a uma parte das entrevistas que realizamos com trabalhadores rurais, que ao relatar o processo da transposição contaram-nos histórias a respeito da desapropriação de várias terras no cariri da Paraíba, e esse processo originou o que hoje se conhece pela Vila Lafayette. Entender a trajetória da Vila é entender as duas questões que estamos perseguindo nesse capítulo.

Antes de relatar a trajetória dos moradores da Vila Lafayette, o discurso do deputado é rapidamente derrubado pela experiência concreta, vejamos o que nos disse um agricultor rural na pesquisa, a respeito das mudanças a partir da obra da transposição: “Mudou a vida da gente pra melhor. Com certeza. Ai assim, tem gente que nasceu e se criou na terra dos outros. Hoje tem a sua casa., sua terra pra trabalhar. Aí é assim.” (12/01/2023)

Então, a narrativa que a divisão das águas, ou de como seria esse processo, beneficiaria 70% para irrigação não aconteceu na prática, o que podemos dizer, pelo menos a preço do hoje, do período em que está sendo escrito esta dissertação, é que fundamentalmente a obra da transposição foi realizada para atender o público dos grandes centros urbanos, especialmente Campina Grande e Fortaleza.

Fazendo uso da metodologia da análise de conteúdo integrada, depreendemos dos discursos do deputado aspectos importantes que explicam bem o contexto de discussão da obra da transposição, e remete a uma pergunta objetiva: água para quem?

O que sabemos é que os relatos que recolhemos tem um padrão de resposta, quando perguntados a respeito da importância da obra: Para quem mora na região mudou muito.

Antes de respondermos as questões centrais que estamos perseguindo,

<sup>60</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=272.3.52.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:20&sgFaseSessao=PE&Data=04/10/2005&txApelido=JO%C3%83O%20ALFREDO,%20PSOL-CE&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:20&txEtapa>

observemos os discursos do deputado Chico Lopes:

“Aproveitamos este grande feito para fazer um apelo ao nosso Governador Cid Gomes, que tem sido um baluarte na saúde do Ceará nos últimos tempos...“Dito isso, quero também fazer um apelo ao Ministério da Integração: trata-se da transposição das águas do Rio São Francisco. E, como Deputado Estadual, fui coordenador para mobilizar a sociedade porque o único Estado receptor dessa água é o Ceará...Tivemos polêmica com setores da Igreja, que achavam que para o Rio São Francisco seria um prejuízo dar 1,6% da água que ia para o mar. Mas, graças a Deus, também com a interferência de setores da Igreja, conseguimos contornar e a transposição vai seguindo de vento em popa...O Ceará precisa da transposição de águas do Rio São Francisco, para que possamos ter certeza de que, após 5 anos de seca, teremos água suficiente no reservatório, não ocorrendo o de sempre no Estado do Ceará quando há seca. Portanto, achamos que o Ministério da Integração deve satisfação ao povo cearense. Queremos conversar com o Ministro para saber a real situação, inclusive fiscalizar e conhecer as obras de perto para saber quais os seus problemas e ajudar a sair dessa dificuldade...”<sup>61</sup>

O debate formulado pelo deputado, nos remete a uma questão que é muito cara para essa pesquisa, que é o controle das águas no Nordeste. Com base na pesquisa e nos dados, percebemos que as grandes bacias hidráulicas do Nordeste hoje estão sob controle das grandes elites econômicas do país.

O pesquisador fez o seguinte relato:

“Se você pegar as águas do rio São Francisco lá em cima em Petrolina, tudo controlada ou diretamente ou pela subsunção real ao capital, é o agronegócio quem controla aquilo ali. Se você pegar pra cá, é do mesmo jeito. São os proprietários locais, as elites locais, o extrato social brasileiro, a estratificação aparece muito forte no semiárido.” (05/01/2023)

O processo de subsunção real ao capital, do ponto de vista conceitual, é uma noção em que há uma subordinação de relações de produção não capitalistas, pelas relações de produção capitalista. O que significa, na prática, que a formatação da modalidade de trabalho, historicamente constituída no Nordeste, não se singularizava pelo assalariamento, e quando se encontrava essa modalidade, o valor/remuneração era ínfimo. A relação de produção assalariada, traço que singulariza o trato de produção capitalista, formatou a estrutura econômica social do

<sup>61</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=351.1.54.O&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:10&sgFaseSessao=PE&Data=06/12/2011&txApelido=CHICO%20LOPES,%20PCDOB-CE&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:10&txEtapa>

Nordeste na perspectiva de uma sociedade de mão de obra baratíssima, excedente.

E quando problematizamos todo esse jogo, remete a própria lógica do controle da água na região<sup>62</sup>, como dado recorrente, utilizado pelas elites para emplacar candidaturas, reproduzir a sua forma de controle social, político e econômico na região.

Transcrevemos, agora, a fala do deputado Raimundo Gomes de Matos:

“Fica aí demonstrado o descaso do Governo Federal, publicando sobre o trem-bala. Matéria do *Diário do Nordeste* sobre a transposição do Rio São Francisco relata que o ex-Presidente Lula foi lá e fez uma festa, que a atual Presidente da República foi lá e fez duas festas na transposição, e aqui os jornais afirmam que a obra sairá só em 2015, isso com um aumento de 80% no valor original da obra de transposição das águas do Rio São Francisco. Por que não entregam essa obra ao Batalhão de Engenharia do Exército? A nossa audiência na Comissão de Seguridade Social e Família foi gravíssima. A integrante do Ministério da Saúde afirmou que há uma cidade em Alagoas em que 30 crianças morreram de diarreia por causa da má qualidade da água entregue. Isso é o Custo Brasil, bilhões e bilhões de reais vão para a publicidade, para o "Programa de Aceleração da Comunicação", chamado PAC, porque o PAC é só publicidade, "Programa de Aceleração da Comunicação"! Quantos milhões não são gastos, e a população nordestina morrendo? Nós temos ainda julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro com seca. As barragens estão secas. Dos animais nem se fala, mais de 200 mil cabeças de gado já morreram. E o endividamento do pequeno produtor?”<sup>63</sup>

Remetemos novamente ao nosso método de análise e observamos a chamada crítica ao desenvolvimentismo<sup>64</sup>, e a própria noção de Estado que o deputado passa a reverberar a partir do pronunciamento.

As críticas que são feitas à obra, desde o contexto em que se insere o discurso do deputado acima citado, até o momento da “entrega”, ou da chegada das águas nas comunidades, perpassam dois caminhos que sintetizam parte do pensamento político hegemônico: a crítica liberal ao tamanho do Estado<sup>65</sup> e a forma pela qual os recursos públicos são destinados.

<sup>62</sup> [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/baroes-da-agua-largam-em-vantagem-para-emplacar-aliados-em-prefeituras-em-2024.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/baroes-da-agua-largam-em-vantagem-para-emplacar-aliados-em-prefeituras-em-2024.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)

<sup>63</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=194.3.54.O&nuQuarto=63&nuOrador=3&nuInsercao=30&dtHorarioQuarto=11:04&sgFaseSessao=OD&Data=04/07/2013&txApelido=RAIMUNDO%20GOMES%20DE%20MATOS,%20PSDB-CE&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:04&txEtapa>

<sup>64</sup> Tomamos como desenvolvimentismo a noção de política macro econômica adotada pelos governos para expansão das condições de produtividade do Estado.

<sup>65</sup> Discurso que tornou-se corriqueiro na política brasileira a partir das experiências dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)



O que tomamos como sendo a crítica liberal ao tamanho do Estado, do ponto de vista da noção ideológica pode ser separado em dois aspectos: a ideia de que o Estado não é o real promotor do desenvolvimento e não tem, portanto, obrigações de promoção de bem-estar social e crescimento, como redutor de desigualdades e assimetrias sociais; e no sentido da independência dos “mercados”, no âmbito da organização da atividade econômica, com impactos definidores da vida social da população.

Por mais que esse fenômeno assuma um caráter abstrato quando discutido nesse âmbito, na concreticidade do concreto<sup>66</sup>, o universo da pseudoconcreticidade, ou até mesmo o mundo reificado, tem como manifestação empírica, em se tratando da política, o perverso dado da reversão dos direitos coletivos e da profunda ampliação dos valores individualizados. Não significa dizer que as conquistas do homem liberal<sup>67</sup> historicamente constituídas, não representem avanços. São avanços, mas que são historicamente datados. As condições reais de sobrevivência das populações e aqui trazemos para nosso recorte, exigem uma maior intervenção do Estado em todos os setores da vida coletiva. Seja na socialização das águas da transposição, no esgotamento sanitário, no acesso à educação pública e gratuita, saúde universalizada e nos demais campos da vida social.

A contradição, portanto, do pronunciamento do deputado, apenas repercute uma concepção do mundo fincada no culto ao individualismo, que do ponto de vista da vida coletiva, com expressões na política, impedem o avanço de mais serviços públicos.

O pronunciamento do deputado federal pela Paraíba Efraim Filho, chama atenção para mais políticas públicas par o enfrentamento da seca, vejamos:

“Clamamos para que deixemos as políticas assistencialistas ou emergenciais de lado, para que busquemos realmente políticas estruturantes, políticas públicas que transformem o Nordeste, tornando-o capaz de enfrentar a seca como deve ser feito. Deputados, antes de ser Parlamentar, e mesmo como representante do povo, sou acima de tudo paraibano, e trago comigo a responsabilidade de ser porta-voz de um povo sofrido, o povo sertanejo, que não admite viver de migalhas, que não gosta de pedir esmolas, porque se esse povo tem uma qualidade é a de ser trabalhador, e o trabalho representa a dignidade do homem, mas nossos irmãos vêm sofrendo com a falta absoluta de esperança diante dessa seca, de esperança em um novo amanhã, um amanhã próximo, quando bate o desespero por saber que mais um mês se encerrou e a chuva não chega, a

<sup>66</sup> Fundamentamos a partir da contribuição de Kosik (2002)

<sup>67</sup> Tomamos como rito de passagem o início do mundo moderno a partir da revolução francesa, com as origens do homem liberal.

chuva não veio, o gado está morrendo, a conta do mercadinho não é paga, o fiado na bodega continua, a plantação morre seca, seca como o coração de quem, na sua insensibilidade, não consegue promover os meios para que o nosso povo possa superar esse desafio”.<sup>68</sup>

Aqui nos cabe considerar a contribuição do pesquisador entrevistado que tem a seca como seu principal objeto de estudo, e nos disse que “O problema da seca não é um problema de falta de água no Nordeste, não se resolve com soluções hidráulicas. A gente já passou desse conceito” (05/01/2023).

Ainda no capítulo 2 dessa dissertação perpassamos as formas históricas de enfrentamento a seca na região Nordeste, o consenso construído entre os estudiosos do tema, aponta para uma forma de convivência com o fenômeno, não com soluções hidráulicas, como foi feito no passado. Vale lembrar, sempre que possível, a forma de enfrentamento pensada pelo DNOCS que considerava a açudagem – estoque hídrico – como ferramenta central de combate à seca. A história tratou de mostrar os equívocos nesse sentido.

O que devemos articular é a noção de obras estruturantes pautadas pelo deputado, a questão que fazemos, é: a obra da transposição não é uma obra estruturante?

Vejam os o que pede o deputado:

“Também é preciso que haja a manutenção de programas que já existem, porque muitos deles, como nós temos tido notícia, acabam não funcionando como deveriam. É o caso das cisternas, é o caso dos caminhões-pipa, é o caso dos dessalinizadores. E agora a Presidente Dilma anuncia mais um programa de Governo de combate à seca. Vá lá; numa hora destas, quando 26 milhões de pessoas estão sem água, o jeito é mandar centenas de carros-pipa para o sertão nordestino, mas certamente essa não é a solução para o problema”.<sup>69</sup>

Em entrevista com outro agente da pesquisa, um pipeiro, nos foi relatado que mesmo com a chegada das águas, com “uma obra estruturante”, a atuação dos pipeiros não desapareceu na região, por uma razão específica: a água não chega em todas as comunidades. “O problema são as distancias, Monteiro é o maior

<sup>68</sup> Disponível em:

(<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.2.54.O&nuQuarto=38&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:51&sgFaseSessao=GE&Data=01/11/2012&txApelido=EFRAIM%20FILHO,%20DEMPB&txFaseSessao=Grande%20Expedient&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:51&txEtapa>)

<sup>69</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.2.54.O&nuQuarto=38&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:51&sgFaseSessao=GE&Data=01/11/2012&txApelido=EFRAIM%20FILHO,%20DEMPB&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:51&txEtapa>

território do cariri e tem pessoas que nas queimadas que dá em torno de 50 km ele não vai ter água potável.” (08/01/2023)

Podemos observar também o conjunto de políticas públicas que conferem as operações-pipa, o programa 1 milhão de cisternas<sup>70</sup> e a obra da transposição em um mesmo setor. Nos revelou o pipeiro:

“O pipeiro ainda é muito importante na região. Você pega essa água, leva pra casa dessa pessoa, de uma família 4 ou 5 pessoas, lá ele vai ter uma cisterna, onde ele vai tratar a água e vai ter água potável por no mínimo 2 meses. Se ele usar só pra cozinhar e beber” (08/01/2023).

E complementou, o Deputado:

“É necessário que seja concluída. Não dá mais para ficar como um elefante branco, uma obra inacabada, uma obra que se arrasta; enquanto vemos estádios monumentais sendo levantados para a Copa do Mundo de 2014, a transposição do Rio São Francisco não é entregue a quem está morrendo de sede em pleno Século XXI, num Brasil que tem capacidade de fazer com que essa água chegue a essas famílias. A seca, embora seja um fenômeno natural recorrente, nossa velha conhecida desde o Império, a cada nova repetição vem mostrando a sua face mais cruel, afetando impiedosamente o homem do campo, que está tornando-se uma espécie em extinção, que se transforma em novas espécies. Vira sem-teto, vira sem-terra, superlota as favelas dos grandes centros, numa migração, num êxodo que apenas traz prejuízo para ele e para sua família, que não conseguem encontrar no campo a solução para os seus problemas e vão provocar o inchamento das vilas, das cidades, dos povoados”.<sup>71</sup>

A parte final do discurso do deputado correlaciona o fenômeno natural da estiagem, que entendemos como seca, com as expressões econômicas e sociais da estiagem prolongada. A fala, em intervalos, representa uma realidade histórica na região. Conforme explicita Oliveira (1981) a seca foi um aspecto importante na garantia do desenvolvimento industrial do centro-sul brasileiro.

No entanto, parafraseando o filósofo político Italiano Antonio Gramsci, a “questão meridional”<sup>72</sup> brasileira tem como marco central o caráter de associação, subordinação e dependência das elites locais e a lógica da subsunção real das relações de produção.

<sup>70</sup> Programa que foi retomado somente em 2023.

<sup>71</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.2.54.O&nuQuarto=38&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:51&sgFaseSessao=GE&Data=01/11/2012&txApelido=EFRAIM%20FILHO,%20DEM-PB&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:51&txEtapa>

<sup>72</sup> Alusão a obra de Antonio Gramsci, intitulada “A questão meridional” (2004) em que o pensador Italiano analisa as condições de privilégio do norte italiano, com a marca do desenvolvimento industrial, em detrimento ao subdesenvolvimento do sul do país.

Trata-se de um dado histórico, sobretudo quando analisamos os impactos da seca enquanto fenômeno social.

Complementou o Deputado paraibano:

“O Estado da Paraíba já está prorrogando os decretos de emergência. Dos 223 Municípios da Paraíba, vejam só, 195 encontram-se em estado de calamidade pública, com emergência decretada. Dos 121 açudes que estão monitorados na Paraíba, cinco estão com menos do que 5%, 22 com menos de 20% e 76% já com menos da metade de sua capacidade”.<sup>73</sup>

Os anos que antecederam a chegada das águas nos grandes centros urbanos das cidades diretamente atingidas com a insegurança hídrica, representaram dias de angústia e tormento. O fato de as populações conviverem, por anos, com o racionamento de água, estando as barragens e açudes vazios, provocava pânico nas populações.

A afirmação produzida acima é legítima, sobretudo porque o agente pesquisador desta dissertação conviveu com essa conjuntura. A escassez de água que permeou os estados da Paraíba e Ceará, com ênfase nos municípios de Campina Grande e Fortaleza, provocou traumas nessas populações.

O estado de calamidade pública com a falta de água foi tomando conta da cena política de parte significativa dos municípios pertencentes ao estado da Paraíba, o que provocou na população, medo por um lado e, por outro, uma maior consciência da utilização dos recursos naturais.

As populações, por fim entenderam que a água, como parte dos recursos naturais, é finita. Era comum observar no dia a dia as pessoas discutindo a importância do uso consciente da água. Dado que foi desaparecendo paulatinamente a partir da chegada das águas da transposição do Rio São Francisco na região.

Aqui, representamos o discurso da Deputada Nilda Gondim:

“Presidente, volto a esta tribuna para agradecer ao Ministro Fernando Bezerra, que teve sensibilidade de assinar um novo contrato da transposição de águas do Rio São Francisco, na Paraíba, o que vai beneficiar 127 cidades logo de início. O Senador Vital do Rêgo,

<sup>73</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=288.2.54.O&nuQuarto=38&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:51&sgFaseSessao=GE&Data=01/11/2012&txApelido=EFRAIM%20FILHO,%20DEM-PB&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20%20CD&dtHoraQuarto=15:51&txEtapa>

acompanhado do Ministro Fernando Bezerra e outros Parlamentares, afirmou que a conclusão do último trecho do eixo leste do canal de transposição que vai levar água do Rio São Francisco para a Bacia do Rio Paraíba beneficiará 72 Municípios paraibanos das regiões do Cariri, Agreste, Brejo e Litoral, dentre os quais João Pessoa, Campina Grande, Itabaiana, Cabaceiras, Bayeux e Santa Rita. Espero, Sr. Presidente, que possamos inaugurar essa transposição com muita festividade. É a redenção da Paraíba e do Semiárido nordestino”.<sup>74</sup>

O discurso da deputada federal Nilda Gondim<sup>75</sup>, que pertence à família Vital do Rêgo, mencionada na sessão elites e poder político familiar, representa o anseio desses grupos em executar a obra da transposição. Como afirmamos anteriormente, os prejuízos da seca, enquanto fenômeno social, atingem populações de forma distintas, mas não anula a intenção de pôr fim a essa conjuntura.

O que se depreende, de forma geral, a partir da análise de conteúdo integrada, tendo como objeto os discursos dos deputados e deputadas paraibanos e cearenses é, no primeiro momento, a atualidade da obra da transposição; as posições distintas dos grupos políticos que permeiam tanto o parlamento, quanto a vida política local, ou seja, os que tem vínculos mais fortes no municípios, em apoio a demanda das populações locais, exigindo, brigando, pela execução da obra; e o alinhamento das famílias políticas tradicionais em defesa da obra.

Sabemos que a seca atinge as elites agrárias a partir da perda do ativo econômico que é a terra, e a água, como instrumento de poder na região, significa reconversão do valor/mercadoria terra e prestígio político, que indiretamente canaliza-se na via das eleições locais.

Observaremos, agora, o caso dos senadores, tomando como expoentes Tasso Jereissati, pelo Ceará, e Cássio Cunha Lima, pela Paraíba, ambos do PSDB:

Tasso Jereissati:

“Como velho lutador pelas causas nordestinas, principalmente do meu Estado, lutando por essa idéia há tantos anos e vendo a abrangência com que ela está sendo encarada, com toda complexidade que envolve um projeto dessa envergadura e importância, envolvendo todos os aspectos, desde a importância da sobrevivência do próprio rio, das regiões onde

<sup>74</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=245.3.54.O&nuQuarto=14&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:26&sgFaseSessao=PE&Data=27/08/2013&txApelido=NILDA%20GONDIM,%20PMDB-PB&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:26&txEtapa>

<sup>75</sup> Pertencente a família Vital do Rêgo, família tradicional na política paraibana, dirigindo, inclusive, por duas gestões o município de Campina Grande. A partir da eleição de Veneziano Vital do Rêgo. (2004-2012).

estão as nascentes do rio, passando, enfim, por todos os aspectos que podem ter algum tipo de influência, seja ambiental, econômica ou social, eu diria que é um marco importante. Todos conhecem a minha posição frente ao Governo Lula, de clara Oposição, mas não posso deixar, neste momento, de dizer que o Governo dá um passo importante para todos nós nordestinos.” (Publicação no DSF de 05/09/2003 - Página 26144)

Tasso Jereissati dia 29/10/2009:

“O momento é mais do que oportuno. Existe a necessidade, mais do que nunca, de uma integração entre a gestão dos recursos hídricos dentro de todo o Nordeste brasileiro. A transposição do rio São Francisco torna essa integração fundamental. O Dnocs, a meu ver, tem um papel fundamental a desempenhar nessa questão e, portanto, no futuro da gestão dos recursos hídricos em todo o Nordeste, que não pode mais ficar isolada em Estado a Estado. Nós temos já há algum tempo no nosso Estado, o Ceará, o nosso próprio modelo de gestão, mas, a partir do São Francisco e de outras prováveis, possíveis e eventuais transposições que venham a ser feitas, há necessidade de termos a visão global do Nordeste como um todo, de uma gestão só, que possa integrar e complementar todo esse conhecimento que o Dnocs acumulou ao longo desses anos.” Publicação no DSF de 29/10/2009 – Página 55232)

O que se depreende da primeira fala do senador Tasso Jereissati, com base no método que estamos utilizando, é o esforço de diálogo para com o governo federal, em que pese assumir desde sempre uma posição de oposição ao Partido dos Trabalhadores, entendendo a importância da obra. Cabe destacar, ainda, que Tasso Jereissati, desde os períodos dos governos de Fernando Henrique Cardoso, foi um entusiasta da obra da transposição, conforme relatamos no capítulo anterior a partir do levantamento das reportagens publicadas acerca do tema.

O segundo discurso proferido pelo senador enaltece a atuação do DNOCS, e, entendendo o contexto de insegurança hídrica, clama pela urgência da obra. Sendo uma das principais figuras e lideranças políticas do estado do Ceará, o perigo do colapso hídrico que se aproximava de Fortaleza, capital e principal município do estado, exigia uma posição firme e que tivesse respostas imediatas para esse problema.

O posicionamento do representante paraibano, Cássio Cunha Lima, também vai no mesmo sentido. Denunciando os prejuízos trazidos pelas longas estiagens.

Discurso da elite paraibana no mesmo caminho:

Cassio Cunha Lima:

“O Nordeste é uma fronteira reaberta da economia nacional, especialmente no setor terciário. Entretanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a estiagem que se

anuncia numa espécie de "seca verde" atingirá a população em geral na sede e a economia na produção doméstica, sobretudo aqueles mais frágeis, os pequenos proprietários. De forma objetiva, creio que algumas providências podem ser tomadas. A primeira delas, por exemplo, a aceleração no sentido de apressar mesmo as obras da transposição do Rio São Francisco, para que o objetivo de abastecimento das regiões possa reverter a expectativa de dificuldades que o Nordeste enfrenta nessa quadra de seca já confirmada. Aceleração, repito, de verdade, das obras de transposição do Rio São Francisco, que é uma das que compõem o Programa de Aceleração de Crescimento do Brasil". <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/392111>

As posições assumidas pelos senadores que coincidem em vários aspectos: principais lideranças políticas dos seus estados, representantes no senado federal, políticos considerados tradicionais e membros do mesmo partido político, o PSDB.

Uma questão que passa a permear nossas reflexões é: a posição do PSDB, enquanto agremiação político-partidária, é de defesa da obra da transposição? Ou, a condição exigida pela política local, dada a conjuntura de crise hídrica nas principais cidades em que se configura como sendo a base desses dois políticos – Campina Grande e Fortaleza<sup>76</sup>- exigiram desses agentes uma posição dissonante do partido?

O contexto em que o discurso da liderança paraibana se adéqua, diz respeito ao momento em que se interrompeu as obras dos canais da transposição. Nesse sentido, criou-se, no senado, uma comissão especial para acompanhar o processo das obras do São Francisco. Cabe destacar que a presidência da comissão ficou sob responsabilidade de Vital do Rêgo, que também pertence a uma família política tradicional do estado e que rivalizava nos pleitos municipais com a família Cunha Lima.

“Que se cumpram as promessas para perfuração de poços, que se retomem as obras da transposição do São Francisco. Hoje, esta Casa instalou uma comissão especial para acompanhamento das obras do São Francisco, sob a presidência do meu conterrâneo Senador Vital do Rêgo, comissão essa que de que sou membro, ao lado do Senador Cícero Lucena, também representante da Paraíba no Senado Federal. Portanto, uma situação de caos, desolação completa e omissão absoluta do Governo Federal em relação ao Nordeste brasileiro, exigindo providências urgentes, porque boa vontade e promessa não resolverão o nosso problema”. (Publicação no DSF de 22/11/2012 - Página 62510)

A cobrança, portanto, da bancada paraibana, conforme registro que segue

<sup>76</sup> Como dito anteriormente, o colapso hídrico assombrava as populações e os representantes refletiam essas preocupações nos seus discursos no Senado.

acima, é o do cumprimento mais rápido do projeto de integração das bacias a partir do São Francisco. Há um movimento político em que os principais agentes são os membros das famílias políticas tradicionais do estado.

Observamos isso a partir da crítica de Cássio Cunha Lima a demora das obras:

“O Jornal Nacional fez uma ampla, isenta e equilibrada matéria -- como é o costume editorial daquele telejornal, ouvindo os dois lados da notícia --, no que diz respeito ao atraso e, mais do que isso, à paralisação das obras de transposição do Rio São Francisco. E, ao ser indagada sobre o atraso, uma vez que o compromisso original para conclusão da obra, firmado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, era o ano de 2012, a Ministra, com um quê de ironia, afirma que a obra poderá ficar pronta em 2015 e -- abre aspas --, referindo-se ao povo nordestino -- repito, abre aspas --, disse a Ministra: “Aquele pessoal tem fé”. Aquele pessoal são os brasileiros que estão padecendo de sede e de fome, que estão no absoluto abandono, com a nossa economia sendo destruída a cada dia e a cada instante, lenta e silenciosamente, porque, ao contrário de outros acidentes climáticos, como, por exemplo, as enchentes, que promovem imagens impactantes de enxurradas, a seca, não -- a seca mata, destrói, aniquila, de forma lenta e silenciosa. E estamos assistindo à omissão do Governo Federal em relação a uma tragédia talvez sem precedentes na história recente do Nordeste brasileiro”. (Publicação no DSF de 28/11/2012 - Página 64156)

No entanto, a grande preocupação que permeava os grupos políticos, estava exatamente alocada na insegurança hídrica e no racionamento que assolava campina grande. E a população, por parte, cobrava as famílias políticas tradicionais, mandatárias da política da cidade<sup>77</sup>, para solucionar esse problema essencial.

Nesse sentido, o pronunciamento de Cássio Cunha Lima (que reproduziremos a seguir, explicita muito bem a proposição da obra em resolver, fundamentalmente, o problema de insegurança hídrica em Campina Grande e em Fortaleza.

***A TRANSPOSIÇÃO DEVE SER PARA AS GRANDES POPULAÇÕES URBANAS:  
COBRANÇA PARA ÁGUA PARA CAMPINA GRANDE.***

Pois bem. Campina já vive hoje um racionamento. Esse racionamento, provavelmente, terá que ser ampliado. E a razão desse racionamento tão agudo foi exatamente a omissão, a letargia, a falta de providências em tempo hábil para que pudéssemos usar de forma mais racional a água acumulada no açude Epitácio Pessoa, conhecido por todos nós como açude de Boqueirão. Então, nós temos hoje uma situação em que o Governo Federal cortou, para muitos Municípios, o programa de abastecimento por caminhões-pipas, e, paradoxalmente, a Presidente Dilma Rousseff foi a uma rede nacional de rádio e televisão para atribuir, entre outras razões, a estiagem à crise que o Brasil vive. Veja que paradoxo! A própria Presidente da República usa como argumento para justificar a crise o cenário internacional e a seca, a estiagem, e, ao mesmo

<sup>77</sup> No ano de 2012, o prefeito de Campina Grande – PB, era o irmão do Senador presidente da comissão especial, Veneziano Vital do Rêgo.



tempo em que ela própria diz que a seca é uma das razões da crise, o Governo Federal corta o programa de caminhões-pipas em várias cidades do Nordeste brasileiro, sem falar aquilo que o Brasil todo já conhece: o atraso injustificável nas obras da transposição do Rio São Francisco. O Brasil, quando quis fazer a Copa do Mundo, foi lá e fez. Não havia aparentemente tempo hábil para a construção de tantos estádios, e o País teve a capacidade de construir as arenas que foram sede da Copa do Mundo, enquanto uma obra tão essencial para milhões de nordestinos, que salvará vidas, que possibilitará o soerguimento de economias ou evitará a sucumbência de economias inteiras, que é a transposição do São Francisco, se arrasta a passos lentos, sem nenhuma perspectiva real de conclusão, porque o cronograma, a cada eleição, é readaptado aos interesses eleitorais do pleito daquele instante. Estamos aqui para cobrar, cobrar com veemência, com o respeito devido, mas com a altivez necessária para que o Governo Federal deixe de fazer promessas e passe a tratar a transposição do São Francisco como algo urgente, que não pode mais ser adiado, que não pode mais ser esperado. Campina Grande é uma cidade que possui mais de 400 mil habitantes. No entorno da cidade, abastecida por Boqueirão, nós já estamos falando de uma população de mais de 1 milhão de pessoas que podem ficar, simplesmente, sem nenhum tipo de alternativa de abastecimento. Uma coisa é você abastecer uma cidade de 5, 10 mil habitantes com caminhões-pipas. Outra coisa é ter que fazer um esforço emergencial para abastecer uma população de 1 milhão de pessoas. (Publicação no DSF de 14/05/2015 - Página 288)

A cobrança do principal expoente da política paraibana para com o governo federal, denunciado as condições em que as populações locais estavam submetidas em função da crise hídrica, encontra ressonância nas entrevistas que realizamos e que sistematizamos como forma de apresentação dos resultados.

Para tanto, nosso questionamos “Como foi o processo de construção da obra?”, diante da pergunta, obtivemos as seguintes respostas, abaixo transcritas.

“O período de construção do canal não afetou a gente. Porque assim, aonde ela ia passar, aquele pessoal tinha que sair. Então tinha que ser indenizado. Veio melhorar mais ainda. A gente foi indenizado, recebeu bonitinho..” (entrevistado 1)

“A gente praticamente demos passagem as águas. A minha casa mesmo hoje se encontra o canal... na época foi o próprio ministério da integração que construiu a obra que dialogou com a gente, a gente... de ciro gomes e era o gedel vieira lima, teve um período dele. Ai nos peguemos.. com 15 dias a gente teve que sair das nossas terras. Teve uma correria muito grande. O povo tendo que deslocar animal, foi um transtorno muito grande.” (entrevistado 2)

“Quando a obra iniciou da transposição, todos nós ficamos encantados e com expectativa muito grande pra que essa água chegasse aqui na nossa comunidade. tudo teve que haver uma preparação da comunidade. Teve detonações de explosivos praticamente todos os dias e as vezes.. os moradores tinham que sair das suas casas, quem morava até 500 metros de distancias e assim movimentou bastante a cidade, movimentou bastante o comercio, pousadas, bares, postos de combustíveis, alimetanção, farmácias tudo, houve uma movimentação muito grande no comércio durante uns 2 ou 3 anos” (entrevistado 3)

E nos relatou um caso interessante, vejamos:

“Ela cortou uma propriedade que nos temos, algo em torno de uns 500 a 800 metros, ela fica a uma distancia de 2 km da cidade, ainda pegando uma parte de perímetro urbano, ela foi avaliada a um preço de terra bruta, na época a um preço ate certo ponto irrisório, mas nos não fizemos nenhuma questão, porque entendemos que a benfeitoria cobre todo esse valor e sempre na esperança de termos, como os demais, claro, não so a gente, termos o acesso a essa água, mesmo que fosse para pequena irrigação como já frisei anteriormente, porque eu sei que essa água, é uma água nobre, cara e que não pode ser jorrada assim, ao bel prazer como se dizer e deve ser aproveitada ao maximo, mas a gente quando a água passou, nosso sonho era o de termos as casas dos moradores e a casa sede irrigada. Com abastecimento nas casas e com o acesso o direito a pequenas irrigações, ali até 1 hectare, repito, que todas as pessoas tivessem esse acesso, mas ela foi de forma tranqüila esse acesso, o pessoal do ministério da integração nos procurou, mostrou por onde é que a obra iria passar e quando foi na época vieram com as maquinas e já adentraram na propriedade e iniciaram as obras, ficaram de fazer as cercas, nunca foi feita, colocada as estacas de cimento, mas nunca colocaram os arames, nem a direita, nem a esquerda onde cortou propriedade, repito, em torno de 800 metros.” (entrevistado 3)

“Integrar bacias, bacias hídricas é um processo interessante, é uma tecnologia interessante, feitas em muitos países e o Brasil poderia e deveria e não tem problema nenhum que o pais faça isso, então, assim, esse processo em si eu acho que é importante, é interessante. É uma obra de engenharia, técnica, não há por trás dessa obra uma finalidade política de reverter as desigualdades sociais.” (entrevistado 4)

“A transposição foi um ato essencialmente político, por mais de um século a política da região postergou a execução da obra.” (entrevistado 5)

Para além do registro das entrevistas, tivemos acesso a algumas imagens registradas no período da construção dos canais da transposição do RioSão Francisco, as quais exibiremos a seguir.

É importante dar espaço para registro, sobretudo em função do caráter técnico e para as observações no âmbito da engenharia da obra.<sup>78</sup>

Todo o processo que relatamos a partir das entrevistas, do levantamento realizado nas fontes secundárias, podem ser ilustradas a partir dessas imagens:

Figura 16 – Construção do canal da transposição do RioSão Francisco, eixo leste, em 2016

<sup>78</sup> O projeto de engenharia de integração de bacias, comporta pelo menos os três espaços que constituem uma bacia hidrográfica: o rio principal, afluentes e o subafluente. O caso da integração das bacias do Rio São Francisco, levou em consideração todas as singularidades da região.



Fonte: Ricardo Jorge Cajó Menezes, 2016

Figura 17–Túnel da transposição do Rio são Francisco, eixo leste, em 2017



Fonte: Ricardo Jorge Cajó Menezes, 2017

Figura 18– Canal da transposição do Rio são Francisco, eixo leste, em 2017



Fonte: Ricardo Jorge Cajó Menezes, 2017

O questionamento seguinte foi: “O que mudou com a obra da transposição?”.

A partir dele, obtivemos as respostas abaixo transcritas.

“Mudou a vida da gente pra melhor. Com certeza. Ai assim, tem gente que nasceu e se criou na terra dos outros. Hoje tem a sua casa., sua terra pra trabalhar. Aí é assim. O acesso a água antes da transposição era água de barragem, assim, as vezes poço quem tinha... a barragem onde eu morava era do dono da fazenda. Ele permitia que a gente pegasse água, a gente era morador da fazenda. Olha, a gente ta esperando um lote irrigado, que é 1 héctare, aí ela já ta sendo instalada. Ai a gente vai ter a irrigação pra trabalhar em plantio, mas por enquanto a gente tem a água da cagepa aqui. Mas as águas da transposição vão ser instalada. Só falta terminar, fazer uns acabamentoo para a gente começar no plantio” (entrevistado 1).

“muita gente fala da transposição coisa ruim. Eu falo de coisa boa. Porque assim, a gente tem que pensar nos nossos irmãos que antes não tinha água nas torneiras. Hoje campina grande ta abastecida. Monteiro e varias cidades. Nos estamos numa vila aqui muito boa. A moradia é muito boa. Certo que a gente tinha nossa propriedade, hoje estamos vizinhos do outro. Mas com o tempo a gente se acostuma. Vamos ter nossos 61 hectares irrigados aqui, ao qual eu digo quem sabe quando a gente se juntar aqui monteiro, da ponte pra lá já pode irrigar. “A obra da transposição melhorou a vida pra mim e pra muita gente. O menino dessa casona ai, ele era morador meu. Eu vim pra cá com uma casa de taipa. Eu to com uma casa dessas, como é que eu vou dizer que a vida não melhorou?” (entrevistado 2).

“Eu diria que houve uma certa valorização nas terras próximas ao leito do rio Paraíba, agora infelizmente ainda falta muita coisa a ser feita. Essa é que e a realidade, já houve ai o inicio, do que eu tinha falado anteriormente, da questão do abastecimento, ainda um pouco vagaroso, o projeto de abastecimento.. mas o que a gente luta, eu tenho lutado muito aqui junto aos governantes, junto a agencia nacional das águas que é a ANA, junto a

AESA, que é a agencia de águas da Paraíba, é a autorização para pequenas irrigações, aqui aonde nos temos o canal da transposição. Quem mora no leito do rio, aqui no caso do rio Paraíba, essas pessoas já estão sendo beneficiadas. Mas quem mora próximo ao canal ta tendo uma dificuldade muito grande de acesso as águas, porque não.. ainda não permitiram” (entrevistado 3).

“A transposição do são Francisco, levou água para alguns setores da sociedade, o grosso, a população do semiárido que quando vem uma seca precisa ir embora porque não tem água, porque não tem comida, essa ainda não foi alcançada pela transposição do são Francisco. Nos temos o exemplo de lugares que são grandes bacias produtoras de leite e estão a 3 km da água da perenização das águas do são Francisco e dependem do carro pipa. Então pra essa população não mudou nada. Pra população de campina grande, essa daí acabou o racionamento de água, continua gastando água de forma perdulária” (entrevistado 4).

“A transposição alterou a disponibilidade de água potável no município, a CAGEPA passou a ter uma fonte permanente para abastecer o município, como também a operação Pipa executada pelo exercito coleta água da transposição, sem a qual não tínhamos onde coletar água” (entrevistado 5).

Ainda no que se refere à entrevista, questionou-se “Como os grupos políticos atuaram na obra?”, obtendo as respostas abaixo transcritas.

“Até a transposição tava difícil. No meu caso e no dos outros que vieram da terra dos outros, é como dizer que tirou na mega-sena. Hoje o cara tem o que é seu. É assim, antes eu era empregado, hoje eu posso empregar uma pessoa. Na transposição eu vi muita gente de fora. Só o Ministério e o governo federal, não tinha prefeitura.. O governo continua no suporte. quando instalar o hectare irrigado, vai acompanhar a gente por 6 meses, depois de 6 meses aí já vai ser a gente que vai tocar...” (entrevistado 1).

“veio gente de fora. Foi o que mais veio. Na época eu acho que deu uma levantada na economia da cidade. Certeza. A prefeitura tem dado apoio... não é o apoio que a gente precisa, mas tem atuado... a praça ta um pouco coisada.. já falei com ela... ela disse que vai retomar os trabalhos de novo, ne?” (entrevistado 2).

“Houve so na questão de agilizar algumas demandas, questões burocráticas juntos ao município, questões de alvará, licença, quando passou do perímetro urbano teve que cortar passagem de asfalto, passagens dagua, e houve essa colaboração. Mas em termos de recursos não. Alias entrou muito recurso através do ISS no município durante a obra. Se os grupos políticos que atuam na região como se posicionaram, todos que tenho conhecimento foram a favor da obra e a importância de termos essa água chegando aqui na nossa região, então todas as facções políticas, não so de Monteiro, mas de todo o cariri, eles se posicionaram a favor da obra, todas as entidades, as ONGs, e partidos políticos que eu tenho conhecimento, todos eles foram a favor da transposição” (entrevistado 3).

“Não tenho conhecimento específico sobre os grupos locais”. (entrevistado 4).

“os políticos ainda não conseguirá se apropriar da obra, mas por desconhecerem que a obra foi executada com a finalidade de prover água

para consumo humano, estão fazendo promessas de lutar para liberar para irrigação ao longo do rio Paraíba” (entrevistado 5).

Abrimos espaço, agora, para o último caso que julgamos fundamental ser contado. É o caso de uma vila de moradores que surgiu a partir do processo de desapropriação das terras que deram passagem para a construção do canal da transposição no município de Monteiro.

A comunidade é constituída por diversos moradores advindos de três outras comunidades, conforme nos relatou o presidente da associação: “aqueles que viviam na rua, e tem outra comunidade que era do sitio cipó em Pernambuco e tem a comunidade da gente que é sitio pau d’arco”

O processo de construção da Vila, se deu a partir da desapropriação das terras desses proprietários, hoje a vila abriga 61 famílias, conta com uma boa infraestrutura, tem diálogos com órgãos públicos e tem forte alcance político na região.

Figura 19 – Entrada da Vila Produtiva Rural Lafayette



Fonte: Acervo próprio, 2024

Mas nem sempre foi assim, nos contou o atual presidente da associação: “Nós passamos uma situação muito difícil porque a gente tinha um poço pra mandar

água pra 61 família. a vila foi crescendo, a bomba não foi dando suficiente, sempre tava queimando. E a gente tendo de recorrer ao ministério público federal.” Ainda nos relatou que o Ministério Público Federal:

“Determinou que com 15 dias tinha que ter água na vila. E Com 10 dias tinha. E hoje nós temos água encanada, de boa qualidade, a água tratada da cagepa dentro de uma vila rural. A água é a mesma da transposição. Que ela vem da transposição aí vai fazer o tratamento e vem pra aqui. Foi a primeira zona rural em Monteiro a ter água encanada da cagepa”.

A forma de organização dos moradores se dá a partir da organização, relatou o presidente: “A gente se organiza pela associação. A gente ta agora mesmo, a gente conseguiu mesmo um PA federal pros agricultores da vila, pertinho de 500 mil. Isso e grande coisa pra 30 e poucas famílias. 15 mil pra cada família. Se você analisar, da mais de 1 salário por mês durante o ano.”

A Vila conta com praça de lazer para os moradores, sede da associação dos moradores da vila produtiva, campo de futebol, além das moradias.

Figura 20 – Praça Vila Produtiva Rural Lafayette



Fonte: acervo próprio, 2024

Até os lotes irrigados, promessa do governo para ser entregue agora em Março de 2024 não ser entregue, os moradores da Vila recebem uma verba: “Porque a gente ainda recebe também um salário, uma verba de manutenção até os lotes irrigados estiverem prontos”, nos disse o Presidente.

A lógica de contatos e parcerias com outros territórios, também é parte da rotina dos moradores da associação, relatou o presidente:

“Agora mesmo a gente conseguiu levar uma equipe de gente, através da associação e do SEBRAE por perímetros irrigado de Petrolina. Passamos 4 dias, graças a deus tudo pago. Os meninos aprenderam bastante. Fomos recebidos por aquela associação Nilo Coelho. Muito bem recebido. Entendeu? Ao qual a gente viu que pode desenvolver, as terra daqui não é diferente das terras de lá não. E talvez seja ate melhor”.

Em reportagem veiculada no portal UOL, noticiou-se o caso da Vila<sup>79</sup>, em que os moradores esperaram a mais de 6 anos pela água da transposição e sobretudo pelo lote irrigado, promessa também do governo federal.

Em entrevista com moradores da vila, nos foi dito que

“Aqui vai abrir uma Ceasa, segundo os meninos da associação, pra esse pessoal que vai fazer o plantio pra pegar seus produto e já colocar num canto só, que já faz a entrega. Ai é mais fácil, né? Porque você pega seu produto e já tem a quem entregar, sair e oferecer de porta em porta não tem sentido. Planto milho, feijão, fava... agricultura mesmo”

Figura 21– Plantio na Vila



Fonte: acervo próprio, 2024

Figura 22– Plantio e reserva.



Fonte: acervo próprio, 2024

<sup>79</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/12/31/pb-expulsos-por-obras-agricultores-esperam-ha-6-anos-agua-da-transposicao.htm>



Em que pese ainda não terem tido acesso as águas da transposição, os moradores são categóricos ao afirmarem que a vida melhorou. E isso se dá por uma série de motivos. Argumentaram: “pra a gente aqui na vila eu garanto como melhorou.. porque a gente ainda recebe também um salário”.

Outro entrevistado, afirmou: “Você vê um tabuleiro desses, você plantou, antes dava o que? Nada. E assim, cada vez melhor. Até a transposição tava difícil. No meu caso e no dos outros que vieram da terra dos outros, é como dizer que tirou na mega-sena. Hoje o cara tem o que é seu. É assim, antes eu era empregado, hoje eu posso empregar uma pessoa.”

A experiência que tivemos contato a partir do caso da vila produtiva rural lafayete, nos serve como um guia, um marco, fincado no cariri paraibano, que mescla a dor da perda do seu local de origem, com a possibilidade de uma vida melhor, produtivamente falando em outro espaço<sup>80</sup>.

O processo em que essas pessoas foram submetidos, precisando sair das suas terras para arriscarem em outro espaço, mesmo em que pese ser no mesmo município, o vínculo que nós, humanos, criamos com o “nosso” lugar, muitas vezes não pode ser estimado a partir do valor do mercado.

A lógica do mundo capitalista, mercantilizado, em que a terra é um ativo econômico e a água é um instrumento para reprodução da atividade produtiva, desconhece esses espaços e trajetórias.

No entanto, a esperança de muitos terem o seu pedaço de terra, mesmo que seja 1 hectare, em um país historicamente constituído pelo latifúndio que aliena o sujeito das suas raízes, o separa do produto que ele mesmo arrou, plantou, cultivou, rezou pra chover e colheu.

A vila lafayete é um grito, que precisa ser ecoado, escutado, replicado. É exatamente a resistência. A canalização política da obra. A obra trouxe tormentos, prejuízos, dores, mas trouxe também a água. Embora a vila ainda desfrute das águas da transposição, os gritos desses resistentes precisam ecoar. Em alto e bom tom.

A nossa percepção, a partir das entrevistas, da análise dos discursos, da experiência empírica da pesquisa, nos permite afirmar algumas coisas: A

<sup>80</sup> O caso que estamos relatando também é estudado por outros pesquisadores. Sugerimos as contribuições de Diniz(2023). A respeito da produção e a lógica de sustentabilidade na comunidade, sugerimos as contribuições de Mota; Carvalho(2022)

transposição resolveu o problema da insegurança hídrica nos municípios em que as duas elites analisadas tem suas bases eleitorais.

Sistematicamente, a rigor a proposição da obra, teve como problemática essencial a resolução desse problema. Isso foi cumprido. No entanto, não resolveu o problema de escassez de água, controle das águas e acesso comum a água na região.

Em nosso entendimento, a relação entre elites e seca, ou elites e água, no nordeste, perpassa a obra da transposição, nos seus marcos contemporâneos. Não é possível afirmar, com base no que pesquisamos e no desenho de nosso objeto, que houve uma apropriação da obra pelas elites políticas analisadas. Mas, dado o desenho do nordeste agrário, há uma série de benesses das elites agrárias com a água.

A indústria do carro-pipa, permanece nessas regiões, inclusive, na cidade em que passa os canais da transposição. Em certa medida, a “abundância” das águas advindas da transposição do São Francisco, fortaleceu essa indústria. Encurtou as distâncias, potencializou os lucros.

A relação explícita entre elites e seca, observadas pelo movimento histórico, é o de rebaixamento do valor da mercadoria trabalho, em função do êxodo rural provocado pela longa estiagem e como resultado do fenômeno social da seca. A seca foi um dado lucrativo para as elites historicamente falando.

Contemporaneamente, a relação que pode ser estabelecida entre as elites locais e a transposição do Rio São Francisco, reside, exatamente, na atuação das elites agrárias e seus desdobramentos na produção. Vejamos que a primeira ferramenta de produção necessária na região é a terra e esta encontra-se concentrada por esses grupos. A água, outro requisito essencial para a produção, a partir da transposição, com a garantia da segurança que, por ora, lhe garante o status de um bem constante, permitiu que pequenos agricultores, que não acessam a água na região e nem dispõem de recursos para produção, aluguem suas terras para grandes empresários. Então existe, nesse momento, um controle das águas por parte da elite agrária. Esse grupo é quem usufrui, do ponto de vista da produção, das águas do São Francisco.

O caso relatado acima, dos moradores da Vila Lafayette, que esperam a 6 anos pelo lote irrigado, estão impedidos de produzir utilizando as águas do São Francisco. Enquanto, do outro lado, a monocultura, e frações do agronegócio, sobretudo na

outra ponta, concentram as produções.

A pergunta que perseguimos, e procuramos encerrar esse capítulo de análise tentando respondê-la, é: A transposição do Rio São Francisco resolveu o problema de água na região?

Respondemos com outra pergunta: Para quem, a partir da obra da transposição, teve resolvido, o problema da água na região?

A resposta é simples e objetiva: para as grandes populações urbanas e para as elites agrárias.

A grande massa de agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores e trabalhadoras rurais, não tiveram, ainda, o problema solucionado a partir das águas da transposição.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões elaboradas neste trabalho de dissertação, nos propusemos a debater, fundamentalmente, a relação entre Elites e a obra da transposição do rio São Francisco. Elencamos algumas questões como guia para nossas reflexões e pretendemos responde-las, em forma de considerações finais, neste espaço.

Responder as questões acerca da obra da transposição é preciso perpassar três grandes grupos sociais. O primeiro grupo social, são populações urbanas, alocadas exatamente nos grandes centros urbanos. A segunda população que a gente pode falar em formato de grupo social atingido pela seca são as elites agrárias, e por último a grande massa trabalhadora, que é composta por agricultores e trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A forma pela qual a seca atinge esses grupos é singularizada, observemos que as populações dos grandes centros urbanos são atingidas a partir da insegurança hídrica. Os grupos vinculados as elites agrárias, são atingidas pelo fenômeno da seca em outra instância, no âmbito econômico, ou seja, a terra é um ativo econômico. Os trabalhadores rurais são atingidos na forma mais violenta, que é a própria sobrevivência.

Feito esta ponderação, a lógica pela qual se constrói as questões e as respostas dessa pesquisa orbitam em torno desses três grupos. O que podemos afirmar é que, dado o fenômeno da seca, a maneira em que os grupos são atingidos, passam a ser formatados considerando as desigualdades sociais constituídos na região.

O projeto da transposição do São Francisco inicialmente veio atender esse grupo urbano, fundamentalmente para socorrer, do ponto de vista hídrico, Campina grande e Fortaleza. No entanto, não significaria dizer que as elites agrárias, não iriam se beneficiar da obra, sobretudo a partir do financiamento da irrigação e das atividades agrícolas.

O que está posto, quando perguntamos se a obra da transposição alterou os blocos no poder, a partir da lógica da hegemonia política, observamos que a obra não alterou as estruturas da sociedade nordestina. Ficou inalterado a estrutura econômica e social do Nordeste há por trás da obra uma finalidade política de

solução das desigualdades sociais presentes no território.

A respeito da relação entre elites e seca, a partir da pesquisa, do levantamento bibliográfico e das entrevistas, depreendemos que a seca, enquanto fenômeno social, é um produto tipicamente produzido pelas e para as elites. É, fundamentalmente, uma construção das elites.

A seca é um fenômeno climático, mas a sua repercussão social é resultado da estrutura socioeconômica, síntese de uma formatação histórica que nós temos singularizadas no nordeste. As elites, se beneficiaram com a seca, como ferramenta para super exploração da força de trabalho.

As questões que buscamos responder na pesquisa: A transposição do Rio São Francisco foi a arena de movimentação e conflito de elites? Objetivamente não foi, ao contrário, observamos um movimento de alinhamento entre as elites: agrárias, econômicas e políticas na região. Todas, em consonância, clamando por água. A pauta, ou seja, a questão da água, por intermédio da transposição, aproximou inclusive famílias políticas rivais no âmbito da política local.

Buscamos, ainda, entender como as elites contemporâneas e seus representantes no parlamento brasileiro atuaram quanto ao debate acerca da transposição do Rio São Francisco. A partir do levantamento realizado nas notas taquigráficas da câmara e do senado federal, entendemos que a atuação desses agentes se deu no sentido de fortalecer a proposição da obra e de cobrar velocidade na execução da obra. Ou seja, os integrantes das famílias políticas tradicionais nordestinas se posicionaram favorável a obra e fortaleceram, na prática, a celeridade na construção dos canais.

Na prática, entendemos que esse movimento se deu em função do alinhamento desses grupos com os proprietários rurais, e como uma forma de responder as cobranças das populações dos grandes centros urbanos.

Efetivamente não houve alteração nos blocos no poder, nem quebra de hegemonia política, ao contrário, não se resolveu o problema da seca da forma adequada, porque, a única forma de solucionar as assimetrias no semiárido, encontra-se no ataque as desigualdades, que tem, como causa central, a concentração fundiária.

Estando a elite agrária fortalecida, dispondo da água para a produção, a indústria do carro-pipa renovada, e o valor de uso/troca da terra reconvertida, em linhas gerais, podemos dizer que a obra teve sua finalidade cumprida.

Então desse ponto de vista a obra da transposição não altera a estrutura socioeconômica do semiárido, de certa forma alimenta a estrutura de desigualdade.

Para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a grande massa populacional desse setor, resta, ainda, esperar. Até lá, é rezar para chover.

## REFERÊNCIAS

- Ab'Sáber, A.A. A quem serve a transposição? *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 20 fev. 2005, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2002200522.htm>. Acesso em 7 novembro 2023.
- Alcântara Silva, V.M. *et al.* O desastre seca no Nordeste brasileiro. *Polêmica* [S.l.], v. 12, n. 2, p. 284-293, jun. 2013. ISSN 1676-0727. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/polemica.2013.6431>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- Alves, A.R.C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, 80: 71-96, 2010, Disponível: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 jul. 2022.
- Amorim Neto, O. A crise política brasileira de 2015-2016: diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais*, dezembro 2016, pp. 43-54.
- Antenore, A. FHC diz que novo governonãodeve “inventar” a roda. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 29 jul. 2001, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2412200237.htm>. Acesso em 5 novembro 2023.
- Aquino, J.R. de.; Alves, M.O.; Vidal, M.F. Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e de sua importância regional. *Boletim regional, urbano e Ambiental*, 23, Edição Especial Agricultura, 2020 ipea.
- Araújo, C.E. de. *A partir das águas: argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco*, 2012, 268 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- Área irrigada é disputada por MST e empresas. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 18 nov. 2007, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1811200717.htm>. Acesso em 7 novembro 2023
- Arraes, M. Vende-se o Rio São Francisco. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo 20 mai. 1999, Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz20059909.htm>. Acesso em 8 novembro 2023
- Arruda, L.R.V de; Kerbauy, M.T.M. Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local. *Revista Política Hoje* - Volume 25, n. 1 (2016) - p. 11-40
- Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Beach, D. *Process Tracing methods – an introduction*. 2012.

Bennett, A.; Checkel, J. T. (eds.). *Process tracing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015

Bianchi, A. Pareto. Mosca e a metodologia de uma nova ciência política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº19. Brasília, janeiro - abril de 2016, pp. 167-197.

Boitto Jr. A. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil In: BOITTO JR., A. (org.). Dossiê Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.

Boitto Jr. A. A nova burguesia nacional no poder. In: Boitto Jr., A.; Galvão, A. (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

Boitto Jr. A *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Campinas: Unesp, Unicamp, 2018.

Bonamino, A. *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação* (Impresso), v. 15, p. 487-499, 2010.

Bottomore, T.B. *As Elites e a Sociedade*, Zahar, 1965.

Bourdieu, P. *As estruturassociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

Bourdieu, P. O campo econômico. *Política e Sociedade*, vol. 6, p. 15- 57, 2005

Bourdieu, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo:Edusp., 2007.

Bourdieu, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: Bourdieu, P. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a. p.59-73.

Bourdieu, P. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: Bourdieu, P. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b. p.17-58.

Bourdieu, P. *Escritos de Educação*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003

Brasil. Ministério da Integração Nacional. *Sumário Executivo: Projeto de Integração do Rio São Francisco*, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/outros-documentos/documentos-tcu/SumrioExecutivoAbr2016.pdf>. Acesso em 15 novembro 2023.

Brasil. Senado Federal. *Atividade Legislativa: Comissões*. CESP - Vale do São Francisco, 1995. Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao\\_comissao?codcol=308](https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=308). Acesso: 11 julho 2023.

Brasil. Senado Notícias. *Meio ambiente entra em debate na comissão do São Francisco*, 1995. Disponível em:



<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1995/09/04/meio-ambiente-entra-em-debate-na-comissao-do-sao-francisco>. Acesso: 15 março 2023.

Brasil. Agência Senado. *O que é o projeto de transposição do Rio São Francisco*, 2008.

Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/02/14/o-que-e-o-projeto-de-transposicao-do-rio-sao-francisco>. Acesso em 15 set. 2023.

Brasil. Agência Senado. *Meio ambiente entra em debate na comissão do São Francisco*. Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1995/09/04/meio-ambiente-entra-em-debate-na-comissao-do-sao-francisco>. Acesso em 15 set. 2023.

Brasil. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. *Mudança em sua vida*, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/mudanca-em-sua-vida>. Acesso em 15 set. 2023.

Brecht, B. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

Brito, P. Água para todos. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 20 fev. 2005, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2002200523.htm>. Acesso em 7 novembro 2023.

Cardano, M. *Manual de Pesquisa Qualitativa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

Cajazeiras, P.E.S.L., Vasconcelos, W.G.; Idizidório Neto, M. 2020. O Grupo Ferreira Gomes e a história política Do Ceará. *Revista UNINTER De Comunicação* 7 (13):38-49, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21882/ruc.v7i13.805>. Acesso em 7 nov. 2022.

Callado, A. *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco*. São Paulo, editora civilização brasileira, 1960.

Candido, S.E.A.; Soulé, F.V.; Assis, K.G. de. *A sociologia econômica de Bourdieu: Entrevista com Frédéric Lebaron*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WzyDNpD4WKYmKGGVY7xFnrQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05 jun. 2022.

Carvalho, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

Castro, J. de *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

Cavalcanti Filho, J.P. As águas vão rolar. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 22 jun. 1994, Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/22/dinheiro/5.html>. Acesso em 8 novembro 2023.

Cervo, A. L.; Bervian, P. A. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Ciro vai à TV defender projeto do São Francisco e criticar governo FHC. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 13 mar. 2005, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67790.shtml>. Acesso em 7 novembro 2023.

Ciro vira "curinga" do presidente para 2006. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 21 dez. 2005, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2112200504.htm>. Acesso em 7 novembro 2023.

Ciro Gomes volta ao cenário político após deixar ministério em março. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 24 jun. 2006, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79772.shtml>. Acesso em 7 novembro 2023.

Cruz, V.; Salomon, M. Crise da água pode afetar 41 milhões no semi-árido. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 6 dez. 2006, Ciência. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0612200601.htm>. Acesso em 7 novembro 2023.

Collier, D. Understanding process tracing. PS: *Political Science & Politics*, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011

Dimenstein, G.; Bonassa, E.C. Verba eleitoreira é estratégia de Itamar. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 15 ago. 1994, Caderno Especial. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/15/caderno\\_especial/16.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/15/caderno_especial/16.html). Acesso em 7 novembro 2023.

Duarte, N. A importância da concepção de mundo para a educação escolar: porque a pedagogia histórico-crítica não endossa o silêncio de Wittgenstein. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, vol. 7, n. 1, p. 08-25, jun, 2015.

ENGECORPS. *Projeto Executivo – Eixo Norte – Lote A: Relatório Final do Projeto Executivo das Estações de Bombeamento*. Barueri, 2012, 191 p.

Facó, R. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 4ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

Fernandes, K. "Queime no rabo de quem tiver de queimar", diz Ciro. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 18 jul. 2005, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70631.shtml>. Acesso em 7 novembro 2023.

Fernandes, K. Transposição divide governadores eleitos. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 7 nov. 2006, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0711200619.htm>. Acesso em 7 novembro 2023.

Fernandes, K. ONGs tentam derrubar liminar e impedir obra de transposição do São Francisco. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 9 fev. 2007, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u89421.shtml>. Acesso em 7 novembro 2023.

Fernando Henrique era contra o projeto. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 28 mar. 1996, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/28/brasil/4.html>. Acesso em 6 novembro 2023.

Ferrarezi, E. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Ano 54, Número 4, Out-Dez 2003.

Ferreira, L.de F.G. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

França, W. FHC quer transposição de rio no NE. Na Paraíba, falta água para o consumo. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 14 jan.2000, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1401200010.htm>. Acesso em 10 novembro 2023.

Foster, J. B. *Aecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

Fundação de Ciência, Aplicações E Tecnologia Espaciais (FUNCATE). *Projeto Básico: Projeto de Transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional*. Trecho V – Eixo Leste, R5 – Sistema Adutor – Canais, Aquedutos, Tomas de Usos Difusos, Túnel, Estruturas de Controle. Brasília, 2001, 21 p

Furtado, C. *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado*. 1. ed. São Paulo: [s. e.] 1998.

Gimenes. É.R.: Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. In: *Revista de discentes de ciência política da UFSCar*. Vol. 2. N.2. 2014.

Giraldi, R. Participantes de debate sobre transposição do São Francisco batem boca no Senado. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 14 fev. 2008, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u372318.shtml>. Acesso em 10 novembro 2023

Gramsci, A. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. *Os cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. (vol.3), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Grynspan, M. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255.p.

Gurjão, E. *Morte e vida das oligarquias: (Paraíba. 1889-1945)*. João Pessoa: editora

Universitária/UFPB, 1994

loris, A. Conflicting Demands, Urban Dilemmas and Narrow Thinking about Water: Political Necessity and the Possibilities of Change. In: MARS DEN, T. (ed.). *SAGE Handbook of Nature*. SAGE. p. 583-602. 2018.

Janotti, M L M. *Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000755255>. Acesso em 22 dez. 2022.

Kerbauy, M. T. M. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial – UNESP, 2000.

Kluger, E.: Espaço social e redes Contribuições metodológicas à sociologia das elites. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 29, n. 3. 2017.

Lazzarini, Sérgio G. *Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Leal, V.N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Lebaron, F. *L'analyse géométrique des données dans un programme de recherches sociologique: le cas de la sociologie de Bourdieu*. *Modulad*, 2010, 42: 102-109

Lenin, V. I. "Una Gran Iniciativa". In *Obras escogidas*. Moscou: Progreso, s.d

Lima, H. A transposição do São Francisco é viável? *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 11 mar.2000, Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1103200010.htm>. Acesso em 10 novembro 2023.

Lowy, M. *Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Lukács, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Malveira, A.N. *Coronéis, Ascensão e Queda*. Rio de Janeiro: PENELUC, 1998.

Marx, K. *O capital*. Vol1. São Paulo: Boitempo, 2011.

Marx, K.; Engels, F. O manifesto do partido comunista. In: Marx, K.; Engels, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [19--a].

Mattos, M.B. Classes sociais e luta de classes: atualidade de um debate conceitual. *Revista Em Pauta*, N.20 – 2007. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/158/Acessoem>: 11 jul. 2022.

Mazzeo, C. A. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3º Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

Medeiros, J.B.; Tomasi, Ca. *Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação*. São Paulo: Atlas, 2016

Mészáros, I. *A teoria da alienaçãoem Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

Michels, R. *Sociologia dos partidospolíticos*. Brasília: UNB, 1982.

Mignone, Ricardo. Lula usatransposição do São Francisco para conseguirapoiados nordestinos. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 1 mai. 2003, Brasil.

Disponívelem:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u74069.shtml>. Acessoem 5 novembro 2023.

Monteiro, J.M. *A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar*. São Paulo: LiberArs, 2016

Mosca, G. *La classe política*. México, Fondo de Cultura Economica, 1992

Mossri, S.; Santiago, V. FHC vai investir R\$500 mi em obras do São Francisco.

*Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 28 mar.1996, Brasil. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/28/brasil/3.html>. Acesso em 6 novembro 2023.

Mota, P.; Francisco, P. Nordeste já assiste a campanha. *Folha de São Paulo* [online], Ceará, 24 jul. 1994. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/24/brasil/27.html>. Acesso em 8 novembro 2023

Mota, P. Tasso quer Estado ‘pequeno e forte. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 9 out. 1994, Caderno Especial. Disponível em:

[https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/09/caderno\\_especial/12.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/09/caderno_especial/12.html). Acesso em 7 novembro 2023.

Movimentos protestam contra transposição do rio São Francisco. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 13 mar. 2007, Poder. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90232.shtml>. Acesso em 7 novembro 2023.

Na Paraíba, falta água para o consumo. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo 26 dez.1998, Brasil. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26129803.htm>. Acesso em 8 novembro 2023

Neri, E. FHC agora promete desvio do São Francisco. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 11 mai.1998, Brasil. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc11059812.htm>. Acesso em 6 novembro 2023

Oliveira, F de. *Elegia para uma re(li)gião*. SUDENE, Nordeste. Planejamento e

conflitos de classe. 3<sup>o</sup> ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981

Oliveira, F. de. Hegemonia às avessas. In: Rizek, C.S.; Oliveira, F.; Braga, R. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Pareto, V. *Cours d'économie politique*. 2 ed. Geneve, Droz, 1964 (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 1)

Pinto, E.C.; Balanco, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. *Revista de economia política*, vol 34, nº1 (134), pp. 39-60. Jan-março/2014

Pompeu Sobrinho, Thomas. *História das secas: século XX*. 2. ed. Mossoró/RN: ESAM, 1982.

Poulantzas, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

Rosendo, J.A.N. *Relatório de Estágio Supervisionado*. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Construção de Edifícios), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Monteiro, 2021, 28p. Disponível em: [https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/17/documentos/Relatório\\_Alex\\_Rosendo\\_compressed.pdf](https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/17/documentos/Relatório_Alex_Rosendo_compressed.pdf). Acesso em 12 dezembro 2023.

Saiba o que é o projeto. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 15 ago. 1994, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/17/brasil/12.html>. Acesso em 7 novembro 2023.

Saint Martin, M. de. Reversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França. *Análise Social*, vol. xxx (134), 1995 (5.º), 1023-1039. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223389034F9vBA2bc9Cp29OZ5.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

Saint Martin, M. de. A noção de campo em Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Sociologia*, Vol 10, No. 26, Set-Dez/2022, p. 222-235. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.910>. Acessem 07 nov. 2022

Salomon, M. Transposição do São Francisco ainda pode empacar na Justiça. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 2 set. 2004, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63780.shtml>. Acesso em 5 novembro 2023.

Salomon, M. Só empreiteiras brasileiras podem participar de edital do São Francisco. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 14 mar. 2007, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200708.htm>. Acesso em 7 novembro 2023

Sandenberg, C.H. Jereissati vai defender projeto do São Francisco junto a governo FHC. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 22 out. 1994, Brasil. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/22/brasil/24.html>. Acesso em 8 novembro 2023.

Santos, J.G. *As vidas continuam secas: as injustiças em torno do projeto da transposição do Rio São Francisco*, 2020, 313f. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/219142/001123596.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 jan. 2023.

Scartezini, N. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, Araraquara*, n. 14 e 15, 2010-2011.

Silva, R.M.A. da. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*, 2006, 298f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2309/1/2006\\_Roberto%20Marinho%20Alves%20da%20Silva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2309/1/2006_Roberto%20Marinho%20Alves%20da%20Silva.pdf). Acesso em 11 nov. 2022

Silva, M.G. da.; Araújo, D.S.; Pereira, W.E.N. As classes sociais em Marx: retrospectiva e atualidade. *Cadernos CEPEC*, Volume 10, Nº 01 Junho de 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/cepec.v10i1.11708>. Acesso em: 3 jun 2022

Silveira, S.M.B.; Silva, M.G. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 342-352, maio/ago. 2019 ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p342>. Acesso em 06 Jan. 2023.

Singer, André. *O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Swingedow, E. Privatizando o H2O: transformando águas locais em dinheiro global. Tradução: Diogo Lana Monte-Mór. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, maio, p. 33-53, 2004

Torres, R.B. Maria A Natureza socializada em Anthony Giddens. *Revista do PPGEA/FURG-RS*, v.24, janeiro a julho de 2010.

Trabalhadores ocupam área de obras de transposição do São Francisco: 26 de junho de 2007. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 26 jun. 2007, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u307332.shtml>. Acesso em 7 novembro 2023.

Transposição do São Francisco será feita com dinheiro da venda da Chesf. *Folha de São Paulo* [online], Brasília, 9 jun. 2000, Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u121.shtml>. Acesso em 10 novembro 2023.

Traumann, T. FHC desiste de transpor o rio São Francisco. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 29 jul. 2001, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u22865.shtml>. Acesso em 10 novembro 2023.

Vanderlei, A.B.G. *Aspectos operacionais da transposição do Rio São Francisco*. Trabalho de conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Civil) UFPB. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental. 2017; Disponível: <http://ct.ufpb.br/ccec/contents/documentos/tccs/2016.2/aspectos-operacionais-da-transposicao-do-rio-sao-francisco.pdf>. Acesso em 11 Dezembro 2023.

Vaz, L. FHC critica projeto do rio São Francisco. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 6 ago. 1994, Caderno Especial. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/06/caderno\\_especial/25.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/06/caderno_especial/25.html). Acesso em 7 novembro 2023.

Weber, M. A “objetividade” do conhecimento científico social e científico político, In: *Metodologia das ciências sociais* - Parte 1. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.